

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO NO PLANO NACIONAL DE
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF):
ressignificação do trabalho na agricultura familiar no Baixo Amazonas**

MARIA DO CARMO DA SILVA DIAS

**BELO HORIZONTE/MG
2009**

MARIA DO CARMO DA SILVA DIAS

**QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO NO PLANO NACIONAL DE
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF):
ressignificação do trabalho na agricultura familiar no Baixo Amazonas**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, na Linha de Pesquisa “Políticas Públicas e Educação: formulação, implementação e avaliação”, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Dalila Andrade Oliveira

Belo Horizonte - MG
Faculdade de Educação – UFMG
2009

DIAS, Maria do Carmo da Silva

Qualificação e Capacitação no Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): ressignificação do trabalho na agricultura familiar no Baixo Amazonas / Maria do Carmo da Silva Dias – Belo Horizonte, MG: 2009

241f; 30cm

Orientadora: Dalila Andrade Oliveira

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Educação.

1. Agricultura familiar. 2. Política pública. 3. Qualificação e capacitação.
– Tese. I. Oliveira, Dalila Andrade. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. III. Título.

DEDICATÓRIA

*Aos trabalhadores que ganham a vida
roçando, pescando e colhendo frutos da
floresta, no Baixo Amazonas e,
especialmente, às crianças,
com esperança!*

*A **João José Soares Geraldo**, meu marido,
que sonhou comigo este doutorado
e criou condições de concretizá-lo;
A **Arlindo José Dias**, meu pai;
A **Ivoneide Ivo**, uma amiga irmã,
(in memoriam) com saudades!*

*A minha mãe, **Vanloury da Silva Dias**,
ao meu filho, **João Victor Dias Geraldo**
e aos meus sobrinhos,
com amor!*

AGRADECIMENTOS

A realização desta tese só foi possível pelo apoio, solidariedade, carinho e companheirismo de muitas pessoas que encontrei na trajetória acidentada da minha vida, nestes quatro anos e meio. A todas elas, anônimas ou não, meus mais sinceros agradecimentos.

A Dalila Andrade Oliveira, que desde o início acreditou que este sonho se tornaria realidade. A ela quero agradecer a *acolhida*, a orientação e o respeito ao meu silêncio.

A Joana Pamplona, Nazaré Pinheiro e Benedito (Bidiquinho) pela incansável disponibilidade e pelo bom humor.

A Marlene Magno, amiga de tantas histórias, companheira de todas as horas.

Ao Prof. Carlos Alberto Lima (UNB), meu orientador no mestrado e leitor desta tese desde os primeiros rascunhos.

A Verônica de Araújo Capelo (UFPA), minha amiga-irmã, pelos telefonemas, pelas discussões, uma espécie de coorientação.

A Rosely Giordano (UFPA) pelas discussões, opiniões e *e-mails* carinhosos que tanta força me deram para continuar este trabalho.

Aos amigos de Belo Horizonte: as colegas do curso de doutorado, Savana Diniz e Denise Maia, pela amizade, cumplicidade e companheirismo, imprescindível para a conclusão desta tese e ao Hermes Melo pela *acolhida*, tão fundamental quando se está distante de casa.

Aos professores da Banca de Qualificação pelas orientações e sugestões que deram a esta tese.

A Ana Carolina Carvalho Dias (Carolzinha) pela alegria, pelo carinho, pela sensibilidade, confiança, pelos encontros.

A Hortência Vital por tantas noites de trabalho juntas nas nossas teses.

A Julliany Sales pelo carinho, pela solidariedade e pela companhia.

Ao Seu Raimundo pela responsabilidade com que desempenha a sua profissão, fundamental para me deixar tranquila.

A Maria de Nazaré Geraldo, minha sogra, Maria Regina e Rose Mary Geraldo (cunhadas) pelo exemplo de força e por tudo que vivemos juntas.

A João Baia, Ana Reis e Pedro pelas ajudas de todas as ordens, pelo respeito às minhas dificuldades.

A Jones e Elbelene (Bila) Barros pelo carinho e pelo incentivo.

Aos funcionários da Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (SAGRI-Pará), especialmente aos agrônomos Marta Santos e Adilson dos Anjos, pela disponibilidade para me fornecerem informações e esclarecerem dúvidas.

Aos Sindicalistas do STTR (Santarém), particularmente Ivete e Peba, aos militantes do CEFT-BAM, particularmente o Venilson, e CEAPAC, na pessoa de Afonso Alves, pela incansável disponibilidade.

A Margarida (de Santarém) pela delicadeza com que me acompanhou durante a pesquisa.

Aos funcionários da EMATER (Pará, Regional Baixo Amazonas e Local – Santarém), particularmente à secretária Marize (EMATER Santarém).

Às crianças do Baixo Amazonas, especialmente as da comunidade da Maravilha, pelos banhos no rio, pelas caminhadas nas praias, pelas histórias.

Aos professores de comunidades ribeirinhas pelas trocas de experiências.

Aos meus amigos e doutorandos Armando Lírio e Adrea Canto pelo incentivo.

Aos homens e mulheres, trabalhadores da terra, da floresta e das águas, por me possibilitarem conhecer o silêncio da floresta, as surpresas das pescarias no meio da noite, o canto dos pássaros ao amanhecer na roça.

Aos médicos e outros profissionais da saúde, em particular o Dr. Marcos Serruya, Dr.^a Jany Gabay e, ainda, aos doutores André e Maurício, do Hospital Saúde da Mulher, à psicóloga Renata Benito pela escuta, pelo respeito, pela dedicação, confiança e pelas palavras de incentivo.

A Luiz Baleeiro e Sônia, pela amizade.

A Edna, Sônia e Maria Benedita pela ajuda, disponibilidade e compreensão.

As minhas primas que ficaram no Rumo (Cururupu – Maranhão) e são agricultoras, especialmente Rosilene e Ana Maria.

A todos os meus familiares com os quais dividi o ônus deste trabalho, João Victor Dias Geraldo (meu filho) pelo apoio e assessoria, muitos desentendimentos. À minha mãe, Vanloury Dias, pelas inúmeras lições de amor, mas, particularmente, pela última delas, quando, em um momento tão difícil, disse-me: - *Fica, termina a tese*. Aos meus sete irmãos: Arlindo, Welitom, Lourivam, Vanlinda, Arimatéia, Arlivan e Elizaldina (Zazá) pelas nossas lutas, pelos nossos sonhos, pela nossa história. Mas, preciso agradecer especialmente o apoio de: Vanlinda (Vânia) pelos inúmeros telefonemas, pela presença “mesmo na ausência”; Arlivan pela incansável presença, pelos

telefonemas; Weliton pelo cuidado, preocupação em encontrar saídas para os meus problemas e Zazá por um cuidar especial, pelo carinho.

À Universidade Federal do Pará, particularmente aos professores de Sociologia do Núcleo Pedagógico Integrado (NPI/UFPA), pela imprescindível liberação e às professoras Eleide Rodrigues, Altair Jacinta, Suelene Pavão, Izabel Duarte e professor Marconi Magalhães pela amizade.

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro.

À Professora Conceição (Fã) pela dedicação com a revisão gramatical e à Rosilene pela revisão bibliográfica, em tempo recorde; e Hércio pela formatação.

Aos pesquisadores e aos diversos autores cujas produções possibilitaram e enriqueceram este trabalho.

RESUMO

A presente tese buscou analisar a qualificação e capacitação dos agricultores familiares que obtiveram crédito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, no município de Santarém, Região do Baixo Amazonas, Estado do Pará. O objetivo da investigação foi identificar se os cursos ofertados aos agricultores familiares participantes do PRONAF no período de 1995 a 2006, pela EMATER e pela ONG CEFT-BAM, implicaram mudanças na vida desses agricultores. A abordagem metodológica na pesquisa foi predominantemente qualitativa. Na pesquisa documental foram analisados documentos definidores da política pública nacional de formação, expressa no PLANFOR e no PNQ e documentos das instituições formadoras focalizadas. Os informantes da pesquisa foram os diferentes sujeitos envolvidos com os cursos - formadores, cursistas, membros do STTR, da EMATER e CEFT-BAM. Procurou-se captar, por meio de entrevistas semi-estruturadas os princípios e valores transmitidos nos cursos, sua relação com os créditos concedidos e a implicação dos conhecimentos adquiridos na vida daqueles que os realizaram. A pesquisa revelou que apesar de não haver relação direta entre os créditos obtidos do PRONAF e a qualificação e capacitação dos agricultores familiares e dos demais problemas evidenciados nos processos formativos, tais como a desvinculação da política de créditos anunciada pelo PRONAF; a fragmentação e a descontinuidade dos cursos; a fragilidade dos seus conteúdos; insuficiência nas condições objetivas para a oferta dos cursos; a precariedade das condições de trabalho dos facilitadores; a insuficiência nas condições objetivas para a oferta dos cursos, entre outros, a inserção desses agricultores nos cursos foi capaz de suscitar reflexões e oportunizar o desenvolvimento e a assimilação de conhecimentos com reflexos positivos na prática de trabalho e na vida dos agricultores, para além dos objetivos previstos nos referidos cursos. A experiência dos cursos, ou dos espaços e tempos destinados aos cursos, de fato influenciou os agricultores ampliando seus horizontes levando-os a refletir, individual e coletivamente sobre suas vidas e suas relações no mundo, a resgatarem ideais de solidariedade e esperanças, a buscarem novos caminhos para uma vida melhor.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar; Política pública; Qualificação e capacitação

ABSTRACT

This thesis intended to analyze the qualification and training of family agriculturists who obtained credit from PRONAF – Family Agriculture Fortification Program, in Santarém, Region of the lower Amazonas, in Pará state. The aim of this investigation was identify if the courses offered to family agriculturists that participated on PRONAF from 1995 until 2006, by EMATER and CEFT-BAM ONG, involved changes in these agriculturists life. Concerning methodological approach it was predominantly qualitative. During the documental research the documents analyzed define national public politics of formation, expressed in PLANFOR, PNQ also documents of the training institutions focused. The research informants were the different ones involved with the courses – trainers, course participants, STTR, EMATER and CEFT-BAM members. There was an attempt to capture, through semi-structured interviews, principles and values transmitted during the courses, their relation with granted credits and knowledge acquired implications in the lives of those who participated on it. This research revealed that in spite of there is not a direct relation between credits granted from PRONAF and family agriculturists qualification and training in addition to other problems put in evidence during the training process, as undoing of credit politics announced by PRONAF; fragmentation and discontinuity in courses, fragility of their contents; insufficient objective conditions for providing the courses and facilitators precarious work conditions, among others, the inclusion of these agriculturists in the courses was able of stimulating reflections and making knowledge development and assimilation possible, reflecting positively on agriculturists work and lives, beyond the foreseen objectives of these courses. The experience with courses or with space and time reserved to courses, in fact, influenced the agriculturists broadening their horizons, furthermore, making them think their lives and their relations in the world over, individual and collectively; rescue solidarity ideals and hopes; search new paths for a better life.

KEY WORDS: Family Agriculture, Public Politics, Qualification and Training

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABACAR - Associação Nacional de Crédito e Assistência Rural
ABEC - Associação Brasileira de Exportadores de Cereais
ABIOVE - Associação Brasileira de Indústrias de Óleos Vegetais
ACAFAR - Associação de Casa Familiar Rural
ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural
ALBRAS - Alumínio Brasileiro S/A
ALCOA - Aluminum Company of América
ALUMAR - Consórcio Alumínio da Maranhão
ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
ANADI - Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional
AOMMT-BAM - Associação da Organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Baixo Amazonas
APL - Arranjos Produtivos Locais
APRUSAN - Associação dos Produtores de Santarém
ARCAFAR - Associação Regional das Casas Familiares Rurais.
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES - Assessoria Técnica Social Ambiental.
BASA - Banco da Amazônia S/A
BB - Banco do Brasil S/A
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CDRS - Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável.
CEAPAC – Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária
CEB – Comissão Eclesial de Base
CEDRS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEFT-BAM - Centro de Estudo e Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina
CERIS - Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais
CFR – Casa Familiar Rural
CIB - Convenção Internacional Sobre a Biodiversidade
CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CMMAD - Comissão Municipal Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNBB – Comissão Nacional dos Bispos do Brasil
CODETER - Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONDESSA - Consórcio PELO Desenvolvimento Socioambiental da BR-163
CONTAG - Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DA - Declaração de Aptidão
DAF – Delegacia Federal de Agricultura

DH - Desenvolvimento Humano
DIAFAM - Diretoria de Agricultura Familiar
DL - Desenvolvimento Local
DNTCUT - Departamento Nacional dos Trabalhadores da Central Única dos Trabalhadores
DS - Desenvolvimento Sustentável
DT - Desenvolvimento Territorial
DTRS - Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA - Estados Unidos da América
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FAOR - Fórum da Amazônia Oriental
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste
FEPAM - Feira de Produção Familiar do Oeste do Pará
FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FNE - Fundo Constitucional do Nordeste
FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FOQS – Federação das Organizações Quilombolas de Santarém
GCEM - Grupo Conquista de Ervas Medicinais
GDA - Grupo de Defesa da Amazônia
GEM - Global Entrepreneurship Monitor
GTA - Grupo de Trabalho na Amazônia
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INCA - Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
MAIS – Movimento pelo Autodesenvolvimento, Intercâmbio e Solidariedade
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MOPEBAM - Movimento dos Pescadores do Oeste do Pará e Baixo Amazonas
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MT E - Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OGU - Orçamento Geral da União
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
OXFAM - Oxford Committee for Famine Relief (Comitê de Oxford de Combate a Fome)

PA – Projeto de Assentamento
PAE - Projeto de Assentamento Agro-extrativista
PAQ - Projeto de Assentamento Quilombola
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
PCN - Projeto Calha Norte
PDRS - Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável
PDS - Programa de Desenvolvimento Sustentável
PDTRSS - Programa de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário
PEA - População Economicamente Ativa
PEP – Plano de Educação Profissional
PGC - Projeto Grande Carajás
PIC - Projeto Integrado de Colonização
PIS-PASEP - Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PLANFOR – Plano Nacional de Formação do Trabalhador
PLANTEQ – Plano territorial de Qualificação
PMDR - Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
PNATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNQ – Plano Nacional de Qualificação
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPA – Plano Plurianual
PPP - Parceria Público Privado
PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Territórios Rurais
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PSA - Projeto Saúde e Alegria
PT – Partido dos Trabalhadores
RESEX - Reserva Extrativista
SAF - Secretaria de Agricultura Familiar
SAGRI – Secretaria Executiva de Agricultura do Estado do Pará
SEFOR – Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional
SEMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMAB - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária
SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural
SPE - Sistema Público de Emprego
SPEVEA - Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia
SPPE - Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCH – Taxa de Crescimento Humano
TEA - Taxa de Atividade Empreendedora

LISTA DE TABELAS OU QUADROS

Quadro 1 – PRONAF Capacitação: projetos aprovados baixo amazonas – 2003 a 2005

Quadro 2 – Terras indígenas no Baixo Amazonas – PARÁ

Quadro 3 – Projetos de Reforma Agrária – INCRA - Período: 01/01/1900 a 06/08/2008 – Mesorregião Baixo Amazonas

Quadro 4 – Comparativo entre modelo patronal e familiar na agricultura

Quadro 5 – PRONAF: Discriminação e Beneficiários, entre 1999 a 2002 e 2003 a 2006

Quadro 6 - Liberação de crédito do PRONAF por linha de ação Brasil: 1999 a 2004

Quadro 7 – Composição do CMDTRS – Município de Santarém

Quadro 8 – Escritórios da EMATER no Baixo Amazonas – Alocação de Pessoal

Quadro 9 – Veículos da EMATER no Baixo Amazonas

Quadro 10 – Cursos Realizados pela EMATER por meio do PLANFOR, no período de 1996-2001

Quadro 11 – Cursos com recursos do PLANFOR – Ano 1999

Quadro 12 – Movimentos Sociais no Baixo Amazonas – Estado do Pará

Quadro 13 – Esse plano recebeu o nome de Projeto Tucumã

Quadro 14 – Projetos desenvolvidos pelo CEFT-BAM

Quadro 15 – Os entrevistados

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Montante de investimento do PRONAF por região – Governo FHC e Lula – 1999-2006

Gráfico 2 – Evolução das aplicações – BR (R\$ mil)

Gráfico 3 – Evolução das aplicações – PA (R\$ mil)

Gráfico 4 – Evolução das aplicações no Pará, no Baixo Amazonas (R\$ mil)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Campo de Interesse da pesquisa	1
A delimitação do Problema	4
Estrutura da tese	10
1. POLÍTICAS PÚBLICAS E RESSIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	12
Apresentação	12
1.1 Pobreza: a questão social	13
1.1.1 Elementos constitutivos da questão social	16
1.1.2 Pobreza e desigualdade: elementos de um conceito	25
1.2 A pseudo-alternativa à pobreza: de que tratam as políticas sociais?	29
1.3 Desenvolvimento em questão: antinomias de uma proposta	37
1.3.1 Notas sobre as modalidades de desenvolvimento	40
1.3.2 Estratégias para o desenvolvimento: empreendedorismo, parceria e solidariedade	48
1.4 Os Movimentos sociais	61
2. QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: A CENTRALIDADE DA EDUCAÇÃO NAS POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	68
Apresentação	68
2.1 Qualificação e capacitação dos agricultores familiares: a educação como promessa de futuro	69
2.1.1 Concepções de Qualificação Profissional	75
2.1.2 Educação do campo: elementos de uma proposta	78
2.2 Educação e Trabalho: nuances de uma proposta	82
2.3 Qualificação e empreendedorismo	91
2.4 A Qualificação no PRONAF	96
3. AGRICULTURA FAMILIAR, QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO: O PRONAF NO BAIXO AMAZONAS	100
Apresentação	100
3.1 A saga do desenvolvimento na Amazônia	102

3.2 Agricultura no Baixo Amazonas	107
3.2.1 A Reforma Agrária no Baixo Amazonas	112
3.3 PRONAF: os antecedentes	119
3.4 PRONAF: a proposta	124
3.4.1 O acesso ao PRONAF	128
3.5 Qualificação e Capacitação nas dimensões do PRONAF	131
3.5.1 PLANFOR e PNQ (PlanTeQ) na agricultura familiar	137
3.6 O PRONAF no Baixo Amazonas	138
3.6.1 O PRONAF em Santarém	140
4. AS DIMENSÕES DA QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO NO BAIXO AMAZONAS	145
Apresentação	145
4.1 A qualificação e Capacitação	146
4.2 Qualificação e capacitação pela EMATER no Baixo Amazonas	158
4.3. Qualificação e capacitação – a realidade da EMATER	160
4.4 Qualificação e capacitação pelos movimentos sociais no Baixo Amazonas	183
4.4.1 O Plano Alternativo de Desenvolvimento para o Baixo Amazonas	191
4.4.2 O CEFT-BAM	196
4.4.3 A Qualificação	197
4.4.4. O curso agroflorestal	201
5. QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM SANTARÉM: A FALA DOS ATORES	203
5.1 Qualificação e capacitação: o lugar dos atores	204
5.2 Qualificação e capacitação: o que dizem os atores	207
5.2.1 O PRONAF em Santarém	208
5.2.2 A qualificação e capacitação	214
5.2.3 A percepção dos atores	219
5.3 Avaliação	221
CONCLUSÃO	225
REFERÊNCIAS	229
ANEXOS	243

INTRODUÇÃO

Vive-se um tempo de paradoxos. Por um lado, a revolução eletroeletrônica, a biotecnologia, os avanços na genética e na tecnologia de informação; por outro lado, a redução dos postos de trabalho e o aumento da pobreza. Esse paradoxo traduz-se na questão social da atualidade pela precariedade e desestabilização que decorre do desemprego (CASTEL, 1998).

Os sujeitos vítimas desse paradoxo não são apenas os excluídos do mercado de trabalho na condição de desempregado, mas todos os indivíduos que, submetidos às condições de necessidade, consomem suas energias na luta pela sobrevivência.

As condições de pobreza são enfrentadas pelo Estado, por meio de políticas públicas e sociais, dentre estas, a de geração de trabalho e renda, a de desenvolvimento rural e a de qualificação e capacitação dos trabalhadores.

Para alguns autores, a educação, no seio dessas políticas, ocupa um lugar estratégico e, em outra perspectiva, para os próprios gestores das políticas públicas, não somente a educação não seria capaz de resolver por si mesma a questão da pobreza e da desigualdade no que concerne à distribuição de renda (como se acreditou até os anos 1990), como caberia à mesma outros papéis: formar, capacitar e qualificar a população para interagir no mercado de trabalho, por meio de seu próprio empreendimento (papel desenhado em conformidade com a agenda das atuais políticas públicas).

No interior desse contexto é que esta tese se inscreve: o da qualificação e capacitação dos agricultores familiares, como parte de um programa governamental que une crédito e formação – o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no período de 1995 a 2006, ou seja, do início da política do governo Fernando Henrique Cardoso até o primeiro mandato do governo Luis Inácio Lula da Silva (Lula).

O campo de interesse da pesquisa

A ideia de uma política que atendesse aos agricultores que produzem por meio da força de trabalho familiar teve origem no seio das organizações dos trabalhadores rurais como parte da luta pelo enfrentamento à política agrícola do governo militar e da luta pela Reforma Agrária nos anos 1980.

O entendimento era de que o país possuía grandes propriedades de terra, que o crédito estava voltado para o agronegócio e que os produtores rurais que utilizam a força de trabalho familiar não tinham acesso a este. “Faltava uma política que tratasse de forma desigual quem é desigual, aqueles que são diferentes” (Ganzer)¹.

De acordo com Ganzer, o desafio que as organizações dos trabalhadores rurais se colocavam era da construção de uma proposta nacional de desenvolvimento rural, que deveria ser discutida e articulada na América Latina e no Caribe, e de valorização da identidade do agricultor em detrimento àquela que foi construída pela elite dominante no país. Tratava-se das seguintes questões: política de crédito, capacitação e qualificação e pesquisa. Foi dessa discussão que nasceu o Plano Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)².

Do ponto de vista da organização dos agricultores, esse programa pode ser identificado como fruto da mobilização dos movimentos sociais rurais por acesso às políticas públicas e pela produção familiar rural. Os marcos de luta dessa organização foram os Gritos do Campo, iniciados em 1991, no Pará, para reivindicar a punição dos culpados pela violência no campo e pelo acesso ao Fundo Constitucional do Norte (FNO). Em 1993, tal movimento foi denominado Grito da Amazônia e, a partir do ano seguinte, ganhou projeção nacional sob a denominação de Grito da Terra Brasil. Esse movimento serviu para chamar atenção para as condições socioeconômicas e políticas da agricultura no país.

Dentre os estudos que contribuíram para a compreensão da importância estratégica da agricultura familiar, destaca-se a pesquisa realizada pela FAO/INCRA (1994), a qual ofereceu a tipologia da produção rural brasileira, destacou a importância da agricultura familiar, indicou a diversidade da produção familiar, o número de famílias envolvidas nessa modalidade de produção e a gestão da propriedade. Essas informações justificaram, do ponto de vista do Estado, a necessidade de políticas públicas para a agricultura familiar, uma vez que estas podem impedir o agravamento dos problemas sociais. Chama atenção, também, a pesquisa realizada pela CUT/CONTAG, coordenada por José Eli da Veiga, em 1998, e o Projeto Rurbano (1994), de José Graziano da Silva. Esses estudos foram pioneiros para subsidiar a compreensão política da importância da agricultura familiar e as análises que

¹ Avelino Ganzer era vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (anos 1980) quando foi criado o Departamento Rural da CUT, onde se concentrou a luta por políticas públicas para os agricultores familiares. Estas informações decorrem de “conversas” gravadas, quando da delimitação do campo de pesquisa.

² Na verdade, o PRONAF é um Programa e nós queríamos instituí-lo como um Plano, um Projeto Nacional que envolvesse a questão do crédito, da pesquisa, a questão da assistência técnica e extensão, o problema da armazenagem, o problema da comercialização e toda essa questão da tecnologia, da modernização desse processo (*IDEM*).

buscaram compreender a importância da agricultura familiar, tanto para as organizações dos trabalhadores rurais quanto para o Estado nacional.

No âmbito acadêmico, os estudos rurais de Ricardo Abramovay (1992) e José Luis da Veiga (1991) demonstraram que a estrutura agrária capitalista constitui-se com base na empresa familiar. Estudos e pesquisas que apresentam a perspectiva de comparação internacional afirmam que a produção sobre a lógica familiar de gestão e posse da terra é o elemento unificador nesse tipo de produção³, podendo variar desde a agricultura tipicamente camponesa até aquelas inseridas no mercado (FAVARETO, 2006)⁴.

Em síntese, a partir dos anos 1990, a agricultura familiar ganhou particular relevância nas reivindicações e lutas dos trabalhadores rurais e na produção acadêmica, ensejando uma política pública para esses agricultores – o PRONAF.

Criado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, o PRONAF possui três eixos: crédito, infraestrutura e capacitação, e tem como objetivos: (a) a melhoria da qualidade de vida da população alvo, (b) promover o desenvolvimento sustentável, (c) a elevação da qualidade produtiva pelo acesso a “padrões tecnológicos e gerenciais” e (d) o aumento da produção, do emprego e da renda.

Muitas das análises sobre o PRONAF referem-se ao montante de investimentos e à elevação da produção. Entretanto, ao se refletir sobre esse programa, tendo como *lugar*, na Amazônia brasileira, o Estado do Pará e, fazendo relação entre 1) os objetivos do mesmo, 2) as características de vida e trabalho dos agricultores familiares e 3) a forma como tem se promovido o desenvolvimento capitalista nesse Estado (conflitos, grilagem de terra, exploração madeireira e biopirataria), torna-se relevante conhecer como o programa foi posto em prática no Estado, o que foi realizado e que mudanças são averiguadas na vida dos agricultores.

Assim, o objeto desta tese é a análise da qualificação e capacitação dos agricultores familiares, não assentados, que obtiveram crédito do PRONAF no Baixo Amazonas, município de Santarém, realizadas pela EMATER e pelo Centro de Estudo e Formação dos Trabalhadores no Baixo Amazonas (CEFT-BAM), no período de 1995 a 2006.

É desse contexto que se analisa a qualificação e capacitação do PRONAF, um

³ Nesse sentido, merecem destaque os estudos de Hugues Lamarche que, juntamente com pesquisadores brasileiros, tais como Nazareth Wanderley, Fernando Lourenço e Anita Brumer, tornaram-se referência nos estudos rurais.

⁴ Trata-se da tese de Arilson da Silva FAVARETO, intitulada *Paradigmas do Capitalismo Rural em Questão - do agrário ao territorial*. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. Universidade de São Paulo, 2006 (não publicada).

Programa voltado ao fortalecimento da agricultura familiar, que visa promover o desenvolvimento rural sustentável por meio de três linhas de ação: crédito, infraestrutura e capacitação, considerando, ainda, a instituição, a partir de 2003 (Governo Lula), da Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário.

Assim, a escolha do tema desta tese se justifica primeiro por motivos de ordem conceitual, em virtude da relevância teórica do tema, visto se processar, atualmente, o re-exame e a ressignificação das categorias trabalho/emprego, remetendo à questão social que, na Amazônia, diz respeito à conflituosa questão agrária.

Segundo, porque esta análise enfoca um aspecto negligenciado, ou mesmo ausente, nos atuais estudos sobre as políticas públicas voltadas para a agricultura, particularmente a agricultura familiar vinculada ao PRONAF, contemplando processos de qualificação e capacitação dos agricultores.

O terceiro motivo da escolha deste tema consiste no próprio local eleito para a atual análise, a Amazônia, para onde confluem cada vez mais diferentes olhares, direcionados por interesses econômicos, geopolíticos, ecológicos. Dentro da Amazônia Brasileira, o Baixo Amazonas, no município de Santarém, região de grande potencial turístico, com um ecossistema em grande parte desconhecido, onde existe minério, ouro, madeira, produção de soja e agropecuária e onde vivem, há anos, índios, remanescentes de quilombos e agricultores.

A delimitação do problema

Do ponto de vista físico, a Amazônia é um complexo de terra, floresta e água e, do ponto de vista político-econômico e social, esse complexo foi formado, definido e redefinido mediante a presença do capitalismo na região (WITKOSKI, 2007), constituindo-se em espaço de contradições e conflitos que têm como expressão a questão agrária: pela exploração da floresta (exploração ilegal de madeira), expansão da fronteira agrícola (asfaltamento da BR-163⁵ e agronegócio); exploração de minérios; e perda/dizimação dos saberes e das identidades locais e da biodiversidade.

A região possui um ecossistema próprio dos trópicos úmidos: grandes áreas de terras não cultivadas, grande diversidade biológica; solos pobres; grandes índices pluviométricos e elevadas temperaturas.

Os povos tradicionais da região vivem da interação com o ecossistema; plantam roças, pescam, caçam e colhem frutos da floresta, utilizando-se de tecnologias simples como a

⁵ Rodovia que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA).

derrubada e a queimada da mata como mecanismo de preparação da terra para o cultivo. Vivem em condições de carências, visto a ausência de políticas públicas e sociais: faltam escolas, transportes (terrestres e aquáticos), saúde, lazer. O crédito e a assistência técnica são insuficientes, os agricultores não possuem titulação das terras. Contudo, o Baixo Amazonas e o município de Santarém possuem uma expressiva produção de farinha, frutos e pescado.

O município de Santarém se caracteriza por ser a principal cidade do Baixo Amazonas, possui 262.598 habitantes (CENSO 2000), que vivem na cidade e em comunidades rurais de terra firme e várzea, sendo a agricultura, a pesca e o extrativismo as atividades produtivas predominantes.

As comunidades rurais dispõem, em sua maioria, de meio de transporte precário (tanto pela qualidade como pela regularidade e segurança), baixo nível de escolaridade, 2,17 anos de estudo e muitas não contam com energia elétrica. Os agricultores não possuem (na grande maioria) título das terras, são posseiros, vivem nelas há gerações.

Santarém é uma cidade que se caracteriza também pelo turismo, pelas praias de água doce à margem do Rio Tapajós.

Tendo em vista a biodiversidade da região, a expansão da fronteira agrícola com a plantação de grãos (principalmente a soja), a exploração mineral (bauxita) e a exploração madeireira ilegal, muitas atenções se voltam para a região, dentre elas, as das Organizações Não Governamentais (ONGs), as quais, na sua expressiva maioria, atuam na luta pela preservação do ecossistema e pela melhoria da qualidade de vida das populações da região por meio de incentivo à organização e formação (qualificação, capacitação, alfabetização) dos agricultores, objetivando a preservação ambiental e a melhoria da produção.

Como os indivíduos nessa região não pertencem a uma única organização social (fazem parte de sindicatos, associação de bairro, de mulheres, ONGs, etc.), percebe-se que as organizações sociais são muito expressivas e atuantes, como parceiras, como proponentes das políticas sociais e como fomentadoras de outra proposta de desenvolvimento para a região – desenvolvimento alternativo⁶.

Dessa forma, pode-se adiantar que o PRONAF, enquanto um programa que visa o desenvolvimento da região, foi objeto de luta das organizações sociais e que elas fazem parte da implementação dessa política, como atoras da qualificação e capacitação ou como fomentadoras de novas demandas.

Como se pôde observar, para que o agricultor tenha acesso ao PRONAF, ele deve

⁶ Refere-se ao projeto de desenvolvimento alternativo do Baixo Amazonas, Projeto Tucumã, que será abordado no Capítulo IV, desta tese.

fazer parte de uma associação, possuir um projeto no qual conste a cultura que ele pretende financiar e a capacitação, e apresentá-lo à agência financiadora Banco da Amazônia (BASA) ou Banco do Brasil S/A.

Os agricultores do PRONAF são o público alvo da Política Nacional de Qualificação (PLANFOR, no Governo FHC e Plano Nacional de Qualificação – Plano Territorial de Qualificação - PNQ-PlanTeQ, no Governo Lula); da política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e do PRONAF Capacitação.

Verifica-se, portanto, que a qualificação e capacitação dos agricultores que obtiveram crédito do PRONAF fazem parte das estratégias para que o Programa atinja os seus objetivos. Observa-se, nos seus documentos, a compreensão de que a qualificação e capacitação são necessárias para que os agricultores disponham de conhecimentos que possibilitem melhoras qualitativas e quantitativas da produção, acesso a outras tecnologias, intervenção no mercado na comercialização da produção, desenvolvimento de cadeias produtivas e promoção do desenvolvimento sustentável.

A defesa da qualificação e capacitação dos agricultores familiares por meio de políticas públicas remete à problemática da educação do campo, tendo em vista o baixo nível de escolaridade desses agricultores. Para Caldart (2004), o campo vive um processo de transformação e mobilização que decorre da luta pela reforma agrária encampada hoje, sobretudo pelo Movimento dos Sem Terra (MST). Para a autora, a luta pela terra caminha concomitantemente à luta pela escola. São nas experiências decorrentes das organizações e lutas dos agricultores familiares por crédito, qualificação e capacitação e preservação do ecossistema que se encontra o embrião para a educação do campo.

A pesquisa documental e as visitas ao campo possibilitaram maior conhecimento dessa realidade. Verificaram-se dificuldades e limitações no processo de qualificação e capacitação dos agricultores familiares realizado pela EMATER; embora a entidade seja responsável pela política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) público e atuasse no PLANFOR e PNQ/PlanTeQ, sua estrutura, no período desta pesquisa, era incompatível com essas atribuições. Identificou-se que o PRONAF Capacitação foi inexpressivo na região, pois, no período 2003 a 2005, foram aprovados apenas dois programas para o município de Santarém, um pela Prefeitura Municipal e outro pela ONG Nhamboe⁷.

Verificou-se, também, que o movimento social, particularmente o CEFT-BAM, tem uma ampla atuação na qualificação e capacitação dos agricultores, atuando por meio de

⁷ NHAMBOE – Palavra de origem indígena que significa amizade, alegria.

projetos voltados para as mesmas e para a geração de renda.

Melhor explicitando, a EMATER é uma empresa pública de direito privado, criada em 1976, no Estado do Pará, que tem como objetivo promover a política de ATER no Estado. As origens dessa empresa dizem respeito à Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR-PARÁ), versão estadual da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), voltada para o crédito rural e assistência técnica como impulsionadores da agricultura.

No Estado do Pará, a atuação dessa empresa, nos anos 1970, deu-se em razão da Transamazônica, para atender colonos oriundos principalmente do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Muitos nem eram agricultores. Vinham de todos os lugares em busca de terra. Um dos maiores produtores de Cacau da região, na época, o Leônidas, era sapateiro na Bahia (CONSTANCIO⁸).

Constâncio afirma que a atuação da EMATER, na época, anos 1970, contribuiu para criar outro perfil de desenvolvimento para a região⁹. Antes da Transamazônica, os agricultores viviam da pesca, roça e extrativismo. Com a presença dos colonos, a produção cresceu, mas, com o passar dos anos, muitas dessas terras foram abandonadas ou viraram pasto. Os agrônomos e técnicos da EMATER davam assistência técnica aos assentamentos, mas tinha uma equipe que atendia aos agricultores tradicionais. Ele afirma ainda que o trabalho de ATER sofria as influências da “Revolução Verde”¹⁰.

Nos anos 1990, a crítica à Revolução Verde, no Baixo Amazonas, contribuiu para que a EMATER, ainda que timidamente, revisse a sua prática. O apoio de alguns técnicos da empresa aos projetos/propostas do movimento social, coordenados pelo Centro de Estudo e Pesquisa dos Trabalhadores no Baixo Amazonas (CEFT-BAM), contou com a participação da EMATER, na pessoa de Pedro Aparício, o Pepe.

Conforme os relatórios do CEFT-BAM, foi esse agrônomo que assumiu a prática da agroecologia na região e, juntamente com os dirigentes do movimento social, realizaram os primeiros cursos/experiências agroflorestais.

Historicamente, a atuação da EMATER diz respeito à política de ATER e a ela compete ser uma das parceiras do PRONAF, atuar na elaboração dos projetos, prestar

⁸ Constâncio foi agrônomo, trabalhou na extensão rural desde 1974 e, mesmo aposentado, presidiu o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) até 2006.

⁹ Era o governo João Batista de Figueiredo, com o lema “Plante, que o João garante”. O governo incentivava o desmatamento que estão combatendo (se você tinha 100 hectares, tinha que desmatar 80 % e plantar ou eles consideravam que você não tinha trabalhado a sua terra, não era um bom produtor e podiam até lhe tirar a terra). O próprio governo incentivava você a derrubar 80 % da sua área (CONSTÂNCIO).

¹⁰ Consistia na melhoria da produção agrícola pelo uso de insumos e sementes modificadas que perdurou durante os anos 1960 e 1970, nos países do Primeiro Mundo.

assistência técnica e fornecer Declaração de Aptidão (DA). Por essa razão, nesta tese, procurou-se conhecer o trabalho de capacitação e qualificação desenvolvido pela EMATER em Santarém.

Outra entidade escolhida foi o CEFT-BAM. Criado nos anos 1990, essa organização está presente nos dezoito municípios do Baixo Amazonas (Oeste do Pará), é constituída por entidades e faz parte de várias redes. A escolha deu-se em função dos projetos de qualificação e capacitação desenvolvidos por essa organização, cujo número de cursos os seus diretores não são capazes de precisar. Também contribuiu para essa escolha o envolvimento da entidade nas lutas sociais, a exemplo da luta contra os danos causados pela soja, pela construção de um plano de desenvolvimento alternativo para a região, dentre outras.

Resumidamente, o CEFT-BAM atuou e ainda atua na criação/manutenção da Casa Familiar Rural no Baixo Amazonas e da Feira da Produção Familiar; em projetos com a finalidade de oferecer formação aos agricultores familiares para a geração de trabalho e renda; nas lutas por políticas públicas e sociais (no sentido da proposição, implementação e controle) ; em defesa do meio ambiente e contra o trabalho escravo, sempre em parceria com outras organizações, a exemplo do Centro de Apoio a Projetos da Ação Comunitária (CEAPAC) e a Associação das Organizações de Mulheres Trabalhadoras no Baixo Amazonas (AOMT-BAM).

Assim, decidiu-se estudar a qualificação e capacitação dos agricultores familiares que tiveram acesso ao PRONAF no Baixo Amazonas, município de Santarém, por meio da EMATER e do CEFT-BAM.

O desenvolvimento da pesquisa passou por várias etapas, enfrentou várias dificuldades e proporcionou muitas alegrias. Primeiramente, o interesse era estudar a qualificação e capacitação dos agricultores familiares nessa região, por meio do trabalho da EMATER, constatando-se, através da pesquisa documental e das visitas de campo, que, no período estudado, a empresa atravessou sérias restrições no que diz respeito a recursos humanos e técnicos, que limitaram a sua atuação. Decidiu-se, então, estudar a qualificação e capacitação dos agricultores familiares por meio de outros atores de formação, juntamente com a EMATER. Procedeu-se, para isso, um levantamento das organizações sociais de Santarém que tivessem como objetivo a qualificação e capacitação dos agricultores familiares e uma atuação expressiva nesse sentido, na região e no município.

Dentre as organizações identificadas, mereceu especial atenção o CEFT-BAM, embora os cursos de qualificação e capacitação deste não fossem realizados com recursos do PRONAF e não tivessem como público alvo os agricultores que tivessem obtido crédito junto

a esse programa.)

Enfatiza-se que os cursos de qualificação e capacitação oferecidos aos agricultores familiares na região não estão restritos ao PRONAF, eles são oferecidos de modo geral, a busca de crédito é uma iniciativa à parte. Isso significa dizer que não existe uma ação de qualificação voltada diretamente para a cultura que o PRONAF financia, ou seja, não há relação direta entre a política de crédito e a qualificação na região. Os agricultores familiares não assentados que conseguiram crédito do PRONAF tiveram acesso à qualificação e capacitação não pela obtenção do crédito, mas, por espontaneamente, participaram de projetos que ofereciam cursos, sejam esses ofertados pela EMATER, CEFT-BAM ou outras organizações.

Dentre as dificuldades enfrentadas, destacam-se as distâncias e as formas de acesso (caras, demoradas e inseguras); encontrar agricultor que tivesse recebido crédito do PRONAF e qualificação e capacitação para a produção financiada; a falta de documentos sobre a implementação da política pública, tais como atas de reuniões, informativos, projetos, avaliações (muitos foram perdidos, extraviados na troca de governo); falta de registros das demandas por crédito e cursos realizadas pelos agricultores (não se sabe quantos pleitearam o crédito e quantos obtiveram); alguns registros pouco precisos (superficiais), como se não tivesse muita importância para desenvolvimento/implementação das políticas; a não preservação de informativos, *folder* ou material de divulgação em geral.

Dentre os pontos positivos, destacam-se a acolhida pelas comunidades, o prazer em prestar informações, mostrar a produção; a disponibilidade dos representantes das organizações em atender a pesquisadora, oferecer documentos, prestar esclarecimento, mostrar arquivos, etc.

Os dados foram colhidos em várias etapas: primeiro trabalhou-se com os dados documentais, seguido de reuniões com representantes das entidades para esclarecimentos; depois foram feitas as visitas de campo para conhecer experiências e, por último, realizaram-se as entrevistas junto aos informantes, sendo estas gravadas.

As entrevistas foram transcritas e analisadas seguindo o roteiro dos quesitos, de forma a tornar possível mostrar a opinião dos pesquisados sobre os cursos, a aplicação do que lhes foi ensinado e a relação com o crédito.

Estrutura da Tese

Sendo assim, esta tese se propôs a realizar um estudo de caso e uma análise qualitativa, visando conhecer o que se pretendeu oferecer com qualificação e capacitação aos agricultores familiares e o que estas mudaram em suas vidas. Para tanto, foram realizadas entrevistas, por meio de questões semiestruturadas, com os integrantes da população alvo da pesquisa. Foram sujeitos da pesquisa: agricultores familiares, que passaram pelo processo de qualificação e capacitação (um da EMATER e outro do CEFT-BAM, denominados, para efeito desta tese, de Emergildo e Cecília, respectivamente), diante do observado e do que foi possível conhecer, por meio da pesquisa documental e das entrevistas, pôde-se constatar que, apesar da confiança depositada pelos agricultores na qualificação e capacitação, os sentimentos dos respondentes é de insatisfação com o processo; professores/facilitadores (da EMATER e do CEFT-BAM, denominados, neste trabalho, de Emiliano e Ciane, respectivamente), sendo que os relatos destes possibilitaram conhecer o conteúdo dos cursos, as metodologias utilizadas e as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares para melhorar o seu nível de vida; (c) um representante do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), denominado neste trabalho de Constâncio, dois representantes da EMATER (Emílio e Emanuel), CEFT-BAM (Célio e Celina), dos STTR de Santarém (Sebastião e Sônia).

Deram-se início às entrevistas pelos representantes das entidades, usando o critério de saturação, ou seja, não foram definidas inicialmente quantas pessoas seriam entrevistadas. Esta se deu no decorrer do processo de pesquisa, na medida em que se compreendeu que as questões concernentes ao problema de pesquisa encontravam-se respondidos.

Dessa forma, a tese está assim estruturada: Os dois primeiros capítulos tiveram como objetivo traçar, em linhas gerais, o debate teórico em torno da questão social e da educação, e os três últimos tratam do PRONAF e da qualificação e capacitação dos agricultores familiares.

O primeiro aborda a questão social, no sentido atribuído por Castel (1998): dos lugares destinados aos pobres na sociedade industrial e as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado com propósito de amenizar a agudização da pobreza por meio do crédito, da inclusão social e do desenvolvimento sustentável; e abordou, ainda, o papel e a caracterização dos movimentos sociais atuais.

O segundo capítulo fala sobre a educação e a centralidade desta nas políticas de geração de trabalho, de renda e de desenvolvimento. À educação cabe qualificar e capacitar os

trabalhadores em geral, para interagirem no mercado de trabalho como gestores dos seus próprios empreendimentos. Particularmente, no que diz respeito à agricultura familiar, ao público do PRONAF, a qualificação e capacitação devem oferecer conhecimentos tecnológicos, organizacionais e gerenciais.

O Capítulo III aborda a qualificação e a capacitação do agricultor familiar por meio do PRONAF, apresentando dados sobre o desenvolvimento da Amazônia e sobre o Baixo Amazonas. Identifica as origens do PRONAF e o lugar estratégico que este assume na fratura de um projeto de sociedade em que a sociabilidade deu-se em torno do emprego e salário, indicando, ainda, as interferências das ONGs na região e a atuação das mesmas na formação dos agricultores familiares.

O Capítulo IV, intitulado A Dinâmica da Qualificação e Capacitação no Baixo Amazonas, trata da atuação da EMATER e do CEFT-BAM. Destaca o conteúdo dos cursos ministrados pela EMATER por meio do PLANFOR nos anos de 1999 e 2000 e os recursos humanos e de infraestrutura que essa empresa dispunha. Do CEFT-BAM, apresenta os cursos ministrados pela organização, destacando o de formação agroflorestal.

Dando continuidade às discussões anteriores, o Capítulo V tem por objetivo aprofundar a análise do PRONAF no Baixo Amazonas, por meio das falas dos atores. Apresenta as entrevistas dos representantes do CEDRS, STTR de Santarém, EMATER e CEFT-BAM, e mostra o que ocorreu na qualificação e capacitação dos agricultores familiares.

Importa, aqui, enfatizar o fato de que “o sujeito do conhecimento” não é um puro suporte da razão e do saber teórico, mas, também, um ser afetivo e social.

Ao elaborar a presente introdução e durante o próprio percurso do trabalho de escritura desta tese, dei-me conta de delinear o eixo aglutinador de meus interesses teóricos, minhas inquietações políticas, minhas memórias afetivas, encantamentos e perplexidades existenciais, enquanto brasileira, trabalhadora da educação, migrante nordestina, ex-militante do movimento social, habitante da Amazônia, filha de pais agricultores e amante/viúva de um santareno. Fui levada, assim, a refletir acerca da indissolúvel relação entre as dimensões políticas/afetivas/profissionais da minha existência, pois, assim como o afeto perpassa nossa profissão – do contrário seria um mero *ganha pão* –, o espaço familiar não é somente o lugar de trocas afetivas, mas, igualmente, a matriz que, de certa forma, orienta nossas futuras escolhas profissionais; para muitas famílias, um lugar de trabalho comum, de aprendizagem de determinados saberes, valores, narrativas.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS E RESSIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

As profundas mutações ocorridas no mundo do trabalho nos últimos anos do século XX – desemprego, flexibilização da produção, desenvolvimento tecnológico, crescimento da pobreza – desencadearam uma crise cujo início data da década de 1970. Considera-se que um dos conceitos-chave para desenvolver as análises dessa realidade, pretendidas nesta tese é, precisamente, o conceito de questão social, o que será realizado a partir da perspectiva apontada por Castel (1998).

Frente à realidade da crise, impôs-se ao Estado a exigência da criação de um *corpus* de políticas públicas que, utilizadas como recursos para amenizar as consequências da pobreza de modo a buscar manter a coesão social (CASTEL, 1998), articulam-se em torno do Sistema Público de Emprego (SPE).

Tais políticas acenaram para os pobres e trabalhadores, em geral, com a promessa do desenvolvimento, como indispensável à melhoria das condições de vida. Propõe-se que os próprios trabalhadores, por meio da aquisição de habilidades e competências, tornem-se empreendedores e autogestores.

Dessas políticas – articuladas ao SPE, conforme referido –, faz parte o PRONAF, que tem como objetivo *promover a inclusão social por meio da geração de trabalho e renda*, ou seja, possibilitar aos trabalhadores condições de geração de trabalho, redução da taxa de desemprego, da informalidade e da queda da renda do trabalhador. Com esses objetivos, as políticas do SPE têm como principais estratégias a qualificação e o crédito.

As políticas públicas de emprego, especificamente as de Desenvolvimento Rural Sustentável, podem representar os esforços empreendidos pelo Estado para a ressignificação do trabalho dos agricultores familiares. No caso do Baixo Amazonas, *locus* da pesquisa, esse esforço consiste em levar o agricultor a promover mudanças na dinâmica da sua produção: produzir sobre outras bases técnicas e de acordo com as demandas do mercado. Nesse caso, o crédito e a qualificação e capacitação são elementos impulsionadores de um modelo de desenvolvimento para os pobres.

Decorre daí a importância de compreender o que a política de desenvolvimento rural sustentável – tal como proposta pelo PRONAF, tomado em sua dimensão de qualificação e capacitação, no caso dos agricultores familiares do Baixo Amazonas, município de Santarém –, concretizou no concernente a transformações e mudanças para aqueles agricultores

familiares, em particular no que tange à melhoria das condições de vida e à promoção do desenvolvimento sustentável.

Indicadas as questões iniciais em torno das quais foram organizadas esta pesquisa, vale apresentar como se estrutura este capítulo de abertura da mesma, o qual procura apresentar as discussões concernentes à questão social, às políticas públicas e às organizações dos trabalhadores.

Foram abordados, primeiramente, os elementos da questão social, tomada como desafio posto ao Estado para solucionar os problemas sociais decorrentes da configuração contemporânea do conflito capital *versus* trabalho. A seguir, discute-se as políticas sociais, nas dimensões conceituais e dos conflitos, diante das “escolhas trágicas” que o Estado precisa realizar no constante dilema entre o alívio da pobreza e a acumulação capitalista (ABRANCHES, 1987). Posteriormente, analisa-se as dimensões do desenvolvimento, no que diz respeito às estratégias para conter as consequências da exploração capitalista: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento territorial e local que, na prática, pelo menos ao nível das proposições, devem ser mobilizados por meio da solidariedade, da parceria e do empreendedorismo e, por fim, o movimento social atual e sua interlocução com as políticas sociais.

1.1. Pobreza: a questão social

De modo a explicitar a perspectiva teórica aqui adotada, é oportuno, primeiramente, conceituarmos o que se entende por *social*. Na acepção moderna, o termo – haja vista a noção de *societas* ter surgido na Roma antiga – emerge, segundo Castel (1998), no século XIX, no bojo da sociedade industrial e liberal nascente, face à ameaça provocada pelo pauperismo dentro de tal sociedade.

Assim, o autor conceitua o modo da invenção do *social* em seu sentido moderno:

O hiato entre a organização política e o sistema econômico permite assinalar, pela primeira vez com clareza, o lugar do ‘social’: desdobrar-se nesse entre-dois, restaurar ou estabelecer laços que não obedecem nem a uma lógica estritamente econômica nem a uma jurisdição estritamente política. O ‘social’ consiste em sistemas de regulações não-mercantis, instituídas para tentar preencher esse espaço. Em tal contexto, a questão social torna-se a questão do lugar em que as franjas mais dessocializadas dos trabalhadores podem ocupar na sociedade industrial (*Idem*, 1998, p. 31).

Ao estabelecer o “entre-dois” como lugar do social, isto é, fixar determinado território como situado entre o sistema econômico e a organização política e ao conceber como tarefa

desse lugar (social) a restauração e/ou estabelecimento de laços capazes de integrar os segmentos populacionais dessocializados (ou seja, colocados à margem das regulações de assistência e tutela), a modernidade circunscreve, na visão de Castel (1998), o social como segmento institucional incumbido de instituir e garantir a coesão social.

Duas questões devem ser colocadas preliminarmente, antes de explicitar-se o próprio conceito de *questão social*, por servirem como motivação para as discussões que perpassarão este trabalho: **(1)** de onde provém a ameaça a tal coesão? **(2)** quais as estratégias e que mecanismos são utilizados por esse lugar institucional (social) para enfrentar as ameaças à coesão? A primeira questão servirá de eixo norteador do marco conceitual deste item e a segunda será tratada nos itens subsequentes.

Nas sociedades ocidentais cristãs pré-industriais – no período histórico situado entre a metade do século XIV e fins do século XVIII –, a inquietação da sociedade sobre os focos de ameaça à coesão social residia em um amplo espectro populacional: velhos indigentes, crianças sem pais, estropiados de todos os tipos, cegos, paralíticos, escrofulosos, idiotas (CASTEL, 1998, p. 41-2). Tais indivíduos tinham em comum o fato de não poderem trabalhar em virtude de diferentes incapacitações. Entretanto, figuravam, também, como integrantes dessa “desclassificação social” os “mendigos válidos”, considerados “vagabundos” por serem aptos física e psicologicamente, mas não se enquadrarem na ordem do trabalho ou estarem numa situação de subemprego (*Idem*, p. 95).

A despeito dos dois segmentos populacionais (mendigos inválidos e mendigos válidos) constituírem-se como figuras da pobreza e expressão de uma população carente, os mecanismos sociais de auxílio ou intervenção social serão completamente distintos com relação aos dois perfis de população.

Os dois requisitos fundamentais em torno dos quais se tecia uma ampla rede institucional “socioassistencial” consistiam na incapacitação para o trabalho ou invalidez e na domiciliação ou fixação ao território onde se efetivavam as regulações assistenciais.

Todo um conjunto sistemático de técnicas de classificação e recenseamento e dispositivos de intervenção assistencial – que incluíam, entre outros, a reclusão em hospitais gerais nos quais, no caso da França, entre os séculos XIV e XVII, os mendigos inválidos eram submetidos ao trabalho forçado e à prática de oração – irão compor as técnicas do socioassistencial (*Idem*, p. 245-246).

É oportuno sublinhar que, bem antes do século XIX, a ética do cristianismo protestante (com Calvino), com sua visão médico-disciplinar da pobreza, proibia estritamente a mendicância, tomando-a, simultaneamente, como crime e pecado e considerando o trabalho

não somente como mandamento cristão universal que auxiliaria na salvação, mas também como imperativo moral e do qual não estariam isentos nem mesmo os loucos.

Weber (1974) faz tais observações ao analisar, em sua *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, a concepção protestante (na versão puritana) do trabalho, não como simples meio de sobrevivência, mas enquanto atividade racional, no sentido que se investe do caráter metódico de uma ascese vocacional, que atende à solicitação divina. Assinala, ainda, que querer ser pobre equivalia a querer ser doente, sendo tal conduta reprovável não somente como pecado da preguiça e derogatório à glória de Deus, mas também como violação do dever de amor ao próximo, ou seja, de servi-lo. O auxílio aos pobres e o fornecimento de trabalho a desocupados, durante a época dos Stuarts, na Inglaterra, foi contestado com o grito de guerra dos puritanos (*Idem*, p. 213; 217).

A patologização da pobreza fazia da caridade, em sua acepção cristã católica de auxílio aos necessitados, um erro e mesmo a cumplicidade em relação a um crime. A mudança desse regime de tutela para outro regime, o do contrato, marca a passagem, segundo Castel (1998), da “sociedade cadastrada” para a “sociedade salarial” e é solidária à instituição do Estado-Nação. Outras “metamorfoses da questão social” irão marcar a passagem da sociedade industrial para a atualidade, denominada, por alguns, era pós-industrial. Esse autor faz uma elucidativa observação sobre tal passagem: “Da sociedade pré-industrial à sociedade pós-industrial, opera-se uma reviravolta total. A vulnerabilidade nascia do excesso de coerções, enquanto agora aparece suscitada pelo enfraquecimento das proteções” (*Idem*, p. 45).

A inteligibilidade da questão social na contemporaneidade implica explicitação, mesmo que sumariamente, do lugar do trabalho na sociedade salarial e a crise atual desse modelo, uma vez que a mudança nos padrões de vulnerabilidade das “populações desclassificadas” articula-se com as metamorfoses das políticas sociais levadas a efeito para enfrentar a questão social.

A progressiva perda da centralidade da condição salarial nas sociedades atuais constitui-se como problemática complexa que se configura como “questão social” (CASTEL, 1998). Isto se dá não apenas pelos alarmantes níveis de desemprego – fenômeno observado em fases anteriores do capitalismo –, mas também pela desagregação de uma ordem social que, fundando-se no emprego-salário, tinha nesse binômio um elemento de coesão social ou integração.

Antes do desenvolvimento da problemática supracitada, convém definir a categoria central a ser trabalhada neste capítulo, qual seja a da questão social:

A 'questão social' pode ser caracterizada por uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade. A ameaça de ruptura é apresentada por grupos cuja existência abala a coesão do conjunto. [...] As populações que dependem de intervenções sociais diferem, fundamentalmente, pelo fato de serem ou não capazes de trabalhar, e são tratadas de maneira completamente distinta, em função de tal critério (CASTEL, 1998, p. 42).

Diante dos argumentos acima, a indagação sobre a origem da ameaça à coesão social deve ser reformulada, precisando a lacuna de tempo à qual ela se refere de forma a proporcionar o entendimento das mudanças na ordem do trabalho e suas implicações na definição da questão social hoje. Assim é que a questão pode ser recolocada da seguinte forma: no marco das transformações capitalistas que entraram em curso a partir dos anos 1970, como se caracteriza a questão social? Ou, formulando de outra maneira, para precisar melhor a indagação: considerando-se as transformações recentes no mundo do trabalho, como se caracteriza a questão social?

1.1.1. Elementos constitutivos da questão social

Muitas são as vertentes teóricas que podem explicar a presença de novos atores sociais e as relações de poder na atualidade. Várias análises partem das mudanças nas tessituras político-econômicas do fim da Segunda Guerra Mundial, ou seja, no momento da desintegração do modelo de produção taylor-fordista e da ruptura do padrão keynesiano que sustentou o desenvolvimento econômico àquela época.

Essa realidade, contudo, não representou a ruptura com a ordem capitalista. Antes, possibilitou a emergência de uma nova ordem mundial capaz de garantir certa hegemonia, que ficou conhecida como globalização.

Oliveira (2000), ao discutir as transformações decorrentes dessa nova ordem, identifica que a globalização possui três faces: econômica, política e social. A face política relaciona-se ao esgotamento da ordem mundial, que teve início no pós-guerra com a ruptura do acordo de Bretton Woods e com o esgotamento do período de ouro do capitalismo, que, conforme assinala Hobsbawm (1995), refere-se à incapacidade dos mecanismos que possibilitaram ao capitalismo, naquele período, desenvolver e alargar as suas fronteiras, continuarem a apresentar resultados satisfatórios.

Uma das questões centrais nessa vertente de análise é a governança. A Comissão da Governança (criada em 1992) teve como objetivo conduzir, sobre outras bases, as demandas impostas pela globalização. A referida comissão diz respeito às diversas maneiras pelas quais os indivíduos ou as instituições públicas administram seus problemas comuns (HOBSBAWM, 1995, p. 27). Trata-se de um processo que busca conciliar interesses, muitas

vezes conflitantes, abrangendo tanto as relações formais e institucionais quanto as informais, objetivando reformar o sistema de cooperação internacional e criar normas que possibilitem o exercício da cidadania (*Idem*, p. 28).

A Comissão de Governança procurou disciplinar a realidade emergente e conduzir o curso dos acontecimentos de forma que as grandes corporações transnacionais pudessem garantir suas riquezas.

As ordenações políticas se estendem pelas várias formas de expressão das relações sociais: pela preocupação com a biodiversidade traduzida na sustentabilidade do desenvolvimento; pela regulação dos mercados globais; pela reforma do Estado e pela emergência da atuação da sociedade civil por meio das ONG's.

Duas questões foram muito presentes nos discursos em defesa dessa reforma, no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC): 1) o desejo de incluir o Brasil no âmbito da modernidade e da globalização; 2) a necessidade de desincumbir o Estado da responsabilidade pelo crescimento econômico.

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado¹ (datado de 1995) anuncia, já em sua apresentação, que a crise brasileira, da última década, foi também uma crise do Estado, uma vez que este, ao afastar-se de suas funções para atuar no setor produtivo, promoveu a deterioração dos serviços públicos, o agravamento da crise fiscal e a inflação². A reforma se justifica, conclui Pereira (1995), pela necessidade de assegurar a estabilidade e o crescimento sustentado da economia.

Segundo o referido documento, a crise do modelo de Estado, que se tornou visível a partir dos anos 1980, foi motivada pela redução das taxas de crescimento econômico, aumento dos preços e índices elevados de inflação, uma vez que o Estado não teve como responder às demandas a ele dirigidas, sobretudo às de ordem social, decorrentes da política de bem-estar aplicada com relativo sucesso no pós-guerra (PEREIRA, 1995, p. 1). As respostas à crise se mostraram ineficientes. Dentre as respostas, tem-se aquela de cunho neoliberal, que tinha como característica o Estado Mínimo. Só nos meados dos anos 1990, surgem respostas consistentes à superação da crise, ou seja, a “[...] idéia de reforma ou construção do Estado, de forma a resgatar sua autonomia financeira e sua capacidade de implementar políticas

¹ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDIA.HTM>.

² Lê-se, na Introdução do documento referenciado: “A crise brasileira da última década foi também uma crise do Estado. Em razão do modelo de desenvolvimento que Governos anteriores adotaram, o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou, além da gradual deterioração dos serviços públicos, a que recorre, em particular, a parcela menos favorecida da população, o agravamento da crise fiscal e, por conseqüência, da inflação. Nesse sentido, a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. Somente assim será possível promover a correção das desigualdades sociais e regionais”.

públicas” (*Idem*, p. 2). Assim, no contexto da Reforma do Estado, este deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento.

A descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder do Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso do serviço de educação, saúde, cultura e pesquisa científica – chamaremos esse processo de ‘publicização’ [...]. Desse modo, o Estado reduz seu papel de executor ou prestador de serviço, mantendo-se, entretanto, no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais como educação e saúde, que são essenciais para o desenvolvimento, na medida em que envolvem investimento em capital humano; para a democracia, na medida em que promovem cidadãos; e para uma distribuição de renda mais justa, que o mercado é incapaz de garantir, pela oferta muito superior à demanda de mão-de-obra não-especializada. Como promotor desses serviços, o Estado continuará a subsidiá-los, buscando, ao mesmo tempo, o controle social direto e a **participação da sociedade** (PEREIRA, 1995, p. 3). (**Grifo nosso**).

A Reforma do Estado diz respeito à adoção do modelo de administração pública gerencial em busca da eficiência e da qualidade, com garantia de maior participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil para deslocarem a ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins), o que implica introduzir, na administração pública, técnicas gerenciais modernas (*Idem*, p. 6).

Outra questão pertinente a essa análise diz respeito aos trabalhadores, precisamente ao desemprego, visto que outros mecanismos de dominação e exploração entraram em pauta tanto no que se refere às relações sociais de produção, como às novas exigências para a inserção de força de trabalho no mercado de trabalho, seja como empregado, seja como gestor de autonegócio.

As análises das mudanças no “mundo do trabalho” (ANTUNES, 1995), comumente partem do desemprego, do descompasso entre um saber que caiu em desuso e da necessidade de obtenção de outras habilidades (virtuais, gerenciais, empreendedoras, organizacionais e mercantis) por parte dos trabalhadores, que implicam a perda/degradação de um saber fazer anterior. Em função desse entendimento e pela necessidade de o Estado propor formas de geração de trabalho, renda e desenvolvimento não vinculados ao mercado de trabalho, constam nas políticas públicas e sociais e, particularmente, na política de desenvolvimento rural sustentável, o crédito e a qualificação e capacitação dos trabalhadores.

O desafio não é apenas qualificar e capacitar para o emprego, para obtenção de melhores salários, haja vista tal possibilidade ser cada vez mais restrita e seletiva, mas qualificar e capacitar para o não-emprego, ou seja, formar trabalhadores capazes de atuar no mercado como empreendedores que produzam estratégias de sobrevivência, inventando e

reinventando alternativas de geração de trabalho e renda.

Como isso ocorre no Baixo Amazonas? Entender a ocorrência dos processos de qualificação e capacitação – no que diz respeito ao desenvolvimento rural sustentável – sobre a orientação de que os trabalhadores devem possuir habilidades técnicas, virtuais, gerenciais, empreendedoras, organizacionais e mercadológicas e tendo a terra como espaço de vida e trabalho, implica compreender, ao menos, três questões: (a) a persistência do emprego como referência para os trabalhadores, mesmo para os que nunca estiveram submetidos à relação de emprego formal, mas têm essa condição como objeto desejável, tal como se pôde observar entre os agricultores do Baixo Amazonas; (b) os desafios enfrentados pelos agricultores para apropriarem-se de alguns elementos da produção de mercadoria sem abdicar das suas bases culturais e (c) a formação, orientada no sentido do implemento tecnológico, do empreendedorismo e do mercado, pressupõe mudanças substanciais nas relações de produção, o que pode implicar a resignificação do trabalho para e daqueles agricultores.

Parece possível afirmar que, no Baixo Amazonas, o processo de capacitação e qualificação atua no sentido de resignificar o trabalho e a vida dos agricultores familiares, uma vez que ao ter como referência a produção para o mercado, modifica-se a lógica da quantidade, da qualidade e da regularidade da produção. Logo, é exatamente sob o aspecto da qualificação/capacitação/produção que se pretende entender a resignificação do trabalho, já que esta ocorre tendo como referências o mercado e a terra, tomada como espaço de vida e trabalho. Portanto, as relações ali desenvolvidas revestem-se de significados no interior dos quais a produção é apenas um dos elos, pois nelas convivem laços de parentesco, de amizade e tradições culturais. Por isso, é importante compreender (a) o que é ensinado àqueles agricultores e (b) quais mudanças ocorrem naquela realidade.

Retomando a discussão de que o mercado orienta as políticas sociais de desenvolvimento rural, mesmo nas regiões em que o emprego não é o elemento principal da coesão social, faz-se necessário mostrar que o desemprego permanece como um mecanismo de controle ou regulação do mercado de trabalho. Os exemplos a seguir demonstram o poder de alcance e de barganhas, naquela região, das corporações com a promessa de emprego e de desenvolvimento: 1) os madeireiros do Baixo Amazonas usaram os trabalhadores (que labutam, muitas vezes, na condição de trabalho escravo) para defender seus interesses, levando-os a posicionarem-se contrariamente às medidas restritivas do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), frente à exploração ilegal de madeira, no propósito de defesa do emprego; 2) no município de Juruti, a população rural deixou-se mobilizar pela Alumínio Company of América (ALCOA), defendendo a

aprovação da exploração de bauxita, por confiar que essa postura simbolizava o desenvolvimento, a criação de empregos e a saída, para os agricultores familiares, da condição de pobreza e 3) a vinda da soja para Santarém e Belterra foi bem vista por muitos agricultores por representar o desenvolvimento, o progresso e empregos. Observou-se, entretanto, que os empregos não chegaram para todos. Aquela população só teve e terá alguma oportunidade de trabalho na fase de implantação do projeto, nos trabalhos de desmatamento.

No que concerne à flexibilização do trabalho, a ideia é a de que o trabalhador flexibilizado não deve restringir-se ao domínio de uma única habilidade, capacitando-se por meio de programas de educação continuada, adequando-se ao ritmo das mudanças e ao dinamismo do desenvolvimento tecnológico. A flexibilização do trabalho refere-se diretamente àqueles trabalhadores que se relacionam com o mercado na condição de empregados e que estão em contato direto com novas tecnologias – o que não é o caso dos agricultores familiares do Baixo Amazonas, muito embora, inseridos no mundo do capital, essas orientações cheguem até eles.

Como isso ocorre? Conforme demonstra Abramovay (1992), as inovações estão presentes na agricultura familiar dos países ricos. Entretanto, não é o que ocorre na agricultura da Amazônia. Para Hurtienne (2001), a produção agrícola na região sempre esteve voltada ao mercado local e dispõe de tecnologias tradicionais, como a derrubada e a queima de árvores. Não há, na região do Baixo Amazonas, uma ampla base de assalariamento, predominando a agricultura familiar simples, tradicional e de subsistência.

É preciso, contudo, observar atentamente as formas por meio das quais as transformações na ordem do trabalho atingem os agricultores familiares que vivem em estado de pobreza, o que os impele a desenvolver outras atividades: extrativismo, coleta de frutos da floresta, caça e pesca. Tais atividades são classificadas pelo PRONAF como atividades agrícolas. Na essência, é isso que a política de desenvolvimento procura mudar, não no sentido do que é produzido, mas do como, quanto e para que é produzido. Não se pretende afirmar algum juízo de valor, o que se pretende é compreender o esforço do Estado em, por meio da política pública de desenvolvimento rural sustentável, transformar a realidade de pobreza e abandono dos agricultores familiares e promover o tão decantado desenvolvimento sustentável.

Schneider (2003) verifica que, no campo, a geração de trabalho e renda pode ocorrer por meio de atividades agrícolas e não-agrícolas, o que denomina de pluriatividade. Segundo o autor, a pluriatividade faz parte do processo de desenvolvimento em que o trabalho dos

agricultores passa a integrar os processos mercantis por meio de produtos agropecuários e pelo assalariamento.

A pluriatividade tende a se desenvolver como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores que residem em áreas rurais situadas em contextos nos quais sua articulação com o mercado se dá através de atividades não-agrícolas ou para-agrícolas. Objetivamente a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura (*Idem*, p. 10).

Ainda para Schneider (2003), a condição rural não diz respeito apenas à agricultura, mas a outras dimensões, como a natureza, as famílias, as paisagens, o patrimônio cultural e as tradições, entre outras. O mesmo autor observa que, embora a agricultura seja predominante no espaço rural, ela sofreu modificações, pois, nesse espaço, também são desenvolvidas outras atividades que podem interferir na dinâmica da agricultura, na “forma de ser” do rural, pela emergência e expansão das *unidades familiares pluriativas*.

O referido autor identifica, ainda, que os indivíduos componentes das unidades familiares rurais cada vez mais estão se dedicando a outras atividades econômicas nem sempre relacionadas à agricultura, as quais não se situam no espaço rural.

Tomando a realidade dos agricultores familiares do Baixo Amazonas, a pluriatividade faz parte daquela realidade? A resposta é não. O conceito de pluriatividade refere-se à permanência de trabalhos agrícolas e não-agrícolas, desempenhados por agricultores familiares, ao fato dos agricultores passarem a integrar os processos mercantis por meio de produtos agropecuários e pelo assalariamento. O que se observa, na região estudada, é que os agricultores familiares produzem os seus meios de vida no trabalho direto com a terra, sobretudo, a farinha de mandioca e o pescado. Parte do que é produzido é utilizado para a alimentação e outra parte, não obrigatoriamente o excedente, é vendida no comércio local ou a atravessadores. Trata-se, pois, de uma economia de subsistência, acrescida do extrativismo vegetal (castanha-do-pará, essências), além da caça.

Em Santarém, experiências muito significativas podem ser observadas, ainda que pontuais, de melhoria da produção, a exemplo da cadeia produtiva da mandioca, que envolve o aproveitamento de todos os derivados desse tubérculo, a melhoria da farinha e, também, esforços para barrar a presença do atravessador. O ponto culminante de exposição e venda desses e de outros produtos são as feiras populares, semanais, e a Feira Familiar Rural, que ocorre, anualmente, em Santarém e que, a partir de 2007, passou a ser organizada nos municípios que compõem a região do Baixo Amazonas.

Outro recurso muito utilizado para melhorar o padrão de vida das famílias é a saída

dos membros mais jovens para a cidade, onde, em geral, realizam trabalhos domésticos, muitas vezes, sem garantias trabalhistas. O conceito de pluriatividade, portanto, não se aplica à realidade do Baixo Amazonas, visto que nessa região não predomina o assalariamento do agricultor familiar e a produção é para o mercado interno. Essa realidade difere de outras regiões brasileiras em que predominam o agronegócio e a exportação.

Seguindo a dimensão conceitual das políticas públicas, no PRONAF, fica explícito a exclusão/inclusão social, já que o propósito dessa política é promover a inclusão social e a melhoria das condições de vida dos agricultores. Mas, o que se entende por exclusão e inclusão social? A partir de quais perspectivas essas categorias são tomadas?

Para José de Souza Martins (2003, p. 25), *exclusão social* é uma categorização imprecisa para definir os aspectos problemáticos da sociedade atual do Terceiro Mundo. E, da *exclusão*, passou-se a *excluídos*, tomados como “[...] categoria social e de qualidade sociologicamente identificável nas pessoas e nas relações sociais”.

Um atributo, como o atributo de *trabalhador assalariado*, aquele que, ao trabalhar, produz relações sociais singulares, gera contradições socialmente fundantes e engendra um tipo de mentalidade historicamente essencial. Algo, portanto, que correspondia a uma certa *consciência social das próprias vítimas da exclusão*. No entanto, não é isso que acontece. A categoria ‘excluído’ *não é verificável* na prática, na vivência dos chamados ‘excluídos’ (*Idem*, p. 25).

Isso porque, conforme o próprio autor, nada indica a consciência social das vítimas. Martins (2003) questiona, ainda, (a) a consciência social daqueles identificados como excluídos e (b) o que pensam e o que querem para si mesmos e se há coincidência entre o que pensam e o que lhes propõem certos atores sociais, tais como, as pastorais, os partidos políticos e os religiosos.

Na verdade, a categoria exclusão social é resultado de uma metamorfose nos conceitos que procuram explicar a ordenação social que resultou do desenvolvimento capitalista. Mais do que uma definição precisa dos problemas, ela expressa uma incerteza e uma grande insegurança teórica na compreensão dos problemas sociais da sociedade contemporânea (*Idem*, p. 27).

Para ele, excluído é apenas um rótulo abstrato, não correspondendo a nenhum sujeito de destino, ou seja, a nenhuma possibilidade, nem destino histórico. Observa-se, ainda, que essas conceituações são próprias daqueles que se julgam integrados, que estão inseridos econômica e ideologicamente no sistema. Essa categoria se sobrepõe e dilui a identidade do trabalhador, uma vez que este já não está majoritariamente nas fábricas – está nas ruas, nas favelas e cortiços, nas invasões, nos bairros miseráveis de urbanização patológica, que o novo desenvolvimento econômico produziu (Cf. MARTINS, 2003, p. 34). Afirma que o “excluído”

assume o lugar antes ocupado pela classe operária, nele está depositada a condição de vítima do sistema capitalista, bem como a de portador de uma possibilidade histórica: a redenção dos pobres, indicando, também, que o *excluído* é capturado como consumidor pela sociedade que o rejeita, “[...] suas necessidades afirmam a liturgia da sociedade de consumo, seus valores e ideais” (*Idem*, p. 36). Trata-se da “diluição da identidade do trabalhador [...] e ampliação da figura do excluído” (*Idem*, p. 34), a qual “sobrepõe o *excluído ao trabalhador*, porque sociologicamente o trabalhador perde em parte a sua visibilidade como tal” (MARTINS, 2003, p. 34).

Já para Young (2002, p. 41), a difundida expressão *exclusão social* substituiu, na literatura sociopolítica, o termo *marginalização*, que vigorou entre os anos 1960 a 1980, lembrando que a mudança no termo indicia e diagnostica o aprofundamento de mecanismos segregadores e a nova feição assumida pelos mesmos em tempos de globalização e banalização da injustiça social. Indica, ainda, que a transição de uma sociedade inclusiva, voltada à assimilação e à integração do “outro” (mulheres, jovens, imigrantes, trabalhadores) – cujos valores centrais eram o trabalho (estável/assalariado) e a família (estável/nuclear) – para uma sociedade excludente (voltada à segregação e propagação do risco, na qual se verifica a precarização do emprego, o aumento do desemprego e a incidência de famílias frequentemente instáveis) não deve ser vista de modo simplista e esquemático.

Para ele, o conceito de marginalização que vigorou até os anos de 1980 servia para designar os indivíduos ou grupos “desviantes”, os quais a sociedade afluyente e o Estado de Bem-Estar não lograram assimilar e integrar por meio de todo um complexo de políticas públicas, de subsídios e instituições de enquadramento e normatização (psicologia clínica, aconselhamento, trabalho social, etc.). No período inclusivo do pós-guerra (momento em que os desviantes eram vistos como objeto de cura, reintegração, re-educação), a diferença não era reconhecida, ou melhor, era vista como desvio de um padrão absoluto. Já a exclusão tem atualmente, como alvo, o isolamento, o controle e a segregação dos riscos e das classes *perigosas*.

As sociedades modernas recentes **consomem** diversidade: elas não recuam diante da diferença, elas a reciclam e vendem no supermercado ou na revista local [...] o mundo moderno recente celebra a diversidade e **diferença** que ela absorve e saneia prontamente; o que não pode agüentar são pessoas **difíceis e classes perigosas** contra as quais ela busca construir as mais elaboradas defesas, não apenas em termos das pessoas de dentro e de fora do grupo, mas da população como um todo (YOUNG, 2002, p. 95. **Grifo nosso**).

Os argumentos de Castel (1998); Young (2002) e Martins (2003) demonstram que a exclusão e a inclusão social têm como aporte a desigualdade social e a pobreza. Mas, como

falar de exclusão/inclusão social, em países como o Brasil, onde a pobreza e a desigualdade sempre fizeram parte da realidade?

Schwartzman (2004, p. 14), em sua obra *As causas da Pobreza*, demonstra que “[...] a pobreza e desigualdades são tão antigas quanto a humanidade e sempre vieram acompanhadas de fortes sentimentos morais”, chamando atenção para as diversas formas de compreensão desta. Em função disso, expõe que, segundo a teoria de Malthus, a pobreza diz respeito à desproporção entre *produção de alimentos* e *crescimento populacional* e seu controle depende dos próprios pobres; já para a tradição judaico-cristã, as diferenças sociais e a miséria humana são inevitáveis e a caridade, uma necessidade; para uns, as causas e solução dos problemas da pobreza dependem menos da vontade e do caráter das pessoas do que das relações entre essas; para outros, a causa e a solução da pobreza dependem de uma regeneração moral dos ricos, que deveriam transformar o egoísmo em caridade; para os marxistas, a solução viria da superação da luta de classes (Cf. SCHWARTZMAN, 2004, p. 14-5).

A pobreza não diz respeito apenas àqueles a quem falta trabalho, moradia, comida, saúde e escola, constituindo, na verdade, a questão social da atualidade, visto a estreita relação entre desemprego, pobreza, violência, insegurança, marginalidade e desproteção, que envolve todo o tecido social e desafia o Estado a propor saídas apaziguadoras no sentido de manter a vida em coletividade.

Para melhor demonstrar os argumentos acima, retoma-se Castel (1998, p. 41), que caracteriza a *questão social* como desafio, inquietação quanto à capacidade de manter a coesão social de uma sociedade e como tentativa para conjurar o risco de sua fratura. Ao reportar-se à questão social, o autor refere-se às ações políticas desenvolvidas pelo Estado, questionando o alcance destas.

Talvez seja pertinente acrescentar que as dimensões da questão social aumentaram e aprofundaram-se na atualidade, de tal maneira que esta já não é apenas uma questão que diz respeito ao Estado e à Igreja, mas sim a toda a sociedade. Esse argumento justifica-se (1) pela insegurança e pelo medo que têm alterado as relações sociais e (2) pela emergência de organizações sociais (das mais diferentes concepções ideológicas) articuladas em torno da questão social, no sentido de amenizá-la.

É necessário, entretanto, precisar o que se entende por pobreza e tentar explicitar a distinção entre pobreza e desigualdade, uma vez que tal distinção conceitual, indicando fenômenos interconectados, embora diferenciados, é de suma importância para a configuração de políticas públicas e para a análise destas no plano teórico.

1.1.2. Pobreza e desigualdade: elementos de um conceito

Abranches (1987), em ensaio sobre a política social e o combate à pobreza, conceitua a pobreza demarcando sua distinção e, ao mesmo tempo, sua estreita relação com a desigualdade social.

Pobreza é destituição, marginalidade e desproteção. Destituição dos meios de sobrevivência física, marginalização no usufruto nos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e consumo; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania que incluem garantias à vida e ao bem-estar. Ser pobre significa, em termos muito simples, consumir, exclusivamente, na luta contra a morte (ABRANCHES, 1987, p. 16).

A pobreza, como existência submetida ao império da necessidade, é um impedimento à própria atuação política, visto que para agir (politicamente) é necessário usufruir de um nível básico de liberdade (de escolher, da capacidade de pensar, etc.). Daí a pobreza, para Abranches, ser um fator obstaculizante do próprio exercício de cidadania e do desenvolvimento social não somente das parcelas pobres, mas de toda a população de uma nação marcada por elevados níveis de pobreza.

A pobreza constitui uma questão referente não apenas à população e/ou às classes que vivem em uma situação de precariedade socioeconômica, mas atinge todo o sistema social, a sociedade por inteiro, impedindo o real desenvolvimento humano e nacional, não somente no nível estritamente econômico, pois abarca a situação jurídica (regime de direitos, segurança pública), a saúde (com os alarmantes índices de mortalidade infantil, desnutrição e epidemias) e, sobretudo, a situação cultural e educacional.

Juntamente às inseguranças decorrentes dessa situação, observa-se, também

O temor dos governos de perder sua legitimidade e, conseqüentemente, de ter que se deparar com obstáculos à implementação das reformas liberais [...]. Temor, também, de uma fragmentação social grave, extremamente ameaçadora, tanto para a acumulação do capital, quanto para os processos de democratização em curso; temor, finalmente, de expulsões sociais fortes e repentinas. Resumindo, existe o temor de que se politize a exclusão social, agravada pelo ajustamento e pelas reformas liberais (SALAMA, VALIER, 1997, p. 115).

Salama, Valier (1997) observam que, na grande maioria dos países da América Latina, em virtude da defasagem entre direitos e realidade, registra-se grande distanciamento entre o legal e o real. No caso brasileiro, essa defasagem entre direito e realidade tem sua origem na colonização e atravessa toda a história do país.

Carvalho (2003) oferece-nos elementos para a percepção dessa defasagem na realidade brasileira. A Constituição de 1988 assegurou a liberdade de participação por meio do direito à eleição dos governantes; a liberdade de manifestação de pensamento, por meio da liberdade

sindical e de ação política. O exercício desses direitos, porém, não foi suficiente para a garantia de outros direitos como a “segurança e o emprego”. Ademais, eleger os governantes não garante o compromisso destes com os problemas sociais. Questões centrais como violência urbana, desemprego, analfabetismo, má qualidade da educação, insuficiência da oferta de serviços de saúde e saneamento, enfim, as grandes desigualdades sociais permaneceram sem solução (Cf. p. 7-9).

A questão social, hoje, pode ser definida tanto como a “constituição de uma periferia precária” quanto como a “desestabilização dos estáveis” (CASTEL, 1998, p. 526). Isso porque o desemprego percorre todos os segmentos sociais: empregados qualificados e sem qualificação; trabalhadores maiores de 40 anos e jovens em busca do primeiro emprego, o que significa dizer que homens e mulheres em condições de trabalho estão sendo empurrados para fora dos espaços cada vez mais privilegiados e seletivos dos empregos, que, anteriormente, implicavam a garantia de poder.

O abrandamento da pobreza, segundo a teoria liberal, depende do retorno à prosperidade. Enquanto isso não ocorre, aumentam-se as despesas com polícia, prisões e segurança. Segundo Bauman (1998, p. 252), a pobreza está sendo redefinida como “problema médico ou da lei”, constituindo-se, pois, o pobre, para a nova ordem social mundial, alvo de criminalização, medicalização e brutalização, o que lembra o modelo difundido no século XIX por higienistas e reformadores sociais.

Salama (1999) revela que as causas da pobreza podem ser de ordem socioeconômica e cultural, mas que, em última instância, está relacionada à expansão do capitalismo, enfatizando que o empobrecimento, a partir da década de 1980, está relacionado à inflação, às políticas sociais voltadas aos mais pobres, às verbas destinadas à saúde, à educação, ao ensino primário e à desarticulação dos lugares comunitários de solidariedade com a monitorização e a urbanização na América Latina e na África (p. 113-4). Afirma, ainda, que a desigualdade não diz respeito apenas à concentração de renda e ao aumento da pobreza, mas, também, a receita é muito diversificada nos países subdesenvolvidos, nos quais os mais pobres tendem a receber muito menos do que o mínimo necessário para reprodução da sua existência (p. 136).

Telles (1999), em sua análise sobre a questão social no Brasil moderno, destaca a disjunção entre pobreza e cidadania que assinala o descompasso e desconcerto entre os níveis de “representação e realidade”. Sobre tal descompasso, comenta a autora:

A pobreza brasileira contemporânea traz algo – ou muito – desse desconcerto. [...] Estamos diante de uma sociedade que não apenas se quer moderna como em alguma medida se faz moderna [...] que se industrializou e se urbanizou, que gerou novas classes e grupos sociais, novos padrões de mobilidade e de conflito social, deixando

para trás o velho Brasil patriarcal; é uma sociedade portadora de uma dinâmica associativa que fez emergir novos atores e identidades [...] que teceram a face pública de um Brasil moderno [...] que proclamou direitos, montou um formidável aparato de Previdência Social, que passou pela experiência de conflito e mobilizações populares (TELLES, 1999, p. 80).

Verifica-se, portanto, que os processos societários da modernização no Brasil não só convivem com a pobreza, mas que esta, inclusive, disseminou-se e cresceu de modo alarmante, a despeito do referido ingresso na modernidade.

Com a passagem do Regime Militar para a democracia, a questão social ecoou por toda sociedade brasileira, sob o impacto das lutas sociais da década de 1980, ganhando uma dimensão institucional e sendo como tal “[...] incorporada à agenda política das forças oposicionistas” (TELLES, 1999, p. 81). A Constituição Federal de 1988 – a despeito das suas ambiguidades e indefinições – expressou a aspiração por uma sociedade mais democrática e igualitária (p. 80-3).

Apesar de tais avanços, sublinha a perplexidade que se experimenta ao se defrontar com o significativo crescimento da pobreza no Brasil, no final de 1980:

Perplexidade diante de uma década inaugurada com a promessa de redenção para os dramas da sociedade brasileira e que se encerrou encenando aos olhos de todos o espetáculo de uma pobreza talvez jamais vista em nossa história republicana, uma pobreza tão imensa que começa a desconfiar que esse país ultrapassou as fronteiras da vida civilizada (TELLES, 1999, p. 82).

E é com um olhar político sobre a pobreza que Telles (1999) enuncia o trágico embate entre modernização e civilidade em que consiste a questão social no Brasil atual.

Ora, é precisamente pela disjunção, descompasso e mesmo antagonismo entre a moldura jurídico-formal dos direitos universais e o real exercício desses direitos no Brasil moderno que se ancora o eixo central da questão social, sendo o descompasso entre o “formal e o real” desdobrado e expresso mais trágica e claramente pela dissociação entre direitos políticos e direitos sociais (entre estes, o direito ao trabalho).

Os descompassos e mesmo antagonismo acima apontados terão forte impacto na estruturação da cidadania brasileira. Segundo Telles (1999), o paradoxo da sociedade brasileira e da concepção de cidadania aqui gerada sob a tutela do Estado moderno pode ser assim enunciado:

Trata-se de um peculiar modelo de cidadania, dissociado dos direitos políticos e também das regras de equivalência jurídica tendo sido definido estritamente nos termos da proteção do Estado através dos direitos sociais, como recompensa com o dever do trabalho. É a cidadania regulada de que fala Wanderley Guilherme dos Santos. (TELLES, 1999, p. 89-90).

O caráter restritivo da cidadania, no Brasil, pode ser especificado e ilustrado por índices relativos à saúde (no que tange às condições de saneamento básico, requisito preventivo de saúde) e à educação (ensino fundamental e médio), conforme comentar-se-á logo adiante.

Marshall (1967), ao examinar o desenvolvimento da cidadania entre os séculos XVIII e XX, na Europa, distingue três aspectos e tipos de jurisdição da cidadania: 1) os direitos civis, cuja formação ocorre por volta do século XVIII e compreendem os direitos individuais, como o da liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, de credo religioso, de direito à propriedade e à justiça; 2) os direitos políticos, cuja formação ocorre no século XIX, envolvem direitos à participação política, à liberdade política, de voto, etc., e 3) os direitos sociais, referentes ao mínimo de bem-estar e segurança, sendo as instituições mais ligadas a tais direitos o sistema educacional e os serviços sociais, ocorrendo a formação de tais direitos no século XX (*Idem*, p. 63-64; 66).

Vale destacar o entrelaçamento entre esses três diferentes tipos de direito, embora a sociedade capitalista do século XIX – e nós podemos dizer até hoje, como no caso do Brasil – opere um divórcio entre direitos civis, políticos e sociais.

Marshall (1967) concebe o direito à educação como marco definidor da cidadania, em sua dimensão social, tomando-a como objeto apropriado da ação estatal e chegando a colocá-la como direito social, como um pré-requisito para o pleno exercício dos direitos políticos e civis.

O direito à educação é um direito social de cidadania genuíno porque o objetivo da educação durante a infância é moldar o adulto em perspectiva. Basicamente, deveria ser considerado não como um direito da criança freqüentar a escola mas como o direito do cidadão adulto ter sido educado. E, nesse ponto, não há nenhum conflito com os direitos civis [...] pois os direitos civis se destinam a ser utilizados por pessoas inteligentes e de bom senso que aprenderam a ler e escrever. A educação é um pré-requisito necessário da liberdade civil. [...] Tornou-se cada vez mais notório, com o passar do século XIX, que a democracia política necessitava de um eleitorado educado e que a produção científica se ressentia de técnicos e trabalhadores qualificados. O dever de auto-aperfeiçoamento e de autocivilização e, portanto, um dever social e não somente individual, porque o bom funcionamento da sociedade depende da educação dos seus membros (*Idem*, p. 73-74).

Carvalho (2003) enfatiza que o estudo da cidadania costuma ser desmembrado em direitos civis, sociais e políticos, e que o cidadão pleno seria aquele que exercesse os três direitos. Mas é justamente na junção desses três direitos que consiste o problema da cidadania no Brasil, como esclarece o autor: 1) direitos civis dizem respeito à liberdade, propriedade e igualdade jurídica; 2) direitos políticos implicam a “participação do cidadão no governo e na sociedade” e 3) direitos sociais permitem que a sociedade interaja para reduzir as

desigualdades e promover justiça e bem-estar para todos; implica, portanto, a justiça social (*Idem*, p. 8 – 9).

Diante dessas definições, com o propósito de apontar para a fragilidade da cidadania no Brasil, questiona-se: Como podem existir direitos civis se a justiça brasileira é cara, morosa e ineficiente? Como pode haver liberdade para aqueles que não têm acesso ao trabalho e à educação e se a saúde pública é insuficiente e de péssima qualidade?

O autor chama atenção para o fato de que embora a educação seja para Marshall (1967) um direito social, a mesma “[...] tem sido historicamente um pré-requisito para a expansão dos outros direitos” e conclui que a “[...] ausência de educação é obstáculo à construção da cidadania” (CARVALHO, 2003, p. 10 – 12).

1.2. A pseudo-alternativa à pobreza: de que tratam as políticas públicas e sociais?

Prosseguindo a reflexão acerca da questão social, procede-se agora ao aprofundamento da discussão sobre as modalidades e os mecanismos utilizados pelo Estado para enfrentar as ameaças à coesão, ou seja, sobre as políticas públicas sociais, especificamente, aquelas atinentes à geração de trabalho e renda, de desenvolvimento rural sustentável.

Abranches (1987) traz um conceito de política:

Se política fosse apenas contrato, a política social seria cláusula inarredável do capítulo das **obrigações coletivas a cargo do Estado**. Política, porém, é **conflito**. Oposição e contradição de interesses. Conflito negociado, regulado por instituições políticas de natureza vária, condicionada por mediações **que tornam possível reduzir os antagonismos e projetá-los em um movimento positivo**. Política é, também, poder, transformando-se, freqüentemente, em um jogo desequilibrado, que exponencia os meios dos mais poderosos e reduz as chances dos mais fracos (*Idem*, p. 10). (**Grifo nosso**).

Partindo da dimensão conflituosa da política, o autor mostra que política social diz respeito ao “processo estatal de alocação e distribuição de valores” de que o Estado lança mão para conter as consequências das desigualdades sociais e mostra, também, que é por meio dela que os grupos e as classes sociais podem se apropriar desses recursos adquiridos pelo Estado por meio da tributação.

Para Santos (1987, p. 37), a política social não é uma política qualquer, “mas uma política de ordem superior” que justifica o ordenamento de qualquer outra política – o que equivale dizer o ordenamento de escolhas trágicas. O autor ressalta que durante séculos se soube “[...] que os recursos disponíveis em qualquer sociedade eram insuficientes para satisfazer os desejos de todos os seus membros”, contudo, foi na sociedade moderna que se tornou visível a contradição entre “[...] equidade (justiça) e eficiência (administração da

escassez), ou seja a sua dimensão ética presente no dilema acumulação e justiça social” (*Idem*, p. 37).

As políticas sociais representam escolhas sucessivas por parte do Estado, em relação às soluções encetadas para atingir o padrão de desenvolvimento definido pela esfera governamental, o que resulta no fato de refletir “a direção política das relações econômicas” (ABRANCHES, 1987, p. 10).

O autor assinala aspectos referentes às modalidades de relação entre a esfera política e a esfera econômica. Ao enfatizar o caráter direcionador da política (tomada aqui, em sua dimensão de aparelho estatal) sobre as relações econômicas, Abranches (1987) refuta, portanto, a concepção mecanicista e determinista de mercado, tomado como força quase natural da relação capital-trabalho, de acordo com a ótica liberal da economia, segundo Adam Smith e seus seguidores. Tal direcionamento do Estado não implica, entretanto, para esse autor, monopólio estatal sobre a configuração e a condução das políticas sociais. As forças e os atores sociais implicados nesse processo de confrontos, atritos, colisões, pressões, que ocorrem em torno da implantação de medidas sociopolíticas para os problemas sociais, são, ainda segundo Abranches (1987), os segmentos sociais, os estamentos tecnoburocráticos do Estado, o Congresso, a Presidência, os Partidos, os Sindicatos, os Movimentos Sociais, os Especialistas e as Corporações (ABRANCHES, 1987, p. 11).

A dimensão conflitiva da política entrelaça-se, pois, com outra dimensão não devidamente enfatizada, qual seja, aquela que envolve juízo de valor e o ato de escolha entre diferentes possibilidades e prioridades, quando da implementação de políticas sociais.

Esse aspecto substantivo, destacado por Abranches e por Santos (1987) acerca das políticas sociais, diz respeito ao caráter axiológico, ou seja, relativo à esfera do valor (tomado em sua ampla dimensão econômica, política, moral, cultural, etc.) que, inevitavelmente, fundamenta e norteia a escolha de determinados meios/fins por parte dos agentes políticos voltados para a instituição de programas de políticas sociais. Isso implica dizer que estas não se reduzem a um aspecto “técnico”, pautado em dados “estatísticos” ou pareceres de “especialistas” e que se atêm à adequação meios/fins.

Escolhas políticas, mesmo quando solidamente apoiadas em avaliações técnicas, sempre envolvem julgamento de valor. O balanço entre necessidades e preferências é esquivo. [...] Essa é outra maneira de dizer que existem diferenças marcantes na avaliação, pelos diferentes atores sociais, do que é justo e razoável. Existem aqueles que consideram acumular um pecado capital, como há, também, aqueles que pensam ser a pobreza outro nome para a vagabundagem. Entre esses dois extremos cabe de tudo, de socialistas a Keynesianos, até liberais reformistas (ABRANCHES, 1987, p. 13).

Esse autor põe em pauta uma dimensão basilar das políticas sociais, qual seja, a da necessidade imperativa de escolher determinados caminhos, sendo que essa escolha tem quase sempre um aspecto trágico, exposto adiante na análise de Santos (1987).

O direcionamento político dos programas ou planos de intervenção social, que visam promover o desenvolvimento por meio de políticas sociais como a de emprego e renda, implica, inevitavelmente, o caráter dilemático de determinadas escolhas, por exemplo: Qual o modelo de desenvolvimento eleito? Quais os meios para atingi-lo? Que segmento da pobreza será atendido?

O modo de responder a tais questões no aspecto prático de implementação das políticas sociais, ao envolver escala de valores, afeta direta e indiretamente a própria vida de indivíduos/grupos e nações inteiras.

Weber (1991), em suas reflexões sobre a natureza dos valores (que interessam à ciência da cultura) e a natureza dos fatos (objeto das ciências empíricas), ou seja, sobre o plano do ser, tomado em sua dimensão empírica, e o do dever-ser, relativo à esfera ética e moral, à especificidade das políticas sociais que envolvem considerações práticas, concluiu:

A particularidade de um problema de política social assenta precisamente no fato de este não poder ser resolvido a partir de considerações meramente técnicas baseadas em fins estabelecidos, mas antes que se pode, e deve lutar por esses padrões axiológicos reguladores, dado que o problema afeta já o âmbito da civilização em geral. Se existe luta, não tem apenas como objeto o 'interesses de classe', como tanto nos agrada pensar hoje em dia, mas também as concepções de mundo (*Idem*, p. 9).

O fato de as políticas sociais assentarem-se na escolha de padrões axiológicos reguladores, ou seja, em certas configurações de valor que regulam e orientam a ação, tem em Weber (1991) um caráter dilemático e mesmo trágico. E isso em virtude de a época moderna ser marcada, segundo ele, pelo politeísmo de valores, que se expressa pelo antagonismo inconciliável dos valores processados nas diferentes esferas da vida social (economia, política, religião). Tal politeísmo articula-se ao processo de autonomização das esferas de valor, que consiste na cisão entre os diferentes valores como bem, belo e verdadeiro, que passam a reger especificamente e de modo "especializado" a ética, a estética e a ciência (WEBER, 1974).

Tomando a ação social como conceito-chave de sua sociologia compreensiva, o autor elaborou uma tipologia da qual podemos distinguir dois tipos polarizados: a ação racional com relação a valores e a ação racional com relação a fins. A primeira configura uma ética da convicção; a segunda, uma ética da responsabilidade.

Na ação racional com relação a valores, a ação é subordinada a valores tomados de forma absoluta, sem confrontar com outras possibilidades de ação e tomando os meios

justificáveis pelos fins propostos. A ação racional, com relação a fins, é orientada em conformidade com o fim, o meio e as consequências implicadas, envolvendo uma avaliação racional dos meios com relação aos fins e às consequências de tal modo de ação (WEBER, 1974).

A ética da responsabilidade é atravessada radicalmente por um caráter de tensão e conflito, visto expressar a profunda fragmentação e autonomização das esferas de valor sobre o impacto do processo de secularização e laicização da ética, que emerge com a modernidade.

Para Weber (1974, p. 174), a ciência não tem sentido na acepção de que não se pode fundar o processo de decisão/escolhas em critérios científicos.

As reflexões weberianas, acerca do caráter dilemático do processo de escolha/decisão, estão, também, presentes na análise de Santos (1987) sobre as políticas sociais, em ensaio que tem como título *A Trágica Condição da Política Social*. Segundo sua análise:

Édipo conhecia em abundância o desenlace de seu destino e desconhecia por completo a trama que o conduziria até ele [...] As sociedades modernas, ao contrário de Édipo, percorreram o trajeto da cegueira à claridade via tragédia. A descoberta de que a opção entre equidade (justiça) e eficiência (administração de escassez) constitui genuíno dilema, foi apenas a ante-câmera para a luminosidade maior do espaço inteiro da sociedade: toda escolha social é uma escolha trágica no sentido radical de que, mesmo decisões altamente benéficas, reverberam, em algum lugar, metamorfoseadas em mal (SANTOS, 1987, p. 37).

Afora os problemas referentes às escolhas de perfis das políticas públicas, que levantam questões de ordem ética, deve-se levar em conta os problemas de ordem prática (no sentido sociológico, de efetivação empírica) das políticas sociais. Para que se opere a avaliação de prioridades e a escolha de determinadas diretrizes, é necessário definir, preliminarmente, a natureza dos problemas/questões sociais que devem ser solucionados por meio de políticas públicas específicas.

Um aspecto relevante e mesmo surpreendente da natureza de algumas questões sociais reside no fato de serem efeito ou resultado da ineficácia ou do fracasso de políticas sociais desenvolvidas em outros setores. Santos (1987) fornece um exemplo de tal processo:

O volume de recursos gastos sob a rubrica 'benefícios pagos por acidente no trajeto casa-trabalho-casa' do orçamento previdenciário brasileiro cresceu nos últimos 15 anos a uma taxa alarmante e muito além de qualquer proporção razoável em relação à taxa de crescimento da força de trabalho coberta pela CLT. Não existe política social em sentido estrito que possa solucionar definitivamente ou mesmo reduzir a magnitude deste problema, já que se trata de um problema-produto das políticas de transporte e viária (*Idem*, p. 53).

Políticas sociais são ações do governo que têm como objetivo a redução das desigualdades e a promoção da cidadania (SANTOS, 1987, p. 83), ou, dito de outra forma,

são ações sociais do Estado que têm por finalidade a “promoção da justiça social e a equidade”, a serem atingidas pela garantia dos direitos sociais e da cidadania e, também, o combate à miséria. Para esse propósito, o Estado atua “[...] no campo definido por escolhas políticas quanto ao modelo e ao grau de correção de desequilíbrios sociais” (ABRANCHES, 1987, p. 11).

Por meio da política social, o Estado atua no atendimento às necessidades sociais básicas decorrentes dos desequilíbrios promovidos pela acumulação/distribuição.

A política social, como política pública, corresponde a um sistema de transferência unilateral de recursos e valores, sobre várias modalidades, não obedecendo, portanto, à lógica do mercado, que pressupõe trocas recíprocas. A unilateralidade baseia-se no fato de o processo social determinar inúmeras situações de dependência, que devem ser corrigidas, legitimamente, através da ação estatal (ABRANCHES, 1987, p. 13).

Esse autor apresenta duas distinções da política social, uma relacionada à incapacidade de as pessoas obterem rendas para suas necessidades (“quase sempre insanáveis”) e outra transitória, as quais podem ser coletivas ou individuais. (ABRANCHES, 1987, p. 15).

As pessoas muito pobres encontram-se envoltas em uma teia de privações que as impede de gerarem recurso para mudar a sua condição de miséria. São para elas que se voltam as políticas sociais compensatórias. Essas políticas são “específicas” e “seletivas”, promovem uma discriminação positiva, ou seja, estão voltadas ao destituídos, “têm duração limitada”, quer dizer, duram o quanto forem necessárias para inserir os indivíduos “nos circuitos regulares da vida social” compensando as carências que põem em “risco a sobrevivência e a sanidade”. Diferem, portanto, da política social de caráter convencional, universal, que é um direito assegurado pelo Estado a todos (ABRANCHES, 1987, p.15).

No que diz respeito ao Brasil, Sposati (1995) mostra que as políticas sociais fazem parte dos mecanismos utilizados pelo Estado para responder à questão social, mas que não conduzem à garantia de direitos dado o seu caráter assistencial. “O assistencial é uma das características em que se expressa a ação do Estado brasileiro nas políticas governamentais de corte social” (SPOSATI, 1995, p.22).

O assistencial presente nas políticas sociais denota o caráter emergencial da ação estatal. Sendo o emergencial tomado não no sentido de imediato, prontidão em responder às demandas sociais, mas como eventual e fragmentado que caracteriza as políticas sociais como um conjunto de programas de unidade duvidosa:

Isso não significa que o assistencial se constitua um mecanismo que ‘resolva’ ou ‘de solução’ a esse conjunto de problemas nascidos da contradição fundamental da sociedade capitalista. Não significa, também, que a manutenção ‘assistida’ da

subalternidade seja a única forma de enfraquecimento da questão social pelo Estado. A presença do assistencial nas políticas sociais conforma o usuário, possível gestor, em beneficiário assistido (SPOSATI, 1995, p. 28).

Para Sposati (1985, p. 30), o caráter compensatório das políticas sociais, no Brasil, permite: 1) o rebaixamento da qualidade dos serviços, porque dirigida a pessoas “pouco exigentes” e “ignorantes” e “reduzidos a soluções precárias”; 2) a fragmentação das demandas (SPOSATI, 1985, p. 31); 3) perceber que as políticas sociais consagram formas populistas de relação e benevolência (*Idem*, p. 29). O assistencial é uma forma de mascarar a exclusão social, por uma suposta inclusão social, e afirmar a disponibilidade do Estado ante às carências dos indivíduos. (*Idem*, p. 31).

As políticas sociais são orientadas aos extremamente pobres na América Latina (camponeses, sem-terra, desempregados, mães de família, crianças, idosos, etc.) que se encontram em condições mais precárias de sobrevivência, tais como mortalidade infantil, desnutrição e habitações insalubres, no sentido de criar uma rede de segurança com o objetivo de sanar o desequilíbrio social e oferecer aos desprotegidos o mínimo de serviço de primeira necessidade e infraestrutura social que consiste em

Programas especiais de formação profissional para mulheres; obras para irrigação; construção de estradas e eletrificação de certas zonas rurais ou subúrbios populares das grandes cidades; programas especiais de melhoramento do *hábitat* nos bairros mais pobres; programas de emprego de emergência para manutenção de infraestrutura pública; ou, ainda, auxílio para o desenvolvimento de microprojetos produtivos (SALAMA, VALIER, 1997, p. 117).

Os autores enfatizam que o alvo das políticas sociais focalizadas na América Latina, a partir da década de 1990, são os extremamente pobres, aqueles cuja vida encontra-se sob ameaça, se nenhuma medida for tomada para aliviar o quadro de carência. Já quanto aos pobres, estes podem esperar que sejam superadas as barreiras ao crescimento econômico de modo que possam melhorar as suas condições de vida.

A atuação dessas políticas inscreve-se na distinção feita por Castel (1998) entre política de inserção e política de integração, que se alicerça no “sentido de mudanças no papel do Estado frente à questão do emprego”. Esse entendimento diz respeito a uma passagem, um deslocamento dos alvos das políticas públicas desenvolvidas antes, em nome da “integração” para políticas conduzidas em nome da “inserção” (CASTEL, 1998, p. 537-538).

A distinção entre uma e outra é que as políticas de integração buscam o grande equilíbrio visando homogeneizar a sociedade, por meio de diretrizes gerais, de modo a promover o acesso universal a serviços públicos e a instruções, reduzir as desigualdades, melhorar a divisão das oportunidades e consolidar as condições salariais; enquanto as

políticas de inserção seguem a lógica de uma discriminação positiva na perspectiva do atendimento universal (para todos), definindo o alvo, a clientela, os espaços sociais nos quais deve se efetivar e as estratégias específicas (*Idem*, p. 538).

É significativo o fato de Castel (1998) utilizar-se do termo passagem, e não rupturas, das políticas públicas de integração às políticas de inserção, o que parece demonstrar que não se trata propriamente de um novo modelo de Estado, mas de outras possibilidades já latentes do Estado liberal burguês, de modo a obter certo nível de re-equilíbrio das agudíssimas desigualdades entre grupos e regiões.

No que concerne mais diretamente ao objeto de estudo – a relação política pública de trabalho e renda e população pobre – verifica-se, segundo Castel (1998), que as políticas de inserção

Vão se mover nessa zona de incertezas onde o emprego não está garantido, nem mesmo para quem quisesse ocupá-lo, e onde o caráter errático de algumas trajetórias da vida não decorre somente de fatores individuais de inadaptação. Para essas novas populações, as políticas de inserção vão precisar inventar novas tecnologias de intervenção. [...]. Vão situar-se aquém das ambições das políticas integradoras universalistas, mas também são distintas das ações particularistas com objetivo reparador, corretivo e assistencial da ajuda social clássica. [...] Mas a sua consolidação progressiva marca a **instalação do provisório como modo de existência** (*Idem*, p. 542; 543). (**Grifo nosso**).

Diante dessa realidade de desestabilização dos estáveis, de instalação do provisório como modo de existência (CASTEL, 1998), a questão social pode estar relacionada ao poder de alcance das políticas públicas no sentido da geração de trabalho e renda e de conter os níveis de insatisfação e de conflitos que ameaçam o tecido social, pondo em risco a ordem social dominante.

Offe (1984, p. 15) afirma que “A política social é a forma pela qual o Estado tenta resolver o problema da transformação duradoura do trabalho não assalariado em trabalho assalariado”.

Afirma, também, que existe uma simetria entre a expansão/dominação do projeto capitalista e a desorganização/desmobilização da força de trabalho. Tem-se a impressão que é isso que se observa na região amazônica; a presença do grande capital utilizando tecnologia de ponta promove a ocupação das terras e desagrega as formas de vida e de trabalho das populações locais. Ao serem destituídos das suas terras, os povos da região³ migram para a periferia das cidades e passam a viver da aposentadoria rural de algum dos familiares, de pequenos serviços, enfrentando todos os tipos de necessidade, dentre essas, a privação de

³ Usamos a expressão *povos da região* para designar a diversidade dessa população: índios, negros, caboclos (LOUREIRO, 1992).

alimentos (fome) e o sofrimento de não disporem da terra para voltar a morar e a produzir.

Os que procuram trabalho e conseguem em alguma empresa madeireira, mineradora ou garimpeira como assalariados, em geral apresentam dificuldades para adaptarem-se ao regime de trabalho, afinal a sujeição à lógica da produção capitalista impõe a esse trabalhador outra rotina de trabalho e outra temporalidade que não aquela da agricultura e da pesca. Isso porque o tempo, na Amazônia, para as populações de terra firme e ribeirinha, não é o mesmo das cidades, das empresas. O tempo lá é mediado pelos ciclos das chuvas, pela dinâmica do rio.

Na realidade, como afirma Offe (1984), as transformações na utilização da força de trabalho fazem com que os trabalhadores já não possam fazer do seu labor a fonte de sustentação sua e de sua família.

As populações amazônicas (ribeirinhas ou de terra firme), que viveram, por gerações, da interação com a natureza e dedicavam-se, de forma alternada, à pesca, à caça, à criação de pequenos animais, à coleta de frutos e à extração de essências e óleos vegetais (LOUREIRO, 1992), tiveram suas formas de vidas alteradas pelas políticas de ocupação da Amazônia.

Junto com os grandes planos de desenvolvimento e de integração da Amazônia, o trabalho assalariado despontou, no imaginário daquela população, como a alternativa de melhoria das condições de vida, como a senha de acesso ao mundo do consumo. Razão pela qual é muito frequente se ouvir das populações locais a expressão “pegar emprego”, para designar que a pessoa deseja se empregar⁴.

Para Offe (1984, p. 15), a socialização do trabalho assalariado torna-se possível porque o Estado organiza e sanciona as formas de existência alheia a este e o faz lançando mão de mecanismos de controle, de regulação política, ao possibilitar formas de subsistência fora do mercado.

A sociabilidade e a coesão social seriam, então, determinadas diretamente pelo mercado? Offe (1984, p. 24) e Castel (1998, p. 497) respondem a essa pergunta chamando atenção para o papel do Estado.

Para Offe (1984, p. 24), a sociabilidade depende tanto do mercado como da sanção do Estado, compreensão que leva o autor a definir *política social* como ações e estratégias que transformam o proprietário de força de trabalho em trabalhador assalariado, uma vez que, por

⁴ Essas observações decorrem de conversas com agricultores e seus familiares, particularmente os que trabalhavam na implantação do Projeto Juruti, no Baixo Amazonas, município de Juruti). Na ocasião, verificou-se a expectativa despertada nas comunidades com a possibilidade de emprego e, logo em seguida, verificou-se o sofrimento daqueles frente à disciplina do trabalho assalariado.

meio dessas, o Estado apresenta solução para os problemas estruturais concernentes aos que se encontram fora do mercado de trabalho.

O todo econômico nunca fundou uma ordem social; numa sociedade complexa, a solidariedade não é mais um dado mas um construído; a propriedade social é, simultaneamente, compatível com o patrimônio privado e necessária para inseri-lo em estratégias coletivas; o salário, para escapar da sua indignidade secular não pode se reduzir à simples remuneração de uma tarefa: a necessidade de preparar cada um lugar numa sociedade democrática não pode ser realizada por meio da completa transformação da sociedade em mercadoria, cavando qualquer 'jazida de emprego' etc (CASTEL, 1998, p. 497).

Segundo Martins (2003), também o Estado, ao propor mecanismos de geração de trabalho e renda com o propósito de inclusão social, o faz sob o discurso da participação, da parceria, da solidariedade.

As políticas públicas de qualificação e de desenvolvimento rural também propõem a participação, a solidariedade e a parceria. Cabe questionar como isso ocorre, o que é ensinado aos agricultores familiares.

Essas políticas, construídas e postas em prática sobre o lema da parceria, solidariedade, do desenvolvimento sustentável, significam um espaço de construção da cidadania para os agricultores familiares ou são, conforme conclui Martins (2003, p. 45), a extensão, para aqueles rotulados como excluídos, “[...] do que já é velho, dos mecanismos de reprodução das relações sociais”? E ainda, o que representa a participação das organizações sociais no cenário das decisões e a discussão das políticas sociais de desenvolvimento rural sustentável?

1.3. Desenvolvimento em questão: antinomias de uma proposta

Atualmente, diferentes visões de desenvolvimento relacionam-se entre si e disputam espaço na concretude das políticas públicas, sendo que, neste trabalho, persegue-se a ideia de *desenvolvimento rural*, por se tratar de um estudo do PRONAF.

O termo desenvolvimento emerge no quadro da nova ordem mundial pós-guerra (2ª. Guerra Mundial) e da instituição da hegemonia norte-americana, dando lugar ao nascimento da ideologia do desenvolvimento que data, precisamente, do ano de 1949, a partir do tradicional discurso sobre o Estado de União, pronunciado pelo presidente Truman, dos EUA. Tal discurso distinguia a concepção da política internacional dos Estados Unidos da América (EUA) no binômio desenvolvimento e subdesenvolvimento. Cabia àquele país: 1) continuar a sustentar a ONU, criada em 1945; 2) a reconstrução europeia por meio do Plano Marshall; 3) criar uma organização comum de defesa (Organização do Tratado Atlântico Norte – OTAN)

para fazer face à ameaça soviética (BUCLET, 2004; BRYAN, 2006).

Segundo a orientação do pós-guerra, os países desenvolvidos seriam o objeto do Plano Marshall para suas reconstruções, enquanto os subdesenvolvidos, objeto de ajuda para desenvolverem-se, sendo, para tanto, criada a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional.

Embora não sendo objeto desta tese, é necessário (para a compreensão dos labirintos ideológicos das estratégias de homogeneização do modo de produção capitalista) que não se perca de vista a atuação da OTAN, no que concerne à relação entre países capitalistas e o bloco soviético e, principalmente, ao tipo de ajuda oferecida aos países subdesenvolvidos, pois isso possibilitará compreender de onde se origina a proposta de desenvolvimento para os pobres, presente nas políticas públicas de geração de trabalho e renda.

Ainda, em perspectiva história, anterior à Segunda Guerra, a ideia de desenvolvimento esteve associada à de progresso, à civilização, ao mercado, pois foi sob essa bandeira que os países europeus se lançaram no mar em busca de novas fontes de matéria prima, explorando, destruindo e dizimando os povos que encontraram pela frente.

A degradação ambiental, que ganhou relevo a partir dos anos de 1970, o aumento da pobreza, a redução dos postos de trabalho e a degradação da vida urbana fizeram com que duas questões ganhassem relevância na discussão sobre desenvolvimento: a primeira, que o desenvolvimento econômico não pode ser ilimitado; a segunda, que o desenvolvimento deve atender às necessidades básicas como forma de “conciliar o crescimento econômico e a justiça social” (Cf. BRYAN, 2006, p. 35).

Várias medidas foram tomadas por organizações como a ONU e o Banco Mundial para pôr em prática um modelo de desenvolvimento que teoricamente garantisse o crescimento das riquezas, protegesse o meio ambiente e combatesse a pobreza.

Com o propósito de estabelecer limites ao desenvolvimento e combater as desigualdades, foram realizadas Reuniões, Conferências, Cúpulas, tais como: a) Conferência das Nações sobre Meio Ambiente Humano (1972, em Estocolmo), que, tendo como pauta o desenvolvimento do planeta e o meio ambiente global, resultou na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA; b) Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (1974, em Cocoyoc – México)⁵; c) Reunião de Nairóbi (1982), que avaliou as decisões de Estocolmo e teve como resultado a criação da Comissão Mundial

⁵ Nesta Conferência, foi discutida a relação entre sociedade e natureza e os limites sociais e ambientais do desenvolvimento.

de Meio Ambiente e Desenvolvimento; d) Publicação, pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, do Relatório Brundtland, *Nosso Futuro Comum*, que atentou para as necessidades de estabelecer uma forma de relação com o meio ambiente – o desenvolvimento sustentável; e e) a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como *Cúpula da Terra, Eco-92* ou *Rio-92*. Esta última contou com a representação de 178 países e foram formalizados protocolos e documentos que demonstravam a preocupação com o Planeta. Dentre esses, destacamos a Agenda 21: a Declaração do Rio; Declaração de Princípios sobre a Floresta; Convenção sobre a Diversidade Biológica e Convenção-Quatro sobre o clima.

Pode-se admitir, contudo, que, passado mais de meio século, a promessa dos frutos do desenvolvimento vem se renovando pelo aperfeiçoamento dos argumentos, sem que seus resultados possam ser comprovados. Tal modelo de desenvolvimento promoveu a pobreza, a destruição da biodiversidade, ao mesmo tempo em que fez crescer a produção e a concentração de riquezas. Além disso, despertou iniciativas que se contrapõem à ideia de que não existe alternativa ao capitalismo. Conforme Santos (2002):

A globalização neoliberal foi eficazmente posta em causa por múltiplos movimentos e organizações, uma das tarefas urgentes consiste em formular alternativas econômicas concretas que sejam ao mesmo tempo emancipatórias e viáveis e que, por isso, dêem conteúdo específico às propostas de uma globalização contra-hegemônica. (*Idem*, p.24)

A urgência dessas iniciativas também diz respeito ao fato de que as “as alternativas sistêmicas” que perduraram em algumas décadas do século XX, representadas pelas economias socialistas, mostraram-se inviáveis e indesejáveis já no final desse século (*Idem*, p. 25). A crise do socialismo real não afirma a inexistência de alternativas emancipatórias ao capitalismo. Para Santos (2002, p. 25), essa crise representou a oportunidade para outras formas de “alternativas (no plural), que apontem para as práticas e formas de sociabilidade anticapitalista”.

No que diz respeito aos esforços de construção de alternativas ao desenvolvimento capitalista (Santos, 2002), verifica-se, no Baixo Amazonas, do ponto de vista concreto, o papel desempenhado pelo movimento social, no sentido de criar alternativa à expansão do capitalismo na região, por meio de um projeto alternativo de desenvolvimento (*Projeto Tucumã*), que será tratado no Capítulo IV deste estudo.

1.3.1. Notas sobre as modalidades de desenvolvimento

Brandão (2007, p. 89), examinando a configuração espacial do desenvolvimento capitalista no Brasil, afirma ser este marcado por inércias, rupturas, conflitos, desequilíbrios, assimetrias e por um complexo desenvolvimento desigual dos espaços regionais. O autor indica as insuficiências teóricas das análises “especializadas” dos processos econômicos, de acordo com a denominada ciência econômica regional e urbana (*Idem*, p. 57).

As dramáticas desigualdades sociais, a enorme distância entre o padrão de produção-consumo das regiões desenvolvidas e as regiões pobres ou da periferia capitalista seriam resultantes da desigualdade da distribuição espacial dos fatores de produção e das atividades que poderiam ser contornadas ou corrigidas pela tomada de decisões otimizadas, pautadas na racionalidade dos agentes (*Idem*, p. 57).

O autor considera ainda o fato de essas análises conceberem o espaço como algo inerte, homogêneo, estático, figurando como um mero recipiente, dependendo, portanto, a expansão do desenvolvimento de cálculos que regulariam a eficiência no deslocamento dos agentes, operando a mobilidade dos fatores de produção e corrigindo ou diminuindo a distância física entre bens, pessoas e mercados (*Idem*, p. 58-59).

Dentre os autores apontados por Brandão (2007), destacaremos, brevemente, algumas das teses centrais de Harvey e Lefebvre em relação à concepção de espaço.

Harvey (1992) defende a tese de que o tempo e o espaço constituem fonte de poder social, em torno das quais se efetivam lutas entre grupos ou classes:

Nas economias monetárias em geral e na sociedade capitalista em particular, a intersecção do domínio sobre o dinheiro, o tempo e o espaço forma um nexo substancial de poder social que não podemos nos dar ao luxo de ignorar (*Idem*, p. 207).

A partir dessa tese geral, Harvey (1992) estabelece duas questões centrais acerca da relação dinheiro-espaço-tempo. A primeira relativa aos grupos ou classes sociais que definem as práticas materiais, as formas e o sentido do dinheiro, do tempo ou do espaço, estabelecendo, portanto, as regras básicas do jogo social. A segunda refere-se, especificamente, às modalidades de ordenação, classificação espaço-temporal de cada sociedade (*Idem*, p. 207 – 208).

Lefebvre apud Brandão (2007), por sua vez, distingue três dimensões do espaço, que mantém, entre si, uma relação dialética, quais sejam, o vivido, o percebido e o imaginado. Em sua obra, *La Produccion de l'Espace*, Lefebvre especifica essas três dimensões: **(1)** as práticas espaciais materiais referem-se aos fluxos, transferências e interações físicas e materiais que

ocorrem no e ao longo do espaço de maneira a garantir a produção/reprodução social; (2) as representações do espaço compreendem os signos, significações, códigos e conhecimentos que possibilitam falar dessas práticas materiais e compreendê-las, tanto em termos da linguagem do senso comum, quanto na do jargão das disciplinas acadêmicas que tratam de práticas espaciais (engenharia, arquitetura, geografia, etc.); (3) os espaços de representação são invenções mentais (*discursos espaciais*, paisagens imaginárias, pinturas, etc.) (*Idem*, p. 68).

Os autores acima citados destacam a relação entre espaço/tempo, atentando, assim, para a dimensão histórica da produção e compreensão dos aspectos espaciais e temporais, perspectiva assumida também por Carlos Brandão (2007) ao apontar a impossibilidade de se traçar uma teoria geral do desenvolvimento regional e urbano, sem levar em conta determinações históricas particulares que configuram diferentes modalidades de produção de espaços concretos.

Brandão (2007), procurando destacar as características básicas do processo de ocupação do território e da construção da nação, no Brasil, articula a relação entre espaço de desenvolvimento da seguinte forma:

Entendemos que a análise da dimensão espacial do desenvolvimento do 'capitalismo selvagem' brasileiro ajuda a lançar luz sobre a natureza do nosso padrão histórico de crescimento, com concentração brutal da terra, da riqueza, da renda e do poder [...] dada a natureza da colonização exploratória que se processou no Brasil, a anexação de áreas econômicas remotas se tornava crítica e custosa. Os agentes da colonização apenas circunstancialmente tiveram interesses maiores em adentrar e utilizar a riqueza da diversidade regional brasileira (*Idem*, p. 91-92).

O autor apresenta um exame crítico das mais recentes teorias sobre o desenvolvimento, que afirmam a emergência de um novo padrão de desenvolvimento, construído fundamentalmente no âmbito local.

Dependente apenas da força de vontade dos agentes empreendedores que mobilizariam as potências endógenas de qualquer localidade. Pretendo demonstrar as insuficiências, desvios e conseqüências nefastas da aplicação mecânica desse modismo, que ressalta os microprocessos e as microdecisões, na verdade defendendo uma agenda que nega cabalmente a política, os conflitos, as classes sociais, o papel da ação estatal, a nação e o espaço nacional. Na verdade, nega todas as questões estruturais e, assim, todas as escalas existentes entre o local e o global (BRANDÃO, 2007, p. 37).

Para maior compreensão desse processo, é necessário tornar claro o que se entende como *desenvolvimento local*. Conforme Jesus (2003), este consiste em criar oportunidades para que a população de determinada localidade melhore suas condições de vida e em promover transformações de ordem econômica, política e social por meio de Arranjos

Produtivos Locais (APLs). As transformações referem-se à produção e comercialização de bens e serviços e por meio da “[...] valorização e ativação das potencialidades e efetivo recursos locais” (JESUS, 2003, p. 72).

Para ele, o desenvolvimento local caracteriza-se pela participação dos habitantes da localidade, pela valorização dos recursos locais, que deve ocorrer sobre a coordenação e o controle de instituições ou de pessoas da localidade e pela solidariedade.

A compreensão é de que todas as localidades possuem um capital social e cultural, possuem potencialidades naturais e humanas que precisam ser desenvolvidas. Isso implica a qualificação e capacitação dos trabalhadores, levando em conta elementos como empreendedorismo, cooperativismo e associativismo, solidariedade e gestão.

Ainda segundo o mesmo autor, desenvolvimento local também implica a elevação da escolaridade, a mobilização de redes de parcerias, melhoria das condições de saúde, de transporte, de alimentação, de geração de renda e preservação ambiental.

É oportuno refletir sobre a ênfase dada ao local nas políticas públicas de desenvolvimento para os pobres bem como, sobre a fixação do homem no campo, apontada como forma de conter o êxodo rural. Enquanto para o agricultor familiar o local é o espaço de vida e trabalho para os homens globalizados, o que exploram riqueza nos vários cantos do mundo, essa determinação não cabe, os seus negócios, as suas residências estão em todos os lugares que desejem ir. Não seria a ênfase no local, mais uma marca, uma caracterização entre pobres e ricos?

Santos (2002) estabelece relações entre a proposta de desenvolvimento local e a de desenvolvimento alternativo, afirmando que da proposta do “[...] desenvolvimento alternativo fazem parte das estratégias dos argumentos contra a globalização neoliberal” (*Idem*, p. 51). Essas propostas, geralmente, dizem respeito ao local, o que, para Santos (2002, p. 52), constitui limitações à

[...] ‘construção de alternativas econômicas emancipadoras’ embora tenha o mérito de colocar no centro das discussões os efeitos concretos dos programas de desenvolvimento e advogar a transferência de poder para os atores locais, também levou a teoria a reificar o local e a desligá-lo de fenômenos e movimentos regionais, nacionais e globais. Essa concentração no local sustenta-se em uma concepção de comunidade como uma coletividade fechada e indiferenciada cujo isolamento garante o caráter alternativo das suas iniciativas econômicas. (*Idem*, p. 52).

A ênfase nas potencialidades locais, ou seja, nas especificidades do local com vista à valorização dos recursos naturais ou culturais para transformá-los de acordo com o mercado, relembra a discussão proposta por Young (2002), na qual o autor mostra que as sociedades modernas consomem a diversidade e que as diferenças são recicladas e transformadas em

mercadorias.

Na realidade, uma das orientações para o desenvolvimento local é partir de algo que diferencie um grupo de pessoas ou uma comunidade (belas naturais, recursos naturais e culturais), submeter-se a um tratamento comercial e vender no mercado.

Retomando a linha de análise proposta por Brandão (2007), destaca-se a dramática tensão entre global-nacional-local, em virtude da crescente internacionalização das redes econômicas, financeiras e tecnológicas do capital mundializado. Estas debilitam o poder decisório dos centros nacionais e acabam por operar um deslocamento das questões estruturais/nacionais para uma perspectiva localista e orientada pelo voluntarismo, produzindo-se, assim, o abandono de um projeto nacional de desenvolvimento capaz de levar em conta as marcantes heterogeneidades e desigualdades regionais, em termos econômicos e sociopolíticos. Tal perspectiva, criticada pelo autor, com ênfase no localismo e voluntarismo, como valores norteadores de um novo modelo de desenvolvimento, expressa a despolitização do tema do desenvolvimento, visto excluir de cena ou minimizar a importância da ação do Estado na elaboração de políticas públicas que se inscrevam em um projeto de desenvolvimento.

Essas diferentes perspectivas têm importância no que concerne ao próprio processo de configuração das políticas públicas.

Criticando o “equivocado consenso do pensamento único localista” e referindo-se à revalorização do território pela geografia econômica e pelas ciências sociais como um todo, Brandão (2007), afirma:

Quase toda literatura aborda e as ‘políticas públicas’ implementam ações em alguma medida orientadas, em parte ou no todo, por essa concepção teórica e analítica. Negligenciando cabalmente as questões estruturais do país e as marcantes especificidades de suas regiões, essa agenda se impôs de forma avassaladora na academia e nos governos estaduais e municipais e nas diversas modalidades de políticas federais: sociais, industriais, agrícolas, etc. (*Idem*, p. 36).

Dessa forma, o Estado parece circunscrever-se ao papel de um mero negociador entre partes, capaz de engendrar um “ambiente favorável” às tão decantadas parcerias.

Brandão (2007, p. 38) enfatiza que os partidários dessas “novas teorias” de desenvolvimento

Admitem a intervenção do Estado para contrabalançar as posições de ‘equilíbrio subótimo’, resultantes das ‘falhas de mercado’, mas, sobretudo, para engendrar um ambiente favorável, estimulante aos investimentos privados, como, por exemplo, por meio de maiores gastos em educação ou esforços de aperfeiçoamento regulatório, ou qualquer despesa pública que seja produtiva, no sentido de desobstruidora e restauradora de condições adequadas à maior produtividade dos fatores,

aperfeiçoando o ambiente institucional e possibilitando a diminuição dos ‘custos de transação’ na operação do sistema econômico. (*Idem*, p. 38).

Nos últimos anos, verifica-se a retomada da questão do território pelas ciências sociais e os conceitos de local/regional passam a assumir uma centralidade nos debates acerca do desenvolvimento e fazer parte das orientações para as políticas sociais de desenvolvimento e geração de renda.

O exame do conceito de desenvolvimento territorial explica-se em virtude de o objeto de estudo desta tese remeter, inevitavelmente, ao conceito de território. Ao analisarmos a dimensão educativa das políticas públicas efetivadas por meio de programas de qualificação e capacitação voltados à agricultura familiar (Baixo Amazonas), vê-se, portanto, a necessidade imperiosa de examinar esse conceito no sentido de espacialidade geopolítica e econômica. Cabe, ainda, lembrar que o governo Lula denomina uma das orientações de suas políticas públicas de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário.

Haesbaert (2006) sublinha o fato de a territorialidade constituir-se como elemento indissociável da própria condição humana partindo do fato de que o conceito de sociedade implica, de algum modo, sua espacialização-territorialização (HAESBAERT, 2006, p. 20). Ele destaca três orientações básicas da concepção de território: política: referida a relações espaço-poder, em geral, ou jurídico-político, como relativa às relações espaço-poder institucionalizadas. Na ótica mais difundida de tal vertente, o território é visto como espaço delimitado e controlado, controle por meio do qual se exerce determinado poder, na maioria das vezes, relacionado ao Estado; cultural (muitas vezes, culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva entre o territorialista, sobretudo como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido e econômica (muitas vezes, economicista): concepção menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo (HAESBAERT, 2006, p. 40).

No que concerne à dimensão econômica de território (dimensão esta que assume grande relevância na configuração do conceito de desenvolvimento), autores como Godelier (1984 apud HAESBAERT, 2006 p. 56) privilegiam, precisamente, o aspecto econômico de território, definindo-o a partir de processos de controle e usufruto de recursos, verificando-se, em tal definição, uma forte referência à natureza. Atualmente, segundo Haesbaert (2006), estamos bem distantes de uma concepção de território como “fonte de recursos” ou como simples “apropriação da natureza”, em sentido estrito (*Idem*, p. 56-8). O autor admite,

entretanto, que o agravamento das questões ambientais levará a uma valorização crescente do controle de recursos, como água ou solos agricultáveis, gerando novos conflitos pelo domínio territorial.

A crescente valorização do controle de recursos naturais leva, inevitavelmente, à reflexão acerca do papel da Amazônia no horizonte das discussões teóricas e decisões políticas relativas às questões ambientais. Tais questões serão tomadas como eixos norteadores para o tratamento de outra dimensão/acepção de desenvolvimento, qual seja, aquela referente ao conceito de desenvolvimento sustentável.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) surge na década de 1980 como tentativa de explicitação da relação entre desenvolvimento e meio ambiente, tendo como marco o célebre Relatório Brundtland⁶.

Como já foi demonstrado acima, tal conceito foi apresentado no ano de 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), por meio do relatório denominado *Nosso Futuro Comum*, sendo definido como aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades.

Cabe, inicialmente, procurar definir o que é sustentabilidade, levando em conta a existência de inúmeras definições para o termo.

Fernandes (2006a) destaca que a ideia de sustentabilidade que permeia o modelo de Desenvolvimento Sustentável

É tirada do campo das ciências biológicas, onde é compreendida como a busca do prolongamento da durabilidade dos ecossistemas no tempo [...]. Assim sendo, o próprio marco teórico da sustentabilidade não relaciona os problemas ambientais com as relações sociais e não leva em conta as questões das desigualdades, o que compromete a efetividade da proposta de equidade feita no âmbito do modelo do Desenvolvimento Sustentável (*Idem*, p. 133).

Algumas das vertentes teóricas da concepção de DS abrigam uma tendência a naturalizar as profundas desigualdades sociais, por meio do centramento em questões ambientais, o que leva à minimização do caráter estrutural de tais desigualdades, advindas do próprio modelo capitalista do desenvolvimento, e que acaba tendo forte influência na configuração de políticas ambientais formuladas em termos globais, que não atentam para as radicais desigualdades entre diferentes países e dentro de cada país.

⁶ O relatório da CMMAD, órgão criado pela ONU, foi cognominado Relatório Brundtland, em homenagem à norueguesa Gro Harlem Brundtland, presidente da citada comissão, e instituído pela Resolução nº 38/161, adotada na 38ª Assembleia Geral da ONU, em outubro de 1983, sendo o Relatório o *Nosso Futuro Comum*, apresentado em Assembleia da ONU, em outubro de 1987, em sua 42ª Reunião (Cf. CARVALHO, 2006, p. 200).

Visvanathan (1991) indica também o caráter contraditório das propostas de DS que objetivam conciliar interesses opostos dos países ricos e das comunidades rurais pobres:

O DS tenta conciliar esses interesses opostos e objetiva, simultaneamente, maximizar o benefícios econômicos ambientais. Há aí uma contradição de termos, já que a sustentabilidade e o desenvolvimento são baseados em pressupostos muito diferentes e muitas vezes incompatíveis, sustentar significa dar suporte por baixo, suprir com alimentação, relaciona-se com cuidar e se preocupar com algo, conceitos que estão longe de serem extraídos do desenvolvimento, que é o ato de controlar, gerenciar e organizar, freqüentemente de forma violenta, exercido por Estados-Nações, instituições internacionais e corporações empresariais, operando sobre os princípios da ciência ocidental. (VISVANATHAN, 1991 apud BANERJEE, 2006, p. 91).

Nesse sentido, Banerjee (2006), ao se reportar ao desenvolvimento sustentável como a “reinvenção da natureza”, declara:

A despeito do avanço fenomenal da ciência e da tecnologia, da medicina e da produção agrícola, a promessa de que o ‘desenvolvimento’ erradicaria do mundo a pobreza permanece irrealizado em muitas partes do globo, especialmente no Terceiro Mundo. O progresso chegou a altos preços: o aquecimento global, o buraco na camada de ozônio, a perda da biodiversidade, a erosão dos solos, a poluição do ar e das águas são problemas com amplo impacto sobre as populações humanas, significativamente mais prejudiciais para os pobres do campo nos países de Terceiro Mundo e para os povos que retiram da terra seu sustento. (*Idem*, p. 78)

O alto preço cobrado pelo progresso a que Banerjee (2006) faz referência remete, precisamente, a um modelo de sociedade instituída sobre os princípios da racionalidade instrumental, para a qual não interessam o sentido e os valores éticos das ações, mas a sua eficácia (que implica a adequação meios-fins) e a otimização dos resultados: diga-se, o lucro e a expansão do capital. A chamada crise ecológica atual é resultado de uma crise profunda no próprio sistema institucional da sociedade industrial, que se vê abalada em seus próprios fundamentos, quais sejam, os de uma “racionalidade” tomada como instrumento capaz de garantir o controle da natureza de modo que dela se possa extrair o máximo de riqueza e bem-estar na via do progresso sem limites do capitalismo.

O conceito de DS é polissêmico, sendo definido por autores como Fenzl (1997), levando em conta as seguintes metas e objetivos básicos:

A taxa de consumo de **recursos renováveis** não deve ultrapassar a **capacidade de renovação** dos mesmos. A quantidade de **rejeitos produzidos** não deve ultrapassar a capacidade de absorção dos ecossistemas.

Recursos não renováveis devem ser utilizados somente na medida em que podem ser substituídos por um recurso equivalente e renovável (*Idem*, p. 657).

As metas e objetivos do DS, acima indicados, alertam contra a ilusão iluminista que tomava a natureza como um reservatório de recursos inesgotáveis e que poderiam ser

manipulados sem atentar para seus limites.

O Relatório Brudtland destaca, precisamente, a importância de estabelecer limites para o crescimento econômico. Carvalho (2006) sublinha os importantes aspectos relativos ao novo tratamento político, dada a questão ambiental pelo referido relatório. Entre tais aspectos, assinala: 1) o tema central, a insustentabilidade do padrão de desenvolvimento econômico capitalista face à depredação dos recursos naturais, visto que tal modelo de desenvolvimento limita as próprias possibilidades futuras de desenvolvimento socioeconômico; 2) a estreita relação entre crescimento da pobreza e da superpopulação absoluta e relativa e os problemas ambientais, tendo em vista a pobreza figurar como uma das principais causas e efeitos de problemas ambientais da economia global; 3) o caráter multidimensional do conceito de DS que implica o fato de os problemas ambientais reclamarem um tratamento transdisciplinar, envolvendo ciências da natureza e ciências sociais (CARVALHO, 2006, p. 200-202).

O mesmo autor observa que há, evidentemente, uma grande distância entre “intenção e gesto” no que diz respeito à aplicabilidade efetiva do DS.

Um dos aspectos importantes relativos às discussões sobre meio ambiente diz respeito ao uso estratégico do valor da biodiversidade pelos países capitalistas altamente desenvolvidos e o seu impacto na agricultura de subsistência do Terceiro Mundo.

A defesa da biodiversidade teve como marco importante a Convenção Internacional sobre a Biodiversidade (CIB), estabelecida na Rio-92, e que se constituiu como iniciativa dos países do Norte, com vistas a globalizar o controle, o gerenciamento e a apropriação da diversidade biológica, garantindo, assim, o livre acesso a matérias-primas de origem biológica para a indústria da biotecnologia. A crise da biodiversidade é resultante da industrialização desmedida e do crescimento econômico descontrolado. Entretanto, tal crise é apresentada como um fenômeno do Terceiro Mundo cuja solução estaria nas mãos dos países do Norte (BANERJEE, 2006, p. 97).

O discurso científico que fundamenta o DS ao apontar soluções para a perda da diversidade agrícola, ignora, entretanto, práticas agrícolas desenvolvidas por agricultores e camponeses do Terceiro Mundo, verdadeiros *experts* em modalidades tradicionais de agricultura, capazes de garantir a diversidade agrícola (BANERJEE, 2006, p. 95).

A imposição da lógica da economia capitalista de mercado, as transações efetuadas pelos camponeses, agricultores e povos indígenas do Terceiro Mundo acabam levando ao empobrecimento ainda maior de tais populações, já que os preços dos produtos naturais transacionados por meio da economia de subsistência são forçados para baixo, pelos padrões da política econômica externa.

Banerjee (2006) salienta a importância não somente econômica, mas também política e cultural da luta pela posse da terra (*Idem*, p. 82). O agravamento dos problemas ambientais só fez acirrar a luta pelos recursos naturais. Alguns dispositivos da CIB outorga aos Estados o direito de explorar os seus próprios recursos naturais, de acordo com suas políticas ambientais e de desenvolvimento, desde que se responsabilizem pela preservação do meio ambiente. Vários autores, entretanto, levantam sérias dúvidas sobre a garantia de a propriedade estatal de recursos genéticos beneficiar verdadeiramente as populações indígenas e camponesas (GUHA & MARTINEZ-ALIER, 1997 apud BANERJEE, 2006, p. 99).

No que tange especificamente à questão da posse da terra, aos preços pagos pelas elites econômicas pelo uso de recursos genéticos de comunidades pobres, comenta Banerjee:

A compensação baseada nos mecanismos de mercado servirá simplesmente para que, futuramente, os pobres do meio rural se enfraqueçam e empobrecam mais ainda. Muitas organizações de produtores agrícolas, de grupos indígenas e ONG's estão travando essas em níveis diferentes e a luta para manter a posse da terra não é somente uma luta econômica, é também uma batalha cultural para manter a sua sobrevivência. Embora seus esforços tenham contribuído para construir o reconhecimento de que as populações indígenas têm usado e conservado os recursos genéticos por milhares de anos, a CIB não assegura nem sua propriedade nem o gerenciamento desses recursos (*Idem*, p. 99).

As questões acima indicadas pela autora estão profundamente articuladas aos aspectos centrais desta tese, uma vez que a luta pela posse da terra na Amazônia, dada sua complexidade, envolve questões de ordem econômica, política e cultural, as quais apontam não apenas para políticas nacionais de controle dos recursos da biodiversidade, bem como para delicadas questões políticas e diplomáticas acerca das relações do Brasil com os países da América Latina e com os países ricos.

A expansão do uso de recursos da bioengenharia e da biotecnologia na agricultura é motivo de grandes preocupações para os especialistas responsáveis, tendo em vista os efeitos perigosos das manipulações genéticas nesta área.

1.3.2. Estratégias para o desenvolvimento: empreendedorismo, parceria e solidariedade

O termo empreendedorismo (*entrepreneur*) teve origem na França, no século XVII, mas foi no século XVIII, com a Revolução Industrial, que esse termo ficou definido como elemento do espírito capitalista. Ele diz respeito ao ato de empreender, aos empreendimentos que são exercidos pelos empreendedores, os quais são dotados de características particulares que os distinguem dos outros indivíduos. Trata-se de pessoas inovadoras, criativas, que assumem riscos; são originais e otimistas; têm percepção das oportunidades e possuem motivação; dedicam-se às atividades de organização, administração e execução e,

principalmente, à geração de riquezas e à transformação de conhecimentos e bens em novos produtos – mercadorias ou serviços⁷.

Para o entendimento da emergência do empreendedorismo nas políticas públicas inclusive no meio rural, na atualidade, é necessário levar em consideração que, com a globalização, mesmo os indivíduos que se encontram distantes dos centros urbanos, vivendo à margem dos empregos formais, tiveram suas formas de vida alteradas por esta, isso se torna possível porque a globalização não está restrita unicamente ao econômico, possui também aspectos políticos, como mostra Oliveira (2000).

Ora, se essas transformações tinham como ponto de partida a crise dos anos 1970 e os custos sociais, a exigência para atender ao crescimento da economia foi a liberação do mercado e a busca da competitividade, da eficiência e do equilíbrio econômico.

A necessidade, do ponto de vista econômico, foi liberar o capital dos limites da regulamentação, dando ênfase à competitividade global, dessa forma,

[...] vai se consolidando uma ordem cuja única referência é o mercado, onde o conceito de saúde econômica aparece atrelado às exigências de lucro, e não às necessidades humanas. A inserção no mercado mundial passa a ser uma necessidade premente para os países em desenvolvimento. O mercado mundial afirma-se como uma instituição hierárquica, segmentando-se entre países ricos, emergentes e pobres: o mundo deve ser governado pelas nações ricas, que por sua vez são governadas pelos homens ricos que as habitam (OLIVEIRA, 2000, p. 62).

Frente à submissão do ordenamento social aos princípios do mercado, seria o empreendedorismo, presente nas políticas públicas de geração de trabalho e renda, mais um elemento de legitimação desses princípios (competitividade, concorrência, ousadia, inovação, entre outros), dentre as camadas pobres da sociedade, os que não ganham o suficiente para suprir suas necessidades, aqueles que, mesmo qualificados, não conseguem encontrar oportunidades no mercado de trabalho? É importante perceber que o empreendedorismo faz parte das estratégias de qualificação e capacitação dos trabalhadores. Então, o que pode significar, num contexto de mudança na ordem capitalista mundial, o incentivo ao empreendedorismo presente nas políticas públicas?

Para Barbosa (2007, p. 71), o empreendedorismo ganhou destaque por meio de um enfoque comportamental, preso na motivação, naquilo que foi caracterizado como comportamento empreendedor: criatividade, persistência, liderança, iniciativa, individualismo, habilidade para lidar com recursos e pessoas, para identificar oportunidades e

⁷ Verbete **Empreendedorismo**. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Empreendedorismo>>. Acesso em 24 de Maio de 2008.

para correr riscos. A autora mostra, ainda, que, a partir dos anos 1980, foi criado um aparato para divulgação do empreendedorismo e da formação de empreendedores, envolvendo a mídia, com publicações, cursos de formação em diferentes níveis que dizem respeito à preparação “dos jovens para inserção no mercado de trabalho sem garantias de emprego ou estabilidade [...] não bastando apenas o conhecimento científico, mas, também, a capacidade empreendedora” (*Idem*, p. 72-73).

Partindo do entendimento de empreendedorismo relacionado aos princípios do capitalismo, Dagnino e Fonseca (2007) percebem-no como que readaptado ou alargado no seu significado. Para eles:

Recentemente, o tema foi investido de novos significados podendo referir-se à capacidade de inovação e de aprendizado determinada não apenas pelo investimento em pesquisa e desenvolvimento, mas também pela capacidade de inovação em gestão e organização da produção. Pode referir-se também à criação de novos e pequenos negócios, tipicamente dirigidos por empreendedores-proprietários, como forma alternativa de inclusão social de geração de trabalho e renda. Podendo referir-se ainda ao **empreendedorismo social e institucional, como capacidade de seguimento se as organizações sociais, comunidades e instituições públicas organizarem e implementarem iniciativas destinadas à melhoria das condições de vida locais e à abertura de oportunidades para grupos sociais menos favorecidos** (*Idem*, p. 18) (Grifo nosso).

Talvez seja esse alargamento ou essa potencialização do conceito de empreendedorismo que faz com que a Taxa de Atividade Empreendedora (TEA), medida a partir de 2001 em vários países, revele que o Brasil vem se mantendo entre os 7 países com taxa mais elevada, 13% em termos absolutos, em 2004, 15 milhões de indivíduos (BARBOSA, 2007, p. 73).

Essa autora lança mão de dados da pesquisa realizada pela *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) que mede a taxa de empreendedorismo local e o estímulo a sua expansão e mostra que pesquisa realizada em 34 países, no ano de 2004, identificou que 74 milhões de indivíduos entre 18 a 74 anos estão abrindo ou administrando negócios abertos em 42 meses. (BARBOSA, 2007, p. 73). Perseguindo as análises do autor, no que diz respeito à taxa de empreendedorismo, constata-se que a) há baixa taxa de empreendedorismo nos países da Europa e do Japão; b) nos EUA, Áustria e Nova Zelândia, verifica-se alta renda nacional e alta taxa de empreendedorismo, além da correlação entre alta taxa de empreendedorismo e baixa proteção social pública dos Estados nacionais e nos Estados anglo-saxões (BARBOSA, 2007, p. 74).

A autora conclui que é frágil a relação *empreendedorismo e bem-aventurança econômica capitalista* e que é relevante o quesito motivação, visto que

Nos países de renda alta o empreendedorismo é motivado pela ‘oportunidade’ e nos países periféricos o principal incentivador é a própria ‘necessidade’, como no caso brasileiro, pelo alto percentual de desemprego, desigualdade social e frágil proteção social pública (*Idem*, p. 74).

Pode-se apreender, de acordo com Barbosa (2007), que a motivação para o empreendedorismo, principalmente nos países da América Latina (países pobres), está diretamente relacionada a sua condição de pobreza e ao lugar que o país ocupa na hierarquia capitalista, quanto maior a pobreza maior o índice de empreendedorismo.

Outra variável importante, apontada por ela, é a escolaridade e renda. Os empreendedores brasileiros não somam mais de cinco anos de estudo, ao passo que o índice de diplomação universitária é alto na maioria dos empreendedores nos países centrais (BARBOSA, 2007, p. 74).

Desse modo, a retomada do empreendedorismo, na atualidade, como orientação para o combate à pobreza, dá a impressão de tratar-se de importante recurso que o Estado dispõe para fazer a gestão da pobreza no Brasil. Observa-se a busca da coesão social por meio de estratégias em que os trabalhadores arriscam-se no mercado competitivo por meio de seus próprios negócios. A orientação política de transformar pobres e desempregados em empreendedores parece diminuir as responsabilidades do Estado com a desigualdade social, deixando a impressão para os menos avisados de que existem alternativas à pobreza, bastando apenas se organizarem para terem acesso a elas. Fica a impressão de que o Estado tem respondido às demandas sociais, já que a instituição de uma política pública como o PRONAF aparece como resposta às reivindicações dos trabalhadores.

O empreendedorismo é, então, um dos elementos da ressignificação do trabalho, presente nas políticas públicas na atualidade, no propósito de criar outra cultura do trabalho que não seja contraditória ao modo de produção vigente, e que, ao contrário, contemple os mesmos princípios desde as leis do mercado.

A orientação ao empreendedorismo está presente tanto nas políticas públicas como no movimento social, utilizado por estes como estratégia para a promoção da cidadania, para a geração de trabalho e renda e para o desenvolvimento.

Conforme Scherer-Warren (2006), a sociedade civil é composta por forças sociais heterogêneas, pela diversidade de segmentos sociais e está relacionada à cidadania e às formas de organização em torno de interesses públicos e valores e orientados pelas racionalidades do poder, da regulação e da economia.

A sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas

ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas (*Idem*, p. 111).

A autora enumera três níveis de interesses, a saber: 1) o associativismo local, que representa expressões locais e/ou comunitária da sociedade civil organizada, tem atuação sobre as questões sociais ou culturas locais. Esse tipo de associativismo vem alargando a sua atuação por meio da participação em redes⁸ ou de articulações interorganizacionais, é formado por associações civis e organizações comunitárias como algumas ONG's. Registram-se também, em nível local, os coletivos informais com pouca ou nenhuma institucionalidade e criadores de outras formas de expressão simbólicas; 2) as articulações interorganizacionais compostas por associações nacionais de ONG's, rede de rede, que são as formas pelas quais se dão as interlocuções e as parcerias mais institucionalizadas entre sociedade civil e o Estado. Essas articulações dispõem de meios virtuais, como a *internet*, o que possibilita comunicação cotidiana e espaçar os encontros presenciais; 3) mobilização da esfera pública que resulta da articulação dos movimentos sociais localizados, das ONG's, dos Fóruns e de rede de redes, lançando mão de manifestações em praças públicas, as quais contam com a participação de simpatizantes cuja atuação busca produzir visibilidade midiática e efeito simbólico aos manifestantes (SCHERER-WARREN, 2006, p. 111-112).

De acordo com a mesma, enquanto as formas de organização dos itens 1 possuem alguma forma de institucionalidade que disciplinam o associativismo civil, ou seja, registros legais, certificação ou procedimentos organizativos internos à associação, a mobilização da esfera pública é um modo de protesto social mais abrangente e se constitui como uma forma de pressão política mais expressiva do espaço público contemporâneo, mas, para ela,

Essas organizações em rede abrem-se para a articulação da diversidade, mas com limites quanto à capacidade de absorção de posturas ideológicas ou políticas conflitivas, vindo a se cindir quando os conflitos se tornam não negociáveis (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

Em outro artigo intitulado *Redes e Sociedade Civil Global*, Scherer-Warren (2002) chama atenção para as questões concernentes à atuação das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais, as quais são fundamentais para os fins desta tese (1) o significado das redes na configuração da sociedade civil e dos movimentos sociais e (2) a solidariedade como elemento de construção da cidadania.

A autora parte do pressuposto de que os

⁸ A autora se refere às redes transnacionais do movimento social e cita como exemplo o Movimento dos Sem-Terra, Movimento dos Catadores de Lixo, Movimento Indígena, Movimento Negro, etc. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 111)

[...] movimentos sociais avançarão na sociedade complexa, globalizada, informatizada, à medida que aprofundarem formas de relação sociais já emergentes – a solidariedade local e planetária; fortalecerem-se politicamente e ampliem sua legitimidade na sociedade civil como um todo, através de ações complementares – as redes estratégicas que conectam as ações locais com as globais – e se avaliem constantemente através de uma flexibilidade ancorada numa relação teoria-prática, que busca entender a complexidade da sociedade contemporânea e acompanhar seu dinamismo superando as ortodoxias teóricas e os fundamentalismos ideológicos que já não acompanham o fluxo da mudança social (*Idem*, p. 64).

SCHERER-WARREN (2002, p. 64) demonstra que a solidariedade é o recurso legítimo para a mobilização social, para a criação de novas formas de associativismo e voluntariado, pois, frente à complexidade do mundo contemporâneo, será por meio da solidariedade entre povos e culturas que a intersubjetividade coletiva pode se formar com mais facilidade.

Experiências inovadoras em que o trabalho voluntário adquire uma feição de luta pela cidadania encontram-se em ações educativas com populações carentes, excluídas, deficientes, etc. (*Idem*, p. 65).

A mesma observa, ainda, que o caráter emancipatório da solidariedade que possibilita experiências inovadoras nas quais os trabalhos desenvolvidos a partir de redes de economia solidária não ficam restritos apenas a uma dimensão econômica ou de sobrevivência. Referindo-se ao significativo crescimento do associativismo por meio de redes de economia solidária, Scherer-Warren diz que esta é uma

[...] visam à geração de emprego e renda a populações excluídas do mercado formal de trabalho. Porém não se trata apenas de uma alternativa de sobrevivência, mas de uma maneira de promover a cidadania e o ‘capital social’, isto é, formas de organização social e de elementos da vida cívica, tais como espírito público, redes, formas de confiança que facilitam a coordenação e cooperação social (LISBOA apud SCHERER-WARREN, 2002, p. 66).

Nas últimas décadas, o termo *solidariedade* vem assumindo o papel de valor fundamental para a configuração de determinados modelos de ação social e de associação entre os indivíduos (no caso atual, alguns movimentos sociais, como as Comunidades Eclesiais de Bases (CEB's) ou associações civis como as ONG's), chegando a designar uma das estratégias de políticas públicas e sociais para a geração de trabalho e renda.

É precisamente a natureza do vínculo comunidade-solidariedade que informa as teorias sociológicas clássicas – como as de Durkheim (1983) – e que buscam explicitar a passagem de um tipo de sociedade simples (baseada na divisão natural ou biológica do trabalho, no direito punitivo e na prevalência dos objetivos impostos pela família ou clã) para uma sociedade complexa (baseada na divisão do trabalho social, que se fundamenta em critérios econômicos, no direito restitutivo e no progressivo desprendimento do indivíduo de

seu grupo familiar ou comunitário).

A cada sociedade corresponderia um tipo diferente de solidariedade. A solidariedade mecânica seria própria das sociedades primitivas ou simples, na qual prevalece o poder da consciência coletiva sobre o indivíduo. Durkheim (1983) utiliza-se de tal termo à guisa de analogia:

Chamamo-la assim apenas pela analogia pela coesão que une entre si os elementos dos corpos brutos em oposição àquela que faz a unidade dos corpos vivos [...] a consciência considerada sob este aspecto, é uma simples dependência do tipo coletivo, que segue todos os seus movimentos, assim como objeto possuído segue aqueles que lhe imprime seu proprietário. Nas sociedades em que esta solidariedade é muito desenvolvida, o indivíduo não se pertence [...] ele é literalmente uma coisa da qual a sociedade dispõe (DURKHEIM, 1983, p. 69).

Nas sociedades complexas, como é o caso da sociedade industrial nascente, a qual se referia o autor, verifica-se a prevalência da solidariedade orgânica que, ao contrário da solidariedade mecânica (que deriva das semelhanças entre os indivíduos e cujas leis e valores, fundamentam-se na família, na religião e na coletividade), é produzida pela divisão do trabalho e envolve uma progressiva diferenciação entre os indivíduos.

Durkheim (1983) estabelece as seguintes distinções acerca dos dois tipos de solidariedade acima citados. Referindo-se à solidariedade orgânica, afirma:

[...] é completamente diferente a solidariedade produzida pela divisão do trabalho. Enquanto a precedente (no caso, a solidariedade mecânica) implica que os indivíduos se assemelhem, esta supõe (no caso, a orgânica) que difiram uns dos outros. A primeira só é possível na medida em que a personalidade individual é absorvida pela personalidade coletiva. A segunda é apenas possível se cada um tem uma esfera de ação que lhe é própria, por conseguinte, uma personalidade (*Idem*, p. 72).

Ele mostra ainda que o enfraquecimento da coesão social, verificado nas sociedades complexas da era industrial (e que expressava o desgaste das autoridades sociais tradicionais e a fraca capacidade de as autoridades atuais promoverem a coesão social) efetua-se simultaneamente com o processo de centralização administrativa do Estado e com a paulatina perda de valores e normas compartilhados pelo todo social, bem como o enfraquecimento da autoridade das instituições intermediárias (entre o indivíduo, o Estado e o todo social), como a família, a Igreja, a classe social e as corporações.

Tal situação promoverá um vácuo social, ou para usar a terminologia durkeiminiana, um estado de anomia social e que consiste na perda de normas ou valores orientadores comuns ao todo social e capazes de promover a coesão. Verifica-se, segundo o autor, o prevalecimento da atividade econômica sobre todas as demais atividades humanas, deixando esta de ser um meio para atingir fins, para tornar-se um fim em si mesmo:

[...] estas tendências (o interesse individual que se empenha em fins indeterminados) estão de tal forma arraigadas que a sociedade acostumou-se a ela e habituou-se a considerá-la normais. Repete-se constantemente que está na natureza dos homens ser um eterno descontente, sem alívio ou descanso na busca de um objeto indeterminado. A paixão pelo infinito é comumente apresentada como um sinal de distinção moral, ainda que só se possa manifestar em consciência desregradas, que instituíram em norma a ausência normativa de que sofrem (DURKHEIM, 1978 apud HORTON, 1978, p. 94).

A ausência de normas orientadoras da ação propiciará, segundo o mesmo, a quebra da ordem social e, portanto, acontecimentos de ebulição social, como as revoluções.

Segundo Horton (1978), o elemento constitutivo do conceito de anomia em Durkheim consiste na quebra da moralidade social. Visando restabelecer a moralidade, ou seja, os valores orientadores do todo social, caberia, segundo Durkheim

Levar em conta a divisão especializada do trabalho na sociedade, e não em aboli-la. Sua proposta específica consistia no estabelecimento de comunidades ocupacionais, que seriam as modernas portadoras da disciplina moral e do controle social (*Idem*, p. 98).

A função de disciplinamento moral, controle e coesão social imputados aos grupamentos profissionais e, mais precisamente, a ênfase no caráter ético do próprio trabalho foi visto, anos mais tarde, por Weber (1974) como a própria marca do *ethos* capitalista.

Assiste-se, de certa forma, uma espécie de discreta reabilitação de algumas temáticas e conceitos de Durkheim, no caso a solidariedade e anomia, embora enriquecidos por outras perspectivas teóricas.

Bauman (1998) apresenta uma reflexão acerca das condições concretas da liberdade no mundo pós-moderno e da importância crucial da solidariedade para o próprio exercício da liberdade. Bauman (1998) ressalta que o tríplice princípio, Liberdade – Diferença – Solidariedade, que fundamenta a política pós-moderna, tem na solidariedade [...] a condição necessária e a contribuição coletiva essencial para o bem-estar da liberdade e diferença. (*Idem*, p. 256)

O autor destaca um importante aspecto do exercício da solidariedade na época atual, qual seja a de que esse exercício exige e requer *uma intervenção política*, embora não nomeie a função-lugar do ator/instituição política.

A importância da solidariedade nas sociedades atuais é também assumida por Habermas (2003) que, tomando os conceitos de agir comunicativo e de esfera pública, faz o seguinte comentário acerca da solidariedade:

Em sociedades complexas, as fontes mais escassas não são a produtividade de uma economia organizada pela economia de mercado nem a capacidade de regulação da administração pública. O que importa preservar é, antes de tudo, a solidariedade

social, em vias de degradação, e as fontes do equilíbrio da natureza em vias de esgotamento. Ora, as forças da solidariedade social contemporânea só podem ser regeneradas através das práticas de autodeterminação comunicativa (*Idem*, p. 189).

Habermas (2003) define esfera pública como a rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posições e opiniões, na qual os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, condensando-se opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. A esfera pública, portanto, consiste numa situação de compartilhamento intersubjetivo dos discursos, na qual os participantes tomam posições perante os atos de fala dos outros.

O conceito de agir comunicativo articula-se fortemente ao de esfera pública, posto que o primeiro pressupõe o segundo (HABERMAS, 2003, p. 91-6).

Parece oportuno concluir o exame do conceito de solidariedade, remetendo à análise das ONG's na Amazônia de Buclet (2004). Indaga o autor sobre o significado da transformação do sentimento espontâneo de solidariedade em dever profissional, que é o que acontece entre profissionais de ONG's e outras instituições afins, e chega mesmo a referir-se ao termo mercado da solidariedade.

Buclet (2004), após colocar que o questionamento sobre o significado de “solidariedade” foi o que originou o seu trabalho, faz a seguinte reflexão:

[...] nós seremos mais ou menos solidários até um certo limite: cada um determina, conscientemente ou não, um limite acima do qual a arbitragem entre o sacrifício oferecido em nome da solidariedade e seu bem-estar pessoal se fazem em detrimento da solidariedade. Existe um meio de não ser confrontado com tal arbitragem: pago para ser solidário. Não é então mais necessário escolher entre o seu desejo de assistência aos despojados e seu conforto pessoal. É o caso das profissões ligadas à ajuda e à assistência social. Um aspecto vai junto com o outro. É igualmente o caso nas estruturas denominadas Organizações Não-Governamentais (*Idem*, p. 12).

O autor chama atenção, portanto, para o crescente processo de profissionalização da solidariedade, que deixa de ser um ato espontâneo de generosidade, baseado no desinteresse, para tornar-se uma profissão remunerada. Tal processo articula-se com a instituição de um amplo “mercado internacional da solidariedade” que também obedece à lei de oferta e da procura.

Referindo-se ao mercado internacional da solidariedade, diz Buclet (2004):

Além disso, a repartição dos diferentes capitais que circulam em seu seio reflete as relações de força internacionais. A profissionalização crescente das ONG's acompanhou-se de uma complexificação das montagens internacionais dos seus projetos. Isso deveria desembocar, teoricamente, sobre uma eficácia bem maior das ações empreendidas. Isso desemboca, seguramente, sobre o aumento do número de intermediários (ONG locais, antena de organização dos países do norte, *bureaux* de estudos, associações, etc.) (*Idem*, 2004, p. 15).

Parece relevante destacar a necessidade de uma profunda reflexão acerca do papel

estratégico da Amazônia dentro deste mercado internacional da solidariedade, mas também, e por outro lado, na trilha dos inspirados questionamentos de Buclet (2004), indagar sobre o real valor da solidariedade numa sociedade tão desigual como o Brasil e particularmente em regiões pobres como a Amazônia.

Referindo-se precisamente à sua pesquisa na Amazônia Oriental brasileira e afirmando que tal região foi escolhida por estar perfeitamente adaptada aos seus questionamentos iniciais, diz Buclet:

No Brasil, país desigual como ele é, a solidariedade parece ter um valor bem particular. Nesta jovem democracia, a “sociedade civil” é muito ativa e as ONG’s estão em primeira linha em todas as discussões referentes às questões sociais. Além do mais, gigante da América Latina, o Brasil é um país onde têm lugar as competições internacionais, visando à dominação econômica e geopolítica mundial [...] as dinâmicas ligadas à globalização são aí particularmente visíveis. Enfim, a Amazônia representa um dos espaços geográficos onde a diversidade de interesses específicos é maior. Os projetos regionais ou nacionais dos poderes públicos brasileiros devem contar com as populações indígenas e outras populações tradicionais, tanto quanto com os colonos brasileiros e com o olhar atento das instituições internacionais preocupadas com o futuro da região (quaisquer que sejam as razões apresentadas para justificar essa preocupação) (*Idem*, p. 14).

No que se refere à sociedade civil, Rifkin (1995) afirma que estamos vivendo a redefinição do contrato social, uma vez que cabe aos indivíduos organizarem-se em comunidades de interesses próprios, buscarem por si mesmos alternativas para amortecer as forças impessoais do mercado global (RIFKIN, 1995, p. 262). O autor parte da constatação de que além da força do mercado e do Estado existe uma terceira força - o Terceiro Setor. Enquanto os trabalhadores do setor privado estão motivados pelo ganho material e veem a segurança em termo de maior consumo, os participantes do terceiro setor são motivados pelos serviços ao próximo e a veem em termos do fortalecimento dos relacionamentos interpessoais, da lealdade e de um senso de assentamento na comunidade terrestre maior (*Idem*, p. 266).

O Terceiro Setor, também conhecido como setor independente e voluntário, é o domínio no qual padrões de referências dão lugar a relações comunitárias, em que doar o próprio tempo a outros toma o lugar das relações de mercado impostas artificialmente, baseadas em vender-se a si mesmo ou seus serviços a outros (*Idem*, p. 263).

As organizações que se identificam como Terceiro Setor (Fundações, ONG’s, Institutos, etc.) caracterizam-se pela não obtenção de lucro, pela prestação de serviços públicos e desenvolvimento de suas atividades com recursos de terceiros, de famílias, de empresas, de outras organizações e dos governos (MEREGE, 2002).

O termo *Terceiro Setor* é de procedência norte-americana, baseado no individualismo liberal (LANDIM, 2002, p.42). Em outra perspectiva, RifKing (1995) compreende-o como

alternativa do capital ao desemprego. Ao expor esse entendimento, o autor não prioriza a concentração de renda nem o modelo de desenvolvimento, ele busca identificar as alternativas, assim, apresenta o voluntariado, a solidariedade, a atividade comunitária como recurso para satisfazer dois extremos: ocupar o tempo livre da classe rica e satisfazer às necessidades básicas de pobres, doentes, presos e abandonados dos Estados Unidos.

Sabe-se, entretanto, que as palavras, termos, ou conceitos não são “inocentes”, tampouco puramente objetivos. Eles têm uma história, indicam um processo de significação que ocorre em um dado horizonte histórico, envolvendo determinados grupos ou atores sociais, imersos no campo de luta política. O conceito/instituição do Terceiro Setor bem como o surgimento e atuação das ONG’s estão associados e ganharam relevância no contexto das consequências do processo de globalização.

Landim (2002) enfatiza o caráter polissêmico do termo (ONG), mostrando as questões de ordem teórica-política no emprego de tal termo e o paulatino “deslocamento” (nos anos 90 do século passado) do uso do termo *organizações não-governamentais* para o de terceiro setor (*Idem*, p. 17).

As ONG’s surgiram no cenário brasileiro durante a vigência do Regime Militar, consolidando-se em meados dos anos 1970, por meio do fortalecimento de uma ampla e diversificada rede de “organizações sem fins lucrativos”, nas quais “[...] os discursos e práticas de uma assistência paliativa, ou marcadas pelo clientelismo, convivem com os de cogestão, controle e proposição de políticos, frequentemente no interesse de setores populares” (LANDIM, 2002, p. 25).

A autora ressalta a constante presença das ONG’s (nos anos 1970-80) em assessorias às organizações sociais. Nos anos 1980, sobressaem (a) *diversidade de temáticas e “sub-redes”*; (b) formação de *sujeitos coletivos*; (c) a organização em redes de caráter transnacional e (d) a formação da sua identidade nos marcos dos movimentos sociais e do próprio Estado, sendo que estas não substituem o Estado (LANDIM, 2002, p. 27).

Mais recentemente, a partir dos anos 1990, com a Reforma do Estado e as disputas pelos rumos do desenvolvimento, o campo de atuação das ONG’s se inscrevem na interlocução com o Estado, na definição da agenda social (*Idem*, p. 37).

Quando dizemos “ONG’s” ou “Terceiro Setor” não tratamos de termos meramente sinônimos ou correlatos, mas de diferentes perspectivas ou modos de intervir no espaço social, por meio de empreendimentos ou em parcerias com políticas públicas encetadas pelo Estado.

A orientação na relação ONG’s e Estado é no sentido da parceria e da solidariedade. O

uso desses termos/estratégias tornou-se corriqueiro nos textos das políticas públicas e nas falas dos atores sociais, sendo difícil perceber em tais falas/propostas o que há de concreto e o que é meramente discursivo.

No âmbito da atuação do Estado, a parceria e a solidariedade são fortes argumentos das políticas sociais, do ponto de vista da instituição, por meio dessas políticas, de um modelo de tipo de economia: a Economia Solidária.

Historicamente, as origens dessa economia remontam ao início do século XIX, como resposta dos operários à pobreza e ao desemprego. As cooperativas eram, então, a forma dos trabalhadores terem alguma autonomia econômica, sendo que o auge da primeira grande fase do cooperativismo, naquele século, relaciona-se à expansão do sindicalismo e luta pelo sufrágio universal (SINGER, 2002, p. 83).

A economia solidária ganhou destaque nas políticas sociais de geração de trabalho e renda tanto como proposição dos trabalhadores como do próprio Estado. Do ponto de vista das organizações dos trabalhadores, a economia solidária representou (ou representa) um mecanismo para gerar trabalho e renda para manutenção da sobrevivência (SINGER, 2000).

Ela se concretiza pela junção, ou seja, a não *separação entre trabalho e posse dos meios de produção*, que é próprio do capitalismo (SINGER, 2002, p. 83). O capital da empresa solidária é propriedade dos que nela trabalham e todos têm poder de decisão sobre ela (*Idem*, p. 83).

Para Singer (2000), a compreensão da economia solidária remete à compreensão da “crítica operária e socialista ao capital”. A crítica a que ele se refere é a “ditadura do capital”, uma vez que, na empresa, o trabalhador está submetido à relação com o patrão, não tem direito aos frutos de seu trabalho, recebe salários. Isto é, a estrutura da relação se dá a partir da divisão de classe e o salário pago ao trabalhador é suficiente apenas para a reprodução da força de trabalho. Entretanto, a economia solidária é “um projeto em construção”, em que são desenvolvidas iniciativas não capitalistas (SINGER, 2000, p. 13-14).

Entende-se que essas afirmativas precisam ser mais bem discutidas, visto que o modo de produção capitalista pode subsumir formas de produção não tipicamente capitalistas.

Singer (2003), ao conceituar a economia solidária, diz que ela se refere a

[...] produtores, consumidores populares, associação de produção agrícola, extrativa ou industrial e a cooperativas ou outras modalidades de associativismo, que reúnem agricultores, taxistas, recicladores de lixo etc, que fazem suas compras e/ou vendas em comum [nas quais] propriedade do capital deve estar repartida entre todos os sócios por igual, que em consequência terão os mesmos direitos de participar nas decisões e na escolha dos responsáveis pelos diversos setores da administração da mesma. (*Idem*, p. 116).

Assim, a conceituação de economia solidária tem por base o associativismo ou o cooperativismo, diz respeito a relações em que prevalece a autogestão e a igualdade de direitos e pode ser tanto rural como urbana, sendo frequente encontrar, entre agricultores, associações empenhadas tanto na produção como na defesa de direitos, na busca de recursos, mercado e parcerias. São formas de produção que, mesmo mantendo muitas das características rurais tradicionais da agricultura familiar, passaram a incorporar outros valores organizativos como forma de garantir a sobrevivência.

A Economia Solidária esteve unicamente a cargo das iniciativas dos trabalhadores no Brasil, até 2003. A partir de então, no governo Luis Inácio Lula da Silva, o Estado passou a fomentar a proposta de organização da economia solidária, por meio de políticas públicas, com a criação, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e à instituição do marco jurídico da Economia Solidária, pela Lei nº 7.009/2006.

Seguindo a orientação do Estado como propulsor da Economia Solidária, esta passou a ser uma das dimensões da política de desenvolvimento rural, denominada *Política Nacional de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário (PNDTRSS)*.

Outra orientação presente nas políticas sociais atuais diz respeito ao empoderamento. Os documentos das políticas públicas orientadas à geração de trabalho e renda, geralmente, referem-se ao empoderamento como um atributo que é dado ou desenvolvido nos indivíduos (geralmente os trabalhadores) por meio das políticas de qualificação.

Esse é um termo recorrente nas políticas sociais e nos discursos de atores sociais de diversas concepções, matizes teóricas e políticas. Historicamente, esse termo está associado à administração, sendo que, a partir dos anos 1990, passou a ser empregado em vários campos do conhecimento e, na maioria das vezes, sem a devida precisão conceitual. A busca das acepções desse termo remete a artigos e a textos referentes às políticas públicas que mencionam o ato de *empoderar*, sem precisar o que realmente vem a ser empoderamento.

Horochovski e Meirelles (2007) apontam algumas definições de empoderamento que dizem respeito: 1) ao poder de decisão dos indivíduos, à capacidade de escolha em questões de ordem política, social, econômica, ao nível individual e grupal; 2) à capacidade dos indivíduos ou grupos buscarem recursos que os possibilitem ter capacidade de ação e tomada de decisão; 3) *capacidade de gerar processos auto-sustentáveis, com a mediação de agentes externos – novos educadores sociais – atores fundamentais na organização e o desenvolvimento de projetos* (GOHN, 2004, p. 23 apud HOROCHOVSKI e MEIRELLES (2007, p. 489).

É necessário ter atenção com os conceitos, eles não são neutros. É procedente, para pôr em xeque a noção de empoderamento, refletir sobre *pobreza* (SALAMA, 1999; SALAMA VALIER 1997); *direitos* (TELLES, 1999), bem como sobre *cidadania* (MARSHALL, 1967; CARVALHO, 2003). Não seria o empoderer, mais um atributo imputado àqueles que não tem poder de escolha?

1.4. Os movimentos sociais

O que caracteriza os movimentos sociais na contemporaneidade?

É preciso, inicialmente, ressaltar que muito embora possamos (Cf. RICCI, 2009) afirmar a existência de organizações e movimentos sociais no Brasil rural desde, pelo menos, meados do Século XX (a exemplo das duas mais importantes organizações rurais – Ligas Camponesas e CONTAG – datadas dos anos 1950 e 1960), foi somente a partir da década de 1990 que novas demandas, geradas por conflitos surgidos nesse contexto sócio-histórico, impuseram-se de modo a exigir ações coletivas, demandas que trouxeram consigo a presença de novos atores sociais, conforme destaca Gohn (2008):

Outras dimensões da realidade social, igualmente produtoras de saberes, vieram à tona, tais como as advindas do mundo das artes, do ‘mundo feminino’ das mulheres, do corpo das pessoas, das religiões e seitas, da cultura popular, das aprendizagens cotidianas pela via da educação não-formal. (*Idem*, p. 42)

Ela indica algumas das questões presentes nos debates em torno dos movimentos sociais na atualidade, sendo a mais importante a de identificar quais organizações podem ser caracterizadas como movimento social.

Importa, pois, resgatar, por meio de seu artigo *Uma abordagem marxista nos estudos sobre os movimentos sociais* (GOHN, 2009), o que, para a autora, pode ser identificado como movimento social. Estabelece, assim, uma clara distinção entre movimento social e/ou lutas sociais e processos propriamente revolucionários:

A análise dos movimentos sociais sob o prisma do marxismo refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural. Não se trata do estudo das revoluções em si, também tratado por Marx e alguns marxistas, mas do processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação. As revoluções são pontos deste processo, quando há ruptura da ‘ordem’ dominante, quebra da hegemonia do poder das elites e confrontação das forças sociopolíticas em luta, ofensivas ou defensivas. (*Idem*)

De acordo com estudos tais como de Gohn (2007 e 2008), também em conformidade com Frank e Fuentes (1989), se pode constatar o surgimento, a partir dos anos 1990, de novas demandas e atores sociais no cenário das ações coletivas, dado a mundialização do capital ter

implicado, em virtude da internacionalização das lutas sociais, o aparecimento de novos sujeitos e conflitos que, consigo, trouxeram temas vinculados às questões ambientais (Cf. FRANK e FUENTES, 1989), tais como a biodiversidade e o biopoder.

O que, portanto, à época, emerge, de realmente novo, são os movimentos sociais atuando sobre as consequências do desenvolvimento capitalista. Na década de 1990, o foco nos movimentos sociais passou a ser o particular, o imediato e os interesses de categorias ou grupos. Os movimentos passaram a pautar-se por outras institucionalidades, como as políticas públicas, sendo que a mobilização tende a realizar-se “de cima para baixo”, a exemplo do que ocorre em relação às políticas públicas que seguem as orientações emanadas do governo federal (GOHN, 2008).

Dentre as características dos movimentos sociais atuais, chamam particular atenção as dez teses de Frank e Fuentes (1989) sobre os movimentos sociais, destacando-se, para efeito deste estudo, as seguintes: (1) o desemprego reduziu a consciência de classe de alguns movimentos sociais e as reivindicações e as bandeiras de luta passaram a ter como objeto a justiça (etnia, ecologia, paz, direito da mulher e ao direito de organização); (2) os movimentos sociais buscam, tendencialmente, autonomia, inclusive em relação ao Estado, haja vista o crescimento das desigualdades responsável pelo aumento da atuação dos movimentos nas lacunas deixadas pelo Estado frente às injustiças sociais; (3) cf. Frank e Fuentes (1989, p. 37) “[...] os movimentos sociais são agentes importantes de transformação social e portadores de uma nova visão” e, finalmente, (4) muitos movimentos sociais, apesar de *cíclicos, transitórios, defensivos, mutuamente conflitivos e frágeis*, podem, simultaneamente, contribuir para as transformações sociais o que se dá por meio da atuação do movimento social, na *redefinição e ampliação da democracia*, entendida como *participação econômica e/ou política nos assuntos do Estado* (FRANK e FUENTES, 1989, p. 46).

Relativamente à formação/ construção de identidades, deve-se (cf. GOHN, 1997, p. 29) atentar para a importância das redes, isto é, para o uso das novas tecnologias de comunicação, para a exposição de conflitos decorrentes dos processos migratórios, para as práticas sociais de caráter compensatório, enquanto intervenientes nas relações sociais, impondo consequências quanto à formação das identidades individuais e coletivas e à atuação dos movimentos sociais.

O tempo se altera em função dos novos meios de comunicação. A mídia, principalmente a TV e os jornais da grande imprensa, passa a ser um grande agente de pressão social, uma espécie de quarto poder, que funciona como termômetro do poder de pressão dos grupos que têm acesso àqueles meios. As Organizações Não-Governamentais, por sua vez, ganham proeminência sobre as instituições oficiais

quanto à confiabilidade na gerência dos recursos públicos (GOHN, 1997, p. 29).

Conforme Scherer-Warren (2003, p. 29), as implicações dessas transformações na identidade coletiva dizem respeito à (1) presença de *identidades sociais difusas e fragmentadas*, tendo em vista que a fragmentação dos papéis sociais e o impulso à individualização e ao individualismo dificultam tanto a formação das identidades quanto a organização dos movimentos sociais; (2) multiplicidade das identidades sociais. A multiplicidade e a subjetividade decorrem, por mediações, da participação dos indivíduos nos movimentos sociais, o que implica afirmar que os sujeitos sociais podem possuir diversas identidades⁹ e (3) ao *reconhecimento social das identidades*, as quais decorrem das relações entre os indivíduos com os seus grupos, sendo que, nas sociedades globalizadas, os indivíduos estabelecem várias interações, têm contatos com outras culturas e com várias redes de organizações virtuais ou presenciais, assim

As identidades coletivas formam-se inicialmente na identificação dos pares (sejam eles ecologistas, feministas, negros, comunitários e assim por diante). Em seguida, a subjetivação, de uma forma mais complexa, pode ocorrer no cruzamento das diversas referências simbólicas destes na esfera pública ampliada, onde através do conhecimento social começa a se formar o que denominamos de movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2003, p. 29-30).

Do ponto de vista sociológico, os sujeitos sociais formam-se na relação com outros homens e com grupos sociais com os quais interagem. Assim sendo, conforme se ampliam e se modificam as relações, as identidades se alteram. É nesse sentido que se pode afirmar o processo de franca transformação das identidades rurais contemporâneas, em decorrência da globalização. A multiplicidade de identidades estende-se entre o global e o local, modificando modos de vida, alimentação, vestimentas, formas de relacionamento com a natureza, códigos éticos e morais. O globalismo também modifica os movimentos sociais, ou seja, a identidade coletiva, no referente às formas de organização, mobilização, protestos, reivindicações e atuação. Um exemplo disso é a atuação nas políticas públicas de geração de trabalho e renda.

É instigante a forma como a categoria *empoderamento* é apresentada em certas falas/discursos, isto é, como algo externo, que pode ser atribuído, repassado a outro.

Trata-se, pois, de uma questão relevante para a compreensão da dimensão ideológica e prática da política social de desenvolvimento – e não se tem, aqui, a pretensão de esgotá-la – mas não abrimos mão de problematizá-la. Dessa forma, propomos a “contra ideia” do empoderamento, haja vista que, do ponto de vista da educação (capacitação e qualificação),

⁹ Ainda segundo Scherer-Warren (2003, p. 29), “As identidades são contingentes e mutáveis e estão de acordo com as articulações discursivas das redes e dos processos de formação dos movimentos sociais”.

ninguém empodera ninguém, já que os indivíduos se formam no interior das vivências e das reflexões por estas engendradas, sendo a educação um elemento imprescindível para a formação dos mesmos, ou, dito de outro modo, a formação humana ocorre no dia-a-dia, na ação concreta dos sujeitos com o seu mundo, com a sua realidade, com os recursos de que estes dispõem para compreender e elaborar o mundo em que vivem.

Um bom exemplo do que realmente constitui esse processo de formação é a atuação dos trabalhadores nos movimentos sociais, haja vista as relações estabelecidas pelos indivíduos no viver cotidiano constituírem um processo rico de aprendizagem, organização e luta por direitos.

Para Gohn (2008), a construção da identidade nos movimentos sociais tem amparo jurídico tanto na dimensão individual como coletiva e tem como princípio a igualdade. Para ela, vive-se a inversão de uma ordem, na qual a identidade política cede lugar à política de identidade, o que implica mudança na ação social coletiva e no deslocamento do eixo de coordenação dessas ações, passando da sociedade civil para a sociedade política, ou seja, a coordenação das ações deixa de emanar dos espaços de organização e de luta dos movimentos sociais (dos bairros e organizações populares) para nascer e atuar a partir dos gabinetes e secretarias de Estado, principalmente as federais.

Seguindo a reflexão, é oportuno enfatizar que os movimentos sociais, com franca atuação na defesa da posse na terra ou no enfrentamento de plantadores de grãos e madeireiros no Baixo Amazonas, tiveram sua atuação direcionada para políticas públicas, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), com entidades internacionais que financiam os projetos de desenvolvimento local.

A inversão na conformação da identidade dos movimentos sociais desaparece ou esmaece a dimensão política e a ação coletiva no sentido da construção histórica pela estrutura política, afirma Gohn (2008). Apenas com o propósito de ilustração, visto não ser objeto deste estudo, nas observações realizadas no campo da pesquisa, ou seja, na convivência mesmo que não tão extensa no ambiente do CEFT-BAM, percebeu-se que as lutas políticas desenvolvidas por meio de pautas de reivindicações e negociações, que ensejavam protestos em frente às prefeituras, nos municípios onde o Partido dos Trabalhadores (PT) foi eleito, deixaram de acontecer, dando a impressão de que cessaram os conflitos com os poderes municipais. Também se observou certo cuidado em criticar ou mesmo comentar as questões

polêmicas emanadas do poder municipal¹⁰ de Santarém e, ainda, certo entusiasmo e muitas expectativas com o poder federal.

A terceira questão diz respeito à alteração do papel do Estado, tanto no que concerne à relação com a sociedade civil como na estrutura interna deste. As políticas de Estado têm como propósito a inclusão social das camadas mais pobres da sociedade (afrodescendentes, indígenas, dentre outros). Como tratado anteriormente, de acordo com Santos (1987), essas políticas são superiores, uma vez que promovem o ordenamento das demais políticas, por meio de escolhas trágicas, já que a carência é sempre maior que os recursos disponíveis para intervir. Indaga-se: por que são tão fundamentais para o Estado as parcerias com os movimentos sociais? Retoma-se o diálogo com Abranches (1987), já presente nesta tese, para assinalar o caráter direcionador das políticas de Estado sobre a acumulação capitalista, mas os atores sociais, ao interagirem, não o fazem em um campo de apaziguamentos e consenso, eles se movem em um campo de tensões, conflitos, interesses, coalizões, que explícito ou não, estão no âmbito das parcerias nas políticas públicas.

Para Gohn (2008), os sujeitos que fazem parte dessas políticas são mobilizados de forma contraditória: são “capturados”, política e culturalmente, por meio de políticas socioinstitucionais, ocorrendo, assim, a inversão na ordem da identidade, a modificação do sentido da ação social coletiva e a promoção do deslocamento da coordenação dessas ações (GOHN, 2008).

A identidade política construída na luta contra as discriminações socioeconômicas é submetida à política de identidade articulada conforme os modelos propostos pelas políticas públicas, dentre elas, as de geração de trabalho e renda oriundas das secretarias de Estado ou de ONG's. Inúmeras organizações tornam-se parceiras do Estado nas políticas sociais ou atuam nas lacunas deixadas por este, ou seja, nos espaços de carência ou de demandas sociais às quais o Estado não responde ou o faz de forma insatisfatória, como se observa no Baixo Amazonas, na atuação do movimento social, no que diz respeito à qualificação e capacitação dos trabalhadores.

Os sujeitos que são alvos das políticas públicas que antes se organizavam em ações de protesto e reivindicações agora são mobilizados em torno dessas políticas, a exemplo do

¹⁰ Apenas a título de esclarecimento, visto não fazer parte diretamente deste estudo, no município de Santarém, a prefeita eleita, Maria do Carmo Martins (PT), só foi empossada em Junho de 2009. Por maioria de votos, o Supremo Tribunal Federal decidiu “[...] que a promotora de Justiça licenciada Maria do Carmo Martins Lima pode exercer o cargo de prefeita de Santarém, no Pará, mesmo diante de determinação constitucional que veda o exercício de atividade político-partidária por integrante do Ministério Público”. (Disponível em <http://www.correioforense.com.br/noticia/idnoticia/45311/titulo/STF_mantem_Maria_do_Carmo_na_Prefeitura_de_Santar_em_PA_.html>. Acesso em Junho de 2009.

PRONAF, ou seja, da PDTRSS.

Tomada como pressuposto a discussão acima, o que se pode identificar como movimentos sociais? Ou então, quem são os movimentos sociais face à nova realidade da ação social coletiva?

Um movimento social é sempre a expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visão de mundo que dão suporte as suas demandas; e culturas próprias na forma como sustentam e encaminham a suas reivindicações (GOHN, 2008, p.14).

Para a mesma autora, os movimentos sociais são ações coletivas de caráter social, político e cultural que promovem a organização das camadas populares para expressão das suas demandas e para desenvolverem atividades que vão ao encontro destas (GOHN, 2007).

As ações desenvolvidas pelo movimento popular, muitas vezes, têm caráter criativo e inovador, o que possibilita a formação política dos sujeitos diretamente envolvidos nas suas atividades, visto que as experiências vividas são fontes de novos aprendizados. Eles representam, segundo Gohn (2007, p. 14), a *força social organizada*.

Scherer-Warren (2003), conceitua *movimento social* como

[...] uma rede que conecta sujeitos e organizações de movimentos, expressões de diversidades culturais e de identidades abertas, em permanente constituição, que buscam reconhecimento na sociedade civil. (*Idem*, p.30)

fazendo uma distinção entre *organizações* e *movimentos sociais*. A autora pontua que as organizações são as associações de bairro, grupos comunitários, ajuda-mútua e voluntários, sindicato, ONG's, ou seja, as organizações que lutam por direitos específicos e/ou melhoria da qualidade de vida e afirma que *as organizações são elos da rede de movimentos* (SCHERER-WARREN, 2003, p. 30). Ainda nas palavras da autora:

[...] podemos começar a falar de movimentos sociais quando começam a surgir práticas de lutas pela cidadania que transcendem as reivindicações específicas, particularizadas, de cada associação. Os movimentos sociais transcendem a prática localizada e temporal de uma organização. Quando começam a se formar redes que articulam um conjunto de organizações e sujeitos podemos falar sobre a existência de movimento social (*Idem*, p. 30).

Para Scherer-Warren (2003), é por meio das redes de redes que a sociedade civil se fortalece e se legitima na esfera política, sendo três, na sociedade globalizada, as dimensões das redes que devem ser consideradas: (a) sociabilidade; (b) espacialidade e (c) temporalidade (Cf. SCHERER-WARREN, 2003, p. 30).

As redes se cruzam nos movimentos sociais e podem modificar ou *retratar a dimensão cultural, as raízes históricas locais da comunidade participante, bem como a dimensão política da proposta associativista em curso* (*Idem*, p. 30), de forma que os movimentos sociais serão

A expressão do encontro do indivíduo com seus pares identitários – redes de solidariedade – as quais para desenvolverem-se numa direção pró-ativa, propositiva, transformadora, através de suas associações, criam as redes estratégicas. Portanto, para se entender um movimento social, é necessário se buscar nessa dupla face das redes – solidarística e estratégica – os elos fortes (como os sujeitos se relacionam e atuam); as relações de complementaridade ou de conflitos e, em consequência, como a rede se constrói, se reconstrói, se transforma ou mesmo se dissolve (*Idem*, p. 30)

Para Gohn (2007), uma das características dos movimentos sociais nas duas últimas décadas foi a construção de *representação simbólica afirmativa por meio de discursos e práticas* (*Idem* p. 15), as quais despertam em seus membros *sentimentos de pertencimento*, fazendo com que estes se sintam incluídos ou parte de um determinado projeto social.

2. QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: A CENTRALIDADE DA EDUCAÇÃO NAS POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

A qualificação dos trabalhadores assumiu importância estratégica na política de emprego e geração de renda em que prevaleceu o entendimento, nas análises oficiais, de que a baixa qualidade da mão-de-obra era um limitador nas demandas da globalização, sendo a qualificação do trabalhador fundamental para sua inclusão no mercado de trabalho como empregado ou como gestor do seu próprio negócio, por meio da associação entre crédito e qualificação e capacitação.

De modo geral, a orientação da Política Nacional de Qualificação nos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luis Inácio Lula da Silva (Lula) era (e é) a de qualificar a População Economicamente Ativa (PEA) para integrá-la ao mercado de trabalho. Para a população rural, vale a mesma orientação: crédito, qualificação e capacitação de modo que o agricultor possa interagir no mercado de trabalho por meio da produção. Caberia, além do crédito, que os agricultores se organizassem para produzir com qualidade, quantidade e regularidade, criando mecanismos de inserção no mercado consumidor.

Na história do crédito para o agricultor familiar já existia a experiência sem êxito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), mas o PRONAF pretendeu ir muito além disso, por se tratar de um Programa que visa ao fortalecimento da agricultura familiar, atuando em três níveis: crédito, infraestrutura e capacitação, como já comentado no capítulo anterior. O referido Programa, como parte da Política de Desenvolvimento Territorial Rural, Sustentável e Solidária, deve, segundo as diretrizes estabelecidas, promover a inclusão social, o empoderamento e o desenvolvimento sustentável. Observa-se que o processo de qualificação e capacitação dos agricultores familiares não competia apenas ao PRONAF Capacitação, mas, igualmente, ao Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater público) e ao PLANFOR e PNQ (PlanTeQ).

Resumidamente, na perspectiva da política pública de desenvolvimento rural, os agricultores deveriam receber, juntamente com o crédito, qualificação e capacitação e assistência técnica. Essa relação – crédito e qualificação e capacitação –, entretanto, não é requisito apenas das políticas públicas de desenvolvimento rural, haja vista o desenvolvimento alternativo também segue a mesma orientação, como se poderá perceber no decorrer deste trabalho.

A análise da qualificação e capacitação dos agricultores familiares pertencentes ao

PRONAF é o objetivo central desta tese, buscando compreender o que, de fato, ocorreu entre os anos de 1995 a 2006, na política pública de desenvolvimento rural, no que diz respeito à relação *crédito, qualificação e capacitação* no âmbito do referido Programa.

Este capítulo está, portanto, estruturado em quatro subitens, como a seguir exposto. Primeiramente, abordamos a qualificação e capacitação dos agricultores familiares, demonstrando, de um lado, o papel atribuído à educação nas sociedades modernas e, de outro, que, em pleno século XXI, não se concretizou a promessa iluminista da universalização do ensino. A seguir, discute-se a concepção de qualificação profissional no sentido da geração de trabalho e renda, mostrando algumas questões referentes à educação do campo. Em um terceiro momento, discute-se a relação *educação e trabalho*, no sentido das políticas públicas e sociais. No quarto subitem examina-se a relação entre *educação e empreendedorismo* e, finalmente, abordamos a *qualificação* no PRONAF.

2.1. Qualificação e capacitação dos agricultores familiares: a educação como promessa de futuro

Observa-se que a crença no caráter transformador da educação, de modo a promover o progresso econômico e técnico, de certa maneira, fundamenta-se na razão iluminista que pretendeu operar um agenciamento pedagógico da sociedade pela introdução de procedimentos incansáveis e minuciosos – de modo a fazer da sociedade uma escola e da escola o paradigma da sociedade. Nesse sentido, Boto (1996, p. 21) argumenta:

Ocorrerá, a partir do século XVIII, uma intensificação do pensamento pedagógico e da preocupação com a atitude educativa. Para alguns filósofos e pensadores do movimento francês, o homem seria integralmente tributário do processo educativo a que se submetera. A educação adquire, sob tal enfoque, perspectiva totalizadora e profética, na medida em que através dela, poderiam ocorrer as necessárias reformas sociais, perante o signo do homem pedagogicamente reformado.

A autora, em seu estudo sobre pensamento iluminista e enciclopedista, destaca, ainda, o caráter norteador de tais concepções educacionais para as políticas públicas, ressaltando uma passagem da *Enciclopédia* em que Diderot e Voltaire criticam as falsas crenças acerca dos fatores que então provocariam a decadência da agricultura.

Os habitantes das cidades crêem ingenuamente que são os braços dos camponeses que cultivam a terra e que a agricultura decai apenas porque faltam homens nos campos. É preciso, diz-se, despedir os mestres-escolas que, instruindo os camponeses, facilitam a sua deserção: imaginam-se assim meios mesquinhos, tão ridículos como desvantajoso; consideram-se os camponeses como escravos do Estado; a vida rústica parece a mais dura, a mais dolorosa, e a mais desprezível, porque aos habitantes dos campos são destinados trabalhos reservados aos animais (ENCICLOPÉDIA apud BOTO, 1996, p. 45).

Face à falência das políticas econômicas reguladoras da atividade produtiva, àquela época, o poder público passa a imputar o motivo da decadência da agricultura às falsas crenças dos homens da cidade, que depositam a causa da referida decadência nos *braços dos camponeses que cultivam a terra* e veem os mestres-escolas como figuras ameaçadoras, *pois que instruindo os camponeses, facilitam a sua deserção*.

Caberia à instrução desenvolver as faculdades intelectuais e os talentos, enfim, um cultivo de habilidades racionais e da erudição, enquanto a educação desenvolveria o caráter e as qualidades morais, sendo assim um importante fator para modelar coração e mentes (BOTO, 1996, p. 156-7).

Referindo-se ao papel da educação na efetivação do princípio de universalização do ensino e de constituição da cidadania, Fogaça (1998, p. 296) afirma que caberia à educação a consolidação e a transmissão de valores que permitissem garantir a individualidade, sustentar os princípios de igualdade e promover a construção da cidadania, em uma sociedade na qual todas as pessoas teriam direitos e deveres e estariam submetidas às normas político-jurídicas que regulamentam a vida social.

Expõe, ainda, a relação entre educação e socialização, uma vez que, por meio dessa, dar-se-ia a disseminação de princípios e valores apresentados como iguais para todas as classes sociais. Mas ela adverte que, no entanto, a universalização do ensino só ocorreu com a industrialização.

Essa universalização [...] assegurou o alcance dos objetivos relativos à cidadania, pela disseminação tanto dos princípios e valores que passaram a reger a vida do cidadão, quanto à base de conhecimentos necessários a todos os indivíduos, independente da posição que ocupassem na hierarquia social (FOGAÇA, 1998, p. 297).

A autora relaciona o processo de universalização da educação ao avanço da industrialização e à instituição da cidadania. Observa-se, entretanto, que nos países em desenvolvimento ou emergentes e, mais particularmente, no Brasil, não se efetivou a universalização da educação: o sistema educacional foi marcadamente seletivo, constatando-se uma socialização hierarquizada, dentro da qual a educação contribuiu para incrementar as desigualdades sociais. Assim, verifica-se que, no Brasil do século XXI, não somente o objetivo de universalização do ensino não foi atingido, tendo em vista a ampla margem de população analfabeta, como também a educação voltada ao trabalho efetivou-se apenas para um número restrito da população e com resultados, na maioria das vezes, insatisfatórios. No Estado do Pará, em particular na região do Baixo Amazonas, constata-se esse mesmo quadro, ou seja, verifica-se um significativo índice de analfabetismo da população, o que, por si só,

compromete ou dificulta a implantação de cursos de educação para o trabalho. A questão torna-se mais complexa, na medida em que, dentre aqueles que se declaram alfabetizados, os anos de estudo giram em torno de 2,7 (CENSO, 2000). Pode-se concluir, portanto, que não foi, nem está sendo garantida, sequer de forma razoável, uma escolarização que proporcione aos indivíduos condições de interagir, de modo fecundo e eficaz, com o mundo em que vivem.

É importante chamar atenção para a precarização do ensino na região do Baixo Amazonas, destacando-se as seguintes variáveis: (1) acessibilidade: o acesso às comunidades rurais é lento, caro e inseguro, tendo em vista as condições geográficas e climáticas da região e a ausência de investimento público em transporte, tornando o acesso à escola uma verdadeira “aventura”; (2) condições infraestruturais: as escolas (de terra firme ou de várzeas) não possuem material didático, biblioteca, nem dispõem de recursos como aparelhos de televisão e *Internet*; muitas não possuem energia elétrica, água potável e fossa asséptica.

No Baixo Amazonas, na zona rural, a terra é vida e trabalho: o jovem abandona as escolas muito cedo e, muito cedo também, é incorporado ao mundo do trabalho passando a ajudar os pais na roça, na pesca e no extrativismo. Observa-se que, na região estudada, os jovens têm abandonado cada vez mais o campo, indo para as cidades, principalmente as meninas, que vão para os centros urbanos (Manaus, Santarém) em busca de trabalho doméstico, com o intuito de contribuir mesmo a distância no sustento da sua família.

Isso se explica porque as ocupações oferecem uma renda maior do que a agrícola: são serviços pessoais, precários, de baixa qualificação, geralmente empregos domésticos, visto esses empregos terem se constituído na porta de entrada das cidades, particularmente, para as mulheres mais jovens, pois, oferecem renda e muitas das vezes, moradia.

Estudar e trabalhar na cidade é uma motivação muito forte para explicar a saída do jovem do campo. Em conversas com os pais, notou-se que estes querem que os filhos estudem, tenham um emprego, o que significa sair do local de origem e ir para a cidade, já que almejam para seus filhos um destino diferente do que tiveram: a agricultura. Tais relatos expressam o extremo valor que esses agricultores dão ao estudo.

Dados do Censo Demográfico (IBGE, 2000)¹ sobre alfabetização revelam que o Estado do Pará tinha, em 2000, um total de 4.650.076 habitantes, sendo que 84,62% dessa população era dada como alfabetizada, ou seja, 3.935.120, distribuídas da seguinte forma: de 10 a 14 anos, o percentual é de 88,20% de alfabetizados (total de 666.648); de 15 a 19 anos, o

¹ WWW.ibge.org.br

percentual sobe para 93,58% (total de 689.100); e de 20 anos ou mais tem-se um percentual de alfabetizados de 81,68% (2.579.372 pessoas). Esses dados tornam-se assustadores quando cruzados com a média de anos de estudo. A população alfabetizada deste Estado tem 2,70 anos de estudo. Considerando a diferença entre urbano e rural, na população de 10 anos a mais, tem-se que a população urbana possui, em média, 3,35 anos de estudo e a população rural 2,11 anos de estudo. Esse mesmo quadro se mantém no Baixo Amazonas: a população total (composta por 53.266 habitantes) possui 2,97 anos de estudo; no meio urbano, os anos de estudo sobem para 3,75 ; e, no rural, caem para 2,17 anos. Através desses dados, pode-se refletir sobre o que significa ser alfabetizado neste país e a investigar acerca do que está sendo feito para mudar tal realidade, particularmente quando a proposta é articular qualificação, capacitação e desenvolvimento por meio de uma nova concepção de educação que inclua as seguintes expectativas: a) inclusão social; b) geração de trabalho e renda; c) sustentabilidade do desenvolvimento.

O sistema educacional brasileiro foi marcadamente seletivo, servindo como elemento de consolidação das desigualdades sociais, promovendo a distinção entre educação profissional e “educação geral”, pois, segundo Fogaça (1998), a elite responsável pela política educacional, historicamente, considerou que os filhos dos pobres deveriam deixar de estudar cedo, para serem preparados para o exercício de uma profissão, para não se transformarem em marginais: os “*malefícios do ócio*” não poderiam impregná-los.

A partir dos anos 1990, o ajuste da educação à produção, do ponto de vista das políticas de geração de trabalho e renda, deu-se no sentido da qualificação dos trabalhadores, ressaltando-se que, nessa orientação política, os agricultores familiares são público prioritário. Outras políticas também estão voltadas para esse público: o PRONAF Capacitação e do Ater público.

A partir dos anos 1990, na América Latina, a educação passou a ser referência na atuação das ONG's, uma vez que a atuação dessas organizações deixou de ser prioritariamente as pressões sociais e sim as atividades produtivas no sentido do mercado (Gohn, 2008b). De acordo com essa autora, o movimento dos seringueiros lutará contra o grande latifúndio, contra as madeireiras e por vender os “seus produtos em mercados mais competitivos”, os índios lutarão pela “demarcação das terras, mas também querem vender castanha, ervas, etc. no mercado nacional e internacional, a preço justo e certo, e não como mercadoria “alternativa”, a preço baixo.

Nesse contexto, a educação é dirigida ao desenvolvimento de habilidades técnicas, gerenciais, organizacionais, visando maior qualidade à produção e melhor interação com o

mercado.

Os projetos desenvolvidos por ONG's junto a populações carentes geralmente têm como objetivo promover o desenvolvimento local sustentável. Os recursos para desenvolvê-los são captados junto ao governo federal, ao Banco Mundial e empresas dentro dos princípios da Responsabilidade Social Empresarial.

Esses projetos são tidos por seus protagonistas como estratégicos na obtenção do desenvolvimento sustentável sendo que, geralmente, o produto desse trabalho é acompanhado de fotos, lendas, etc. dos povos de onde eles se originam.

À educação cabe desenvolver nos sujeitos um conjunto de habilidades, compreensão, elementos para agir/produzir e se expressar, valorizando a cultura local, a produção associativa e o mercado.

Assim, a qualificação desses trabalhadores deve ser por uma espécie de (re)habilitação, para uma configuração das relações sociais de produção, sem que seja alterada a estrutura do capitalismo. A formação é desenvolvida com o propósito de que os agricultores familiares tornem-se gestores dos seus próprios empreendimentos, seja produzindo e vendendo a sua produção nas feiras ou mercados das cidades mais próximas das comunidades onde residem, seja em associações ou cooperativas de trabalhadores rurais.

Na essência, isso significa que, do ponto de vista dos agricultores familiares do Baixo Amazonas, está ocorrendo, promovido ou impulsionado pelas políticas sociais, orientadas pela ideologia desenvolvimentista, um franco processo de ressignificação do trabalho dentre tais agricultores: primeiro, pela melhoria da qualidade e da quantidade de seus produtos como, por exemplo, a farinha de mandioca e pela fomentação de cadeias produtivas; pela formação de cooperativas e associações para produzir e vender a produção; pelo desenvolvimento de artesanatos, com frutos, flores, madeiras (a exemplo da Oficina Caboclos²); pelo extrativismo e comercialização de essências, como a cupaíba, a andiroba; pelo beneficiamento dos peixes, defumando-os; pela produção e comercialização da farinha de piracuí³ e pela produção de verdura sem uso de agrotóxico. São iniciativas, ainda que

² A Oficina Cabocla da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, foi criada em 1998. Nela os povos da reserva utilizam a “madeira morta coletada em clareiras abertas para a agricultura e madeira de árvores não derrubadas”, para realizar bancos e outros objetos de decoração, sempre em formato de animais da região: tartaruga, tamanduá, tambaqui, botos, jacaré, jaraqui, etc. c:/Documents and Settings/ECO-Exchange,maio2005.mht. Acessado em maio 2009.

³ Piracui é uma farinha feita de peixes, de origem indígena. Os peixes, principalmente o acari, são assados abertos em um jirau de madeira, depois desfiados e torrados no forno de fazer farinha. Essa tecnologia era usada pelos indígenas para conservar e estocar alimentos. Esse produto é vendido nas feiras e mercados da região em quilos ou litros e serve para fazer farofas, omeletes, saladas e mujica (uma espécie de sopa, cujos ingredientes são: maxixe, quiabo, abóbora, coentros, engrossados com carimã).

recentes, que modificam a forma de vida e trabalho de algumas famílias. Embora se possa argumentar que esses agricultores sempre plantaram, pescaram e colheram frutos da floresta para se alimentar e vender o excedente, o que é verdade, não se pode ignorar que a lógica divulgada hoje é outra, a de produzir para o mercado, ou seja, produzir o que o mercado pode absorver e, ainda, a de despertar a necessidade social daquela produção, ainda que utilizando-se de apelos emocionais, como o de ajudar populações tradicionais da Amazônia.

O propósito das orientações para desenvolvimento rural é o mercado. As associações filiadas ao CEFT-BAM realizam cursos para melhorar a produção dos seus filiados e vender na Feira da Produção Familiar em Santarém e nas feiras dos demais municípios. Declaradamente, como se poderá observar nos demais capítulos desta tese, particularmente no capítulo IV, o movimento social em Santarém tem, dentre seus objetivos, a formação (qualificação e capacitação) dos seus filiados para a geração de trabalho e renda. A EMATER tem explicitamente, dentre os objetivos do ATER, a qualificação e capacitação para a melhoria da produção, a formação de cadeias produtivas e a comercialização.

Independente da forma como tem sido realizada a qualificação e capacitação dos agricultores familiares por meio dos programas sociais em curso na região, pode-se afirmar que existe uma crença, um valor, uma orientação perseguida pelas organizações sociais e pelos próprios agricultores de que qualificação e o crédito são imprescindíveis à geração de renda, à melhoria da qualidade de vida e à promoção do desenvolvimento sustentável.

Existe, dentre as lideranças sindicais da região, a preocupação ou consciência de que é preciso produzir melhor, porque o mercado requer produtos de melhor qualidade, e de que é preciso acabar com a presença do atravessador. Nesse sentido, encontram-se algumas iniciativas por parte das organizações dos agricultores familiares. Contudo, observa-se que não há ações sincronizadas entre o crédito do PRONAF e atividades de qualificação e capacitação dos agricultores familiares.

As capacitações realizadas pela EMATER e pelo CEFT-BAM (e por outras ONG's) tiveram como público alvo os agricultores familiares do Baixo Amazonas, particularmente de Santarém, ocorrendo, muitas vezes, a concessão de crédito a esses agricultores.

Tais atividades de formação têm ressignificado o trabalho dos agricultores familiares do Baixo Amazonas, como exemplo, observa-se como os cuidados de higiene na produção de farinha de mandioca, tomando certos procedimentos como limpeza da casa de farinha, do *coxo*⁴, do *tipiti* e da *urupema* podem representar uma novidade. Em visita a comunidade de

⁴ Nome dado a uma espécie de tanque escavado na madeira, que serve para guardar a massa que faz a farinha, ou mesmo a farinha no processo de confecção.

Cucurunã, na estrada Santarém/Alter-do-Chão, um agricultor, ao se referir ao que aprendeu no curso do SEBRAE, declarou que lhe foi recomendado cercar a casa de farinha para que os cachorros não dormissem dentro do forno; a explicação para esse procedimento foi de que o comprador escolhe o melhor produto, porque agora são compradores mais exigentes, etc.

Esse exemplo é ilustrativo, serve para demonstrar que lentamente as formas de ver e pensar o mundo estão mudando naquela região, influenciados pelos valores do mercado. Também se pode inferir que os aprendizados não se originam apenas e diretamente dos cursos/formações (sejam eles ministrados pela EMATER, pelo CEFT-BAM, ou por outras ONG's), mas também pelas convivências, pelas experiências, pelas informações que chegam até eles de várias maneiras, proporcionadas por um leque de relações sociais.

Na realidade, verificou-se que a orientação para o mercado está presente tanto no trabalho promovido pela EMATER como pelo CEFT-BAM, e pelos agricultores, no sentido de desenvolver as habilidades, os conhecimentos, partindo das potencialidades locais⁵, aperfeiçoando-as para levá-las ao mercado.

Na perspectiva da superação de uma ordem fundada no emprego e salário, caracterizada pelo desmonte do sistema de proteção social até então vigente e pela desestabilização e precarização dos direitos trabalhistas (CASTEL, 1998), a educação deve promover novas formas de atuação no mercado de trabalho, sendo requerido ao trabalhador outras habilidades, inclusive a de gestão, havendo então uma verdadeira ampliação do campo da educação, uma vez que não se trata apenas da educação escolar, mas também da qualificação e capacitação dos trabalhadores em geral, dotando-os de habilidades (ou pelo menos assim se propondo), para se tornarem empreendedores e gestores.

2.1.1. Concepções de Qualificação Profissional

O crescente processo de “desmaterialização do trabalho” requer cada vez mais aptidões cognitivas complexas que propiciem não somente manipular/operar maquinarias eletroeletrônicas sofisticadas, como também planejar, decidir, inovar. Cabe, pois, cada vez mais, viabilizar investimentos em múltiplas habilidades, competências e informações direcionadas para o desenvolvimento das potencialidades do mercado, o uso de novas matérias-primas e processos produtivos a serem incorporados pelo circuito de produção/circulação de bens ou mercadorias.

A esse respeito, lê-se no *Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para*

⁵ A expressão é utilizada entre os atores sociais para se referir àquilo que a comunidade já desenvolve (farinha de mandioca, panela de barro, festas de santos, ervas para a cura de certas doenças, etc.).

o Século XXI, para a UNESCO:

O progresso técnico modifica inevitavelmente as qualificações exigidas pelos novos processos de produção. As tarefas puramente físicas são substituídas por tarefas de produção mais intelectuais, como o comando de máquinas, a sua manutenção e vigilância, ou por tarefas de concepção, de estudo, de organização, à medida que as máquinas se tornam também mais ‘inteligentes’ e que o trabalho se ‘desmaterializa’ (UNESCO, 2001, p. 93-94).

O propalado requisito da multifuncionalidade do trabalho, ou seja, a defesa de uma qualificação polivalente – capaz de adaptar-se e satisfazer plenamente à complexidade das operações produtivas, sob o impacto das novas tecnologias e do próprio sistema global das relações sociais – é parte integrante de um processo geral do capitalismo mundializado, norteado por duas tendências básicas: (1) a crescente liberdade do capital frente a modelos de produção, que limitavam sua capacidade de exploração sobre o trabalho; (2) o avanço da desqualificação do trabalhador, resultante da destruição de postos de trabalho e do incremento do desemprego (ARRAIS, 2002).

A flexibilidade da produção exige uma intensificação da pressão sobre o trabalhador. Obviamente, não se deve esquecer, no concernente aos aspectos centrais da “anatomia política” das economias capitalistas, que muitos fatores ensejaram mudanças no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Por isso, faz-se necessário evitar as concepções polarizadas e comandadas por uma lógica binária, que reduzem o debate acerca da tendência atual de elevação da qualificação profissional a um mero veredicto “positivo” ou “negativo”.

Para Machado (1996), as inovações tecnológicas organizacionais e gerenciais modificaram o processo de trabalho segmentado, parcelado e padronizado, próprio do modelo fordista, substituindo-o ou associando-o ao trabalho flexibilizado. Trata-se de mudanças de todas as ordens: educacionais, culturais, ideológicas, psicossociais, voltadas a promover o ajuste entre as funções laborais dos trabalhadores e a base tecnológica da produção. Para a autora, o capitalismo, ao demandar o crescimento da produção material, permitiu que o conhecimento técnico e científico penetrasse no processo produtivo e mediasse a relação entre capital e trabalho, intensificando a reprodução ampliada de capital, ou ainda, convertendo-se em áreas específicas de investimentos produtivos capitalistas.

Essas transformações e reajustes colocam à mostra duas realidades distintas: uma que possibilita ao homem a superação dos seus limites e dos que lhe são impostos pela natureza e outra que submete o homem a perdas de referência que até então nortearam a sua existência: o emprego, as relações de amizade, de vizinhança, etc. Tudo isso precisa ser reconstruído e ressignificado. Isso implica que a maioria da sociedade passa a conviver com promessas e

falsas expectativas, já que é vedado, à maioria, o acesso às vantagens que a ciência e a tecnologia oferecem.

Machado (1996) chama atenção para a diluição das diferenças específicas devido ao emprego de novas tecnologias. E assim conclui:

[...] o impacto das inovações tecnológicas sobre o modo de produção incide tanto na relação de troca, atingindo os setores da economia, como nas relações de produção *stricto sensu*, nas formas de cooperação e incorporação do trabalho, nas características e maneiras de combinar os elementos do processo de trabalho (atividade humana, a matéria a que se aplica o trabalho e os meios e instrumentos utilizados).

Do ponto de vista teórico, desde os anos de 1980, tem-se observado um processo de substituição da noção de “qualificação” profissional pelo imperativo da **competência pessoal**. Tal deslocamento traduz as novas exigências do mundo da produção, no qual o trabalho requer capacitações cada vez mais complexas e multifuncionais e, portanto, novos tipos de subjetividades, no que diz respeito às políticas públicas de geração de trabalho e renda e às políticas de desenvolvimento (para os pobres), sendo muito forte o enfoque sobre a qualificação. A ênfase, portanto, é sobre a qualificação técnica e a qualificação social.

O já referido relatório, *Educação: um tesouro a descobrir*, sublinha o impacto do deslocamento da qualificação profissional à competência pessoal:

Os empregadores substituem, cada vez mais, a exigência de uma qualificação ainda muito ligada, a seu ver, a idéia de uma competência material, pela exigência de uma competência que se apresenta como uma espécie de coquetel individual, combinando a qualificação, em sentido estrito, adquirida pela formação técnica e profissional o comportamento social, aptidão para o trabalho em equipe, a capacidade de iniciativa, o gosto pelo risco [...] Qualidades como a capacidade de comunicar, de trabalhar com os outros, de gerir e resolver conflitos, tornam-se cada vez mais importantes (UNESCO, 2001, p. 94).

A noção de competência surge na literatura sociológica e educacional a partir dos anos 1970, adquirindo sua acepção atual a partir dos anos 1980, verificando-se a difusão dos termos tanto nos meios acadêmicos quanto em empresas e outros lugares de trabalho.

A noção de competência está, portanto, associada à execução de tarefas complexas organizadas e que exige uma atividade intelectual importante [...]. O trabalhador competente não é necessariamente aquele que cria as técnicas, mas aquele que as usa adequadamente e está apto a adaptá-las às novas situações de trabalho. A noção de competência, todavia, não apenas se impõe de fora para dentro da Sociologia do Trabalho como exige que outros saberes compartilhem da tentativa de construção da noção. Entre esses saberes se destacam os relativos à cognição [...]. a competência é um campo de conhecimento partilhado com outras disciplinas e profissionais: psicólogos, antropólogos, ergonomistas, lingüistas, educadores. A competência se encontra, também, e, sobretudo, nos comportamentos, nas atitudes, que têm como característica fundamental não a solução dos problemas, mas o antecipar-se a eles (TOMAS, LAUDARES, 2002, p. 264-265).

Percebe-se que na análise da noção de competência, na citação acima, destacam-se dois aspectos: (1) aquele que aponta para as novas exigências postas ao trabalhador pela complexificação da produção e que não tem apenas um sentido técnico de qualificação profissional, mas que aponta para exigências comportamentais e que envolve atitudes, condutas, etc.; (2) aquele aspecto atinente à construção do conceito de consciência por diferentes disciplinas e áreas de saber e que implica, portanto, uma rede de produção intelectual e simbólica.

À primeira vista, a noção de competência parece não estar relacionada apenas ao desenvolvimento tecnológico, às novas exigências do mercado de trabalho. Então, o que se pode apreender das noções atinentes à competência em sociedades em que o trabalho assalariado não é predominante e nas quais a natureza das atividades laborais tem por base as experiências tradicionais – a exemplo da agricultura familiar no Baixo Amazonas – convivendo, entretanto, lado a lado com um setor econômico articulado ao capitalismo mundial?

A competência a ser desenvolvida junto àqueles agricultores refere-se à aquisição de tecnologias, à capacidade empreendedora e gestão, à comercialização da produção.

2.1.2. Educação do campo: elementos de uma proposta

Visando enriquecer o debate, é importante indicar alguns elementos da discussão sobre a educação do campo, os quais podem subsidiar a compreensão das particularidades/especificidades que a qualificação e capacitação assumem naquela realidade.

De acordo com Fernandes (2006b, p. 28), o conceito de Educação do Campo nasceu há 10 anos, no âmbito das demandas dos movimentos camponeses por uma política educacional para o assentamento de reforma agrária, cabendo destacar a implantação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e a Coordenação Geral de Educação do Campo como resultado da pressão dos movimentos camponeses.

O autor toma o conceito *território* para mostrar os significados da terra para o agricultor familiar e para o empresário capitalista do agronegócio, por ser nele que se efetivam as formas de organização desses dois segmentos sociais.

Para o agricultor familiar, o território do campo é compreendido como espaço de vida. É nele que se condensam todas as dimensões de existência humana, tendo, portanto, na qualidade de espaço de vida, um caráter multidimensional. Nele se condensa um complexo de relações sociais que lhe são **constitutivas** (educação, cultura, produção, trabalho, organização

política, etc.), que se completam e interagem entre si (Cf. FERNANDES, 2006b, p. 28; 29).

Para o agronegócio, o território é espaço de produção de mercadoria, de riqueza. Assim, Fernandes (2006b) chama atenção para “o desinteresse” do agronegócio por uma política de educação que torne o território de sua multifuncionalidade diferente do que propõe a educação no campo. Para o agronegócio, a educação bem como a pesquisa devem se voltar para a criação de tecnologias que operem o aprimoramento dos produtos, tendo para tanto articulação com as principais universidades e institutos de pesquisas públicas, e mantendo seus próprios institutos de pesquisas (FERNANDES, 2006b, p. 30).

É procedente retomar a crítica de Brandão (2007) que ressalta as dramáticas desigualdades históricas na configuração espacial do desenvolvimento capitalista no Brasil, onde o espaço é concebido como receptor do desenvolvimento projetado externamente, caracterizado como algo inerte, homogêneo, estático, que conduz à dramática tensão entre global-nacional-local.

Para Caldart (2004), o campo vive outra dinâmica, traduzida por tensões, lutas, organizações de trabalhadores; a educação do campo (no nível da educação básica) é produzida por meio dessa dinâmica social “[...] que é também um movimento sociocultural de humanização das pessoas que dele participam” (CALDART, 2004, p. 89); a existência de nova prática de escola que decorre das mobilizações e lutas dos trabalhadores, e mostra que isso também tem implicações no trabalho do professor (educador).

Precisamos aprender a potencializar os elementos presentes nas diversas experiências e transformá-los em um *movimento consciente de construção das escolas no campo* como escolas que ajudem nesse processo mais amplo de humanização e de reafirmação do campo como sujeito do seu próprio destino, de sua própria história (*Idem*, p. 89-90).

A mesma autora mostra que o campo encontra-se em processo de transformação, de mobilização, que teve como ponto de partida a luta pela Reforma Agrária encampada pelo MST. Porque, de acordo com a autora, a luta pela terra caminha concomitantemente com a luta pela escola, no reconhecimento ao valor do estudo, *a escola como direito*. A escola está associada à luta pela terra.

Trata-se de alterar a postura dos educadores e o jeito de ser da escola como um todo; trata-se de cultivar uma disposição e uma sensibilidade pedagógica de *entrar em movimento*, abrir-se ao movimento social e ao movimento da história, porque é isso que permite a uma escola acolher sujeitos como os Sem Terra, cria como os Sem Terrinha⁶. E ao acolhê-los, eles aos poucos vão a transformando, e ela a eles. Um

⁶ *Sem Terrinha* é a expressão que identifica as crianças vinculadas ao MST. O nome surgiu por iniciativa das crianças que participavam do Primeiro Encontro Estadual de Crianças Sem Terra de São Paulo em 1997.

mexe com o outro, num movimento pedagógico que mistura identidades, sonhos, pedagogias... E isso só pode fazer muito bem a todos, inclusive aos educadores e educadoras que assumem esta postura. E também à escola que, ao se fechar e burocratizar em uma estrutura e em um jeito de ser, costuma levar os educadores a esquecer, ou ignorar, que o seu trabalho é, afinal, com seres humanos que merecem respeito, cuidado, todos eles (*Idem*, p. 94).

As questões apontadas por ela remetem ao papel desempenhado pelo MST e pela educação. São questões que têm como referência o campo como território de vida, onde o principal requisito é a terra.

Não se observou na região do Baixo Amazonas, durante a pesquisa, nenhuma atuação do MST. Contudo, registra-se a presença significativa dos movimentos sociais que lutam pela demarcação e titulação das terras, por qualificação e capacitação e por Educação Básica.

A luta pela terra, naquela região, diz respeito à titulação, à grilagem, visto que os agricultores têm a posse das suas terras. Vivenciam-se, na região, os conflitos de grilagem de terra, de exploração ilegal de madeira, de falta de titulação (como se verá no capítulo seguinte) e a falta de escolas.

Entretanto, destaca-se que a luta pela educação do campo, embora presente nas bandeiras do movimento social, pouco tem avançado. A discussão do território veio por meio do Estado, pela política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável do governo Lula. Como afirma Fernandes (2006b), ao identificar a existência da diversidade de modalidades de organização territorial no campo, conclui-se pela necessidade de políticas econômicas e sociais diversas e pela “singularidade na sua organização por meio do trabalho familiar” (FERNANDES, 2006b, p.12).

O mesmo autor destaca alguns elementos conceituais dos termos espaço e território, são eles: (1) a construção dos conceitos espaço/território funda-se na conflitualidade territorial das diferentes formas de ocupação e significação do campo pelas classes sociais que o tomam como espaço de vida (campesinato) ou de produção de mercadorias (agronegócio); (2) o território não é apenas espaço geográfico, mas político e, como tal, não possui necessariamente “área”, mas dimensões (pensamentos, idéias, ideologias); (3) o espaço social, como materialização de existência humana, é uma dimensão de realidade, como parte da realidade, o espaço é multidimensional, sendo, portanto, produzido socialmente a partir de seus elementos naturais e das relações estabelecidas entre os homens no plano da cultura, da política e da economia. (p. 31).

Eles começaram a se chamar assim durante o Encontro e o nome acabou *pegando*, espalhando-se rápido pelo interior do país inteiro (Cf. RAMOS, apud CALDART, 2004, p.94).

Sabendo-se que a construção/produção social do espaço funda-se nas relações sociais que desenvolvem sistemas de ações e de objetos e levando-se em conta a tendência das relações sociais no sentido de produzirem espaços fragmentados, divididos, singulares e, portanto, conflitivos, convém estar atento aos preceitos teóricos básicos e aos principais elementos estratégicos de uma política pública de qualificação e capacitação. Tais políticas, quando implementadas em um espaço geográfico e social de vastas dimensões geográficas e de natureza sociocultural complexa, marcada pela conflitualidade (lutas de terra, desmatamento, etc.), como é regra na Amazônia, especificamente no Baixo Amazonas, no município de Santarém, exigem maiores cuidados. A implantação de uma política pública que vise à qualificação e capacitação dos agricultores familiares requer políticas de educação do/no campo que levem em conta as diversidades de dimensões desse espaço amazônico.

Consideram-se, ainda, as questões concernentes à urgência da educação no campo, propostas por Arroyo (2004), como se expõe abaixo, nos itens relativos à necessidade de (a) recuperar o “atraso” diante da histórica precarização da educação do campo; (b) *um equacionamento menos mercantil* e (c) outras políticas públicas, haja vista o campo ser outro.

No que tange à necessidade de recuperar o “atraso” diante da histórica precarização da educação do campo, caberia às políticas públicas promover a produção de conhecimento sobre o campo, provendo as agências públicas (agências de fomento, pesquisa nas universidades) voltadas à pesquisa de diagnóstico e, ainda, a criação de uma nova visão sobre o campo, menos estereotipada e mais realista, capaz de orientar os diversos agentes da Educação (ministérios, secretarias estaduais e municipais, conselhos de educação) (ARROYO, 2004, p. 92).

Arroyo (2004) considera a educação como direito, assim consagrada desde a década de 1980 pelos movimentos sociais, de caráter cívico, docente, dos bairros, periferias urbanas, etc., e atesta, nas décadas mais recentes, a expansão dos grupos de pressão sobre tal reivindicação (como famílias, comunidades, associações, sindicatos, movimentos sociais urbanos). Adverte, contudo, que não se constata, nas três últimas décadas, nenhuma melhoria na educação rural e conclui que:

Somente neste terreno político dos direitos, terá sentido um outro diálogo entre a diversidade dos povos do campo e as diversas agências públicas e os diversos entes federativos. O pensamento educacional, a reorientação curricular, a produção de material didático e a formação de professores(as) ou o cumprimento das políticas educacionais encontrarão seu sentido público na sociedade que não ignore o avanço da consciência, ir a luta pelos direitos (*Idem*, p. 100).

Já em relação à necessidade de um “um equacionamento menos mercantil”, ele propõe

a importância de os poderes públicos assumirem como tarefa a educação do campo, desatrelando-a das pressões do mercado: tal atitude implica a superação de certas perspectivas na gestão de políticas educacionais nas quais se observam “crenças” que – tendo em vista a subserviência à demanda pela escolarização e qualificação em conformidade com a lógica do mercado – são responsáveis, especificamente na região estudada, pela persistência de baixos níveis de escolarização. Segundo ainda o mesmo autor, a expansão das fronteiras agrícolas e do agronegócio, promovida pelo avanço da modernização no campo, não tem implicado a elevação dos níveis de educação daquela população, mas a expulsão da terra e o incremento da “tradicional” precarização/degradação da força de trabalho e formas de produção, sendo a educação diretamente afetada.

Para Arroyo (2004), trata-se, assim, de superar a visão simplista do campo como expressão do “atraso” e da modernização (agronegócio) e pressionar por políticas públicas de educação.

2.2. Educação e Trabalho: nuances de uma proposta

A educação como elemento necessário para promover e explicar o desenvolvimento capitalista teve especial relevância a partir de meados do século XX, quando passou a figurar como “[...] potencializadora da capacidade de trabalho, de renda e produtividade, portanto, um fator de desenvolvimento” (FERREIRA, 2006, p. 129). Trata-se da valorização da educação como elemento de explicação e superação das diferenças e das dificuldades de acesso ao mundo do trabalho.

Na história do capitalismo, entretanto, o excedente de mão-de-obra sempre foi um elemento necessário, do ponto de vista do capital, para contenção de salários e das lutas de classe. Nesse sentido, nenhuma estratégia de potencialização do trabalho, de melhoria de renda iria atingir a todos, o que implica afirmar que o desemprego desempenha um papel importante para o capital. Ocorre, segundo Castel (1998), que, a partir dos anos 1980, a sociedade salarial começou a apresentar riscos de fratura, conforme já abordado no primeiro capítulo desta tese.

Assim sendo, pode-se indagar o que significam as propostas de qualificação dos agricultores familiares, do PRONAF, parte do projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável, sabendo-se que essa qualificação e capacitação têm como princípio o empreendedorismo, o desenvolvimento sustentável e a solidariedade?

A questão proposta justifica-se, pois tem-se ciência da diferença entre o anteriormente

analisado e o abaixo descrito:

O nexos entre *trabalho, educação e desenvolvimento*, no âmbito das Políticas Públicas de Qualificação, pressupõe a promoção de atividades político-pedagógicas baseadas em metodologias inovadoras dentro de um pensamento emancipatório de inclusão, tendo o trabalho como princípio educativo; o direito ao trabalho como um valor estruturante da cidadania; a qualificação como uma política de inclusão social e um suporte indispensável do desenvolvimento sustentável; a associação entre participação social e a pesquisa como elementos articulados na construção desta política e na melhoria da base de informação sobre a relação *trabalho-educação-desenvolvimento*. Possibilita tudo isso a melhoria das condições de trabalho e da qualidade de vida da população (BRASIL, 2003, p. 25-26).

Considerando que os agricultores familiares são vinculados ao PRONAF, um público-alvo do PNQ, e estando as políticas públicas de qualificação articuladas às políticas de desenvolvimento e à elevação da escolaridade de jovens e adultos, é interessante saber como ocorrem a qualificação e capacitação no PRONAF. O que é ensinado aos agricultores familiares? Como é ensinado? E o que muda na vida deles?

Chama atenção, naquela região, o nível de organização dos trabalhadores da agricultura familiar. Resta conhecer o que é ensinado e as concepções de quem ensina, pois questões como desenvolvimento sustentável, empreendedorismo e solidariedade comportam contradições que necessitam ser verificadas no interior de sua complexidade histórica e teórica.

Infere-se que é importante conhecer a dinâmica histórica das formas de dominação do capital combinadas à Educação, na dimensão da qualificação e da capacitação dos trabalhadores, sobretudo as mais recentes, inscritas simultaneamente ao processo de globalização. A análise das concepções ou dos atores que interferem na centralidade da educação e da capacitação são importantes neste estudo, porque são elas que, sob argumentos diversos e, muitas vezes, sob uma falsa aparência de conciliação, irão justificar e impor a centralidade da educação profissional e, mais precisamente, a qualificação do agricultor familiar no seio de uma realidade em que as exigências sobre a educação têm se complexificado, dadas as restrições cada vez mais agudas do mercado de trabalho.

Castel (1998), ao se referir às exigências da qualificação, o faz associando-as à redução dos postos de trabalho e indicando que a qualificação é o caminho a ser percorrido para evitar o desemprego ou para sair dele. Esse caminho, na realidade brasileira, tem se traduzido nas possibilidades apresentadas pelas políticas de geração de trabalho e renda no sentido de manutenção e aquisição de um emprego e no sentido do autoemprego, do empreendedorismo. Assim, a qualificação, na perspectiva do Sistema Público de Emprego, tanto diz respeito às políticas do Sistema Público de Emprego quanto aos Programas para

micro e pequenos empreendedores.

Frigotto (1998, p. 218) indica que, nesse contexto, o desafio é definir as funções da educação e da formação técnico- profissional, tanto na perspectiva técnico-econômica, quanto, e especialmente, em sua função ideológica. A importância dessas definições e o lugar estratégico da educação no capitalismo atual ficam explícitos na seguinte indagação de Souza⁷ (1999), : *educar para quê?* Essa questão conduz ao sentido do *relacionamento entre educação e sociedade* e diz respeito à educação humanística e técnica – à preparação para o mercado de trabalho.

Para compreender a educação nos tempos recentes, faz-se necessário transcrever a fala do professor Paulo Renato de Souza, Ministro da Educação à época:

[...] devemos nos dar conta de que hoje há um novo mundo e este novo mundo requer duas grandes características do sistema educacional: a educação geral para todos é condição essencial para a própria sobrevivência do País e, em segundo lugar, é necessária a integração entre educação geral e preparação para o mercado de trabalho [...]. Esse novo mundo emerge da conjunção de dois processos ainda em curso [...] a terceira revolução industrial [...] e a globalização dos mercados (*Idem*, p. 21-24).

As questões apresentadas por Souza (1999) referentes à integração entre educação geral e preparação para o mercado de trabalho, na perspectiva da globalização de mercado, valida a afirmação de Ferreira (2006, p. 129) de que, na perspectiva da relação educação/desenvolvimento, grande parte da literatura sobre essa questão vê a educação “[...] como potencializadora da capacidade de trabalho, de renda e produtividade, portanto, um fator de desenvolvimento social e econômico de um país”. Dessa forma, a incumbência da educação diz respeito à transmissão de um “[...] conjunto de habilidades intelectuais, manuais e comportamentais capazes de gerar emprego” (FERREIRA, 2006, p. 129).

Seguindo essas orientações, o trabalhador deve ser adaptável, flexível, criativo, inventivo, eclético, multifuncional para inserir-se em uma realidade em que o desemprego e a precarização do trabalho fazem parte do seu cotidiano.

De acordo com Souza (1999), os trabalhadores devem possuir tanto habilidades técnicas como outras competências de ordem subjetivas.

O paradigma que se seguirá certamente requererá das pessoas grande flexibilidade para se adaptarem às novas realidades. Requererá que sejam capazes de produzir de forma autônoma, tenham inventividade e não percam de vista a idéia de que quase não há mais hierarquia ou posições pré-definidas na cadeia produtiva. A conquista e manutenção das posições, especialmente as de liderança e comando, são uma competição, são os resultados de uma atuação permanente e diária (*Idem*, p. 25).

⁷

Paulo Renato de Souza foi Ministro da Educação no Governo Fernando Henrique Cardoso.

A formação desse homem adaptável, flexível e inventivo depende, no mínimo, de dois pré-requisitos: da educação básica e de programas de qualificação.

A centralidade da educação, a partir dos anos 1990, não diz respeito apenas à qualificação e à capacitação, mas também à educação básica, como a educação geral, existindo, segundo Oliveira (2000), nos anos 1990, uma integração na defesa desse nível de ensino entre empresários, governos e trabalhadores, preocupados com os baixos índices de escolaridade da população brasileira, e com que isso possa “[...] se constituir em uma barreira ao projeto de desenvolvimento sustentável do Brasil” (OLIVEIRA, 2000, p. 183).

A autora discute a relação educação básica e empregabilidade demonstrando que o emprego já não é resultado imediato do crescimento econômico, visto que é possível o crescimento econômico sem ampliar os postos de trabalho, em razão do desenvolvimento tecnológico. Ocorre, então, que a educação básica passa a ser um requisito para empregabilidade, quer dizer, os indivíduos precisam ter acesso a ela pra terem alguma possibilidade de inserção no mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2000).

Destaca-se que as Centrais Sindicais passam a defender, a partir de então, a educação básica formal e qualificação dos trabalhadores, tendo em vista as exigências do mercado de trabalho. As Centrais Sindicais, a partir dos anos 1990, assumem projetos em parceria com o Estado e empresas, financiados, muitas vezes, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do *Sistema S*, para desenvolverem curso de qualificação profissional (OLIVEIRA, 2000).

Vê-se, portanto, o envolvimento ou o comprometimento que as organizações dos trabalhadores assumem, historicamente, com a formação da força de trabalho. O que é oportuno conhecer, no que se refere ao Baixo Amazonas, sendo as organizações dos trabalhadores uma das parceiras do PRONAF na qualificação e capacitação, quais as suas convicções e concepções político-pedagógicas? O que propõem a ser ensinado aos agricultores familiares? O que ensinam? E o que esperam que possa mudar na vida dos agricultores familiares?

A relação entre educação e desenvolvimento assume, assim, a partir da década passada, a educação básica e a educação profissional (qualificação e capacitação) como estratégia de inserção no mercado de trabalho, seja como empregado ou como empreendedor.

O nexu entre *trabalho, educação e desenvolvimento*, no âmbito das Políticas Públicas de Qualificação, pressupõe a promoção de atividades político-pedagógicas baseadas em metodologias inovadoras dentro de um pensamento emancipatório de inclusão, tendo o trabalho como princípio educativo; o direito ao trabalho como um valor estruturante da cidadania; a qualificação como uma política de inclusão social

e um suporte indispensável do desenvolvimento sustentável; a associação entre a participação social e a pesquisa como elemento de articulação na construção desta política e na melhoria da base de informação sobre a relação *trabalho-educação-desenvolvimento* (PNQ, 2003, p. 5-6).

Segundo a Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR), a educação profissional deve estar articulada às transformações da estrutura produtiva, com o objetivo de que o trabalhador tenha como perfil ser participativo, ter iniciativa e maior discernimento. A qualificação está relacionada a requisitos tecnológicos e organizacionais, no sentido da valorização da competência do trabalhador. A formação de competências, a qualificação, tal como proposta pelo PNQ, deve ter uma dimensão técnica e uma dimensão social, sendo que esta última reporta-se à capacidade de o trabalhador interagir com seu meio social, participando e propondo alternativas, conforme já demonstrado.

Envolve também uma dimensão de cidadania, que extrapola os muros da empresa: ler, interpretar a realidade, expressar-se verbalmente e por escrito, lidar com conceitos científicos e matemáticos abstratos, trabalhar em grupo na solução de problemas – tudo que define como perfil de trabalhadores em setores de ponta e torna-se requisito para a vida na sociedade moderna. Se o mercado exige empresas competitivas, a sociedade também exige cidadãos competentes.

Não basta que o trabalhador saiba ‘fazer’, é preciso também ‘conhecer’ e acima de tudo ‘saber aprender’ (BRASIL, 1995, p. 7-8).

A nova institucionalidade da educação profissional está assentada em um tripé: empregabilidade, competência e qualificação. Para a SEFOR, a empregabilidade refere-se “[...] não apenas à capacidade de obter emprego, mas, sobretudo, de se manter em um mercado de trabalho em constante mutação” (BRASIL, 1995, p. 8). O termo empregabilidade está relacionado às mudanças destes últimos anos nas relações de produção, sobretudo quanto ao desemprego:

[...] refere-se a um determinado conjunto de capacidades e competências que tornam o trabalhador apto para tornar-se ‘empregável’, mantendo-se no emprego, encontrar um outro trabalho remunerado ou ser capaz de se manter num mercado em constante mutação (SOUZA; SANTANA; DELUIZ, 1999, p. 30).

A empregabilidade pode ser entendida sob dois enfoques: um de caráter econômico, que se volta às mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas, em que se destacaram a re-estruturação produtiva, as novas relações de trabalho, as políticas de formação e qualificação e a forma como estas se articularam às políticas educacionais e às demandas sociais formuladas pela escola; e outro que diz respeito à reorientação moral e cultural implementada pelo projeto neoliberal, no sentido da formação de novas consciências, novas verdades (GENTILI, 1999, p. 25).

Dessa forma, o termo empregabilidade relaciona-se a um leque diversificado de

capacidades das quais o trabalhador deverá dispor para interagir no mercado de trabalho. Para Fidalgo e Machado (2000), a empregabilidade “[...] refere-se às condições subjetivas de inserção e permanência dos sujeitos no mercado de trabalho e, ainda, às estratégias de valorização e negociação de sua capacidade de trabalho”.

As críticas à empregabilidade, apresentadas por Gentili (1999), Leite (1997) e Fidalgo e Machado (2000), oferecem importantes elementos para contrapor-se ao discurso oficial e para o desvelamento do conteúdo ideológico subjacente ao conceito.

Leite (1999) observa que a empregabilidade diz respeito à capacidade da mão-de-obra de manter-se empregada ou de encontrar um novo emprego quando demitida, sendo que o princípio norteador desse entendimento é a inadequação de mão-de-obra às exigências do mercado. Ela indica dois grandes equívocos concernentes ao conceito de empregabilidade. O primeiro diz respeito ao desemprego como resultante do desequilíbrio entre a re-estruturação produtiva e a qualificação da mão-de-obra. Esse entendimento parte do falso suposto de que há emprego para todos. A concepção de que o crescimento econômico dependia do crescimento do mercado de trabalho está sendo posta em questão, como demonstra Gentili (1999, p. 89), assim como o direito universal ao trabalho, pois as economias têm demonstrado que podem crescer excluindo muitas pessoas. Assim, para Leite (1997), devemos pôr em questão as relações autoritárias que investem as empresas com poderes de decisão sobre jornadas de trabalho, admissão e formas de organização dos trabalhadores. O segundo equívoco refere-se à responsabilização do trabalhador pelo desemprego, seja no que concerne à escolaridade, qualificação, habilidade, seja no que tange às exigências salariais, compondo uma postura acrítica sobre a precarização do trabalho, situação que leva o trabalhador a aceitar qualquer condição de trabalho para fugir do desemprego (LEITE, 1999, p. 65).

A autora observa ainda que o mercado de trabalho exige, a cada dia, maior nível de escolaridade para atividades consideradas simples e, também, maior experiência e outros conhecimentos, sem que isso implique melhorias salariais e de condições de trabalho. A defesa da qualificação nas políticas públicas atuais não considera outros interesses dos trabalhadores, tais como: salários, condições de trabalho e participação nos lucros.

Com relação aos agricultores familiares do Oeste do Pará (Baixo Amazonas), interesses mais específicos ainda se colocam, tais como: demarcação e título de terra, condições reais de vida nos assentamentos e nas comunidades, atendimentos à saúde, transporte e acesso à educação. Entretanto, nos textos das políticas públicas, as propostas de qualificação, capacitação e elevação da escolaridade estão articuladas à oferta de geração de trabalho e renda, ao desenvolvimento sustentável e ao crédito. Na prática, o que é proposto na

formulação dessas políticas públicas e sociais guarda grande distanciamento com o que é realizado.

Em relação ao PRONAF, objeto deste estudo, a qualificação dos agricultores familiares deveria ser oferecida pelo PLANFOR e pelo PNQ/PlanTeQ-Pará, visto os agricultores se constituírem como público-alvo prioritário nessas políticas públicas de qualificação. Entretanto, observa-se que, no período de 1999 a 2006, o foco principal da qualificação para a agricultura familiar foi: produção de mudas; beneficiamento de pescado; desenvolvimento comunitário; artesanato em barro; gestão de projetos agroflorestais; gerenciamento empresarial básico; cooperativismo; empreendedorismo; manejo de ações em desenvolvimento sustentável.

A capacitação dos agricultores familiares é atribuição do PRONAF Capacitação. Entretanto, dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Secretaria de Agricultura Familiar (MDA/SAF) demonstram que, no período de 1999 a 2004, do total de recursos aplicado no PRONAF em nível nacional, o percentual destinado à capacitação ficou em torno de 1,08%, o PRONAF Infra-estrutura ficou com 4,78% e o PRONAF Crédito, com 93,87%. Esses percentuais indicam já de início que muito pouco foi feito pelo PRONAF Capacitação no sentido da qualificação e capacitação dos agricultores familiares. Verifica-se, portanto, o profundo descompasso entre os recursos concedidos ao crédito e aqueles investidos na infraestrutura e na capacitação que, embora sejam alvo de fartos elogios nos textos oficiais de tais políticas públicas, são, na realidade, negligenciados no plano da ação concreta (BRASIL, 2005, OGU).

A concepção do PRONAF é de promoção do desenvolvimento rural sustentável por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Se for levado ainda em consideração que, a partir de 2003, o PRONAF foi incorporado ao Programa de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável, é de se estranhar que a capacitação dos agricultores familiares seja contemplada de forma inexpressiva.

O PRONAF Capacitação teve projeto aprovado para o Estado do Pará no período de 2003 a 2005, quando foi contemplada também a região do Baixo Amazonas.

Percebe-se, nos dados do quadro abaixo (nº.1), que os cursos não possuem conteúdos que possam expressar significativa capacitação dos agricultores, já que estes não expressam a dimensão propositiva da política pública. Observando o referido quadro e tomando a proposição da política pública de unir crédito, capacitação e infraestrutura para promover a inclusão social, a melhoria da renda e o desenvolvimento sustentável, não restarão dúvidas de que, na prática, o PRONAF Capacitação não se concretizou no Baixo Amazonas, tendo se

constituído apenas em uma linha de crédito (investimento e custeio) insatisfatória.

Tomando como exemplo a proposta de capacitação que teve como proponente a Prefeitura Municipal de Santarém, aprovada em 2005, Fomento à Produção, Comercialização, produção familiar de peixes – aquisição de 24 (vinte e quatro) tanques, mesmo sem se ter acesso ao conteúdo programático, ao perfil dos participantes e à metodologia utilizada, a relação entre o curso e a carga horária já são suficientes para levantar dúvidas sobre a sua eficácia e indicam que o PRONAF Capacitação não teve sustentação nessa região e, ao que parece, não teve expressão no país como um todo.

QUADRO 1 PRONAF CAPACITAÇÃO: PROJETOS APROVADOS BAIXO AMAZONAS – 2003 a 2005

Ano	Proposta aprovada	Entidade proponente	Carga horária
2003	Fomento à produção, verticalização da produção, educação de jovens rurais, capacitação técnica, elaboração plano de desenvolvimento.	Secretaria de Agricultura	45
	Capacitação de técnicos, agentes agroflorestais e produtores familiares rurais em projetos inovadores de ATER.	CEDEMPA	45
2004	Capacitação de atores sociais, relatório de gestão e planejamento Territorial Rural.	EMATER	35
	Construção de viveiro, unidades móveis de beneficiamento de tanques.	EMATER	35
	Diagnóstico participativo, oficina territorial, análise, avaliação, assessoramento e elaboração de material gráfico.	Secretaria de Agricultura	45
2005	Capacitação de agricultores familiares.	FETAGRI	35
	Capacitação de agricultores familiares e dirigentes sindicais.	FETAGRI	35
	Fomento de projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural, através de capacitação em diversos municípios.	EMATER	
	Produção e comercialização da produção familiar de peixes.	Secretaria de Agricultura	35
	Promover processos de mobilização para gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais – SELEC, P/MDA/SDT.	PM de Juruti	35
	Fomento à produção, comercialização, produção familiar de peixes – aquisição de 24 (vinte e quatro) tanques.	PM de Oriximiná	35
	Ampliação e revitalização da base física de piscicultura da	PM de Santarém	35
	SAGRI em Santarém.	NHAMBOE	45

Fonte: MDA (relatório de dados cadastrais das propostas e contratos) www.mda.gov.br

Dessa forma, é possível inferir que a qualificação e capacitação dos agricultores são um dos pontos frágeis do PRONAF e da própria Política de Desenvolvimento Territorial Rural, visto que não se percebe, a partir de 2003, mudanças para melhor, no que diz respeito aos investimentos e às ações concernentes à formação dos agricultores familiares. Assim, o que importa para os agricultores familiares é produzir e suprir, ainda que precariamente, suas necessidades básicas, e lutar pela manutenção da posse da terra e por crédito.

A qualificação está associada ao conceito de flexibilidade: “[...] a maior exigência da qualificação deve-se ao aumento da flexibilidade do aparato produtivo, à capacidade das empresas produzirem de acordo com as flutuações e variações do mercado” (LEITE, 1999, p. 66).

Leite (1999) se refere à empresa, portanto a uma realidade em que prevalece o emprego/salário. Como o agricultor familiar pode produzir de acordo com a demanda do mercado? Talvez a resposta esteja na qualidade, quantidade e na regularidade da produção e na variação da produção. Não se está falando de flexibilização da produção, o que norteia essa relação é que mesmo os agricultores familiares do Baixo Amazonas tiveram suas formas de vida de alguma maneira atingidas pelas mudanças no mundo do trabalho que se inscreveram (ou se inscrevem) na ordem capitalista mundial.

Como isso vale para um programa como o PRONAF? A qualificação técnica diz respeito à melhoria da produção (qualidade, higiene, empacotamento), ao mercado (preços, concorrências) e à qualificação social, às discussões sobre cidadania, direitos, meio ambiente e organização, questões que estarão mais presentes a partir da proposta de Desenvolvimento Territorial do governo Lula.

A flexibilidade pode ser entendida em duas dimensões: nas relações de trabalho (chamada de funcional ou interna), que demanda trabalhadores polivalentes (prontos para atender às demandas das empresas); e quanto à qualidade (denominada numérica), que diz respeito à facilidade de que as empresas dispõem para admitir e demitir trabalhadores de acordo com as flutuações do mercado. A flexibilidade diz respeito, portanto, à instabilidade da mão-de-obra (LEITE, 1999, p. 65-66). Para a autora, a qualificação é um dos elementos a serem levados em conta na análise do emprego, mas não pode ser tomada como panaceia, pois não basta qualificar, e mesmo que isso ocorra, falando hipoteticamente, não é a competência técnica para a realização de tarefas que conduz à anulação ou à redução do desemprego. O número de empregos é que são insuficientes para atender a todos, por isso a empregabilidade pode, também, reportar-se à capacidade de os indivíduos buscarem formas alternativas de geração de renda por meio de seus próprios negócios.

Assim sendo, a qualificação e a capacitação, como elementos que o Estado lança mão como forma de aliviar as pressões sociais sobre o capital, por meio de políticas públicas, diz respeito, em última instância, à transformação dos trabalhadores em empreendedores. A questão é saber por quanto tempo se sustentam essas experiências.

2.3. Qualificação e empreendedorismo

O Sistema Público de Emprego (SPE brasileiro) integra várias políticas e tem como objetivo promover: (1) a inclusão social, por meio de programas de geração de trabalho e renda; (2) a redução das taxas de desemprego; (3) a informalidade e (4) a reversão da queda da renda do trabalhador⁸.

O SPE foi criado no governo FHC⁹ e mantido pelo governo Lula e possui dois eixos: (1) formado pelas Políticas do SPE, as quais estão compostas por: seguro desemprego; intermediação da mão-de-obra e qualificação profissional e (2) formado pelos Programas para Micros e Pequenos Empreendedores, em que se incluem: o PROGER Urbano, PROGER Exportação, PROGER Turismo, PROGER Rural, PROGER Rural Familiar, FAT Empreendedor Popular e PRONAF.

Para efeito deste trabalho, convém especificar que a qualificação dos trabalhadores foi estratégica para viabilizar tanto as políticas de geração de trabalho e renda quanto aquelas de desenvolvimento, já que é por meio destas que os trabalhadores serão preparados para atuar no mercado de trabalho como empregados ou empreendedores.

Criado em 1995, o PLANFOR tinha como meta qualificar e requalificar pelo menos 20% da População Economicamente Ativa (PEA) até 1999, tendo em vista atender às demandas da re-estruturação produtiva. A proposta era articular a Educação Profissional do país, utilizando os recursos do FAT, tratando-se, então, da estratégia de articulação de uma política nacional de educação profissional integrada ao Sistema Público de Emprego e Renda do país, o PLANFOR (BRASIL, 1997a, p. 22).

Os objetivos do PLANFOR eram reduzir o desemprego e o subemprego da PEA; combater a pobreza e a desigualdade social; elevar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo.

Qualificação em si mesma não gera emprego, não eleva renda, não faz justiça social nem eleva competitividade. Mas é ferramenta indispensável nesse processo, integrada a outros mecanismos da política pública de trabalho, em especial o seguro desemprego, intermediação de desempregados, crédito popular e outros programas de geração de trabalho e renda financiados pelo FAT ou por outros fundos públicos (BRASIL, 2003, p. 7).

Observando os cursos oferecidos aos agricultores familiares pelo PLANFOR e PNQ,

⁸(Cf. disponível em <<http://www.mte.gov.br>>, acesso em junho de 2008).

⁹ O Programa Seguro Desemprego foi criado pela Constituição de 1988 e aprovado pela Lei Nº. 7.998 de 1990, que também instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), com recurso do PIS e PASEP e o Conselho Deliberativo do FAT, CODEFAT, sob a gestão do Ministério do Trabalho e Emprego.

os dados revelam que: 1) a maioria dos cursos é para agricultores assentados. O que isso pode significar no município de Santarém, onde os assentados não são a minoria? O que resta em termos de qualificação para os demais agricultores, a maioria? 2) Os cursos constam de uma turma que, em média, conta com 25 alunos. O que esses números representam em termos de qualificação dos agricultores familiares?

No prefácio do Plano Nacional de Qualificação (2003-2007), o Diretor do Departamento de Qualificação do SPPE/MTE, Antônio Aluísio Biondi de Lima, após afirmar que é fundamental retomar a ideia do trabalho, desenvolve a seguinte formulação:

Na mudança da dimensão conceitual, o novo PNQ discute que é fundamental retomar a idéia do trabalho. Não se aceita a idéia do trabalho perder sua validade como categoria de explicação da sociedade. De fato, estamos reforçando o sentido desse trabalho, que é múltiplo e plural, mas que muda e continua sendo, em sua essência, um trabalho¹⁰ (BRASIL, 2003, p. 11).

Sobre a conceituação de *qualificação*, no referido PNQ, afirma, ainda, Lima (Diretor do Departamento de Qualificação SPPE/TEM, responsável pelo *Prefácio* do PNQ: 2003-2007):

[...] também apresenta a noção de qualificação como uma relação social, algo fundamental para definir novos aspectos do trabalho. Sem dúvida, uma relação conflituosa, uma relação de poder no local de trabalho, que é fundamental ser negociada entre trabalhadores e empresários mas o Estado tem um papel nesse processo, acenando para a possibilidade de Políticas Públicas de Qualificação. E a política pública é ambígua, híbrida, pois, ao mesmo tempo, é uma política de trabalho e renda e é uma política educacional. Ela tem um espaço que a localiza numa ponte entre o Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Educação, ou seja, entre o campo da educação e o campo do trabalho (BRASIL, 2003, p. 11).

Afirmar que a qualificação consiste em uma relação social, significa admitir que ela não se reduz a um processo de transmissão/treinamento de habitantes e competências de caráter meramente técnico, capaz de garantir o ingresso no mercado de trabalho. A qualificação para o trabalho consiste em uma operação de poder, melhor dizendo, implica o conflito no interior de uma rede de poderes.

O documento do PNQ afirma que a qualificação implica uma relação de poder no local de trabalho e nomeia, em primeira instância, como atores situados em diferentes lugares / pólos de conflito, os trabalhadores e empresários. Após nomear esses pólos de conflito / poder, indica outro ator – o Estado – que deve possibilitar a implantação ou efetivação de políticas públicas de qualificação.

¹⁰ BRASIL. *Plano Nacional de Qualificação - PNQ, 2003-2007*. Brasília: MTE, SPPE, 2003. Disponível em <http://www.oei.es/etp/plano_nacional_qualificacao_brasil.pdf>. Acesso em Junho de 2008.

Necessário sublinhar, ainda, que o tópico do prefácio do PNQ 2003-2007, referente à mudança da dimensão conceitual das políticas públicas de qualificação, é precedido pela mudança na dimensão política, relativa ao papel do Estado, no que concerne à implantação das políticas públicas. O documento em tela opta por uma definição “híbrida” (para usar a expressão do autor, Antonio Aluísio Bione de Lima, PNQ – 2003 – 2007) e imprecisa de Estado, como uma composição entre o Estado de Bem-Estar Social e o Estado Mínimo. Embora esses dois modelos de Estado sejam criticados, parece que se pretende, por um lado, garantir – mesmo que simplesmente no discurso – o atendimento de certo nível de demanda de políticas voltadas aos *excluídos* e, por outro lado, obedecer ao ritual da exorcização do “Estado Provedor”, apesar de que o Brasil nunca tenha conhecido o Estado de Bem-Estar Social.

Seguem, abaixo, as definições de Estado contidas no referido documento, no tópico concernente à mudança na dimensão política dos conceitos de políticas públicas e qualificação.

Outra questão fundamental é a compreensão do papel do Estado no processo, ele não pode ser visto nem como provedor, como o grande saco de dinheiro que todo o mundo mete a mão, mas também não pode ser visto como um Estado mínimo que transfere suas responsabilidades para que terceiros passem a executá-las. Torna-se importantíssima essa compreensão do papel do Estado democrático, pois pensar o Estado também implica a democracia e a participação (BRASIL, 2003, p. 10).

Retomando os eixos do SPE, depara-se com o esforço ao empreendedorismo, no qual o PRONAF é incluído como um programa para esta finalidade. Se a educação básica e a qualificação são imprescindíveis para a formação do trabalhador flexível, inventivo, capaz de tomar iniciativas, adaptável, em outras palavras, polivalente, e se são essas as características dos empreendedores, conforme já tratado no capítulo anterior, a qualificação e capacitação são oferecidas com o propósito de possibilitar a formação de empreendedores. Tem-se um exemplo da importância do empreendedorismo nas políticas públicas no governo FHC, como o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) e o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), que se complementavam como incentivo à ação empreendedora. O primeiro era voltado ao crédito e o segundo, à qualificação. O trabalhador recebia, primeiramente, a qualificação e, com esses conhecimentos, elaborava um projeto (proposta de empreendimento) e acessava o PROGER, no qual deveria encontrar recurso para colocar em prática sua proposta.

Observou-se, entretanto, que, no Estado do Pará, no período de 1997 a 2000, no PLANFOR, os cursos de formação de gestores e empreendedores tiveram as seguintes

características: (1) ausência de critérios para fazer os recursos; a maioria dos egressos, no período de 1997 a 2000, fez o curso com o objetivo de se qualificar para conseguir um emprego e não para ter seu próprio empreendimento; (2) baixa carga horária, em média 45 horas, incompatível com o conteúdo do curso; (3) baixa escolaridade: no universo de 100 alunos, mais de 50% não tinha o segundo grau completo, o que estava em descompasso com o conteúdo do curso; (4) dificuldade de acesso ao crédito: dos 18 egressos, nenhum conseguiu ter acesso ao crédito junto ao PROGER. Esse exemplo demonstra o grande distanciamento entre a promessa das políticas públicas e o que delas, de fato, foi efetivado e os objetivos alcançados (SEBRAE-Pará).

Verifica-se uma tentativa de ressignificação do trabalho pela instituição de novas subjetividades que não dizem respeito unicamente à geração de trabalho e renda, pois, ao modificarem-se as formas como o indivíduo produz e reproduz sua existência, muda-se, também, a sua forma de pensar, explicar e agir “[...] surgem novos modos de lidar com o trabalho [...] que são indicativos e requerem novas sociabilidades advindas de práticas de dominação, exploração e resistências, também reconceituadas” (BARBOSA, 2007, p. 67).

Tendo em vista o propósito de formação de novas subjetividades, frequentemente consta nos textos das políticas públicas e sociais, nos projetos de ONG’s, nos discursos políticos voltados à questão social, o termo *empoderamento*. Trata-se de um conceito muito utilizado pelas políticas de Estado, no campo da Administração, da Psicologia e da Saúde, embora não seja definido o que significa *empoderar*. Lê-se, por exemplo, logo na apresentação do PNQ, quando o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) refere-se à qualificação:

[...] o PNQ se constitui num grande desafio de **empoderamento dos espaços públicos de gestão participativa e de controle social**, a partir do fortalecimento do CODEFAT e das Comissões estaduais e municipais de trabalho e emprego, buscando a superação de políticas compensatórias, para ajustar-se às diretrizes das políticas nacional, regional, estadual e local como uma construção social (BRASIL, 2003, p. 6. **Grifos nossos**).

Nesse documento, o conceito de empoderamento é tratado como se já tivesse sido definido. Fala-se em empoderamento, mas não se diz o que é empoderar alguém, ou entidade, ou organizações e, muito menos, como isso ocorre.

Horochovski e Meireles(2007) apresenta algumas definições de empoderamento:

- a) organização comunitária por meio da qual os indivíduos atuam democraticamente em arranjos coletivos e desenvolvem a compreensão crítica sobre o ambiente em que vivem;

- b) capacidade de os indivíduos ou grupos agirem e interagirem sobre as questões nas quais estão envolvidos; promoverem escolhas de ordem política, econômica e social, dentre outras.

Segundo Horochovski e Meireles (2007), o empoderamento possui uma dimensão emancipatória, por meio da qual “[...] indivíduos, organizações e comunidades angariariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de decisão”. Os autores demonstram que o empoderamento pode ser compreendido sob diversas perspectivas, mas que ele “[...] traz como resultado o empoderamento da democracia, uma vez que está implícito na sua definição melhorias do nível intelectual, da sofisticação política, aumento do capital social e melhoria na democracia representativa, o que implica o aumento do poder de participação/deliberação.

Implica, também, a constituição de outras institucionalidades que têm como princípio criar canais de participação, debates, negociações e deliberações sobre as políticas públicas (HOROCHOVSKI e MEIRELES, 2007, p. 485-7).

De acordo com o MT E

O empoderamento de uma sociedade deve contribuir para que as novas institucionalidades sejam capazes de expressar formas mais avançadas e democráticas, aperfeiçoando as relações vigentes entre o Estado e a sociedade, o que implica uma revisão dos deveres e das obrigações, papéis e atribuições, formalmente instituídas, enfatizando a convergência de interesses que conduzam à articulação de ações (BRASIL, 2003, p. 8)

No capítulo anterior já foi problematizado a noção de empoderamento levando em consideração as condições de pobreza e o nível de escolaridade. Contudo, esse conceito precisa ser melhor investigado.

A conclusão a que se chega, do ponto de vista das expectativas despertadas pelas políticas públicas e sociais, é que a qualificação e a capacitação no propósito de ressignificação do trabalho devem contribuir para a emergência de outro sujeito histórico, empreendedor, participativo, em pleno exercício de sua cidadania. Nessa perspectiva, empoderar seria difundir a lógica do mercado?

Contudo, a questão não é tão simples, os homens aprendem a partir das suas experiências, das suas organizações, das lutas que travam no seu cotidiano, nesse sentido, é possível afirmar que os agricultores do Baixo Amazonas, inserido nas lutas do seu tempo, têm desenvolvido conhecimentos de preservação ambiental, hábitos alimentares, que podem indicar melhorias nas suas condições de vida.

2.4. A Qualificação pelo PRONAF

O PRONAF é explícito ao mostrar que o programa deve desenvolver/aprimorar a base tecnológica da produção familiar e conhecimentos de gestões, o que deixa a impressão de que, para as políticas públicas, os esforços de ressignificação do trabalho pelo Estado passam apenas pela absorção, pelos agricultores familiares, dos princípios da racionalidade do mercado, caracterizado pela qualidade e pela quantidade da produção.

Dentre as diretrizes do PRONAF, destacam-se:

- proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante o estímulo à pesquisa, desenvolvimento de tecnologias adequadas à agricultura familiar, com vista ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente;
- fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais; (DECRETO Nº. 1.946, parágrafo 2º. Letras c - d).

Cabe aqui uma questão crucial: pode-se afirmar a existência de uma conjugação entre as metas de aumento da produtividade, com o uso de tecnologias adequadas à agricultura familiar e uma efetiva proteção do meio ambiente?

Anjos e Caldas (2007), no instigante ensaio *Controle social e políticas públicas no espaço rural brasileiro* – após admitirem a valiosa contribuição do PRONAF nos últimos 10 anos de sua existência para democratização de acesso ao crédito de custeio de investimento, bem como o importante papel assumido pelas *compras da agricultura familiar*, realizadas pelo governo brasileiro para o Programa Fome Zero – tecem as seguintes críticas ao Programa, considerando seus pontos vulneráveis:

[...] o PRONAF permanece ancorado numa concepção fortemente *produtivista*, particularmente nos grandes complexos agroindustriais (suínos, aves, leite, etc.), induzindo os produtores à especialização e à forte dependência de algumas poucas fontes de ingresso econômico. Outros aspectos fundamentais importantes, como a questão da segurança alimentar da própria exploração familiar, bem como a preservação dos recursos produtivos da biodiversidade não recebem a mesma relevância por não serem *ungidos* pela lógica do mercado. Não se trata aqui de mera peça de retórica. Muitos dos bancos que administram os recursos do PRONAF condicionam a liberação dos recursos à compra de adubos e agrotóxicos. Não é por outra razão que produtores agroecológicos permanecem literalmente no limbo de acesso a esses recursos [...] (*Idem*, p. 159-160).

As cadeias produtivas, as criações de aves, de peixes, a produção de mel, de artesanatos com madeiras e frutos da floresta, e essências que, usadas na comercialização, precisam ter qualidade implicam cuidados na produção (inclusive no que diz respeito ao uso de defensivos agrícolas), na extração, no armazenamento, na apresentação do produto e na

quantidade para atender às demandas do mercado. Entretanto, é necessário, também, identificar, em conformidade com a lógica do mercado, o que é mais rentável, do ponto de vista econômico, e viável, isto é, possível de ser produzido e comercializado.

A ideia é descobrir aquilo que as comunidades já realizam, o que nas políticas sociais identifica-se como sendo capital cultural e social das comunidades. Trata-se de procedimentos econômicos. Identificar o produto, criar a demanda e gerenciar (técnica e financeiramente) o empreendimento. Tudo isso envolve divulgação e inovações, sendo que todas essas ações e procedimentos devem ter como princípio o desenvolvimento sustentável.

À educação cabe formar esse novo perfil de trabalhador, dando-lhe condições técnicas e sociais para criar novas formas de sobrevivência. Do ponto de vista da agricultura, registra-se que o Ater tem como objetivo:

Desenvolver processos educativos pertinentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando à formação de competências, mudanças de atitudes e procedimento dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável (MDA/SAF, 2004, p. 7).

Considerando a proposta, a política do Ater, visando concretizar seus objetivos, deve atuar por meio de parcerias entre as três instâncias do Poder Executivo, promover a elaboração de planos de desenvolvimento municipal, territorial e/ou regional e a formação de redes solidárias de cooperação interinstitucional; estimular geração de tecnologias e inovações organizacionais, proporcionando um processo permanente e sustentável de fortalecimento da agricultura familiar; orientar a construção e valorização de mercados locais com inserção não subordinada dos agricultores e demais públicos da extensão, objetivando a geração de novas fontes de renda; apoiar a construção da equidade social e valorização da cidadania, visando à superação da discriminação, da opressão e da exclusão de categorias sociais (PNATER, 2004).

Esses são os princípios gerais das políticas de geração de trabalho e renda e desenvolvimento, os quais dizem respeito às dimensões técnica e social da qualificação, pois além da dimensão mercantil, é necessário que os empreendedores (no caso, os agricultores familiares) saibam se comunicar e interagir com outros sujeitos: produtores, parceiros, cooperados, técnicos, gerentes de banco, representantes dos poderes públicos e das corporações, e dominem os códigos da sua cultura (a cultura local, por ser necessária à venda da produção).

É bem verdade que, a partir do Governo Luís Inácio Lula da Silva, as propostas de qualificação possuem duas dimensões, a técnica e a social. A dimensão técnica (na agricultura

familiar) procura atender aos requisitos da produção e a dimensão social deve oferecer formação cujo conteúdo verse sobre direitos humanos, cidadania e liberdade.

Conforme o Relatório da UNESCO (2006) para os países em desenvolvimento, o futuro diz respeito “[...] à aquisição de cultura científica que lhes dará acesso à tecnologia moderna, sem negligenciar com isso as capacidades específicas de inovação e de criação ligadas ao contexto local” (UNESCO, 2001, p. 96). Cabe, assim, aos países desenvolvidos e subdesenvolvidos aprender a comportar-se eficazmente face às situações de incerteza e aprender a participar da criação do futuro (UNESCO, 2001).

O Relatório em questão identifica, ainda, que conflitos e concorrência têm caracterizado a última década e que, muitas vezes, a educação tem contribuído para manter o clima de rivalidade, questionando o que ela mesma pode fazer para aliviá-los. A proposição é que a educação deve dispor de duas possibilidades, divididas em dois níveis: 1) a descoberta progressiva do outro; e 2) a participação em projetos comuns (UNESCO, 2001, p. 97). Para isso, a educação deve sustentar-se nos seguintes pilares: (a) *aprender a conhecer*, ou seja, aprender a não desperdiçar oportunidades que surgem ao longo da vida; (b) *aprender a fazer*, o que implica a qualificação profissional, mas, principalmente, a competência que possibilita às pessoas agirem em equipe; (c) *aprender a viver junto*, o que significa compreender o outro, perceber a interdependência e respeitar o pluralismo e a paz; e (d) *aprender a ser*, isto é, desenvolver a capacidade de discernimento, autonomia e responsabilidade pessoal (UNESCO, 2001, p. 100-1).

Fica patente, desse modo, que a emergência de novos paradigmas produtivos implica a redefinição do lugar destinado à educação, uma vez que, a partir dos anos 1990, diversos interesses passam a convergir, sobretudo, no que diz respeito à qualificação e à capacitação do trabalhador, objetivando adaptá-los às transformações tecnológicas. Observa-se que essa adaptação não se refere unicamente a conhecimentos técnicos, já que possui uma dimensão social. O PNQ (BRASIL, 2003) define Qualificação Social e Profissional como

[...] aquela que permite a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas. Portanto as Políticas Públicas de Qualificação devem contribuir para promover a integração das políticas e para a articulação das ações de qualificação social e profissional do Brasil e, em conjunto com outras políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação, devem promover, gradativamente, a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação. (*Idem*, p. 24)

O mesmo documento demonstra, ainda, que a qualificação profissional ganhou novos significados e importância a partir dos anos 1990, devido à introdução de novas tecnologias gerenciais, inerentes aos processos de re-estruturação produtiva, ao crescimento do

desemprego e à heterogeneização da força de trabalho e devido, no Brasil, às mudanças nos processos sociopolíticos, cujo marco decisivo foi a Constituição Federal de 1988. Demonstra, também, que, sob essas influências contraditórias, nasceu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) e os decretos 2.208/97 e 5154/03, os quais operam a reforma do ensino técnico-profissional em consonância com a política pública de trabalho e renda e de qualificação (BRASIL, 2003, p. 24).

3. AGRICULTURA FAMILIAR, QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO: AS DIMENSÕES DO PRONAF NO BAIXO AMAZONAS

Dando continuidade às discussões iniciadas nos capítulos anteriores, este capítulo tem por objetivo aprofundar a análise do PRONAF no Baixo Amazonas, mostrar o que ocorreu no programa, contextualizando, para isso, a Amazônia e a Região estudada, sendo relevante, nesta análise, considerar que o programa associa crédito (custeio e investimento), qualificação e capacitação e infraestrutura, conforme já mencionado.

O programa surgiu em 1995, no momento em que os custos e a escassez do crédito bem como a qualificação dos agricultores familiares eram apontados pelas organizações dos trabalhadores rurais (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Federação e Sindicatos de Trabalhadores Rurais) como as condições necessárias ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Parte-se aqui da tentativa de compreensão do lugar estratégico que o Estado atribui ao desenvolvimento rural na modalidade da agricultura familiar, visto que até os anos 1990 este não dispunha de políticas públicas voltadas para aquele seguimento da agricultura. Melhor explicitando, os agricultores familiares não tinham como acessar o crédito disponível até então para a agricultura, já que não dispunham das garantias exigidas pelos bancos.

Compreende-se que a atenção do Estado ao fortalecimento da agricultura familiar por meio de políticas públicas pode representar a conformação de um modelo de desenvolvimento para os pobres, uma vez que a orientação para o desenvolvimento rural passou a ter um alvo específico: os agricultores familiares. De acordo com Wanderley (1999, p. 3), frequentemente planejadores e estudiosos do desenvolvimento viam o rural a partir das cidades, de uma racionalidade urbana, sendo que muitas das soluções para os problemas dos agricultores eram encontradas no êxodo rural. Ocorre que as preocupações com o meio ambiente, as representações dos territórios e a solução para a crise social relacionada ao desemprego colocam a ruralidade no centro das questões da sociedade moderna, no que diz respeito às preocupações do Estado com o papel do desenvolvimento da agricultura.

Nesse sentido, a redefinição do papel da agricultura está de acordo com a configuração do desenvolvimento para o meio rural, fazendo parte das alternativas do Estado para responder à crise de um modelo de sociedade fundado no emprego/salário, sendo o PRONAF uma das principais políticas desse projeto de desenvolvimento. Compreendê-lo sob uma perspectiva não normativa, como um programa de fortalecimento da agricultura familiar e,

portanto, promotor do desenvolvimento rural sustentável, implica considerar as seguintes questões: **(a)** historicamente, o conceito de desenvolvimento está associado à ideia de progresso, de crescimento, na perspectiva capitalista da produção/acumulação de riquezas, o que se constitui em limites a tipos/modelos de desenvolvimento tais como: desenvolvimento territorial e desenvolvimento sustentável, como já tratado no capítulo anterior por Brandão, (2007), Haesbaert, (2006), Fernandes (2006a), Visvanathan (1991) e Carvalho (2006) e **(b)** no PRONAF, o desenvolvimento rural sustentável é percebido no sentido do fortalecimento das cadeias produtivas, de melhorias na qualidade da produção, da quantidade e da regularidade. Essas questões, no Baixo Amazonas, explicitam-se pelos conflitos agrários, pela monocultura de grãos (soja e arroz), pela carência de infraestrutura, pelo baixo nível de escolaridade dos agricultores e pela precariedade da qualificação e capacitação.

Então este capítulo busca a compreensão dessa realidade, sendo primeiramente, necessário situar o objeto de estudo no contexto a ser pesquisado. Dessa forma, o ponto de partida é a Amazônia, uma região muito lembrada pela sua biodiversidade, pelas riquezas exploradas e ainda pelas desigualdades e conflitos sociais gerados por um modelo de desenvolvimento que submete homem e natureza, no qual os povos que habitam a região são submetidos a um processo de desagregação no que diz respeito às relações com a biodiversidade e as suas formas de organização e luta que se sustentam no tripé: *a destruição das relações pretéritas, a criação das resistências e a reconstrução de formas e conteúdos* (WITKOSKI, 2007, p. 19-20). Em seguida, serão tratadas questões concernentes à atuação do PRONAF na região.

O capítulo está assim estruturado: no primeiro item, será abordada, mesmo que sumariamente, a forma como a Amazônia vem sendo produzida sob a égide do capitalismo e as imbricações desse modelo de desenvolvimento com a vida das comunidades. No segundo item, trata-se sobre a agricultura no Pará e no Baixo Amazonas, enfocando questões como Desenvolvimento Sustentável e Reforma Agrária. No terceiro item, aborda-se o PRONAF como uma política pública de Desenvolvimento Rural Sustentável. Apresenta as modalidades do Programa, problematiza cada uma delas, dando ênfase à modalidade *capacitação*. E, por último, reflete-se sobre a atuação do PRONAF no Baixo Amazonas, com destaque para o município de Santarém.

3.1 A saga do desenvolvimento na Amazônia

A Amazônia, do ponto de vista físico, é um “complexo de terra, floresta e água” (WITKOSKI, 2007, p. 21), mas, do ponto de vista da configuração socioeconômica e ambiental, ela foi e continua sendo produzida pela dinâmica do capitalismo na região, pelas formas como o Estado tem promovido o seu desenvolvimento.

Deve-se, entretanto, levar em consideração que os homens, historicamente, formam-se por meio do processo de socialização, pela maneira como se interagem com a natureza na produção de sua existência. Assim, a ação dos homens no mundo é repleta de valores éticos, morais, tecnológicos, religiosos, filosóficos, etc.

A cultura é uma espécie de lente através da qual os homens vêem o mundo. Uma vez que a cultura é algo que todos os homens, de modo inevitável, participam, indivíduos de culturas diferentes enxergam o mundo de modo também diverso. Nesse sentido, as visões de mundo das quais os homens participam podem ser semelhantes, diferentes ou mesmo antagônicas. Ainda que a cultura possua outras nuances, podemos afirmar, em síntese, que a cultura (ou culturas) condiciona a visão de mundo dos homens (WITKOSKI, 2007, p. 21).

O que, então, está ocorrendo com os povos da Amazônia? Que fatores interagem para a dinâmica cultural daquelas populações? Essas questões são importantes no entendimento das transformações por que passa a região. Entretanto, dada a amplitude da questão, é necessário deixar claro que, neste trabalho, de forma sumária, esses fatores serão tomados do ponto de vista do PRONAF e do papel da qualificação e da capacitação, no sentido de que o acesso ao crédito, à organização em associações produtivas e à capacitação deve promover mudanças na vida dos agricultores familiares.

Primeiramente, pretende-se chamar atenção para as diversidades do ecossistema amazônico e para as particularidades das formas como os homens produzem e reproduzem a sua sobrevivência nesse ecossistema. Entende-se por ecossistema o

Conjunto de componentes vivos (dimensões biótica) e não vivos (dimensões abióticas) em um ambiente, o que implica relações estruturais e funcionais entre elas, sendo o homem (componente biótico) o único que possui consciência dessa relação. Dito de outro modo, o ecossistema é extensão geral do ambiente onde ocorre a adaptação humana [...] dada população humana, num sistema específico, apresenta respostas às influências constrangedoras e coercitivas ambientais passadas e presentes (WITKOSKI, 2007, p. 45).

Dentre as características do ecossistema amazônico, Emílio Moran (1990, p. 123), na obra *A ecologia humana das populações Amazônicas*, informa que nos trópicos úmidos é onde se encontra a maior diversidade biológica e maior quantidade de terra não cultivada.

Eles se caracterizam pela “diversidade, complexidade e vigorosa sucessão secundária” que oferece oportunidades e limitações.

A diversidade, prossegue o autor, refere-se à variedade de pragas destruidoras que podem se constituir em ameaça à vida animal e também à diversidade de plantas e animais dos quais os homens podem lançar mão ao seu favor e com as quais os povos da região interagem há gerações, promovendo saberes e conhecimentos que lhes permitem uma convivência com o meio ambiente.

Para ele, o problema das pragas e do clima desfavorável encontra solução na técnica de corte e queimada utilizada na preparação do solo para a agricultura. Com a técnica das queimadas e da diversificação das culturas (nas roças), os agricultores realizam o controle das pragas e amenizam os problemas decorrentes da pobreza do solo, assim como o abandono das roças, representando a possibilidade de descanso da terra.

Por se tratar de uma pesquisa que procura observar como se tem desenvolvido o programa de qualificação e a capacitação dos agricultores familiares na Amazônia, no âmbito do PRONAF, é oportuno conhecer, também, os paradoxos da floresta tropical úmida: 1) Os solos são variáveis e podem ser considerados como os mais pobres e mais ricos do mundo (tipos alfissolos, oxissolos e utissolos); 2) biodiversidade e a baixa densidade demográfica, em um mesmo hectare podem ser encontradas de 80 a 200 espécies e um indivíduo por hectare. As árvores medem entre 20 e 50 metros e apresentam formas de controle e adaptação de predadores, sendo comuns plantas com componentes químicos, com capacidade de envenenar, reduzindo seu consumo pelos animais e pelo homem (WITKOSKI, 2007, p.44).

O autor chama atenção para a vida nas florestas tropicais úmidas e para as singularidades das várzeas. Temperaturas entre 24 e 26 graus Celsius podem ser alteradas até 15 graus no mesmo dia; duas estações: seca e chuvosa, e outras nas quais a sazonalidade é mínima. A alta produtividade de biomassa devido à alta insolação e umidade o ano inteiro as quais atingem o solo e são “recicladas por meio da ação de micorrizas – associação simbiótica entre as raízes de uma planta superior e o micélio (talo) de fungos especializados, com benefício para ambos os organismos (WITKOSKI, 2007, p. 42).

Do ponto de vista físico, a Bacia Amazônica é composta de 89% de terra firme, formada por florestas pluviais, florestas decaídas, savanas bem drenadas, savanas mal drenadas, florestas antropogênicas e montanhosas e 2% de várzeas (idem, 46). O clima é um fator preponderante na região pelos altos índices pluviométricos, sendo a floresta amazônica a maior floresta tropical úmida do mundo.

A Bacia Amazônica é composta por três tipos de águas: a) rios de águas brancas (barrentas) - Japurá, Juruá, Purus, Solimões, Madeira, Amazonas e outros; b) rios de águas pretas - Rio Negro e Urubu; e c) rio de águas claras (esverdeada/transparente) – Rio Tapajós; (WITKOSKI, 2007, p. 49).

Para Witkoski (2007), na Amazônia, existe um processo contraditório: destruição das relações tradicionais, de criação das resistências e a reconstrução de formas e conteúdos, que se trata de novas relações de trabalho produzidas, recriadas e dotadas de novas dimensões e significados.

Afirma, ainda, que o lugar do trabalho na Amazônia é a terra, a água e a floresta e que a defesa da floresta é o pressuposto indispensável para a manutenção da biodiversidade Amazônica, sustentação da vida em si mesma e em geral (WITKOSKI, 2007, p. 21 e 23).

No que se refere a terra como lugar de trabalho, particularmente no que diz respeito à agricultura,¹ o autor mostra que existe grande variedade de solo na Amazônia, mas predominam os solos pobres e ácidos, sendo que para isso as populações locais se valem do corte, da queima e da policultura. Em seguida, as áreas de cultivo são desprezadas por anos, dessa forma, a vegetação se recupera novamente e a terra pode ser utilizada, isso porque,

Remover a floresta elimina-se o elo fundamental que sustenta o solo. Sem a floresta, o solo rapidamente se desertifica. Hoje, mais do que nunca, sabe-se que a densa floresta é o pressuposto indispensável para a manutenção da biodiversidade amazônica (WITKOSKI, 2007, p. 21).

Do ponto de vista dos povos da região, a terra, como local de trabalho, diz respeito à agricultura, onde é produzida parte dos alimentos (predomina a farinha de mandioca); a água, como local de trabalho, refere-se à pesca e aos transportes; e a floresta, como local de trabalho, refere-se às atividades coletoras e extrativistas, destacando-se a coleta da castanha-do-pará, do açaí e do cupuaçu, e a extração de essências (copaíba, andiroba, pau-rosa, etc.) e de plantas medicinais (barbatimão, pau-de-verônica, sucuba, entre outras).

Dentre as contradições da região, está o fato de ela ser a maior floresta tropical do planeta, rica em biodiversidade, que é explorada de forma indiscriminada por fazendeiros, mineradoras, sojeiros e madeireiros. Por outro lado, as populações locais não possuem título de posse da terra e, por essa razão, têm dificuldade de acesso a crédito para a produção.

Resumidamente, dentre essas contradições, sobressaem-se as experiências acumuladas pelas populações locais, o baixo nível de escolaridade, a relação com o meio ambiente, as

¹ O trabalho na terra diz respeito à agricultura, pecuária e à exploração de minérios.

relações de poder, o papel desempenhado pelo movimento social e as relações sociais de produção, marcadamente conflitivas com as empresas representantes do grande capital.

A penetração do capitalismo, na Amazônia, tem modificado essa realidade. A história econômica da região deu-se por meio de ciclos de desenvolvimento extrativista de caráter vegetal e mineral. É pertinente, portanto, perceber a Amazônia “[...] como resultado de alguns milhões de anos de evolução geológica e biológica [...]” (WITKOSKI, 2007, p. 21), mas ela também deve ser percebida como uma formação econômico-social produzida pela dinâmica do capitalismo na região e no mundo.

Do ponto de vista dos ciclos econômicos que marcaram a expansão do capitalismo na Amazônia, têm-se duas fases distintas; a primeira teve início com a presença europeia na região e a segunda com o Estado como promotor de projetos de desenvolvimento, particularmente a partir de 1970.

O povoamento da Amazônia ocorreu por meio de ciclos devassadores de acordo com a expansão do capitalismo mundial. A presença da civilização europeia nos Trópicos Úmidos promoveu a mistura de raças e extermínio dos nativos. O processo de posse e exploração deu-se pela malha hídrica, com a formação de vilas pelas margens do rio Amazonas e seus afluentes (BECKER, 1997). Para melhor contextualizar essa questão, conforme assinala Witkoski (2007), a ocupação da Amazônia deu-se pela beira dos rios, com a fundação de vilas e povoados, de forma violenta pelos europeus munidos com o arábuz e a cruz. Nos portos de lenha, onde os navios a vapor eram abastecidos. Na beira da estrada, nos postos de gasolina e *diesel* (flutuantes ou em terra), contribuindo para a configuração que a Amazônia tem hoje.

Becker (1997) informa que o povoamento da Amazônia, de acordo com a ordem capitalista pós-Segunda Guerra Mundial, deu-se de forma destruidora, iniciando pelas várzeas, com a exploração das Drogas do Sertão, seguido pelo ciclo da borracha e, entre as décadas de 1920 a 1930, das frentes pioneiras agropecuárias e minerais oriundas do Nordeste, as quais se intensificaram entre os anos 1950 e 1960 (Cf. BECKER, 1997, p. 11 e 12).

Conforme a autora, a partir de 1964, a ocupação da Amazônia torna-se prioridade para o governo brasileiro, sob a doutrina da segurança nacional, cujo objetivo era “A implantação de um projeto de modernização nacional, acelerando uma radical re-estruturação do país, incluindo a redistribuição territorial de investimento de mão-de-obra sob forte controle social” (BECKER, 1997, p. 12).

A ocupação da Amazônia era vista como alternativa aos problemas sociais do Nordeste e ao crescimento econômico do Sudeste, além de fatores geopolíticos como: (1) a vulnerabilidade aos focos revolucionários dada a extensão e isolamento da região; (2) e os

investimentos dos países vizinhos na sua Amazônia e a necessidade de assegurar a presença do Brasil na exploração de recursos da Amazônia sul-americana (Cf. BECKER, 1997, p. 14).

O governo federal viabilizou e subsidiou a expansão pioneira por meio das seguintes medidas: **(1) implantação de redes de integração espacial;** (a) rede rodoviária formada por eixos transversais (Transamazônica e Perimetral Norte) e intrarregionais (Cuiabá-Santarém e Porto Velho-Manaus); (b) telecomunicação, feita por satélite, que “[...] difundem os valores modernos pela TV e estreita os contatos por uma rede de telefonia muito eficiente” (BECKER, 1997, p. X); (c) rede urbana (em que funcionam as organizações estatais e privadas); e (d) hidrelétrica, para fornecer energia às indústrias; **(2) superposição dos territórios federais sobre os estaduais,** com a criação dos territórios sobre os quais exercia jurisdição e direito de propriedade, sendo, então, criado o território da Amazônia Legal e, em seguida, em 1953, a Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA), substituída, em 1966, pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); em 1974, foi implantada a Polamazônia, com “quinze pólos de desenvolvimento”, cada um com uma atividade produtiva (BECKER, 1997, p. 14-7). Ainda nas palavras de Becker (1997, p. 18), “[...] O governo considera a colonização lenta e onerosa, e estimula imigrantes dotados de maior poder econômico, resultando na expansão das empresas agropecuárias e de mineração”. A partir de 1970, sob a justificativa de diminuir conflitos e reduzir as despesas públicas, o Estado põe em prática outra estratégia para a Amazônia, para aumentar a exportação e o desenvolvimento tecnológico por meio de incentivo a grandes projetos, tais como o Projeto Grande Carajás (PGC) e o Projeto Calha Norte (PCN). Outra medida foi o subsídio ao fluxo de capital e indução de fluxos migratórios, o que implicou a migração de capitais do Sudeste e do exterior para a região, sobretudo por meio do Banco da Amazônia (BASA), e mecanismos de incentivo à migração, objetivando a formação de mão-de-obra (BECKER, 1997, p. 19).

Em síntese, a discussão sobre as ações do Estado acompanha esse caminho de integração do mercado do ponto de vista da implementação de políticas macro, a exemplo das opções tomadas com os grandes projetos para a Amazônia nas décadas de 70 e 80, em especial a construção de grandes eixos rodoviários – Transamazônica e Perimetral Norte – os programas de colonização, o Polamazônia, os Grandes Projetos industriais e hidrelétricos – Projeto Ferro Carajás, ALBRÁS, ALUMAR, Mineração Rio do Norte, Usina de Tucuruí e Balbina. [...] agora, são novos patamares de desafios que se colocam a um projeto desenvolvimentista do Estado brasileiro (CASTRO, 2001, p. 9).

Essas ações planejadas pelo Estado para a Amazônia geraram impactos econômicos, sociais e ambientais que o governo procura minimizar por meio de outras ações planejadas, as

quais também giram em torno da proposta de um modelo de desenvolvimento a ser promovido por meio de políticas públicas para os agricultores familiares com ênfase no desenvolvimento local e sustentável, nas parcerias, no empreendedorismo e na relação de solidariedade.

3.2 Agricultura no Baixo Amazonas

Os Planos Plurianuais (PPA's) dos governos Almir Gabriel e Simão Jatene², entre os anos de 2004-2007, definem os vínculos da agricultura com o crescimento econômico por meio da valorização das potencialidades locais, do uso de tecnologias para a geração de trabalho e renda, pelo aumento da eficiência da rede de proteção social e pela elevação da qualidade de vida das populações, com base no princípio *desenvolver sem devastar*. No PPA do governo Simão Jatene, lê-se:

A estratégia do plano do governo está voltada para organizar as iniciativas e os diversos interesses na mobilização de recursos, capital e tecnologia para investimentos seletivos e convergentes, de acordo com as prioridades e diretrizes que conduzem aos objetivos de suas ações.

Dentre essas ações, configura a capacitação para o trabalho, em parceria com os governos federal e municipal e com a iniciativa privada, dando prioridade às famílias de baixa renda, à população em idade laboral, à mulher chefe de família e às pessoas em situação de risco (PPA, 2004-2007, p. 2).

O PPA compreende que o Estado possui potencialidades para a formação de cadeias produtivas de origem vegetal e que existe a necessidade de promover o crescimento da produção para atender ao mercado nacional e internacional, bem como a necessidade de tornar-se autossuficiente em matéria-prima (PPA, 2004-2007, p. 4).

A proposta de desenvolvimento da agricultura do Estado do Pará, nos governos de Almir Gabriel e Simão Jatene, consta de oito estratégias:

01. Formar e consolidar as cadeias produtivas de grãos, de frutas regionais, de culturas industriais, de acordo com a vocação das localidades³;
02. Consolidação e expansão da floricultura, a olericultura e o cultivo de plantas medicinais;
03. Consolidação da Cadeia do Cacau, fibra e óleo vegetal pelo incentivo à industrialização e integração com a agricultura familiar;

² Almir José de Oliveira Gabriel, do Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), foi governador do Estado do Pará por dois mandatos, o primeiro de 1995 a 1999 e, o segundo, de 1999 a 2003, sendo sucedido por Simão Jatene, também do PSDB, para o mandato de 2003 a 2007, quando perde o poder para Ana Júlia Carepa do Partido dos Trabalhadores.

³ Cadeia Produtiva de Grãos: milho, arroz, feijão, soja; Cadeia Produtiva de Frutas Regionais: polpas, doces e geleias, sucos, etc.; Cadeia Produtiva de Culturas Industriais: dendê, cacau, pupunha, açafá, etc.; (Cf. PARÁ, 2004-2007, p. 2).

- 0.4. Incentivo e consolidação da Cadeia da Pecuária, com animais de pequeno, médio e grande porte;
- 0.5. Formação da Cadeia Florestal-madeireira visando ao mercado interno e à exportação;
- 0.6. Estímulo a processos de armazenagem e de comercialização de produtos;
- 0.7. Recuperação da atividade pesqueira, intensificando a aqüicultura;
- 0.8. Introdução ao processo produtivo, famílias assentadas do projeto de reforma agrária (PPA, 2004-2007, p. 2-3).

Atentando para a importância de investimentos em infraestrutura e implementação de tecnologias, o referido programa destaca as dificuldades de armazenamento nas áreas mais distantes dos centros urbanos, reconhecendo que isso pode implicar a perda do valor de mercado da produção e manifestando a preocupação com a geração de renda face à necessidade de atividades capazes de absorver a mão-de-obra da agricultura familiar, uma vez que as culturas de ciclos curtos vêm sofrendo gradativa redução, tendo em vista o empobrecimento do solo, a mecanização e a falta de apoio governamental. Essas condições são impulsionadoras do êxodo rural e dos bolsões de pobreza nas periferias urbanas (Cf. PPA, 2004-2007, p. 6-8).

Dentre as diversas questões que o PPA (2004-2007) pode suscitar, duas chamam particular atenção em função dos objetivos desta tese e das suas implicações socioambientais, são elas: a sustentabilidade do desenvolvimento e o lugar da agricultura familiar no contexto da política agrícola do Estado.

No que diz respeito à sustentabilidade do desenvolvimento, a proposição de *desenvolver sem devastar* é anunciada logo no início do Plano, sob a perspectiva da formação e consolidação de cadeias produtivas, o que constitui objeto de preocupação e pode expressar as inconciliáveis contradições com a proposta da sustentabilidade do desenvolvimento presentes em todos os textos e discursos de fortalecimento da agricultura familiar.

O PPA apresenta a proposta de desenvolvimento sustentável e inclusão social, que consiste em fazer crescer a quantidade e a qualidade da produção. Cabe indagar: como se produzirá, sobretudo grãos, sem devastar a floresta? Adianta-se que o *calcanhar-de-aquiles* da questão proposta é que o desenvolvimento sustentável – tal como consta em tratados, acordos, resoluções e nos textos das políticas públicas de desenvolvimento e geração de trabalho e renda – comporta contradições inconciliáveis com o modo de produção capitalista e, particularmente, com as políticas de desenvolvimento para a Amazônia, ressaltando a dicotomia entre o proposto e o concretizado.

O que significa *desenvolver sem devastar*? Para o Dicionário Aurélio (1986, p. 582), *devastar* significa *destruir, assolar, tornar deserto, despovoar*. É impossível desenvolver determinadas cadeias produtivas como, por exemplo, a cadeia de grãos e da pecuária, sem

retirar a floresta, sem destruir, sem alterar a vida dos agricultores familiares, inclusive com a perda das suas terras.

Muitos projetos sociais são dirigidos à região embora se reportem explicitamente ao desenvolvimento sustentável, quando operacionalizados, sobrepõem a dimensão econômica à dimensão social, política e ecológica, porque, do ponto de vista da realidade social concreta, o desenvolvimento sustentável possui contradições e ambiguidade conceitual, uma vez que serve a variadas interpretações e diversos interesses. A lógica do capitalismo, ao produzir e acumular riquezas, explorar matéria-prima e força de trabalho, concomitantemente produz pobreza e destruição. Vale questionar como, nos marcos do capitalismo, é possível congrega preservação ecológica, lucro, equidade e justiça social? A quem o desenvolvimento é sustentável? Qual o limite (tempo) da sustentabilidade?

Em referência a esses questionamentos, para Souza (2002), a Economia Ecológica, ao buscar solução para os problemas decorrentes do atual modelo de desenvolvimento econômico, indica a necessidade da *incorporação integral da natureza e dos serviços ambientais ao sistema de mercado*, com vistas à eficiência global do seu uso. Do ponto de vista ecológico, a proposição consiste em perceber o meio ambiente como um sistema aberto, complexo, dinâmico e *transfronteiriço*, no sentido de que as questões ambientais não estão circunscritas aos limites estabelecidos politicamente. Para a Ciência Florestal, o uso dos “[...] grandes ecossistemas globais, ameaçados por esse modelo de desenvolvimentos, tem colocado as florestas tropicais, em especial a amazônica, no centro das atenções internacionais [...]” (SOUZA, 2002, p. 18).

A decisão de transformar o Baixo Amazonas em um centro de produção de grãos coloca à mostra, nessa região, as contradições e incompatibilidades entre preservação do ecossistema e exploração capitalista.

O governo do Estado do Pará – sem levar em consideração as manifestações do movimento social – contrário à implantação dessa cultura –, bem como o alerta das instituições acadêmicas sobre a monocultura da soja – elegeu os municípios de Belterra e Santarém como pólos de produção/exportação de soja, servindo-se da BR 163 para atrair os investidores. Esses dois municípios, entretanto, fazem parte da fronteira de reserva florestal da região, onde se encontram a Floresta Nacional do Tapajós e a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, dentre outras unidades de preservação, sendo também pólo agrícola do Estado, com a produção de frutíferas pelos agricultores familiares nas comunidades ribeirinhas e de terra firme (Cf. CARVALHO e TURA, 2009). A soja promoveu a

[...] grilagem e venda de terras, concentração fundiária, desaparecimento de comunidades rurais, assim como o desmatamento de florestas primárias e secundárias, a redução da população de animais silvestres, a redução de plantas nativas, da produção de frutíferas e culturas anuais, assoreamento e a contaminação dos rios e igarapés pelos agrotóxicos e fungicidas que a soja requer (CARVALHO e TURA, 2009, p. 2).

Sebastião, dirigente sindical do STTR de Santarém há aproximadamente 10 anos, relata, em entrevista, ao se referir ao trabalho do sindicato, que a soja representou um grande problema no Baixo Amazonas e que essa cultura contou com o apoio dos governos municipais. Em Santarém, as duas gestões do prefeito Lira Maia⁴ tiveram como marca o viaduto, a orla e a expansão agrícola com a soja.

O pessoal que veio de fora introduziu a grilagem na região e com prática de muitos crimes ambientais, contaminação e morte de muitos igarapés, devastação de florestas, muitas castanheiras derrubadas. [...] Muito impacto. Muitas fazendas e muitos criadores que tinham, aqui, na região deixaram de criar para ceder lugar para a soja. Muitos produtos que eram comercializados na feira acabaram com a venda da terra (SEBASTIÃO)⁵.

Corroborando com esse depoimento, Emanuel, que atua há mais de 30 anos na EMATER, declarou que a pecuária e a exploração madeireira e mineral (bauxita e ouro) também promoveram a devastação da região, a desagregação dos povos da região e a desestruturação das suas vidas, contribuindo para alterar a cultura e o espaço local. Afirmou que a soja trouxe muitos impactos:

Para você ter uma idéia do impacto, várias escolas fecharam porque não tiveram mais alunos para freqüentá-las; algumas linhas de ônibus foram canceladas porque não tinham mais passageiros; muitos produtores deixaram de plantar arroz porque eles foram cercados pelos grandes produtores de soja e de arroz. Aqui se planta mais arroz do que soja. Tem produtor que nem planta mais porque ele vive só do resto da colheita dos grandes, que as máquinas não conseguem colher tudo e eles permitem que eles vão lá e colham⁶ (EMANUEL⁷).

De acordo com Banerjee (2006), o avanço fenomenal da ciência, da medicina, da produção agrícola e a promessa das benesses do desenvolvimento não evitaram o crescimento da pobreza, da destruição da natureza e da cultura local decorrentes da produção de grãos e do incentivo ao agronegócio naquela região.

⁴ Joaquim de Lira Maia (PFL) foi prefeito da cidade de Santarém por dois mandatos, de 1996 a 1999 e de 2000 a 2003.

⁵ Sebastião é dirigente sindical do STTR – Santarém.

⁶ Hoje, a plantação de soja na região enfrenta o problema da existência legal, certificação e licença para o plantio. O arrefecimento deve-se também à grilagem de terra, acusações de venda de terras públicas, de invasão de áreas de preservação ambiental, desmatamento, etc. Isso atingiu também a própria Cargill, havendo um acordo no mercado internacional para comprar apenas a soja cujo processo de produção esteja totalmente legalizado. Tal acordo representou um freio à devastação.

⁷ Esse entrevistado é funcionário da EMATER.

A segunda questão em destaque no PPA (PPA, 2004 - 2007, p.10) diz respeito ao lugar ocupado pela agricultura familiar, esclarecendo, ainda, o compromisso com a capacitação profissional e com o acesso dos agricultores às novas tecnologias, enfatizando a

[...] promoção da capacitação para o trabalho em parceria com o governo federal e municipal e com a iniciativa privada, declara também, a necessidade de estimular o financiamento da produção familiar, consorciada com empreendimentos industriais [...] para reduzir os custos da produção e a sustentabilidade dos rendimentos do produtor.

Ao se buscar o lugar destinado aos agricultores familiares nos referidos Planos, percebe-se o esforço do Estado em integrar os que se encontram à margem da assistência e da tutela, por meio da associação entre a produção familiar e os empreendimentos industriais, denotando que a questão social contemporânea é “[...] o hiato entre a organização política e o sistema econômico” (Cf. CASTEL, 1998, p. 13). Em outras palavras, o Estado atua no dilema entre a equidade e a acumulação de capital (ABRANCHES, 1987).

Duas questões se apresentam contundentes no Estado do Pará e, especificamente neste estudo, no Baixo Amazonas, no que diz respeito a terra: a titulação das terras e a grilagem. São terras de posseiros – agricultores tradicionais, indígenas, descendentes de quilombolas – disputadas por grileiros, madeiros, mineradores e fazendeiros. Algumas dessas terras possuem documentações tais como: título de sesmarias, da Igreja, do Cartório, etc. Isso impacta ainda na questão social, na dimensão proposta por Castel (1998), dada a ausência ou a precariedade da atuação do Estado nas comunidades. Para que se torne mais compreensível, toma-se o município de Santarém, que possui 262.598 (Censo 2000)⁸ distribuídos em diferentes comunidades com bastantes dificuldades de acesso entre eles: (1) não possuem transportes terrestres ou aquáticos regulares. Na época de chuva, só carro traçado pode se arriscar em trafegar por determinadas estradas da região. No mais, o transporte é feito de moto, bicicleta ou a pé; (2) os barcos e lanchas que fazem linha para as maiores comunidades são caros para o poder aquisitivo daquela população; (3) falta saúde, água potável, energia elétrica e escolas; (4) a produção, na maioria das vezes, não é suficiente para manter as necessidades básicas das famílias; (5) o transporte da matéria-prima e da produção muitas vezes é feito nos ombros dos agricultores, pelos ramais. Mas esses agricultores sabem que a vida deles pode ser diferente. Eles têm acesso ao rádio, à TV (muitas comunidades têm TV comunitária, utilizando o motor a *diesel* para gerar energia); isso faz com que, no imaginário deles, a cidade represente a

⁸ Entretanto, como o Censo Demográfico só é realizado de dez em dez anos, em 2007, o governo Lula solicitou do IBGE a contagem populacional. Os municípios que tinham mais de 170.000 habitantes não entraram na contagem, o IBGE fez ESTIMATIVA, sendo a população estimada de Santarém em 274.285 habitantes.

possibilidade de melhores condições de vida, trabalho, saúde, escola; os agricultores têm pouco conhecimento do valor real do dinheiro (poder de compra, valor da terra). Diante dessa realidade, na primeira oportunidade que aparece, ele tende a vender a terra e ir para a cidade. Então, essa realidade é um dos elementos que explicam, na perspectiva do agricultor familiar, o abandono das terras.

3.2.1. A Reforma Agrária

A discussão em torno do PRONAF traz à tona questões concernentes à Reforma Agrária, que é um dos grandes problemas do Pará e, particularmente neste estudo, do Baixo Amazonas, fazendo-se necessárias reflexões sobre o assunto.

A Amazônia é uma das últimas fronteiras de terra pública e passa pelo desafio de conviver com os *commodities* de grãos, minérios, cacau, carne bovina, madeira, dentre outros. Esses empreendimentos aceleram a competição por novos espaços produtivos e dinamizam o mercado de terras, com destaque para o apossamento ilegal de áreas de floresta, jazidas e solos planos, o que tem provocado reações da sociedade civil organizada e mudanças na forma de o Estado enfrentar as questões de ordem socioeconômica e ambiental. Essa situação tem relevância em municípios onde estão implantados projetos de grande impacto sobre o ecossistema, a exemplo de Altamira, com a Usina Hidrelétrica de Belo Monte; Santarém, com o projeto da soja e o Porto da Cargill e acesso para a várzea por meio do Projeto Calha Norte⁹; Itaituba, com usinas de cimento e calcário e mineração de ouro; Juruti, com mina de bauxita; Oriximiná, com a exploração de bauxita; Monte Alegre, com reservas de bauxita. Além desses projetos, a região sofre os impactos decorrentes do asfaltamento da BR 163 (ela abrange 71 municípios e 1,2 milhões de habitantes no Estado do Pará, Amazonas e Mato Grosso), pois com a divulgação do projeto de asfaltamento foi intensificado o processo de grilagem de terra, de desmatamento e de migração. Registra-se o crescimento da população da região e o incremento da pobreza. As possibilidades de geração de renda pela população do campo tornaram-se mais limitadas com o crescimento do valor de mercado das terras e a falta de serviços sociais e de infraestrutura que é deficiente: falta acesso à energia elétrica,

⁹ “Calha Norte é uma faixa de fronteira no extremo norte do Brasil. Com quase seis mil quilômetros de extensão e 150 km de largura, corresponde a 14% do território nacional, abrigando apenas 1% da população brasileira. É uma região que precisa da presença governamental e atenção especial para com seus habitantes. Essa região faz fronteira com Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname. Em 1985, o governo José Sarney criou o Projeto Calha Norte, visando à segurança da Amazônia” (BRASIL, 2009). Atualmente, o PCN foi expandido e passou a desenvolver ações de desenvolvimento que sejam socialmente justas e ecologicamente sustentáveis (Cf. BRASIL, 2009a).

serviços de comunicação e saneamento básico (Torres, Maurício, 2005).

Essa realidade tornou a questão fundiária, no Estado e na Região, complexa e conflituosa. Ela tem origem na sobreposição de posse – muitas terras possuem mais de um dono – e na grilagem de terras.

Historicamente, a “grilagem” tem-se beneficiado dos seguintes fatores: a) reconhecimento do desmatamento, mesmo realizado em áreas públicas, com benfeitoria, para fins de regulação fundiária; b) a fragilidade dos processos discriminatórios e de averiguação de legitimidade de títulos; c) falta de supervisão dos cartórios de títulos e notas; d) baixo preço da terra e elevado retorno das atividades econômicas predatórias; e) interesse público que incentiva a ocupação de terras por posseiros; f) especulação relacionada com expectativas de desapropriação e/ou instalação de infra-estrutura. Frequentemente, a grilagem está relacionada a outros atos ilícitos, como o trabalho escravo e outras violações dos direitos humanos e trabalhistas, evasão de impostos, extração de madeira e lavagem de dinheiro do narcotráfico (OLIVEIRA, 2005, p. 67)

A questão principal nesse conflito é a finalidade das terras: terra como espaço de vida e produção; terra como empreendimento para gerar lucro; terra como investimento. Esses conflitos são marcados de muita violência e mortes.

Uma das características do confronto entre os agricultores e o grande latifúndio no Estado do Pará são os assassinatos das lideranças, os crimes por encomenda. No Baixo Amazonas, a dirigente sindical de Santarém, que liderou o movimento contra a produção da soja na região está ameaçada de morte e, ainda hoje está sobre proteção policial¹⁰.

Outro problema é a titulação das terras: muitas terras de índios não estão demarcadas ou o processo de demarcação ainda não foi concluído.

Com o propósito de chamar maior atenção para os conflitos, a tabela abaixo apresenta as terras indígenas da região estudada. Ressalta-se que os indígenas e seus descendentes não estão sozinhos nessas terras, dependendo da localização e da riqueza disponível, nelas também convivem agricultores familiares, fazendeiros, madeireiros, mineradoras e descendentes de quilombolas.

¹⁰ Os assassinatos ocorrem por meio de crimes de aluguel, a exemplo do que ocorreu com a Irmã Doroty, no município de Anapú – Pará e com 19 agricultores assassinado em Eldorado dos Carajás – Pará.

Quadro 2 – Terras indígenas no Baixo Amazonas – PARÁ

Município	Terra Indígena	Grupo Indígena
Almeirim	Rio Paru D'Este	Apalaí, Wayana
Alenquer	Zo'e	Zo'e, Apalaí, Wayana
Aveiro	Andirá Marau Baixo Tapajós II	Satere-Mawe Munduruku, Cara Preta, Tupinambá
Belterra	Bragança Marituba Takuara	Munduruku
Faro	Nhamundá/Mapuera	Hixkaryana Wáiwái
Itaituba	Praia do Mangue Km 43	Munduruku Munduruku
	Andirá Marau Pimentel	Satere – Mawe Munduruku
	São Luís do Tapajós	Munduruku
	Rio Paru D'Este	Apalaí, Wayana
Monte Alegre	Rio Paru D'Este	Apalaí, Wayana
Óbidos	Zo'e	Zo'e
Oriximiná	Nhamundá/Mapuera	Hixkaryana Wáiwái
Santarém	Aningalzinho,	Tupaiu
	Baixo Tapajós	Munduruku, Tupinambá, Cara Preta
	Borari de Alter-do-Chão	Borari
	Cobra Grande	Arapiun
	Marituba	Munduruku
	Mirixipi	Arapiun
	Maratuba do Pará	Tupinambá, Cara Preta
	Nova Vista	Arapiuns
	Rio Maró	Arapiuns
	São João	Arapiun

Fonte: OLIVEIRA, 2005 p. 223

O quadro acima apresenta as terras indígenas do Baixo Amazonas, mas se as atenções se voltarem exclusivamente para o município de Santarém, poder-se-á perceber a existência de dez povos indígenas já identificados, o que não significa afirmar que não existam outros. O mesmo ocorre com as terras de descendentes de quilombolas.

Documentos da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS), criada em 2005, revelam a existência de 10 comunidades descendentes de quilombolas, já identificadas, somando um total de 1800 pessoas, são elas: Saracura, Arapemã, Bom Jardim, Murumurutuba, Murumurú, Tiningú, São José, São Raimundo, Nova Vista e Pérola do Maicá¹¹.

Como demonstram os trechos abaixo, os conflitos dizem respeito à expansão da fronteira agrícola, em suma, pela exploração das riquezas.

Nós temos ocupações antigas, grandes, onde muita gente trabalha na terra, que às vezes foi herdada dos pais, bisavós, sem que tenha nenhuma documentação. Hoje é crescente essa questão da terra por conta, exatamente, da disputa pela produção de

¹¹ Somente as comunidades de Saracura, Arapemã e Bom Jardim foram notificadas para serem tituladas. Também já foram publicadas no Diário Oficial da União. As outras estão esperando o convênio para o antropólogo fazer o laudo e começar o processo.

grãos [...] Não só a soja, também há a questão das madeiras que influenciaram muito [...] A região tem forte domínio na pecuária, [...] mas não tem muitos conflitos, nós temos grandes áreas de várzeas que são muito utilizadas, principalmente durante o verão, durante o período em que as águas baixam (SÔNIA¹²).

Na entrevista, foi relatado como são gerados os conflitos. As terras eram adquiridas por “*testa de ferro*” dos plantadores de soja e, quando o lote era registrado, registravam também as terras dos vizinhos:

O sojeiro comprava a terra do agricultor, mas quando registrava aquela terra registrava também a de outros agricultores (posseiros) e mandava a polícia retirá-los das áreas. Ocorreu que, em menos de dois meses, foram queimadas 25 casas. Os sojeiros falavam “*vamos fazer uma dobradinha*”: madeireiro com sojeiro. Nessa dobradinha, também entravam os produtores de arroz para amansar e terra pra depois plantar soja. Os madeireiros tiravam a maior parte da madeira, tornava a área degradada para a soja entrar (SÔNIA).

Nesse sentido, chama atenção a atuação do movimento social. Atuando em rede, os movimentos sociais mobilizaram organizações e mídias, nacionais e internacionais, denunciando as consequências da produção de grãos na Amazônia¹³.

Sobre o atual estágio da produção de soja no Baixo Amazonas, declara Sônia:

[...] Ela deu uma freada porque nós fizemos uma batalha muito grande, e eu, ainda por estar na presidência do Sindicato em 2006, eu fui pra Alemanha, na Bélgica, na Holanda, fazer um trabalho naqueles grupos com ativistas, com a imprensa internacional divulgando o rastro que a soja estava deixando, que eles compravam a soja pra engordar galinhas, porcos e bois deles lá, mas eles deixavam um rastro, aqui, de destruição. Então, a soja, na Amazônia, está mais para promover a morte do que a vida, porque traz com ela toda essa bagagem de conflito, expulsão dos trabalhadores, diminuição de renda e da produção do alimento (SÔNIA).

As informações de Emanuel vêm corroborar com o depoimento acima. Ele informa que a construção de um pólo de grãos na região foi arrefecida pelas exigências legais, inclusive porque

[...] tem que ter certificação, licença para o plantio. O IBAMA tem que estar aí. Pelo meio, tem o INCRA, tem muitas pendências legais para serem resolvidas [...] aquela tendência de crescimento, de que aqui seria um grande pólo, foi arrefecida em

¹² Essa entrevistada é dirigente sindical no STTR de Santarém. Foi uma das lideranças contra a implantação da Cadeia Produtiva de Grãos no Baixo Amazonas, denunciando em vários países (Holanda, França, Inglaterra, etc) o que estava ocorrendo na região. Encontra-se ainda hoje sobre proteção policial por ter sido “listada para morrer”.

¹³ O resultado dessa mobilização foi o acordo denominado Moratória da Soja, assinado em junho de 2006, com validade de dois anos, entre a Associação Brasileira de Indústria de Óleos Vegetais e a Associação Brasileira de Exportadores de Cereais, através do qual se comprometeram em não comercializar nenhuma soja originária de áreas desflorestadas, do Bioma Amazônia [...] produzida com trabalho escravo e com exploração de povos tradicionais. (ABIOVE, 2009). O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, assinou o termo de compromisso que representa a entrada do governo na Moratória da Soja. O acordo, firmado com ONG’s, indústrias e exportadoras do setor, combate o grão plantado em áreas desflorestadas da Amazônia. Com a prorrogação, a Moratória vigora até julho de 2009. ([www.observatoriodoagronegocio.com.br/pag....](http://www.observatoriodoagronegocio.com.br/pag...)).

função da grilagem de terra, das acusações de venda de terras públicas, de invasões de áreas de preservação ambiental, desmatamento, etc. Houve várias acusações em cima do pessoal que veio, então isso deu uma freada [...] veio o impacto do próprio governo fazendo exigências para que aquelas áreas fossem plantadas [...].

Antes da soja, existia o problema de invasão de terras na região por madeireiros, mas era diferente, era localizado principalmente em Arapiuns, Tapajós-Arapiuns, nas margens do Amazonas.

[...] a madeireira Santa Isabel [...]. Era uma madeireira muito famosa, que tinha muita área dentro da reserva, é amazonense. Os trabalhadores lutaram unidos. Eles não sabiam que nome dar para aquela área, mas eles já trabalhavam na casa deles era a 13 quilômetros. Então eles determinaram que o espaço era deles, mas eles não sabiam como legalizar isso, porque ninguém tinha informação. Aí, veio a política de Chico Mendes, onde se descobriu a modalidade de reserva extrativista. Pelo estudo cultural e a garantia pela terra, legalizando de forma coletiva, não foi preciso cada um ter uma terra legalizada individualmente, porque quem está nos assentamentos tradicionais, que são os PA, tem uma facilidade maior para vender as terras porque eles já têm o título. Então, depois que eles recebem o título, eles dizem “*eu vendo porque é meu!*” e a terra se tornou uma mercadoria (SÔNIA).

Também chamou a atenção, na entrevista de Sônia, a persuasão dos madeireiros, a forma como, manipulando com as carências das comunidades, eles, por um lado, procuravam atender as suas demandas e, por outro, deslegitimar, ridicularizar as organizações dos trabalhadores. Ressalta-se que essa é uma prática muito comum na região. Sempre que um projeto novo quer se implantar, os seus protagonistas lançam mão do objeto de desejo da população, sobretudo da promessa de emprego e desenvolvimento, como se pode ler em trechos da entrevista nos quais são relatados o que profetizavam os madeireiros e seus representantes:

[...] eles falam muito, mas nós temos a solução. Eles diziam que “Nós temos papo, mas eles tinham a resposta”. A ausência do Estado contribuiu muito com isso, o Estado em geral, brasileiro, porque não tinha um prédio escolar, não tinha merenda escolar, não tinha uma luz, uma energia, tudo precário. Então isso foi a facilidade. Chegaram lá, com as lideranças: Olha, hoje a gente mata um boi, vocês vão ter churrasco, agora os filhos de vocês vão ter merenda escolar. As lideranças ganharam desde celular, antena parabólica, televisão. Foi uma estratégia que eles trabalharam pra poluir a cabeça, o pensamento de algumas lideranças pra deixar de lutar pelo coletivo e anular o pensamento deles, porque assim foi no início, quando a soja chegou no planalto. Foi dessa forma, foi chegando e dizendo “nós viemos pra melhorar a vida de vocês, vai mudar isso e aquilo”, fazendo um mundo de promessas. (SÔNIA)

As ameaças e o assassinato de lideranças têm sido um dos traços dos conflitos de terra no Pará, bastante divulgado pela mídia. Nesta parte da entrevista, marcada pela emoção da entrevistada, Sônia falou da sua vida, das perdas, do medo:

Nós sempre comemos caça, animais silvestres, lá, nas nossas comunidades. A gente planta um pouco, colhe, come muita farinha de mandioca, mas também sempre

comemos caça e peixe, mas a gente nunca conseguiu destruir o que tinha. Se você olhar, hoje, os trabalhadores que antes tinham uma caça, um bacu, uma paca, um veado, ele não tem mais no planalto onde ocupou a soja. Se você olhar o tamanho dos danos, são muito grandes. E aí, então, na gleba Nova Olinda, era um santuário que a gente dizia onde ainda havia anta. Quando os madeireiros começaram a entrar pra demarcar, fazer o pico, eles matavam até 30 jabutis por dia pra comerem só o fígado e jogar o resto [...]

Teve horas que vieram aqui fazer ameaça pra mim, teve momentos que a gente foi pra lá fazer assembleias. Não terminava a Assembleia. Por quê? Qual a estratégia dos grandes? Chegam lá nas pequenas comunidades: “E aí pessoal, vocês têm energia?”. “Não, nós não temos energia”. [...] Eu estou sobre proteção policial. (SÔNIA)

A história da Reforma Agrária no Baixo Amazonas escreveu, nos anos de 2005 e 2006, um capítulo inusitado. No início do ano de 2007, o governo Lula apresentou resultados muito animadores referentes às metas da Reforma Agrária. Dados do MDA demonstravam que a previsão de assentar 400 mil famílias havia sido cumprida, com um número de 381.419 mil assentados, ou seja, aproximadamente, 95% das metas tinham sido atingidas, sendo 49,22% na Amazônia¹⁴.

Entretanto, as denúncias do Procurador da República Felipe Fritz Braga, lotado no município de Santarém, revelaram, em 2007, que parte dos 97 assentamentos realizados, para cumprimento das metas da Reforma Agrária, no Baixo Amazonas, tinha um lado criminoso: primeiro, falta de infraestrutura para que os assentados pudessem viver dignamente; segundo, inexistia pareceres técnicos que possibilitariam avaliações; terceiro, a existência de um acordo com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) permitia que madeireiros explorassem a madeira dos assentamentos¹⁵.

O relatório do *Greenpeace* demonstra que os 97 assentamentos, correspondentes a 40 Planos de Desenvolvimento Rural Sustentável, tinham como princípio a gestão coletiva dos recursos naturais pela associação de moradores. Ocorre que algumas dessas associações firmaram acordo com madeireiros, com conhecimento do INCRA, acordo esse conhecido entre as partes como Parceria Público Privado (PPP). Por esse acordo, os madeireiros assumiam obrigações tais como: construção de estradas e escolas e, em contrapartida, explorariam a madeira dos assentamentos. Conforme a Comissão Parlamentar de Inquérito, conhecida vulgarmente como a “CPI da Biopirataria”, os madeireiros chegavam a escolher o local de alguns dos assentamentos, levando em conta a maior diversidade e quantidade de madeira de lei.

¹⁴ Assentamento de Papel – Madeira de Lei.

http://www.greenpeace.org/raw/content/brasil/documentos/amazonia/greenpeacebr_070821_amazonia_relatorio_assentamentos_incra_port_v2.pdf

¹⁵ Assentamento de Papel.

http://www.folhadoprogresso.com.br/edicao_116/os%20assentamentos%20eram%20de%20papel.htm

Ao se reportar ao atual estágio da reforma agrária, Sebastião afirma:

A Reforma Agrária, hoje, no Baixo Amazonas, evoluiu muito.

Muitos assentamentos foram criados, também, pra atingir meta, isso a gente não pode negar. Fizeram até de forma irresponsável, porque eu acredito na reserva, acredito no PA e acredito, também, nos assentamentos, desde que sejam consideradas as pessoas que estão lá, verdadeiramente. Teve assentamento que foi criado porque madeireiro colocou laranja para receber a terra e que, agora, está só pra um dono.

O assentamento agroextrativista é coletivo e, em termos de conflito, está resolvido. Na área do Tear, tem o Tapera Velha, o Ituqui, o Moju, tem lote que está no quinto ou sexto dono e tem lote que foi vendido para sojicultores, e aqui nós temos alguns, que são veteranos, e não souberam ser emancipados, e os títulos que estão chegando agora, chegam para uma pessoa que nem existe mais, que já está no quinto, sexto dono (SEBASTIÃO).

O Quadro a seguir demonstra o modelo de assentamento realizado pelo INCRA no Baixo Amazonas.

Quadro 3 – Projetos de Reforma Agrária – INCRA - Período: 01/01/1900 a 06/08/2008
Mesorregião Baixo Amazonas

Município	Tipos de Projetos						
	PAQ	PA	RESEX	PDS	PAE	PAC	PIC
Alenquer	01	07	-	01	03	-	-
Aveiro	-	08	01	07	-	-	01
Belterra	-	-	-	-	02	02	-
Curuá	-	-	-	01	03	-	-
Faro	-	01	01	-	-	-	-
Jurutí	-	02	-	-	06	-	-
Monte Alegre	-	07	-	01	12	02	01
Óbidos	01	06	-	-	06	-	-
Oriximiná	-	02	-	-	02	05	-
Praíha	-	01	-	01	08	-	-
Terra Santa	-	02	-	-	-	-	-
Santarém	-	05	01	02	07	01	-

Fonte: INCRA, 2009.

Observação: RESEX (Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns), PA (Projeto de Assentamento Federal), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PIC (Projeto Integrado de Colonização, PAC (Projeto de Assentamento Conjunto), PAQ (Projeto de Assentamento Quilombola).

O quadro acima mostra os assentamentos por modalidade realizados pelo INCRA no Baixo Amazonas, no qual se pode observar que, em 18 anos, foram executados, no município de Santarém, 16 assentamentos válidos, visto que os demais foram suspensos por fraude. Ocorre que, considerando que o município possui mais de 263.538 habitantes, e que 30% destes vivem no campo, pode-se inferir que a titulação das terras, na região, permanece como um problema a ser resolvido.

3.3 PRONAF: os antecedentes

A atenção do Estado à agricultura familiar é recente. Teve início a partir dos anos 1980 como uma das versões da política agrícola, visto que, até então, prevalecia o entendimento de que a agricultura e o agronegócio gerariam as divisas necessárias ao pagamento da dívida externa (LEITE, 1999) e nada era *dito* em termos de política social para o segmento dos agricultores familiares.

A vinculação da agricultura ao pagamento da dívida externa face à queda do crescimento econômico pôs às claras a fragilidade da política agrícola, com destaque, naquela década, às oscilações das safras e à baixa no financiamento público, além da escassez de recursos do SNCR. Tais fatos motivaram a atuação do setor empresarial rural (a bancada ruralista) nas instâncias de decisão do governo, apoiando medidas de reforma econômica e interferindo nas decisões do Conselho Nacional de Política Agrícola e nos órgãos responsáveis pelas políticas setoriais (LEITE, 1999, p. 167), o que resultou em maiores restrições ao crédito bancário para os agricultores familiares. Por outro lado, por parte das organizações dos trabalhadores rurais, prevalecia o entendimento de que o crédito era a condição necessária à produção daqueles agricultores. Essa foi uma das bandeiras de luta do MST, da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT e dos STTRs, que resultaram nas reivindicações deflagradas pelo “Grito da Terra¹⁶”. O título de terra e a produção familiar eram as questões centrais nessa luta, que tinha como objetivo a Reforma Agrária. Ressalta-se que no Brasil é onde se concentram os maiores latifúndios do mundo e, devido a isso, apenas 10% das terras são cultiváveis (40 milhões de hectares), e grande parte dessa lavoura pertence a propriedades com menos de 500 hectares (COGGIOLA, 2004, p. 121), ou seja, aos agricultores familiares. Dados da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA), revelam que 85% das propriedades rurais pertencem a essa modalidade de agricultura, o que representa algo em torno de 13,8 milhões de pessoas e 4,1 milhões de estabelecimentos, que produzem 60% dos alimentos consumidos e 37,8% do valor bruto da produção agropecuária, e que a produção familiar ocupa 77% das pessoas que trabalham na agricultura¹⁷. Dados do INCRA, 2000 assinalam que são 4.139.369

¹⁶ Reunindo diversos setores da sociedade civil organizada, “[...] O Grito da Terra Brasil é uma mobilização promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura e possui caráter reivindicatório”. <http://www.fetraece.org.br/campanha/gritoterra.htm>

¹⁷ (<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/publicacoes/agriculturafamiliar.pdf>. Acesso maio de 2008).

estabelecimentos familiares em uma área de 107,8 milhões de hectares. Abramovay (1992), analisando a estrutura agrícola familiar na Inglaterra e França afirma que a

[...] natureza fundamentalmente empresarial dos mais importantes estabelecimentos agrícolas dos países centrais, sua capacidade de inovação tecnológica [...] o caráter familiar não só da propriedade, mas da direção, da organização e da execução do trabalho nestas empresas e, portanto, as razões pelas quais a agricultura capitalista contemporânea dos países centrais se desenvolveu nesse quadro (ABRAMOVAY, 1992, p. 19).

A agricultura, na sua totalidade, não está descolada da dinâmica do capital. Daí porque, no pós-Segunda Guerra Mundial, os países que faziam parte do grupo dos mais ricos do mundo lançaram mão da agricultura familiar para baixar o preço dos alimentos e permitir o acesso dos assalariados aos bens de consumo duráveis. Nesses países, o Estado promoveu o desenvolvimento da agricultura por meio de políticas sociais, menos por força de reivindicação dos trabalhadores, mas para atender ao desenvolvimento do capitalismo (ABRAMOVAY, 1992). O que pode representar o interesse do governo brasileiro, a partir dos anos 1990, pela agricultura familiar, exatamente no momento de agudização do desemprego, da flexibilização da produção? Como se vincula, no Brasil, a relação política pública para a agricultura familiar e transformações na ordem econômica capitalista, particularmente numa região como o Baixo Amazonas? Essas indagações perpassam este trabalho, na medida em que se busca a tessitura dessas relações naquela realidade. Ele mostra, ainda, que não se trata da agricultura artesanal, de pequena produção, mas ao contrário, a agricultura naqueles países está afinada com as demandas do grande capital, dispõe das inovações tecnológicas e enfrenta todos os problemas próprios da grande produção, quais sejam: superprodução, mercado, preços, armazenamento, problemas ecológicos.

Assim, as políticas públicas “[...] foram as condições para que a agricultura desempenhasse um papel fundamental no próprio desenvolvimento do capitalismo (ABRAMOVAY, 1992, p. 20).

A política social voltada à agricultura familiar, no contexto em que o capitalismo desenvolveu a capacidade de produzir riquezas, por meio de outra racionalidade, da utilização da mão-de-obra, ou seja, sem prescindir diretamente do trabalho assalariado, pode significar uma alternativa do capital à acumulação de riquezas. Embora essas políticas tenham duração limitada e êxito duvidoso, servem de alívio à pobreza e amenizam suas consequências sociais. Na verdade, há aproximadamente quinze anos, a agricultura ganhou relevância nas estratégias de desenvolvimento, estando presente nos discursos e orientações da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (ONU/FAO), do Banco Mundial, da Comissão

Econômica para a América Latina (CEPAL), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA) e Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esses organismos têm tido, historicamente, profunda influência sobre as políticas públicas nos países pobres.

A importância estratégica da agricultura familiar pode ser percebida na versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, intitulado *Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável* (FAO/INCRA, 2004)¹⁸, um dos documentos pioneiros na política de desenvolvimento rural para a agricultura familiar. Enfatiza a importância dessa modalidade de agricultura no que diz respeito aos seguintes critérios: a) diversidade e quantidade da produção; b) número de famílias e c) a forma de gestão e propriedade da terra. Indica a necessidade de reorientação das políticas públicas, que até então têm favorecido a *agricultura patronal*, o *agrobusiness*, para a agricultura familiar, uma vez que as políticas públicas dirigidas a esta podem “[...] impedir o agravamento dos problemas sociais aos quais a reforma agrária procura responder” (FAO/INCRA, 2004, p. 2).

O quadro abaixo apresenta uma breve comparação entre a agricultura patronal e a familiar, chamando atenção para a descentralização administrativa, diversificação da produção e utilização de mão-de-obra familiar.

O relatório UTF/BRA/036 também possibilita a percepção da agricultura familiar em relação à agricultura patronal e demonstra a importância estratégica daquela numa política de contenção das insatisfações sociais.

Quadro 4 - Comparativo entre modelo patronal e familiar na agricultura

Modelo Patronal	Modelo familiar
Completa separação entre gestão e trabalho.	Trabalho e gestão intimamente relacionados.
Orientação centralizada.	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários.
Ênfase na especialização.	Ênfase na diversificação.
Ênfase nas práticas agrícolas padronizadas.	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida.
Trabalho assalariado predominante.	Trabalho assalariado complementar.
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de montante”.	Decisões mediadas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, 1994.

¹⁸ Pesquisa realizada no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/ONU) e Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) conclui sobre o potencial produtivo da agricultura familiar e enfatiza a importância do crédito nesse modelo de produção, e que os agricultores familiares podem se desenvolver economicamente e desenvolver formas sustentáveis de geração de renda.

Frente a essa compreensão, o PRONAF, regularizado pelo Decreto nº. 1.946, de 28 de junho de 1996, tem como objetivo de: (a) promover a melhora da qualidade de vida desses trabalhadores por meio do desenvolvimento sustentável, do aumento da produção e da criação de novas possibilidades de emprego e renda; (b) desenvolver, por meio de pesquisas, as tecnologias já utilizadas pelos agricultores familiares e difundir outras, visando ao aumento da produtividade; (c) elevar a qualidade profissional desses, dando-lhes acessos a “novos padrões tecnológicos e gerenciais”; (d) oferecer infraestrutura física e social visando melhorar a produção; (e) apoiar a implantação de projetos e financiamento adequado a esse agricultor, respeitando o calendário agrícola, acesso ao mercado e competitividade; (f) promover a participação dos agricultores nas decisões do programa e a parceria público privado. (Cf. BRASIL, 1995).

Assim, o PRONAF foi concebido como programa de desenvolvimento local, que diz respeito ao crédito, à formação de agricultores e técnicos, à integração entre as políticas sociais e parceria entre atores econômicos privados, organizações associativas e diferentes esferas do governo (BRASIL, 2002, p.10).

Essa política teve início com o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), no governo Itamar Franco, financiada pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Contudo a agricultura permanece como referência no espaço rural, mas tem sofrido muitas modificações. O rural já não diz respeito apenas à agricultura, mas também à natureza, paisagem, patrimônio cultural, às tradições, ao trabalho agrícola e ao trabalho não-agrícola (SCHNEIDER, 2003).

O conceito de agricultura familiar considera os limites da área da propriedade, o nível de desenvolvimento tecnológico e os sistemas de produção que podem ser explorados pelo agricultor e sua família, que exercem pessoalmente a gestão da unidade produtiva e são proprietários dos meios de produção. Essa é, certamente, uma questão fundamental no âmbito da discussão de agricultura familiar, qual seja, precisar o que a caracteriza, visto que a base conceitual utilizada pelo Ministério da Agricultura não corresponde, precisamente, à agricultura familiar no Baixo Amazonas.

Desse modo, a primeira característica desse conceito são as dimensões dos módulos rurais (quatro módulos fiscais), ou seja, quatro hectares. No entanto, as terras para a agricultura familiar, naquela região, não são demarcadas. Sabe-se que são muito maiores do que 4.000 m. Contudo, os agricultores não possuem títulos dessas terras, sendo, em geral,

posseiros. Há gerações trabalham e vivem nas terras, utilizam mão-de-obra familiar e o trabalho mais pesado, geralmente a derrubada, realizada por trabalho coletivo, os “puxiruns”, uma espécie de mutirão. Realizam trabalhos agrícolas, agropecuários e extrativismo vegetal, tudo isso de forma artesanal, sendo a produção para subsistência.

O conceito de pluriatividade serve para designar o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como para apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural (SCHNEIDER, 2003, p.79), às quais, talvez possa se afirmar, o Estado lança mão por meio do PRONAF.

Verifica-se, no Baixo Amazonas, que a agricultura também vem sofrendo transformações, seja pela formação de cadeias produtivas, seja por iniciativas de organizar a produção para se livrar dos atravessadores e por meio de projetos, a exemplo do Projeto Exame, realizado em parceria da Petrobrás com o CEFT-BAM. Conforme já comentado nos capítulos anteriores, o trabalho do agricultor familiar permanece na mesma rotina: é desenvolvido na terra, na floresta e nas águas, como assinala Witkoski (2007), e trabalham com a mesma produção. Dessa forma, tem-se a impressão de que a caracterização da pluriatividade proposta por Schneider (2003) não encontra razão de ser naquela região. Pode ser que a política de fortalecimento da agricultura familiar proposta pelo PRONAF e pelo Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (PDTRS) indiquem essa direção. Contudo, no Baixo Amazonas, os agricultores familiares continuam plantando, pescando, caçando, colhendo frutos das florestas e realizando as suas festas tradicionais (Festas de Santos). Observa-se que pelo menos duas dessas festas, nas sedes dos municípios, já estão sendo tomadas pela mídia e vendidas em pacotes turísticos (ou seja, ressignificadas de acordo com o mercado). São elas, a Festa das Tribos, em Juruti, e o Sairé, em Alter-do-Chão, Santarém. Percebe-se, por meio de conversas com as lideranças e mesmo com a população local, o interesse em torná-las grandiosas como a festa dos bois (Caprichoso e Garantido) em Parintins, no Estado do Amazonas.

Conceitualmente a agricultura familiar aquela em que a área de terra não é superior a quatro módulos fiscais; que utiliza mão-de-obra predominantemente familiar, podendo contratar serviços de terceiros temporariamente e nunca superior à mão-de-obra familiar; que desenvolve atividades agropecuárias e não-agropecuárias, nas quais podem estar incluídos os serviços de turismo rural, a produção artesanal e o agronegócio familiar. Fazem parte dessa categoria agricultores, pescadores artesanais, aquicultores, extrativistas, indígenas e remanescentes de quilombos (ABRAMOVAY, 1992, SCHNEIDER, 2003 e BRASIL, ano). Schneider (2003) chama atenção para o fato de que o debate conceitual da agricultura familiar

é muito recente e que, portanto, ainda comporta dimensões que estão sendo incorporadas deliberadamente a essa modalidade de produção, tanto pelas organizações sociais quanto pelo Estado.

A caracterização da agricultura familiar, tal como definida pelo PRONAF, leva em consideração a dimensão do mercado, da gestão e da sustentabilidade ambiental, as quais implicam outras concepções na relação com a propriedade da terra, com o ecossistema e com a produção. Corrêa e Silva (2007) identificam a presença de dois grupos de agricultores familiares: o primeiro, mais integrado, articulado à rede de distribuição, à agroindústria e ao setor exportador. Esse grupo dispõe de bases tecnológicas e teve acesso ao crédito do SNCR. O segundo grupo desenvolve produção artesanal, tendo como base o autoconsumo.

Os agricultores que fazem parte do segundo grupo, ainda de acordo com Corrêa e Silva (2007), têm vivenciado um processo de desagregação, seja pela mecanização da produção agrícola que reduziu a utilização de mão-de-obra, seja pelas exigências do mercado que demanda produtos mais homogêneos, regularidade de oferta e alta escala de produção (CORRÊA E SILVA, p. 49). Percebe-se que os agricultores cada vez mais se dedicam a outras atividades econômicas e produtivas, fenômeno que Schneider (2003, p. 22-3) identifica por pluriatividade, a qual contribui para a reprodução material e para a redefinição do lugar das famílias dos agricultores na estrutura social. Como se pode entender isso tomando por base o município de Santarém no Baixo Amazonas?

3.4 PRONAF: a proposta

O objetivo do Programa é oferecer crédito aos agricultores familiares para atividades agropecuárias e não-agropecuárias, por meio de empréstimo direto entre o Banco (Banco do Brasil) e o agricultor. O Programa está dividido em três modalidades: 1) Crédito Rural; 2) financiamento de Infraestrutura e Serviços Municipais às prefeituras municipais; e 3) Capacitação e Profissionalização dos agricultores.

O acesso ao crédito sofreu reajustes ao longo do programa de forma a atender agricultores familiares de diversas condições sociais. Abramovay (2005) afirma que, para os Bancos, era mais interessante financiar a agricultura patronal em que os juros eram suficientemente altos. Ocorreu, contudo, que, com o crescimento da dívida pública, aumentaram as taxas de juros e o endividamento público, de forma a não ser permitido financiamento agropecuário sem subsídio. De acordo com o autor, na política de crédito da

agricultura familiar, o subsídio era mais importante que a taxa de juros, e que o “Certificado de Aptidão”, fornecido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou pela agência de extensão rural, é o mecanismo utilizado pelo PRONAF para que apenas os reais agricultores tivessem acesso ao crédito (ABRAMOVAY, 2005, p.60).

O acesso ao crédito também se constituiu em dificuldades no programa, tendo em vista que os agricultores familiares mais pobres não dispunham de condições para acessá-lo. Para tentar resolver essas dificuldades, os critérios de acesso ao crédito foram renovados, ficando da seguinte forma:

Quadro 5 - PRONAF: Discriminação e Beneficiários, entre 1999 a 2002 e 2003 a 2006

Beneficiário	Especificação
Grupo A	Beneficiário de programa de reforma agrária.
Grupo B	Renda Bruta Familiar até 2.000.
Grupo C	Renda de 2.000 a 14.000.
Grupo AC	Agricultores familiares egressos do Grupo A. Renda de 2.000 a 14.000.
Grupo D	Renda Bruta Familiar Anual acima de 14.000 até 40.000.
Grupo E – PROGER Familiar Rural	Até dois empregados permanentes e renda entre 40 mil a 60 mil reais.

Fonte: MDA/SAF, 2007

Conforme Abramovay (2005), com a ampliação do público do PRONAF para atingir agricultores que se encontram na linha da pobreza, os bancos passaram a receber subsídios do Tesouro Nacional, que implicaram uma taxa sobre o valor dos empréstimos para remunerar os serviços do banco. A operação ocorria como o FAT, passando os recursos para o BNDES, que os transferia aos bancos, e o Tesouro arcava com o subsídio. O autor apresenta, como exemplo, que em um empréstimo de R\$ 1.000,00, em 2001, o Tesouro Nacional repassava ao banco credor R\$ 406,08, para remunerar serviços e riscos do Banco do Brasil. Ele afirma que, em 1999/2000, “[...] quase dois terços dos R\$ 247 milhões de subsídios estatais destinados pelo Tesouro ao PRONAF” foram para custear as despesas de sua operação junto ao Banco do Brasil. Essa situação se agravou quando o programa passou a atender agricultores com faturamento anual de até R\$ 1.500,00 (ABRAMOVAY, 2005. 63).

A modalidade PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais destina-se às Prefeituras Municipais, sendo priorizados os municípios mais carentes, os quais devem cumprir o pré-requisito de formação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), de elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) e atender aos pré-requisitos estabelecidos para acesso a essa modalidade do programa, que são: populacional, fundiário e de valor bruto da produção.

A partir de 2001, os municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior a 0,5 e aqueles beneficiários do Programa Comunidade Ativa e/ou Comunidade Solidária passaram a receber tratamento diferenciado no programa, ficando o Conselho do PRONAF com a prerrogativa de selecionar os demais municípios a participar do programa (BRASIL, 2002).

O PRONAF procura mobilizar uma rede de agentes, tais como:

Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), que têm participação decisiva na formação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável; os extensionistas, que ajudam na elaboração dos planos municipais e no apoio às iniciativas dos agricultores; as Universidades, que capacitam os membros dos Conselhos Municipais; além das diferentes organizações locais que se integram ao processo (CORRÊA E SILVA, 2007, p.52).

A Capacitação e a Formação têm como público-alvo os agricultores e suas organizações. Têm como objetivo proporcionar conhecimentos aos agricultores familiares sobre o processo de produção, organização e gestão. Envolve uma rede de agentes tais como STR's, Universidades e ONG's. Volta-se para a formação de conselheiros, fornece elementos para a formação de cooperativas, para preservação ambiental e para certificação.

Conforme Corrêa e Silva (2007, p. 51), a escolha do público-alvo do PRONAF Capacitação e Infra-Estrutura leva em conta a formação do “capital social”, objetivando a formação de uma rede capaz de promover o desenvolvimento rural.

Percebe-se também forte orientação por parte das políticas sociais de geração de trabalho e renda para a organização em associações ou cooperativas. A Lei 11.326, de 24 de junho de 2006, explicita isso no Art. 5º, item IX, como forma de atender às exigências do mercado.

Essas organizações se dão de diversas formas, por meio de cooperativas de crédito, associações para compra de matéria-prima e para venda da produção e para negociação com o poder local, “[...] exploração de nichos de mercados e de ocupação de parte do tempo com atividades não-agrícolas” (CORRÊA E SILVA, 2007, p. 51).

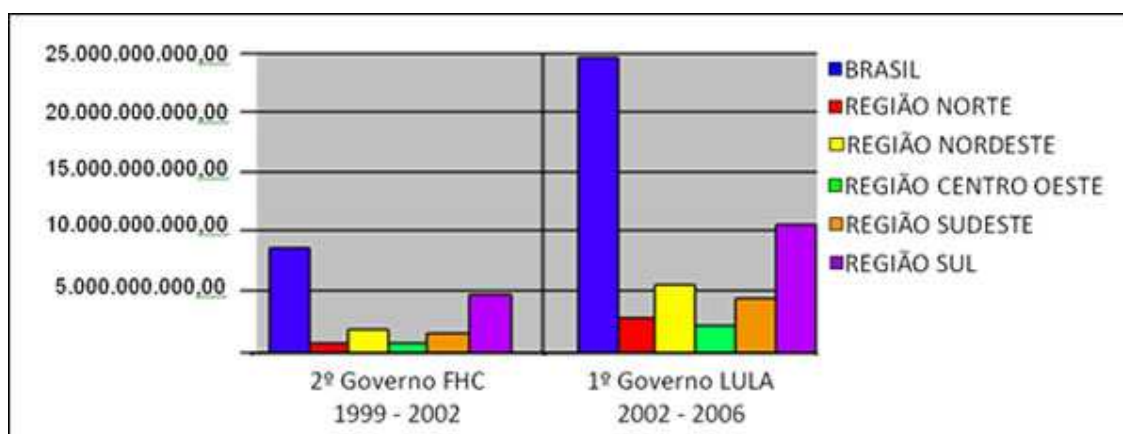
As fontes de recursos do programa são: Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); os recursos do Tesouro Nacional e das Exigibilidades Bancárias (MCR 6.2); o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) e do Nordeste (FNE).

O governo Lula acrescentou à política de desenvolvimento rural a dimensão territorial. Para isso, foi criada, em 2003, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), tendo como objetivo geral “Promover e apoiar iniciativas das institucionalidades

representativas dos territórios rurais que objetivam o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida da população rural” (BRASIL, 2005, p. 7).

Como se pode perceber, no gráfico abaixo, houve um significativo aumento dos investimentos no PRONAF no governo Lula, mas foi mantida a média da distribuição desses investimentos, com exceção da região Amazônica, Nordeste e Sudeste.

Gráfico 1 – MONTANTE DE INVESTIMENTO DO PRONAF POR REGIÃO - GOVERNO FHC e LULA – 1999 – 2006



Fonte: <http://200.80.30/sede/> - Banco de Dados da Agricultura Familiar. Acesso maio de 2008

Destacam-se, nessa abordagem, os propósitos do MDA em promover (1) a gestão, a organização e o fortalecimento dos atores sociais rurais; (2) o planejamento com base no desenvolvimento sustentável; apoio a iniciativas de combate às diversidades das “economias territoriais” por meio da valorização dos recursos locais; (3) a distribuição de renda e emprego; (4) a integração das políticas sociais e a redução das desigualdades regionais (BRASIL, 2005, p. 7).

O MDA adota o seguinte conceito de território:

Espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidade e campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indiquem identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2005, p. 8).

A abordagem territorial se caracteriza por considerar que (a) o rural não se refere apenas à dimensão agrícola, mas à baixa artificialização do ambiente, à baixa densidade populacional e à maior interferência dos fatores naturais; (b) porque a escala municipal é

muito restrita e a estadual muito grande para dar conta das heterogeneidades e especificidades locais; e (c) pela descentralização das políticas públicas com a atribuição de competências nos espaços locais. Entende que o território é a unidade capaz de dimensionar os laços de “[...] proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições” que, mobilizadas, podem se converter em elemento crucial para ao desenvolvimento (BRASIL, 2005, p. 8).

A abordagem territorial enfrenta a redução da pobreza, o combate à exclusão social e a diminuição das desigualdades sociais e regionais, por meio de três linhas de ação: (1) *ampliação e fortalecimento da agricultura familiar*; (2) *reforma e ordenamento agrário*; e (3) *promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios* (BRASIL, 2005a).

A concepção territorial, da qual o PRONAF passa a fazer parte, entende que o elemento definidor do rural é a baixa densidade demográfica; enfatiza a relevância dos fatores naturais e das especificidades do local; destaca que a concentração fundiária agrava a pobreza rural e corrobora para a migração para as cidades.

A proposta do Programa de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável do MDA é:

Criar oportunidades para que as populações rurais alcancem plena cidadania, por meio da promoção do desenvolvimento sustentável do seguimento rural, de modo a proporcionar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda (BRASIL, 2005, p. 15).

Esse documento também indica que o PRONAF e o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), sob gestão da Secretaria de Agricultura Familiar e da Secretaria do Desenvolvimento Agrário, respectivamente, são partes da proposta de desenvolvimento territorial.

3.4.1 O acesso ao PRONAF

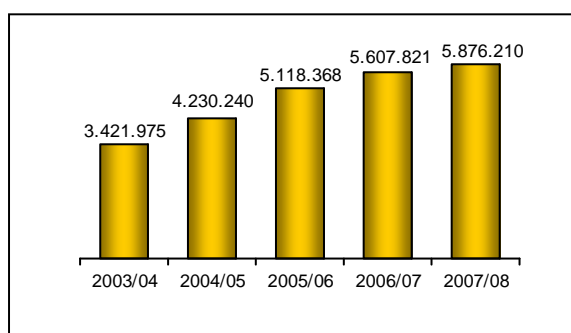
Ao se tentar compreender o PRONAF no Baixo Amazonas, quatro questões se apresentam de imediato: primeiro, o programa parece que se reduziu ao crédito e à infraestrutura. Bem pouca informação se conseguiu sobre a modalidade capacitação, mesmo os pesquisadores que escrevem sobre o assunto, a exemplo de Abramovay, não têm priorizado, em suas análises, essa modalidade do programa; segundo, no Baixo Amazonas, o PRONAF é confundido com o FNO, que foi uma linha de crédito anterior a esse programa, sendo que comumente os entrevistados se reportam ao PRONAF como se fosse o FNO; terceiro, a ausência, insuficiência e necessidade de qualificação e capacitação; e quarto, a dificuldade para acessar o crédito.

Não é a intenção aqui apresentar um balanço do Programa ou uma crítica à política de qualificação e capacitação que tem como público-alvo os agricultores familiares, mas, antes, apontar as dificuldades do Estado em pôr em prática as políticas que ele mesmo propõe.

Sem a pretensão de esgotar o assunto, é importante esclarecer que os dados disponibilizados pelo Banco do Brasil, somente a partir do ano de 2003, indicam, mesmo que parcialmente, a realidade do programa na região.

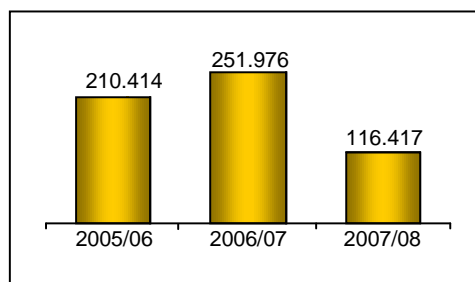
Observa-se, inicialmente, a evolução concernente às aplicações durante o governo Lula, e o mesmo se registra no Estado do Pará. Entretanto, percebe-se, a partir de 2006, uma queda significativa nas aplicações no Estado do Pará, o que parece estar relacionado às exigências da Medida Provisória N° 2.166-67, de 24 de agosto de 2001¹⁹.

Gráfico 2 – Evolução das aplicações – BR (R\$ mil)



Fonte: BB/SIAGRO – 30/06/2008

Gráfico 3 – Evolução das aplicações – PA (R\$ mil)



Fonte: BB/SIAGRO – 30/06/2008

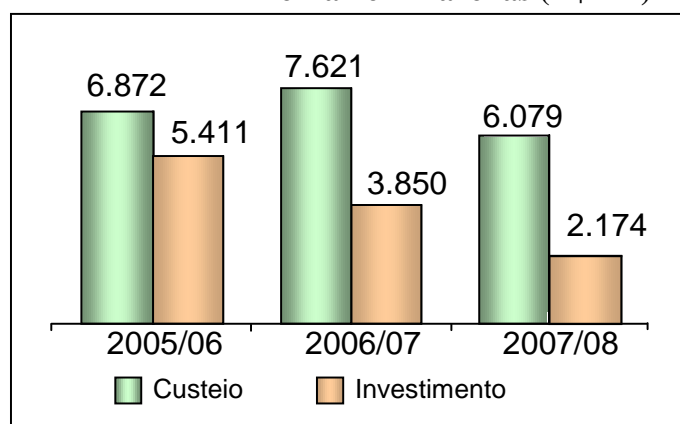
¹⁹ A medida provisória altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44 da Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 19965, que passam a partir de então, a vigorar com outra redação, a qual estabelece critérios mais explícitos de preservação ambiental.

http://www.planalto.gov.br/http://www.florestavivaamazonas.org.br/download/Medida_provisoria_2166_67_de_240801.pdf

A ausência de dados é um grande dificultador dessas análises, pois nem a EMATER e nem o STTR possuem arquivos que indiquem quantos contratos foram apresentados, ou melhor, quantos agricultores tentaram acessar o crédito do PRONAF e quantos conseguiram. Essa informação o Banco do Brasil S/A e o BASA dizem não dispor.

O gráfico abaixo mostra, ainda que parcialmente, essa realidade.

Gráfico 4 – Evolução das aplicações no Pará, no Baixo Amazonas (R\$ mil)



Fonte: BB/SIAGRO – 30/06/2008

Entretanto, as falas das lideranças demonstram as dificuldades de acesso ao crédito, custeio e investimento na região.

Uma das lideranças do STTR declarou que é muito difícil acessar o PRONAF, porque as agências financeiras criam muitos obstáculos, e cita como exemplo o pólo do abacaxi²⁰. Foi feita a discussão e o planejamento (o projeto para o crédito) com a participação dos bancos, apesar de se tratar de uma atividade já desenvolvida com sucesso há vários anos, mas o financiamento não saiu. Ao ser indagado sob as razões da não liberação do crédito, o Banco do Brasil alegou que eram normas do Banco Central, mas “[...] nós não encontramos nas normas nada que impeça”, concluiu o entrevistado (SEBASTIÃO).

O entrevistado explicou ainda que o crédito é individual, mas que precisa do aval da associação. Também informou que o índice de inadimplência é muito alto, tanto em relação ao PRONAF quanto ao FNO. Afirmou que uma das questões que dificultam o acesso ao

²⁰ “É o novo modelo de gestão da produção agrícola familiar, que reúne o maior numero de produtores da mesma cultura em uma mesma região, objetivando o mercado, a disponibilidade de pesquisas, investimentos em infraestrutura, insumos, crédito, assistência técnica e qualificação (...)”, explicou Emílio, entrevistado da EMATER.

PRONAF é que a maioria dos que fizeram FNO estava inadimplente e negociou as suas dívidas. Nas palavras da mesma liderança:

(...) teoricamente, ao renegociar, ele estaria apto pra fazer o crédito, mas ele não consegue (...).É muito difícil a conversa com o Banco. Ele vem a uma reunião de trabalhadores, ele explica uma coisa na pessoa do seu gerente e quando chega no Banco você não encontra com o gerente e sim com o técnico. A agência que financia quer ganhar dinheiro, e pra ganhar dinheiro com o dinheiro do Estado tem que ter juros altos. Então é mais importante pra eles trabalharem com os grandes produtores do que com os pequenos produtores. Os grandes produtores já detêm tecnologia mais apropriada, já tem um projeto muito mais claro e até os próprios técnicos, quando saem da universidade, já têm uma cabeça empresarial (SEBASTIÃO).

Ele informa que, em Santarém, são pleiteados, em média, três mil propostas ao PRONAF por ano, todos vinculados a associações; que, no município, existe, em média, 450 associações, cita como exemplo uma associação em que fizeram 55 propostas e apenas 05 foram aprovadas, e afirma: “[...] e não é porque o pessoal não tivesse condições [...]mas foram barrados (SEBASTIÃO).

3.5 - Qualificação e Capacitação nas dimensões do PRONAF

As formas de organização e de produção que surgem, explícita ou implicitamente, motivadas pelas condições sociais e mesmo pelas políticas de geração de emprego e renda representam uma transformação muito grande no modo de vida das populações envolvidas. Elas trazem mudanças significativas nos sistemas produtivos locais, nas formas de sociabilidade e solidariedade e, no caso específico do município de Santarém, essas transformações também são motivadas pela presença do grande capital, pelo trabalho das Organizações Não-Governamentais (ONG's) e do movimento social.

A proposta do PRONAF é que os agricultores tenham terra, infraestrutura adequada, crédito, assistência técnica e capacitação que lhes permitam produzir em quantidade e qualidade para o mercado. Entretanto, a realidade não condiz com a proposta, pois, na prática, o eixo central, no PRONAF, foi o crédito para os investimentos, como pode ser observado no quadro abaixo (nº. 6). Observa-se que a qualificação e capacitação bem como a infraestrutura, não mereceram a mesma atenção, como se poderá averiguar nos percentuais das aplicações no período de 1999 – 2004.

Quadro 6 – Liberação de crédito do PRONAF por linha de ação Brasil: 1999 a 2004

ANO	INFRAESTRUTURA	CAPACITAÇÃO	CRÉDITO	TOTAL (%)
1999	8,82	2,09	89,49	100
2000	6,23	1,50	92,27	100
2001	6,02	0,87	93,10	100
2002	4,02	0,50	95,49	100
2003	1,83	0,82	97,35	100
2004	1,77	0,71	97,52	100

Fonte: BRASIL (2005). Os dados do PRONAF/capacitação são originários do Orçamento Geral da União (OGU).

Chama atenção, ainda, que, mesmo a partir da inclusão da dimensão territorial nas políticas de desenvolvimento (em 2003), os percentuais de infraestrutura e a qualificação permaneceram sem significativas alterações, não chegando a 1% do montante do programa. Entretanto, os percentuais referentes ao crédito apresentaram sensível acréscimo.

O PRONAF se propõe promover a capacitação do público-alvo do programa, por meio do desenvolvimento sustentável, tecnologias de gestão, comercialização, organização em rede e produção associativa.

Os agricultores familiares são alvo de diferentes políticas e programas de qualificação, são eles: PLANFOR, no governo FHC e PNQ–PlanTeQ, no governo LULA; Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural–ATER (público); e o PRONAF capacitação; além de atividades/projetos oferecidas pelo movimento social.

Em geral, as propostas dessas políticas e programas têm por base o desenvolvimento sustentável, a transformação das práticas convencionais por meio de mudanças institucionais; a produção de conhecimentos sobre os agroecossistemas; privilégio do potencial endógeno das comunidades e territórios; desenvolvimento dos processos educativos permanentes e continuados, “[...] visando à formação de competências [...]” e “[...] o incentivo à construção e consolidação de formas associativas [...]” (Brasil 2005, p. 7 e 9),

As políticas públicas que vinculam trabalho e renda têm, em geral, a orientação de que o desenvolvimento proposto para os trabalhadores deve ser coerente com uma economia que cresce e se transforma, mas que prescinde da mão-de-obra assalariada, visto que a acumulação de capital pode ser promovida sob outras bases que não mais a do trabalho assalariado.

A saída para os trabalhadores numa realidade em que o emprego já não é o elemento estruturante (CASTEL, 1998), a alternativa aos pobres é a organização de empreendimentos, como o autonegócio.

O público estudado por esta pesquisa, entretanto, não é constituído de empregados, melhor dizendo, as relações sociais de produção na agricultura familiar, no Baixo Amazonas, são outras, como já comentado anteriormente. Na agricultura familiar, o trabalho está voltado para a subsistência, é realizado numa relação bem particular entre homem/natureza, este como proprietário da força de trabalho e da sua produção; a terra é o essencial na definição e formação das identidades, é espaço de vida, produção e convivência; a memória, a história, as tradições e a solidariedade são os elos estruturantes daquela realidade e só podem ser preservados mediante a finalidade que for relacionada a terra. Chama atenção que o significado da terra para o agricultor familiar é diferente daquele atribuído pela especulação capitalista. Na agricultura, a racionalidade econômica se dá na unidade entre o espaço familiar, o cultural e o político. As identidades têm a dimensão da terra e das localidades, como espaço de viver e produzir. Nas comunidades do Baixo Amazonas é possível perceber muito claramente a interação homem/natureza, as formas de vida reguladas pelo nível dos rios; o tipo de moradias, os quintais, os meios de transporte, a dieta alimentar, o horário de trabalho, a noção de tempo, o lazer, as credices. Esses espaços sociais têm como referência a terra como espaço de vida e trabalho.

As políticas públicas, ao proporem questões como inclusão social, desenvolvimento sustentável, empreendedorismo e autogestão para o desenvolvimento da agricultura familiar, fazem-no migrando orientação e conceitos, que se originaram nas relações sociais de produção, marcadas pelo emprego e o trabalho assalariado. Essas categorias, na prática, na agricultura do Baixo Amazonas, parecem assumir outros significados, outros sentidos, diferentes daqueles das origens teóricas. O que significa ensinar habilidades de gestão, de empreendedorismo, de preservação ambiental, de cooperativismo e associativismo a agricultores familiares do Baixo Amazonas? O que eles criam/recriam, ou como dispõem desses conhecimentos?

Destaca-se que a referência textual ao Baixo Amazonas, sempre que se discute a agricultura familiar, implica reconhecer que, no Brasil, existem agriculturas familiares (no plural), e que, naquela região, tudo é muito diverso do que se pode observar em outras regiões do país.

No que diz respeito à qualificação e capacitação dos agricultores familiares, tomando o caso de um ex-aluno dos cursos agroflorestais do CEFT-BAM, que pôs em prática os conhecimentos apreendidos, o mesmo declara que teve modificações significativas em sua vida: melhorou a renda da família; passou a estabelecer outras relações com a natureza no sentido da preservação; da formação de pomares e da criação de pequenos animais; do

desenvolvimento de cadeias produtivas, bem como de valorização (manutenção) da posse da terra, o que pode ser observado na visita a sua propriedade. Ressalta-se que esse agricultor perdeu anos de trabalho, porque teve as suas terras cercadas pela plantação de soja, sendo obrigado a vendê-la e recomeçar tudo outra vez.

A gestão Lula registra mudanças nos valores dos recursos e no número de contratos do PRONAF, que praticamente duplicaram se comparados com o governo FHC. Os financiamentos priorizaram projetos de capacitação e formação sob responsabilidade de ONG's, e a agricultura familiar passou a fazer expressamente, parte do público prioritário do PNQ e da Secretaria de Economia Solidária. Mas, o que isso realmente significou para os agricultores familiares?

Nesse governo tem-se mais evidente a gestão participativa, a discussão sobre territórios e o empoderamento como estratégias de construção da democracia. Dessa forma, no que se refere à qualificação dos trabalhadores, tem-se, textualmente, a qualificação social e técnica, o incentivo ao associativismo e o cooperativismo como elementos de construção da cidadania ativa, devendo, para isso, promover o desenvolvimento local por meio da autogestão, da solidariedade e da sustentabilidade ecológica.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento rural sustentável²¹ busca a integração entre os sistemas socioculturais e ambientais, no sentido da integração produtiva e da cooperação e corresponsabilidade dos diversos atores sociais, com vista à *geração de riquezas com equidade; ao respeito à diversidade; à solidariedade; à inclusão social*. Ele envolve múltiplas dimensões, a saber: (a) dimensão econômica, que consiste na capacidade de inovar, diversificar, de utilizar os recursos locais para gerar renda, de fortalecer as cadeias produtivas e integrar em redes os empreendimentos; (b) dimensão sociocultural, que implica maior participação na estrutura de poder, com respeito e referência às diversidades, no sentido da melhoria da qualidade de vida; (c) a dimensão político-institucional, enquanto possibilidade de políticas sociais negociadas, das quais resultam a *governabilidade democrática* e a conquista e exercício da cidadania; e (d) a dimensão ambiental, que tem como referência o meio ambiente como parte integrante do desenvolvimento, mas como objeto de gestão sustentada (BRASIL, 2005).

Desenvolvimento não é decorrência da ação verticalizada do poder público, mas sim da criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma

²¹ Desenvolvimento Sustentável em Territórios Rurais. Propostas e Avanços.
<http://www.cidadefutura.org.br/meulugar/Territorios%20rurais%20SC.ppt#281,25>, Santa Catarina – Territórios e SDRs

visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos, dos meios para perseguir um projeto de desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 2005)

Nessa concepção territorial, condições de pobreza dizem respeito ao “capital social” pouco desenvolvido, para o que concorrem fatores econômicos, sociais, educacionais, o pouco acesso a informações e, ainda, práticas políticas clientelistas, que funcionam como inibidores do exercício da cidadania. Mas elas dizem respeito também ao “capital natural”, que tanto podem dispor de poucos recursos como por desequilíbrios eminentes, a exemplo da Amazônia, que requer preservação e gestão cautelosa dos recursos existentes (Cf. BRASIL, 2005), como se observa a seguir:

Entendido como o conjunto de relações (pessoais, sociais, institucionais) que podem ser mobilizadas pelas pessoas, organizações e movimentos visando a um determinado fim, o capital social tem na sua raiz processos que são, a um só tempo, geradores de confiança, reciprocidade e cooperação (BRASIL, 2005, p. 7).

Conforme essa proposta, o capital social sofre subdivisões, as quais devem ser identificadas para servirem de base às iniciativas de desenvolvimento: a) capital social de grupos e indivíduos, que diz respeito a reciprocidades, nas relações de parentesco e vizinhança; b) capital social das comunidades, que se refere à confiança, reciprocidade, cooperação e tem como base a identidade coletiva; c) capital externo, diz respeito à relação com grupos externos e servem para a mobilização de recursos necessários ao desenvolvimento. Esses três tipos de capitais devem ser mobilizados e identificados para o projeto de desenvolvimento, porque são eles que fornecem a identidade do território (Cf. BRASIL, 2005, p. 8).

Ainda segundo tais referências, gestão social implica o espaço em que os atores sociais se mobilizam para propor, avaliar, planejar e deliberar sobre as políticas públicas:

Gestão social implica, assim, um constante compartilhamento da responsabilidade pelo destino dos territórios [...] através da prática da gestão social, há uma clara contraposição lógica vertical e descendente de planejamento, onde cabe às instâncias centrais de governo o desempenho das iniciativas, e à população local, o envolvimento em sua implementação (BRASIL, 2005, p. 8)

Segundo essa orientação, haveria prioridade à capacitação, sendo as organizações sociais as responsáveis tanto pelo conteúdo como pelas metodologias a serem adotadas. Então o que foi ensinado a esses agricultores? Quais foram as organizações parceiras do PRONAF na qualificação e capacitação dos agricultores familiares no Baixo Amazonas?

O governo Lula propôs um modelo de desenvolvimento de caráter participativo, que consistia no planejamento e na gestão das políticas públicas por meio da relação entre Estado e sociedade, com o propósito de criar uma nova etapa de desenvolvimento no país,

caracterizada pela cidadania ativa, por um modelo de Estado ágil e eficiente e pela emergência de um novo contrato social, fruto da radicalização da democracia. Essa proposta está estruturada em três grandes objetivos: 1) Inclusão Social e Redução da Desigualdade Social; 2) Crescimento com geração de trabalho, de emprego e de renda ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; 3) promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia (Cf. BRASIL, 2003a, p. s/n).

[...] o problema deve ser atacado pelo lado da educação, da qualificação e da capacitação, tanto para o trabalho quanto para a participação e para a cidadania. A generalização do conhecimento implica a manutenção de serviços de animação e extensão, disseminação de centros de informação e promoção rural, ampliação do acesso digital e emprego de tecnologias avançadas de informação e educação (BRASIL, 2003a).

Tal proposta parte do entendimento de que deve existir uma nova ação por parte do Estado que favoreça o modelo de desenvolvimento econômico capaz de promover a inclusão social por meio de políticas compensatórias de geração de trabalho e renda; de possibilitar a expansão do mercado consumidor com a incorporação das famílias trabalhadoras; de promover a redução da taxa de desemprego e o trabalho informal; e de se contrapor à queda da renda do trabalhador.

Para a realização desses objetivos, o PPA propõe a integração da Política de Qualificação com as Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda e relaciona educação e desenvolvimento.

A qualificação é apresentada como *construção social, na perspectiva da crítica ao individualismo e às exigências do mercado de trabalho*. Propõe a integração da Política de Qualificação com as Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda, ou seja, a integração educação e desenvolvimento (BRASIL, 2003a, p. s/n).

Segundo o PRONAF, o modelo de desenvolvimento para a agricultura familiar deve incentivar a qualidade da produção com uso de novas tecnologias, capacitação e acesso à informação. A política apresenta uma clara vinculação com o mercado, com o empreendedorismo, como se pode observar na Lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006²².

O PRONAF deve ser desenvolvido por meio da parceria entre os governos estadual, municipal, federal e os agricultores e suas organizações. Integram o PRONAF: a) em nível municipal: o poder municipal, o CMDRS, os agricultores e suas organizações e entidades parceiras, públicas e privadas; b) em nível estadual: Governo do Estado, Conselho Estadual e

²² Lei que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/Lei/L11326.htm.

Secretaria Executiva Estadual; c) em nível nacional: Governo Federal, Conselho Nacional do PRONAF, Secretaria Executiva Nacional, Delegacias Federais de Agricultura (DAF), órgãos e entidades públicas e privadas. O PRONAF é de responsabilidade do MDA, tendo sido instituído pelo Decreto nº. 1.946, de 28 de junho de 1996.

Uma das dimensões do PRONAF para promover o desenvolvimento é a formação e qualificação dos agricultores familiares, não propriamente a educação escolar, regular, mas a *qualificação técnica e social*²³ que consiste em conteúdos (sempre observando a dimensão prática) que abordem o desenvolvimento sustentável, tecnologias de gestão, comercialização, organização em rede e produção associativa.

No que se refere à Amazônia, fica patente que os agricultores são estimulados a implementar outras atividades na sua produção, como a diversificação da produção agrícola, a melhoria da qualidade dos produtos e outras atividades não agrícolas. Essas iniciativas possuem uma dimensão coletiva e a presença acentuada do mercado, uma vez que suscita a compreensão, por parte de alguns estudiosos, de que nas iniciativas de empreendimentos rurais também podem emergir elementos de outra economia de caráter popular e solidária (SINGER, 2000, CORAGGIO, 2000), a qual se desenvolve com base na autogestão, no associativismo ou no cooperativismo.

3.5.1. PLANFOR e PNQ (PlanTeQ) na agricultura familiar

Conforme já mostrado anteriormente, no PLANFOR, o entendimento era de que o desemprego resultava do descompasso entre crescimento tecnológico e qualificação do trabalhador, por isso o referido plano se propunha qualificar a população economicamente ativa (PEA), dispondo para isso dos recursos do FAT (BRASIL, 1997, p. 22).

A qualificação proposta pelo PLANFOR estava voltada para ações a serem desenvolvidas junto às empresas, pelos sindicatos dos trabalhadores e por entidades da sociedade civil, e constavam entre o público-alvo dessa política os agricultores familiares.

Os dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Trabalho do Estado do Pará demonstram que, no governo FHC, entre os anos de 1996 e 2002 (que corresponde a dois mandatos), foram realizados 894 cursos de qualificação, no Baixo Amazonas, pelo PLANFOR, sendo qualificadas 19.220 pessoas. Ressalta-se que contavam, em média, com turmas de 15 a 20 alunos. Os principais cursos para os agricultores familiares foram: Sistemas

²³ Esse é o eixo principal dos objetivos do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), no Plano Plurianual do governo Luis Inácio Lula da Silva.

Agroflorestais e Recuperação de Área Degradada; Criação de Grandes Animais; Gestão de Propriedade Rural; Manejo de Pastagem; Artesanato; Associativismo e Cooperativismo; Produção de Poupas de Frutas; Horticultura; Gerenciamento Rural. Nota-se, aqui, a ênfase na articulação dos eixos qualificação e crédito para a geração de trabalho e renda. Como se pode observar, houve, no PLANFOR, uma ênfase na formação de gestores e empreendedores por Cursos de Gerenciamento Empresarial Básico, cujo objetivo era o de formar gestores e empreendedores, tanto na cidade como no campo, e o crédito para o empreendimento viria do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), o que dificilmente ocorria, pois os bancos (no caso, o Banco do Brasil) retinham o empréstimo.

A política de qualificação do governo Luiz Inácio Lula da Silva atualizou as gestões FHC, uma vez que manteve os conceitos e fundamentos metodológicos (Cf. FERREIRA, 2006). Questões como combate à pobreza e ao desemprego, relação público/privado, educação e qualificação profissional estão presentes como estratégias para o desenvolvimento nos dois governos.

3.6 O PRONAF no Baixo Amazonas

O Estado do Pará é o segundo maior Estado da região Norte, com 1.274.702 km² e 143 municípios. Está dividido em seis mesorregiões que, por sua vez, subdividem-se em microrregiões. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui uma população estimada em 6.192.307 habitantes: 66,5% urbana e 33,5% rural, e está dividido em cinco territórios rurais, sendo a capital do Estado a cidade de Belém (Cf. IBGE, 2007).

A mesorregião²⁴ do Baixo Amazonas – Pará, que também constitui o Território Rural de mesmo nome, possui 243.985,70 km², habitados por 567.424 indivíduos, sendo que 42,48% destes vivem na área rural, com um IDH médio de 0,71; 22.281 agricultores familiares; 36.580 famílias assentadas; 16.443 famílias pescadoras; 19 comunidades quilombolas e 18 terras indígenas (Cf. TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2009)²⁵. Essa mesorregião é formada por quatorze municípios: Faro, Juruti, Óbidos, Oriximiná, Terra Santa (pertencentes à microrregião de Óbidos), Alenquer, Belterra, Curuá, Monte Alegre, Placas,

²⁴ Mesorregião é uma área individualizada, em uma unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definida pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elementos da articulação espacial. Microrregiões são partes da mesorregião que apresentam especificidades.

²⁵ <http://territoriocidadania.org.br/baixoamazonas>

Prainha, Santarém (microrregião de Santarém), Almerim e Porto de Mós (microrregião de Almerim).

Do ponto vista econômico, a agricultura é a característica principal da região. Até o ano 1960, esteve presa ao extrativismo, à criação de gado e ao plantio de juta. Ocorreu que, naquela ocasião, a juta perdeu mercado na concorrência internacional para os produtos sintéticos da Índia e do Paquistão e a pecuária pouco prosperou em função das cheias das várzeas, falta de pastos e doenças do gado. Nessa ocasião, registraram-se as primeiras iniciativas de extração de ouro no Rio Tapajós (PRIMAZ, 1997).

Nos anos 1970, a construção da Transamazônica e a Rodovia Santarém-Cuiabá trouxeram sérias modificações para as cidades da região, particularmente para a cidade de Santarém, juntando-se a isso a intensificação da exploração aurífera no Rio Tapajós, que contribuiu para o crescimento e a circulação de mercadorias até os anos 1980. Nesse período, registrou-se, também, um relativo abandono das atividades agrícolas, uma vez que o comércio de ouro era mais rentável. Os custos financeiros e ambientais desse tipo de trabalho, o fechamento de garimpos, já nos anos 1990, concorreram para aprofundar os problemas sociais da região (PRIMAZ, 1997).

Trata-se de uma região de fortes contradições: por um lado, possui um grande potencial turístico, dadas as belezas naturais (praias, florestas, cachoeiras, etc.); um ecossistema ainda desconhecido e ricas tradições culturais. Grande parte dessas riquezas está inexplorada ou são exploradas pelo grande capital, por madeireiros, sojeiros e mineradores²⁶. Por outro lado, a população da região vive em estado de pobreza.

No que se refere à renda, tomando por base o salário mínimo, 34,33% da população possui renda mensal de até um salário mínimo, 22,05% possui renda de um a dois salários mínimos. Os três principais ramos de ocupações são (a) agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca; (b) indústria extrativa, indústria de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água; (c) comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos.

A agricultura permanece como o principal ramo de atividade. Nela são utilizadas as técnicas de derrubada da floresta ou da capoeira e queima. A base da plantação é mandioca (para produção de farinha), podendo ser plantado na mesma roça, feijão, macaxeira²⁷, abóbora, maxixe, quiabo, dentre outros. Como ferramentas, dispõem de machado, facões e

²⁶ No município de Juruti, está sendo implantado o Projeto Alcoa, visando à exploração e exportação de bauxita. Também no município de Monte Alegre, foi descoberta uma grande reserva de bauxita.

²⁷ É um tubérculo que recebe várias denominações. Nas regiões Norte e Nordeste, identifica-se como macaxeira; na região Centro-Oeste, é conhecido como mandioquinha e, na Sudeste, como aipim.

enxadas; os utensílios utilizados na fabricação da farinha são fornos feitos artesanalmente de barro com uma chapa de ferro, que funcionam com o uso de lenha; os utensílios como prensa e coxos são fabricados pelos próprios agricultores com madeira da região.

As comunidades são distantes da sede do município e o acesso é realizado pelos rios – Amazonas ou Tapajós e seus afluentes, utilizando barcos, rabetas (canoas com motor) e canoa – e por terra, sendo as bicicletas, carros e motos os meios transporte mais usados.

As casas são fechadas com tábuas e cobertas de telhas de amianto, algumas dispostas em círculo, outras isoladas no meio da floresta. Possuem poucos animais domésticos, com exceção de cães; possuem poucas árvores frutíferas próximas às residências; nem todas as comunidades dispõem de energia elétrica, a iluminação é feita por um motor a *diesel*²⁸ que funciona até as 21h00min. Os agricultores estão organizados em associação comunitária, Sindicato de Trabalhador Rural, Associação de Mulheres, etc.

3.6.1 O PRONAF em Santarém

O município de Santarém, fundado em 1848, pertence à mesorregião do Baixo Amazonas e à microrregião de Santarém, possuindo os seguintes distritos: Alter-do-Chão, Boim, Curuai e Mojuí dos Campos. Limita-se ao Norte com os municípios de Óbidos, Alenquer, Monte Alegre e Curuá; a Leste, com Prainha e Uruará; ao Sul, com Rurópolis, Aveiros, Placas e Belterra; ao Oeste, com Juruti (PARÁ, 2005, p. 8).

Os principais acidentes geográficos são os rios Amazonas e Tapajós²⁹, outros rios importantes no regime hídrico do município são os rios Curuá-Una e Arapiuns, com belos afluentes e cachoeiras. Tem-se ainda grandes lagos, como o Lago Grande do Curuai e o Lago dos Muiraquitãs, em Alter-do-Chão.

A temperatura é elevada, com a média em 25,6°C, a umidade relativa do ar permanece a maior parte do ano em 80%. O balanço hídrico mostra que, nos meses de fevereiro a junho, tem-se um índice pluviométrico em torno de 750 mm, e a maior escassez de água ocorre entre os meses de agosto e dezembro, com menos de 90 mm. (PARÁ, 2005, p. 9).

Do ponto de vista ecológico, é preocupante a poluição com mercúrio, usado nas atividades de garimpagem, no Rio Tapajós, que ameaça atingir as praias e o pescado; a devastação da floresta pela exploração ilegal de madeira e a produção de soja e arroz.

²⁸ O *diesel* é adquirido com as rendas da associação comunitária.

²⁹ Esses rios correm em frente à cidade de Santarém, promovendo o *encontro das águas*[□]. As águas amarelo-barrentas do rio Amazonas correm juntas com as águas verde-azuladas do rio Tapajós (lado a lado) sem se misturarem.

Merece atenção, no Baixo Amazonas, particularmente no município de Santarém, a participação das ONG's, que têm uma vasta atuação na região. Elas estão presentes nas lutas sociais, pela titulação das terras, pela defesa da biodiversidade, por geração de trabalho e renda e pela qualificação e capacitação dos agricultores familiares. Participam do planejamento e da execução das políticas públicas, sendo que algumas delas fazem parte da composição do CMDTRS na condição de parceiras.

É interessante observar que as atas do Conselho Estadual a que se teve acesso (09 atas do período de 2003 a 2006)³⁰ apresentam discussões referentes aos territórios; à plantação de culturas como maracujá, abacaxi, pimenta-do-reino e mandioca; às miniusinas de beneficiamentos, mas não se referem à qualificação e capacitação dos agricultores familiares. Essa constatação reforça a tese de que o PRONAF se restringiu ao crédito (custeio e investimento) e à infraestrutura no Estado do Pará, não merecendo a qualificação e capacitação dos agricultores a importância que lhe é conferida nas propostas/estratégias da política pública de geração de trabalho e renda e de desenvolvimento.

Por que não houve a integração entre as políticas se essa é uma orientação que consta logo na apresentação do PNQ? É expressivo o número de políticas de qualificação e capacitação: PLANFOR e PNQ (PlanTeQs); ATER (público e privado); e o PRONAF Capacitação, todos podendo atuar na qualificação dos agricultores familiares. O que realmente aconteceu no Baixo Amazonas? A busca por informações sobre a política de qualificação profissional, na Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Santarém, demonstrou poucos dados disponíveis, o que foi justificado pela coordenação da secretaria pelo extravio dos mesmos em virtude da transição do governo de Joaquim de Lira Maia para o de Maria do Carmo Martins Lima e da mudança de endereço da Secretaria. Também se procurou conhecer os cursos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, onde existe a Escola de Economia Solidária, que tem como objetivo capacitar e requalificar os empreendedores. Essa secretaria ofereceu um curso de formação de gestores e empreendedores, com duração de seis meses, ministrados de segunda a sexta-feira, à noite, pelo SEBRAE, com recursos do PlanTeQ. Os egressos desses cursos podem pleitear crédito junto ao Banco do Cidadão para montar seus negócios.

³⁰ As demais atas não foram encontradas bem como o Plano de Desenvolvimento Agrícola que o ex-presidente do Conselho Estadual Sr. Carlos Benjamim, agrônomo aposentado da EMATER, declara existir e sobre o qual alguns documentos internos se referem.

O principal trabalho dessa secretaria foi junto à Cooperativa Agroalimentar e Artesanal de Cucurunã (COAPAC), que conta com 20 associados, ainda sem resultados significativos.

No que diz respeito ao PRONAF, em Santarém, chama atenção as seguintes organizações:

a) Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Santarém (STTR): criado em 1972, mas com atuação sistemática a partir dos anos 1980, tendo em vista o apoio recebido da FASE³¹. É um importante representante dos agricultores na luta pela terra, crédito e preservação ambiental. Possui em torno de 40.000 associados.

b) Centro de Educação e Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas (CEFT-BAM): formado por entidades do movimento social. Foi criado em 1996 com o objetivo de “[...] promover o desenvolvimento político e sociocultural da população do Baixo Amazonas [...] e da Amazonas como um todo.”. Sua sede se localiza na cidade de Santarém, possuindo 30 organizações associadas.

c) Associação dos Produtores de Santarém (APRUSAN): possui em torno de mil e quinhentas famílias associadas. Atua na busca de crédito e de agricultores para que exponham os seus produtos nas quatro principais feiras livres da cidade.

d) Colônia de Pescadores de Santarém – Z-20: conta com 8.100 associados. Atua no sentido do crédito, do seguro-desemprego na fase defeso do pescado³².

e) Centro de Apoio aos Projetos de Ação Comunitária (CEAPAC): Criado em 1990, tem como objetivo prestar assessoria de natureza técnica, jurídica e organizacional aos agricultores familiares; promover articulação entre as organizações, visando à melhor produção e comercialização dos produtos.

Além dessas, destacam-se ainda outras organizações sociais com grande atuação na Amazônia: Fórum da Amazônia Oriental (FAO); Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI-PA); Grupo de Trabalho na Amazônia (GTA); Grupo de Defesa da Amazônia (GDA), sendo que as demais organizações constam no quadro nº 12, no capítulo seguinte desta tese.

³¹ Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (fundada em 1961). No Baixo Amazonas, impulsionou a luta dos trabalhadores associados às Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), sendo forte a presença e a atuação da Igreja Católica na região.

³² Período em que é proibida a pesca, visando à proteção à reprodução dos peixes. O IBAMA estabelece que, na Bacia Hidrográfica do rio Amazonas, o período compreendido entre a desembocadura do Rio Jarí até a foz do Amazonas, em uma determinada época do ano (novembro a março), é proibida a pesca comercial, a comercialização, o transporte e armazenamentos de algumas espécies de pescado. Na época do defeso, o pescador cadastrado recebe um salário mínimo mensal para manter as suas despesas.

Com relação às organizações governamentais com atuação na política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável, destacam-se:

f) Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEMAB): o trabalho dessa secretaria está voltado à formação de cadeias produtivas, as quais envolvem produção, aproveitamento dos derivados da produção, beneficiamento e comercialização.

g) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) em Santarém: tem como objetivo prestar assistência técnica aos agricultores familiares; busca diversificar a produção dos agricultores (produção agrícola e não agrícola) de forma que o agricultor possa ter renda o ano inteiro.

h) Secretaria Executiva de Agricultura do Estado do Pará (SAGRI): vinculada à Secretaria Especial de Produção do Estado do Pará, tem como objetivo promover ações ambientais e culturais que culminem no crescimento da agricultura familiar e o desenvolvimento das comunidades rurais por meio da criação de um setor pesqueiro e agrícola.

i) Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): criado pelo Decreto nº. 1.110, de julho de 1970, tem como missão a realização da Reforma Agrária e manter e administrar o cadastro das terras públicas da União. Esse órgão teve muitos problemas em Santarém, visto que a própria direção do INCRA foi acusada de grilagem de terras no Oeste do Pará. Muitos funcionários foram presos, dentre eles, o superintendente do órgão no Estado. O INCRA, no município de Santarém, era subordinado à administração de Belém. Após o escândalo de grilagem de terra, a Delegacia Regional do INCRA no Baixo Amazonas ganhou o *status* de superintendência, estando subordinada ao governo federal.

j) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA): tem como missão, em Santarém, a regulação das atividades extrativistas e predatórias, como queimadas, extração ilegal de madeira, pesca predatória (com o uso de bombas e outras modalidades), transporte e comercialização ilegal de espécies da região.

As organizações e as instituições acima indicadas fazem parte das políticas de desenvolvimento para a região, atuando no PRONAF como parceiras na organização e qualificação dos agricultores. As parcerias nascem das reivindicações dos agricultores por qualificação e capacitação junto com o STTR e são forjadas por este para atender às necessidades dos agricultores que obtiveram crédito do PRONAF.

A organização do PRONAF está sob responsabilidade do Conselho, que é formado por representantes de instituições de caráter público (Federal, Estadual e Municipal) e pelas organizações da sociedade civil (sindicatos, associações, etc.).

Quadro 7 – Composição do CMDTRS – Município de Santarém

INSTITUIÇÕES/ORGANIZAÇÕES / TIPOS	DENOMINAÇÕES
Federais	- CEAPAC - INCRA; - IBAMA - EMATER
Estadual	- SAGRI
Municipais	- SENAB - Poder Legislativo
Trabalhadores	- STTR - APUSSAN - Colônia de Pescadores Z-20 - Resex Tapajós-Arapiuns
Patronal	- Sindicato Rural – SIRSAN
Agências financiadoras	- Banco do Brasil - Banco da Amazônia – BASA

Fonte: Pesquisa de Campo

Resumidamente, essas organizações (governamentais e não-governamentais) atuam em projetos com o propósito de promover o desenvolvimento da região. Desenvolvem ações/projetos que têm como alvo o agricultor familiar e como objeto a qualificação e a produção no sentido da geração de renda, tendo como princípio o desenvolvimento sustentável.

4. A DINÂMICA DA QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO NO BAIXO AMAZONAS

Dando continuidade à análise da temática tratada no capítulo anterior concernente ao perfil do PRONAF no Baixo Amazonas, o presente capítulo visa aprofundar a discussão acerca da natureza da qualificação e capacitação promovida pela EMATER e pelo CEFT-BAM, no município de Santarém, circunscrevendo inicialmente tal discussão a duas questões centrais: (a) como se efetivou o processo de qualificação e capacitação dos agricultores familiares que receberam crédito do PRONAF e (b) quem foram os agentes de tal processo de qualificação e capacitação.

Retoma-se a discussão acerca dos programas de qualificação e capacitação encetados através das políticas públicas voltadas para o segmento da agricultura familiar. Procura-se mostrar alguns elementos dos vínculos entre as políticas públicas para a agricultura familiar e as transformações mais recentes no mundo do trabalho, tratando de modo panorâmico algumas questões-chave da agricultura do Estado do Pará, para atribuir enfoque específico à situação dos agricultores familiares no Baixo Amazonas (Santarém).

Foram selecionados, para efeito desta pesquisa, os dois principais agentes de qualificação e capacitação dos agricultores familiares do Baixo Amazonas (especificamente Santarém), a EMATER e o CEFT-BAM, por duas razões: (1) por tais entidades atuarem em toda a região do Baixo Amazonas; (2) por representarem duas diferentes perspectivas: a do Estado (EMATER – ATER-Público) e a do Movimento Social (CEFT-BAM).

Assim, este capítulo constará de três eixos temáticos.

No **primeiro eixo temático**, retoma-se a discussão da qualificação e capacitação já tratada no capítulo II, por meio das políticas públicas. Identificam-se alguns elementos dos vínculos entre essas políticas para a agricultura familiar e as orientações para as transformações mais recentes no mundo do trabalho; identifica-se, ainda, a realidade da agricultura no Estado do Pará e no Baixo Amazonas, enfocando-se principalmente o município de Santarém.

O **segundo eixo temático** trata especificamente da atuação da EMATER regional (que envolve toda a região do Baixo Amazonas) e da local (Santarém) no que concerne à proposta de capacitação do ATER Público, especificando-se os conteúdos ministrados aos agricultores familiares e relacionando-se o número de contratos aprovados no PRONAF (Fomento e Custeio), tendo em vista que a qualificação está atrelada ao crédito.

O **terceiro eixo temático** aborda o processo de qualificação e capacitação efetivado pelo CEFT-BAM e a sua atuação junto às organizações dos trabalhadores, a formação dos agricultores e os esforços para criar um plano de desenvolvimento alternativo para a região. Destaca os projetos desenvolvidos na região, apresenta os cursos agroflorestais ministrados pela entidade.

4.1 A qualificação e capacitação

A agricultura faz parte do desenvolvimento capitalista. As tecnologias e as demandas da reprodução do capital tanto se referem à indústria como à agricultura, de forma que as propostas para o desenvolvimento desta devem ser entendidas como parte integrante do processo de desenvolvimento capitalista.

Na verdade, a agricultura familiar, no Brasil, deve ser referenciada no plural, conforme já aprofundado anteriormente, face à diversidade cultural que esse modo de produção encampa. As diferentes formas de vida, de alimentação, de produção, a memória coletiva, a temporalidade, as relações de poder, carregam entre si muitas diferenças¹, de forma que, nesta tese, deve-se considerar que se fala dos agricultores familiares do Baixo Amazonas, os quais, em sua grande maioria, nunca foram assalariados, mas também não vivem à margem da reprodução do capital.

Mas como inserir essa “nova agenda” no mundo da produção capitalista de tecnologia avançada e integrada às demandas de “globalização” no mundo rural? Quais as características do meio rural que o distingue dos demais espaços de produção?

É importante retomar a discussão do conceito de território rural, visto que nele compreende-se a terra como espaço de vida, ou seja, espaço onde se coadunem as diversas dimensões da existência humana que configuram, assim, a complexidade das relações sociais de ordem política, educacional, cultural e econômica ou produtiva. Possui, assim, o território rural um caráter multidimensional para além do mero “espaço produtivo”, comportando vários níveis de conflitividade entre diferentes/opostas formas de vida e produção, como a que se divide entre o campesinato e o agronegócio (FERNANDES, 2006b).

A primeira reflexão é a de que no rural se desenvolvem concomitantemente formas de organização e produção capitalista e camponesa, que fazem com que a concepção de espaço ou a noção de território divirjam uma da outra.

¹ Sobre os diferentes povos da Amazônia, consultar ARAGÓN, LUIZ E. (2005).

Emerge, então, a questão do território, no sentido da complexidade espacial do desenvolvimento capitalista proposto por Brandão (2007), marcado por rupturas, conflitos, assimetrias e desigualdades (como já tratado no capítulo I, desta tese). O autor sinaliza a desigualdade na distribuição espacial dos fatores de produção que poderiam ser otimizadas, corrigidas e assinala que, muitas vezes, o espaço é tomado como algo inerte, estático, configurado como receptor de projetos e planos de desenvolvimento.

Refletir sobre a questão do território como espaço de vida é instigante para se compreender que outras dimensões podem ou devem comportar as políticas sociais de desenvolvimento, como é o caso do PRONAF, ao propor oferecer condições para manter o homem no campo e promover melhorias de produção e de renda, bem como a sustentabilidade ambiental e alimentar, por meio de empreendimentos familiares ou de Arranjos Produtivos Locais (APL's). Isso porque, tal como revela Fernandes (2006b), sendo distintas as modalidades de organização territorial (terra como espaço de vida e terra como espaço de produção de mercadoria), para cada uma dessas diferentes modalidades de organização territorial requer-se um sentido diverso de educação e acrescentam-se políticas públicas de qualificação para o desenvolvimento.

O Estado, ao propor uma política de desenvolvimento rural sustentável por meio do PRONAF, parece esquecer tais distinções, acima referidas, lançando mão de categorias presentes nas políticas públicas para o emprego (o que não é o foco nem a realidade no/para o meio rural), tais como as categorias de empreendedorismo, empregabilidade, competência, autogestão, etc. Como operar, na prática, a implantação efetiva dos objetivos de tais políticas públicas sem atentar para a significativa distinção (sociocultural e econômica) da prática produtiva da agricultura familiar em uma realidade tão específica como o Baixo Amazonas?

Entende-se que as políticas públicas são expressão da luta de classes contra a pobreza (ABRANCHES, 1987), pela sobrevivência da identidade, pela democracia e pelas questões ambientais. Essas lutas não se esgotam na reivindicação/proposição e implementação de políticas públicas. As lutas podem se renovar por meio de novas relações, elos, a exemplo das parcerias. Isso significa admitir, a partir da realidade estudada, que existe uma correlação de forças nem sempre explícitas no seio dessas políticas.

A crítica ao modelo de desenvolvimento vigente denota as contradições e os conflitos daquela relação social de produção, sendo o espaço da formação também o espaço privilegiado de mobilização e de organização de novas lutas, de novas proposições/reivindicações. Na convivência com o campo de pesquisa, teve-se oportunidade de assistir a um curso ministrado pelo CEFT-BAM, na comunidade de Maravilha, na margem

do Lago Grande Juruti Velho, no município de Juruti. Chamou particular atenção o conteúdo do curso e a metodologia utilizada. O curso era sobre o não uso do fogo ou do fogo controlado para a produção das roças. Após a apresentação, a educadora (que se autointitulou “facilitadora”), usando uma dinâmica própria – muito divertida e que promoveu a inter-relação do grupo, composto de 20 participantes –, apresentou algumas fotografias que mostravam lugares conhecidos na região em vários momentos diferentes e, por meio desse recurso didático, lançando mão da memória dos presentes, reconstruiu de forma muito interessante, criativa e simples a história da comunidade. Seguindo essa metodologia, foram promovidas discussões sobre a expansão da fronteira agrícola, o desmatamento, o título de propriedade, a preservação do ecossistema, etc. Ao fim do curso, os participantes haviam organizado uma proposta de trabalho para pôr em prática na sua produção: uma pauta de questões (assuntos) para serem discutidas na associação da comunidade, entre outras coisas. Essa atitude de formação teve uma carga horária de 40 horas.

Percebe-se que os movimentos sociais têm presença muito ativa naquela região, atuando sobre questões como a geração de renda, a preservação da biodiversidade, as questões de gênero, a demarcação de terras e qualificação e capacitação e a organização dos trabalhadores, dentre outras estratégias de luta.

O movimento social atua na região por meio de suas organizações na realização de cursos, oficinas, campanhas, redes de comercialização e promovendo lutas pelas questões ambientais. Essas lutas são espaços de participação e aprendizado que, embora não representem a superação do modelo econômico vigente, inscrevem-se como formas de enfrentamento das condições socioeconômicas de exploração e opressão. São lutas pela afirmação das identidades, engajamento em protestos e reivindicações, constituindo-se espaços legítimos de formação e atuação das organizações dos movimentos sociais.

A atuação dos movimentos sociais na qualificação e capacitação dos agricultores familiares denota as alterações advindas da globalização, o que significa, segundo Gohn (2008), novas perspectivas na ação coletiva pelo ajuste desses movimentos às questões atuais. Essas mudanças dizem respeito ao alargamento dos conflitos e à forma de atuação e mobilização, visto que esta pode ocorrer a partir do próprio Estado, por meio das políticas públicas.

As populações tradicionais do Baixo Amazonas trabalham há muitas gerações em interação com a natureza – roçam, pescam, caçam e colhem frutos da floresta. Não havia uma preocupação declarada com a produção do excedente, vendiam uma parte dessa produção para suprir suas necessidades básicas, entregando-as aos atravessadores por um preço sobre o qual

eles não opinavam. Não havia compromisso com o mercado – qualidade, quantidade e regularidade – e, no momento em que isso ocorre (ainda que de forma embrionária junto aos agricultores objeto deste estudo), o trabalho passa a adquirir outros significados, sendo, pois, ressignificado. A partir da atuação do PRONAF e de outras organizações que têm atuado na formação e capacitação dos agricultores, observa-se mudanças nas relações entre os indivíduos, na temporalidade e nos valores culturais.

Para além das aparências e do imediatismo, a dinâmica dessas transformações promove formas de resistências, estratégias de preservação, afirmação de identidades².

Nunca é demais explicitar que a Amazônia é tratada, por alguns, como terra de índios, de desmatadores, predadores, de jagunços, de exploração ilegal de madeiras e de queimadas. O fato é que, na Amazônia, tudo é grandioso: a imensidão do rio, as florestas, as praias de água doce, frutos e pescados. Nessa Amazônia, além dos povos da região, convivem judeus, japoneses, libaneses, holandeses, franceses, ingleses, ucranianos, como observa Nugente (2006, p. 34).

Os aspectos das distopias não se referem tanto à Amazônia *per se*, mas sim ao desenvolvimento predatório dos estudos da modernização da Amazônia. E a literatura resultante desses estudos, com muitas exceções notáveis, continua a esboçar a Amazônia como um terreno exótico, a-histórico, em que as experiências da licenciosidade neoliberal ainda estão por ser reveladas.

É bom reafirmar o que pode parecer óbvio, ou seja, que as capitais Belém e Manaus – e mesmo municípios como Santarém – possuem as contradições próprias dos espaços urbanos, outros espaços são construídos na região. Essa assertiva tem o propósito de, mais uma vez, focar as contradições existentes na região, enfatizar as várias identidades ali presentes. Por outro lado, chama atenção a atuação dos movimentos sociais na região, inseridos na história do seu tempo. Movimentos *cíclicos, transitórios, defensivos, mutuamente conflitivos e frágeis*, de acordo com as teses de Frank e Fuentes (1989). Entretanto, são os movimentos sociais que difundem, entre os agricultores, mesmo nas comunidades mais distantes, o conhecimento dos seus direitos; são eles que levam a luta pela cidadania e que, ao fazer isso, expõem as questões sociais e ecológicas da Amazônia brasileira, por meio da

² É emblemático o exemplo a seguir, pois corrobora com o que se afirmou acima. Após reunião em uma comunidade, em que discutíamos sobre a importância de uso de plantas medicinais associado a explicações de como plantá-las, perguntou-se sobre o pajé. Todos foram unânimes em afirmar (com palavras e com o silêncio) que essa prática/recurso de tratamento não existia por lá. Entretanto, durante um banho no rio (Lago Grande do Juruti Velho), ao final da tarde, relataram que existia um pajé do outro lado do lago que era muito bom, que não só curava doenças, mas que ajudava em outras coisas. Segundo eles, ainda, o técnico da EMATER queria, agora, ensinar-lhes a plantar, mas se a forma utilizada pelos mesmos sempre deu certo, por que mudar? Isso, de certa forma, explica, em parte, as formas de resistência e as dificuldades enfrentadas pelas políticas públicas para desenvolver outras tecnologias de produção.

mídia. Contribuem, por fim, para a contenção da exploração/devastação da região, a exemplo do que ocorreu na luta contra o plantio de soja.

É necessário considerar que a pobreza mobiliza o Estado e segmentos organizados da sociedade, pois, de acordo com Abranches (1987), a pobreza cerceia a liberdade, a cidadania e o próprio desenvolvimento social em todos os níveis de existência: o econômico, o social, o jurídico, o de saúde, o cultural e o educacional, e não apenas dos pobres, mas de toda sociedade.

O Estado, ao propor políticas de caráter social em resposta às demandas sociais, o faz por temor à ruptura dos processos de democratização e à politização da exclusão social (Cf. SALAMA, 1997). Como observam Salama e Valier (1997), há, na América Latina, uma grande defasagem entre o legal e o real.

No Baixo Amazonas, essa defasagem implica, do ponto de vista da educação dos agricultores, uma média de 2,7 anos de estudo (IBGE, 2000), conforme já comentado, muito embora a Constituição Federal assegure a todos o direito à educação, à saúde, ao trabalho e ao lazer. O que ocorre é que o acesso à assistência, à saúde, aos transportes é precário, insuficiente e inseguro.

Por que faz parte das políticas públicas e das propostas do movimento social a defesa da contenção do êxodo rural pela manutenção do homem trabalhando como agricultor familiar? Sabe-se que essa é uma questão complexa, que as periferias da cidade principal do Baixo Amazonas, Santarém, são ocupadas por agricultores vivendo na miséria, que venderam suas terras e não têm como produzir o mínimo necessário a sua sobrevivência. Entretanto, quando se imagina doenças emergenciais, picadas de cobras, dentre outros acontecimentos dessa natureza, relacionando-os à falta de assistência médica e de transporte rápido e eficiente; quando se percebe a quantidade de jovens e crianças estudando em barracões (centros comunitários, muitas vezes o único espaço coletivo da comunidade), onde, na maioria das vezes, falta até livros para os professores prepararem as suas aulas; quando se observa a rotina de trabalho do agricultor familiar no Baixo Amazonas e as suas condições precárias de vida, os questionamentos se alargam, pois cabe, ainda, saber o que representa, no imaginário daqueles agricultores, quererem mudar/sair daquela realidade.

A Constituição Federal da República de 1988 representou, na ocasião, um grande avanço em termos do direito à liberdade, à educação, ao exercício da cidadania, mas, na prática, muitos desses direitos não se concretizaram (CARVALHO, 2003). A liberdade de escolha e o poder de decisão não estão garantidos aos agricultores familiares do Baixo Amazonas e aos pobres e desempregados de modo geral, porque não pode haver escolha

quando as condições básicas de sobrevivência não estão garantidas. Nesse sentido, quando o agricultor de Santarém ou Belterra vendeu suas terras para os plantadores de soja, ele não estava exercendo a sua cidadania, foi compelido a isso pelas questões estruturais do capitalismo, pelas condições de pobreza e abandono em que se encontrava. Quando as políticas públicas ou os movimentos sociais defendem a permanência do homem no campo – não se está questionando a coerência histórica dessa proposta – em última instância, a cidadania dos indivíduos está comprometida e é regulada pelo poder do capital, pois, a quem interessa manter o homem no campo?

Talvez não seja exagero dizer que a cidadania e a liberdade são reguladas pelo Estado no esforço improvável de conciliar liberdade, equidade e reprodução do capital.

As políticas públicas prometem promover a inclusão social dos agricultores familiares mantendo-os no campo, oferecendo condições de produção (entenda-se crédito, infraestrutura, capacitação e qualificação), mas, o que realmente acontece? O que se sabe pelos depoimentos dos atores sociais é que cresceu o número de inadimplentes e que as ações de qualificação ocorreram de forma fragmentada, quando ocorreram.

O que parece existir é o esforço em fazer o pobre “[...] aderir ao mundo que o fez pobre” (MARTINS, 2002, p. 37), transformando-o em empreendedor rural. A crítica é, na maioria das vezes, incômoda, pois, na essência, desenvolver o empreendedorismo dentre os agricultores familiares, relacionar a produção destes à viabilidade de mercado, criar as cadeias produtivas, impulsionar a formação de outras identidades pode implicar compreender/conhecer que, em pleno século XXI, as sociedades rurais, no Baixo Amazonas, aderem à modernidade (à lógica do capital), mesclando-a com os saberes e os valores das suas culturas. Mas, seria apenas isso?

É na tênue linha que separa a produção capitalista da produção não capitalista que surgem formas alternativas de geração de trabalho e renda identificadas como desenvolvimento alternativo no qual é incluída a Economia Solidária (SANTOS, 2002).

As políticas públicas de desenvolvimento rural, na sua essência, representam a inclusão dos agricultores da região nos trâmites da modernidade, como assinala Martins (2003, p. 37) que “[...] a identidade da modernidade é um meio manipulável da realidade das pessoas”.

O autor é contundente na sua crítica. Partindo da análise do conceito de exclusão, ele assinala que, no imaginário incluyente, os protestos e as demandas sociais conduzem à realização de valores que afirmam o que marginaliza, porque a questão que norteia a luta é a inclusão e não a transformação das condições que conduzem à marginalização, porque são

elementos “[...] de transformação social e de superação das condições responsáveis pela marginalização[...]” (MARTINS, 2003, p. 37 e 38). Por que o agricultor familiar é compelido a permanecer naquelas condições de vida em que as políticas públicas chegam de forma precária ou não chegam? O que isso significa do ponto de vista do poder estatal? O que pode significar para aquele agricultor se apropriar do conhecimento das razões reais que o faz pobre e endividado? A lógica capitalista está muito além da realidade imediata daqueles agricultores, eles não podem admitir que o êxito dos seus projetos não depende exclusivamente dele, mas das teias das relações socioeconômicas na qual está inserido. Compreender isso, por si mesmo, já representa um movimento de ruptura com a estrutura de dominação vigente.

Como se caracteriza, na prática, o PRONAF, no Baixo Amazonas, do ponto de vista da qualificação e capacitação dos agricultores familiares? Que outras ações de qualificação e capacitação são realizadas na região e quem as desenvolve?

Esta é uma pergunta instigante e, por meio dela, pretende-se mostrar os principais problemas/desafios que os agricultores e suas organizações enfrentam com o PRONAF, particularmente no que diz respeito ao acesso ao crédito e à capacitação e qualificação.

Embora muitas ações tenham por finalidade a capacitação dos agricultores, são recorrentes as reclamações acerca da ineficiência e da descontinuidade dessas ações, o que muitas lideranças sindicais apresentam como uma das causas do tão afirmado crescimento da inadimplência dos agricultores. Certamente a questão é mais complexa: o nível de escolaridade é, em qualquer circunstância um entrave à qualificação, mas para além disso, deve ser considerado a falta de crédito, assistência técnica, monitoramento, infraestrutura, e ainda, a complexidade de uma produção que tem como horizonte a sustentabilidade alimentar e do ecossistema e o mercado.

A ênfase na qualificação e capacitação diz respeito ao entendimento de que o progresso tecnológico modificou as exigências postas ao processo de qualificação, cujo requisito já não diz respeito apenas ao comando e à manutenção de máquinas, mas à concepção, organização e gestão dos processos formativos, como se observa no excerto a seguir: “É necessário encorajar as iniciativas dos dirigentes locais e aperfeiçoar as suas competências de gestão e conhecimentos técnicos, sobretudo em matéria de controle financeiro” (UNESCO, 2006). É nesse sentido, que a orientação à qualificação e capacitação chega ao campo.

Essa orientação reverbera na agricultura, em que o conhecimento técnico está associado à maior produtividade e melhor qualidade da produção, a melhores condições de renda e à fixação do homem no campo.

As organizações dos movimentos sociais que mobilizaram o PRONAF parecem ter consciência de que uma política voltada exclusivamente para os agricultores familiares precisa de crédito, educação e infraestrutura. A educação para os atores sociais era fundamental, tanto que não reivindicavam qualificação e capacitação, mas educação e elevação do nível de escolaridade. Mas que educação, que qualificação e capacitação?

Tomando elementos presentes na discussão sobre educação no campo, considera-se que a expansão das fronteiras agrícolas e do agronegócio, promovida pelo avanço da modernização no campo, não tem implicado a elevação dos níveis de educação no campo, mas favorecido, muitas vezes, a expulsão da terra e o incremento da “tradicional” precarização/degradação da força de trabalho e de formas de produção, sendo a educação diretamente afetada, visto o agronegócio “[...] desenraizar os povos da terra, da cultura e das formas de produção” (ARROYO, 2004, p.95-6).

Afirma-se, de acordo com esse autor, a necessidade de superar a visão do campo como lugar de atrasos e compreendê-lo como espaço de novos processos, com o avanço da consciência dos direitos básicos (terra, trabalho, vida, saúde, alimentação, educação), processado em meio às constantes lutas pela terra e da própria vulnerabilidade de tais direitos no campo. Vale lembrar a luta encampada pelos movimentos sociais no Baixo Amazonas contra o trabalho escravo e o desmatamento (ARROYO, 2004).

Para Arroyo (2004, p. 98), impõe-se a necessidade de equacionar novas políticas públicas para a educação, à luz de uma lógica que considere os valores culturais, as formas de sociabilidade, os modos de produzir, os saberes do campo, pois “Não serão suficientes políticas pontuais, corretivas, compensatórias, mas serão necessárias políticas públicas que tentem dar conta da complexa e esperançadora dinâmica do campo”.

Para o MST, o princípio educativo é o próprio movimento:

Pois é no processo de formação dos Sem-Terra que podemos extrair as matrizes *pedagógicas básicas* para construir uma escola preocupada com a formação humana e com o movimento da história. Mas **é bom ter presente que a pedagogia que forma novos sujeitos sociais e educa seres humanos não cabe numa escola. Ela é muito maior e envolve a vida como um todo** (CALDART, 2004, p. 97). (Grifo nosso).

Nesse sentido, se pode afirmar que as ações de formação, as lutas sociais pela defesa do ecossistema, são elementos necessários à compreensão de que a educação não dever ser

apenas no campo, mas, sobretudo, do campo, por tratar-se de uma educação que deve congrega conteúdos e práticas pedagógicas que respondam à realidade dos sujeitos que dela fazem parte. Nesse sentido, a terra é elemento principal, como espaço de vida, trabalho, construção de identidade.

Restam algumas questões: partindo da dimensão conflituosa das políticas públicas, escreve Abranches (1987) que se política fosse contrato, as políticas de Estado *fariam parte das obrigações coletivas do Estado*, mas política é conflito, e as políticas públicas fazem parte das mediações para “[...] reduzir os antagonismos e projetá-lo em um movimento positivo” (p. 10). No governo Lula, a partir de 2003, foi acrescido à política de desenvolvimento rural sustentável a dimensão territorial e solidária, como já confirmado. Mas, em que consta a qualificação e capacitação nas políticas públicas e sociais? Depara-se com os dilemas e as contradições dessas políticas, visto ser proposto fazer uma coisa e realizar outra. A política propõe promover o desenvolvimento territorial sustentável, solidário, valorizar os saberes dos territórios, melhorar os níveis de renda e promover a inclusão social, por meio do crédito e da qualificação e capacitação, o que indica que não se trata de um “cursinho” qualquer. Mas como promover tudo isso? Que conteúdos deveriam encampar essa qualificação e capacitação, que carga horária?

Mesmo que a qualificação e capacitação encampem conteúdos que levem em conta os valores, culturas, saberes, formas de produção e modos de sociabilidade daqueles povos, seria isso suficiente? Seria essa a missão das políticas públicas?

As informações e opiniões trazidas pelos profissionais e atores sociais da EMATER, do STTR e do CEFT-BAM demonstram as dificuldades, limitações ou mesmo a inexistência de um projeto agrícola para a região.

A entrevista com Emanuel, funcionário da EMATER, demonstra que:

A agricultura na região é desarticulada, ela não se insere dentro de um arranjo produtivo local em que todos os atores, cumprindo suas responsabilidades, fazem com que o arranjo funcione. **É como uma pizza fatiada, onde uma fatia recebe em certo momento um apoio do governo e o resto fica esquecido**. Então, geralmente, são apoios pontuais que se diluem no todo, não fazendo com que o resultado final fosse o desejado, porque depende do **crédito, pesquisa, assistência técnica, infraestrutura, treinamento** [...]. Vamos dizer, quando chega o treinamento da agricultura familiar, geralmente o treinamento aparece como meta: Esse ano nós vamos dar tantos treinamentos. **Fez o treinamento, acabou. Não há um acompanhamento efetivo daquilo dentro da cadeia produtiva, dentro das associações de produtores** (EMANUEL). (Grifo Nosso).

No depoimento acima, pode-se, claramente, perceber que a agricultura na região depende do “**crédito, pesquisa, assistência técnica, infraestrutura, treinamento**”. Essa

demanda encontrou amparo na proposta do PRONAF e deve estar presente nos planejamentos dos Conselhos.

Sabe-se que as principais estratégias nessas políticas, para promover o desenvolvimento rural sustentável, consistem em unir crédito-capacitação/qualificação/infraestrutura, ou seja, possibilitar o aprimoramento tecnológico e gerencial dos agricultores familiares, por meio de pesquisas e pela difusão de tecnologias, para que, assim, eles possam aumentar a produtividade agrícola e a proteção ao meio ambiente.

O PRONAF é um programa de desenvolvimento da agricultura familiar e integra o Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário. Portanto, faz parte das estratégias de um projeto social, de um plano, no qual o Estado apresenta uma resposta à questão social. Para isso, busca a consolidação de um modelo de desenvolvimento que tem como eixo a preservação do ecossistema (a sustentabilidade), a geração de trabalho e renda e a inclusão social dos agricultores familiares, reunindo, para tanto, qualificação-crédito e infraestrutura. Se for possível falarmos em desarticulação da agricultura na região, a desarticulação, do ponto de vista do PRONAF, está na relação crédito-capacitação e infraestrutura, visto que o PRONAF teve uma expressão significativa relativamente ao montante de crédito no período estudado, na Amazônia, como já demonstrado no capítulo anterior, mas as ações de capacitação e qualificação – emanadas das políticas públicas (PRONAF Capacitação, PLANFOR e PNQ – PlanTeQ-Pará – e ATER's público e privado) – foram fragmentadas, insuficientes e descontínuas, não tendo expressão como elemento estruturante das políticas de desenvolvimento e, para além disso, concorreram para o endividamento dos agricultores, como se pode perceber pelo depoimento da liderança sindical do STTR de Santarém, Sabastião.

O problema é que é difícil capacitar porque você tem que capacitar os trabalhadores com base na aptidão agrícola que eles têm e, hoje, o que o CEFT-BAM e a EMATER já fizeram de capacitação e outros que ainda estão espalhados por aí, você não encontra ninguém capacitado. Essa é uma pergunta que fazemos pra nós mesmos: Por que tanta capacitação e não desenvolve? Tem alguma coisa errada. O que nós entendemos de capacitação é que o produtor vai criar a vaca e tem que ter conhecimento de como cuidar de um animal desses, pra que ele tenha saúde, etc., e não é feito assim. Eu diria que as empresas que fazem a capacitação precisam, primeiro, entender que tem que democratizar o debate de assistência técnica para que os trabalhadores rurais possam emitir as suas opiniões e, a partir daí, pensar nesse processo de capacitação. A capacitação é a chave para abrir as portas do desenvolvimento (SEBASTIÃO).

A realidade do Baixo Amazonas, tal como delineada acima, é preocupante, pois houve qualificação e capacitação, mas ela não é reconhecida pelos atores sociais, pelas lideranças do movimento social diretamente relacionadas ao PRONAF, então vale questionar: primeiro,

como essa qualificação e capacitação foram articuladas (ou não) com outros elementos das políticas de desenvolvimento, crédito e infraestrutura? Segundo, como foi a atuação dos conselhos (estadual e municipal)? Terceiro, como as ações de qualificação e capacitação foram divulgadas? Quarto, o que foi ensinado, qual a carga horária, quem ensinou e como foi ensinado? E, quinto, que resultados concretos foram obtidos?

Ao fazer um panorama das condições da agricultura no município de Santarém – que, segundo o entrevistado, pode ser estendido a toda a região – ele apresenta as dificuldades vivenciadas pelos agricultores e suas organizações concernentes à articulação entre as políticas públicas, a atuação do conselho e qualificação dos agricultores. Para ele, não existe articulação entre as políticas públicas e sociais em Santarém e o conselho funcionou precariamente no período estudado, afirma que essas políticas não têm resolvido, historicamente, os problemas, ao contrário, fragilizam mais as condições de vida daqueles agricultores (a exemplo do FNO). Demonstra, ainda, que os principais problemas desse programa dizem respeito à falta de assistência técnica, *ainda hoje, é em torno de cem famílias para um técnico* (SEBASTIÃO).

Para Celina, o problema não diz respeito apenas à falta de articulação entre as políticas públicas e sociais e à precária atuação do conselho nem mesmo unicamente à capacitação e qualificação, ele é mais profundo, refere-se à educação como um todo, à educação básica e ao nível de escolaridade, como se pode ler a seguir:

Toda dificuldade vem para o meio rural. Então, foi feita uma proposta para melhorar a questão da educação: fazer Escolas-pólos, pra dar condições para o governo municipal melhorar essa questão, juntando as escolinhas e os professores das comunidades próximas todos nas Escolas-pólos e dar condições de transporte. É claro que há riscos, porque se junta gente com costumes diferentes, mas nós vamos administrando aquela situação. Foi para combater o multisseriado, onde só tinha até a quarta série, com uma professora, no horário das sete às onze.

[...] eu sempre discuto que a melhor coisa, pra nós, é estar lá no nosso local de trabalho, desde que dignamente. Os pais dizem que não querem que os filhos sejam agricultores como eles porque as políticas públicas não chegam a contento das pessoas e muitos não sabem administrar o pouco que têm, então eles acham que na cidade eles terão dias melhores, o que não é verdade, porque se as pessoas que têm estudo, qualificação, não consegue emprego, imagine um pobre coitado, que nem oportunidade de ir à escola teve. Nós estamos lutando para que haja infraestrutura para a permanência do agricultor no campo, para que ele não tenha mais essa ilusão (CELINA³).

De acordo com o excerto acima, fica evidente a preocupação da entrevistada com a educação, com a condição das escolas. Ela faz a relação entre as condições das escolas, da

³ Esta entrevistada, representa o CEFT-BAM, na condição de assessora. Trata-se de uma militante com vasta atuação no movimento social da região, tendo representado a FETAGRI-Pa., presidido o STTR de Oriximiná e atuado na AOM-TBAM.

infraestrutura e o PRONAF. Revela a percepção de que se trata de uma linha de crédito muito boa do governo Lula para os assentados e que “seria uma saída se as pessoas o levassem a sério”. Ao fazer essa afirmação, ela se refere aos problemas enfrentados pelos agricultores familiares:

[...] estava saindo 18 mil reais por cada família, com acompanhamento técnico e, se o trabalhador pagar direito, após a carência, que é de 3 anos, ele só vai pagar metade desse dinheiro, a outra metade é o lucro que o governo está dando pra ele. A nossa preocupação é que nem todos levam a sério, principalmente na questão técnica, para fazer esse trabalho. Muito técnico só quer ‘levar o seu’ e o agricultor não tem conhecimento de cobrar o seu direito, pois quando sai o PRONAF, o governo já tirou daquele projeto 1.500 reais pra contribuição técnica de acompanhamento e quando as pessoas não estão preparadas para receber aquele projeto, ele é uma faca de dois gumes: pode ser a saída ou o enterro para o agricultor.

O problema maior é a assistência técnica. A nossa região é muito distante, é um técnico para cada cem agricultores. Agora, imagine como um técnico vai ter condições de acompanhar cem agricultores financiados? Ele vai na área para poder elaborar o projeto, que é o trabalho dele, e o tempo passa e os agricultores reclamam que o técnico não voltou mais pra dar o acompanhamento, e como o agricultor não faz a parte dele, colocam a culpa na falta de acompanhamento. Nós conversamos com eles, pra não irem nessa história, porque se o técnico não fez a parte dele e o agricultor também não, a dívida fica para o agricultor.

[...] Não que os técnicos sejam o problema; é a falta. Nesse novo governo, foi feito concurso público pra aumentar a demanda, mas ainda precisa de muita gente (CELINA).

Dentre as principais dificuldades enfrentadas pela agricultura da região, persiste a falta de pesquisa, de qualificação e assistência técnica e, conseqüentemente, a formação dos agricultores. Os relatórios da EMATER regional de Santarém demonstram quantos quilômetros de ramal foram construídos, quantos poços foram furados, quanto de eletrificação rural e quanto de capacitação foi oferecido. Contudo, não deixa transparecer a formação de uma base agrícola para a qual convergissem todas as ações (EMANUEL). Os relatórios listam as atividades de qualificação, mas os dados referentes aos conteúdos ministrados, quais os programas, metodologias, não estão disponíveis ou não existem. A EMATER local (Santarém) afirma que os dados foram enviados para a unidade regional do órgão, que, por sua vez, informa que os destinou à unidade estadual, e esta, que encaminhou ao MDA. O MDA, por sua vez, informou que os dados estão disponíveis em um programa específico e que a EMATER possui uma senha que lhe permite acessar tais informações. A EMATER, contudo, afirma que o governo passado deixou os dados se perderem⁴.

Quanto à qualificação e capacitação, os relatórios apresentam os cursos que foram ministrados, mas se pode adiantar que o conteúdo dos cursos e a carga horária são incompatíveis e insuficientes se comparados com os objetivos do PRONAF (melhorar a renda

⁴ Os relatórios ficaram em caixas, em uma sala com goteiras, a chuva e a umidade estragaram a grande maioria deles. Os documentos recuperados foram pesquisados.

dos agricultores familiares e promover o desenvolvimento sustentável) e mesmo das políticas de qualificação e capacitação; que esses dados se tornam mais graves quando associados aos recursos técnicos e humanos da EMATER-Pará e Regional (Baixo Amazonas), no período estudado, de 1996 a 2006.

O crédito por si só é insuficiente. Tomando-se como exemplo a produção do abacaxi e da mandioca, dois pólos de muita expressão no município de Santarém, o plantio do abacaxi recebeu significativo financiamento do PRONAF, mas vem apresentando perda de qualidade do produto. Há regiões que produzem 60 a 70 toneladas por ha, enquanto em Santarém se produz dez toneladas. Outro problema é o que fazer desses frutos na safra, já que não há agroindústria, ocorrem muitas perdas vendendo *in natura*. O mesmo problema de queda da produtividade ocorre com a mandioca, havendo comunidades que estão comprando a raiz para fazer farinha, porque o solo empobreceu. Os índios passavam 40 anos, em média, para voltar a trabalhar na mesma área (pousio). Atualmente, a média de repouso da terra feita pelos agricultores familiares é de três anos, afirma Emanuel.

O desenvolvimento é uma ação conjunta de várias instituições [...] quando falamos de **desenvolvimento no campo, nós precisamos falar em pesquisa na Amazônia, em assistência técnica, crédito**, que vem do PRONAF, que é uma fatia desse desenvolvimento; precisamos falar de políticas públicas de incentivos (aí entra a isenção de impostos para o setor) que atrai investimentos e, outra coisa, garantir o preço mínimo. [...] temos que olhar toda a cadeia. Temos um elenco de coisas que têm que ocorrer ao mesmo tempo [...] quando eu coloco somente o crédito como fator de desenvolvimento, a tendência é não dar certo (EMANUEL). **(Grifo nosso)**.

As questões apresentadas pelo entrevistado alargam a dimensão das dificuldades, mas afirma elementos sobre a questão central desta tese, isto é, a qualificação dos agricultores familiares: *o desenvolvimento no campo significa falar em pesquisa na Amazônia, em assistência técnica, crédito. Quando existe apenas o crédito, a tendência é não dar certo. É isso, infelizmente, que ocorre na região, adianta-se.*

4.2 A qualificação e capacitação pela EMATER

A política de Assistência Técnica e Extensão Rural nasceu dos interesses governamentais em promover a modernização da agricultura como parte dos compromissos do Estado brasileiro em industrializar o país.

Resumidamente, as origens da EMATER encontram-se na Associação Nacional de Crédito e Assistência Rural (ABACAR), criada em 1957, responsável pela coordenação das atividades de ATER e que atuava nos Estados por meio da Associação de Crédito e

Assistência Rural (ACAR). Em 1965, foi instituído o serviço de ATER no Estado do Pará, pela criação da ACAR-PARÁ. O governo militar alterou essa organização, substituindo-a, em nível nacional, pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e, nos Estados, pela EMATER. Criou também a Empresa de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), sendo que, em 1976, com a Lei nº 4.669, de 09 de novembro de 1976, foi instituída a EMATER- PARÁ.

A EMATER é uma empresa pública de direito privado responsável pela prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural, portanto, pelos serviços de ATER público, na condição de instrumento das políticas governamentais.

No Estado do Pará, o início do trabalho de ATER deu-se como parte das estratégias para promover a colonização das terras nas margens da Transamazônica, no governo João Batista de Figueiredo.

De acordo com os entrevistados, o trabalho consistia, e ainda hoje consiste, em formação teórica e prática. A EMATER atende à agricultura de modo geral e não apenas aos agricultores familiares. Nos últimos anos, no Baixo Amazonas, o trabalho da empresa está mais voltado aos assentamentos, realizado junto com o INCRA.

A EMATER atende aos agricultores que procuram a empresa para pedir orientação quando têm algum problema relacionado à agricultura; os que precisam de projetos e Carta de Aptidão para terem acesso ao crédito do PRONAF; os agricultores assentados; presta, ainda, assessoria aos sindicatos de trabalhadores rurais e à colônia de pescadores; oferece cursos, quando solicitados nas comunidades, além de se estabelecer parcerias com organizações do movimento social.

Para isso, a empresa deveria contar, em seus quadros, com agrônomos, veterinários, engenheiros de pesca e florestal, sociólogos, assistentes sociais e pedagogos. Entretanto, o período estudado foi marcado por sérias restrições da empresa na região: escritórios sucateados, equipe técnica desfalcada e com os salários defasados e atrasados e sem material de expediente.

Resumidamente, segundo os entrevistados, a atuação da EMATER se dá por meio de projetos que contemplam a dimensão técnica, social e comercial, por meio de cursos, seminários, experiências demonstrativas. Presta orientação no próprio escritório, bem como promove visitas de campo, nas quais realiza demonstrativo de experiências.

No que diz respeito aos PRONAF, a EMATER é responsável pela elaboração dos projetos e pela assistência técnica aos agricultores familiares. Cobra, para esse trabalho, 2%

do valor do projeto de agricultores não assentados⁵ e R\$ 350,00 anual por agricultor assentado. Mas, como é a assistência técnica da EMATER? O que é o proposto e o que tem sido executado junto aos agricultores familiares do Baixo Amazonas, aqueles que pertencem ao PRONAF? Ressalta-se, como já foi apresentado na metodologia, que este estudo diz respeito ao PRONAF, período de 1996 – 2006, e refere-se à qualificação e capacitação dos agricultores familiares, não assentados, no município de Santarém.

Fica explícito, nos documentos e nas entrevistas junto aos técnicos da EMATER, que a essa empresa cabe redigir os projetos de acordo com as aptidões dos agricultores e fornecer assistência técnica, levando em consideração a dimensão técnica, social e comercial. O que significa que a EMATER não deve apenas fazer os projetos, mas assistir aos agricultores, dar-lhes formação, capacitação, qualificação que os torne aptos para produzir e vender a sua produção, em quantidade e qualidade que atendam às demandas do mercado e para suprir suas necessidades básicas.

Quatro questões são fundamentais para um entendimento do trabalho da EMATER no Baixo Amazonas, no que se refere ao PRONAF, que são: primeira, conhecer como a EMATER realizou, no período estudado, a capacitação dos agricultores familiares do município de Santarém que tiveram acesso ao crédito do PRONAF, o custeio e o investimento; segunda, conhecer os conteúdos e a carga horária da qualificação e capacitação oferecida, como é selecionado o público que participou da formação; terceira, conhecer o corpo técnico da empresa e a infraestrutura disponível; e quarta, conhecer a avaliação dos atores sobre esse trabalho (EMATER e STTR e CEFT-BAM).

Como essas questões se entrecruzam, elas serão discutidas conjuntamente.

4.3. Qualificação e capacitação – a realidade da EMATER

As observações, as entrevistas e a pesquisa documental (período de 1996 a 2006) revelaram a EMATER como uma empresa com recursos humanos e materiais insuficientes para atuar na qualificação e capacitação dos agricultores familiares.

Primeiramente, de acordo com a proposta dos ATER's públicos, já apresentados no capítulo anterior, é responsabilidade da EMATER prestar assistência técnica ao público do PRONAF. Ressalta-se, ainda, que, naquela região, a falta de assistência técnica é apontada

⁵ Embora o percentual de 2% constasse no projeto, nem sempre era liberado pelo Banco do Brasil. Os dados que foram levantados junto a esse banco (2003 a 2006) demonstram que não foram liberados valores para a assistência técnica.

pelos entrevistados como uma das causas do endividamento e prejuízos aos agricultores familiares deixados pelo FNO.

Ainda para destacar os compromissos da EMATER com esse programa, destaca-se que o ATER público tem como uma das suas missões o desenvolvimento de tecnologias junto aos agricultores; criar redes de comercialização da produção; estimular a formação de cadeias produtivas e promover o desenvolvimento sustentável.

Resumidamente, vale lembrar os objetivos do PNATER. É com base nesse programa de âmbito federal que se pautam as diretrizes dos ATER's:

Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase nos processos de desenvolvimento endógeno, visando à potencialização do uso sustentável dos recursos naturais [...]

Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma baseado nos princípios da agroecologia [...]

Promover processos educativos, permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando à formação de competências, mudança de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável, através da segurança alimentar e nutricional das famílias.

Objetivos dos ATER's públicos:

- a) construção e execução do desenvolvimento sustentável, por meio de metodologias educativas e participativas, visando ao exercício da cidadania e melhores qualidades de vida;
- b) fortalecer a agricultura familiar por meio de atividades agrícolas e não agrícolas;
- c) contribuir para a diversidade da produção e para a segurança alimentar.

Diante de tais objetivos, a EMATER deveria estar em contato direto com as comunidades, visitá-las, promover cursos, reuniões, encontros e avaliações, demonstrar experiências. Ocorreu que a realidade de infraestrutura da EMATER na região, por si só, já indica a impossibilidade de cumprir tais objetivos.

Diante das características físicas e espaciais da região, é natural que a EMATER precise de um corpo técnico numericamente capaz de atender à população de agricultores familiares, bem como de transporte e de outros recursos materiais (*DVD*, *GPS*, papel, lápis, ferramentas, dentre outros). Entretanto, como se pode observar nos quadros nº 8 e 9, o número de técnicos era insuficiente para aquela realidade.

**Quadro 8 – Escritórios da EMATER no Baixo Amazonas
Alocação de Pessoal
Anos 1996, 2000 e 2006**

MUNICÍPIOS	EQUIPE DE TRABALHO NOS ESCRITÓRIOS DA EMATER											
	AGRÔNOMO			VETERINÁRIO			TÉCNICOS			OUTROS		
	1996	2000	2006	1996	2000	2006	1996	2000	2006	1996	2000	2006
Alenquer	3	2	2	0	0	0	2	2	2	3	2	1
Almerim	1	1	1	0	0	1	1	1	1	0	0	1
Belterra	0	1	1	0	0	0	2	1	2	2	3	3
Curuá	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0
Faro	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Juruti	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	2
Monte Alegre	2	2	2	0	0	1	6	2	5	8	8	4
Óbidos	1	0	1	1	1	1	2	1	1	4	2	3
Oriximiná	0	0	1	1	0	1	1	1	1	4	2	3
Placas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Porto de Moz	0	0	1	0	0	0	1	1	3	0	0	2
Prainha	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	1
Santarém	9	3	2	0	0	0	5	4	5	27	20	20
Terra Santa	0	0	1	0	0	0	1	1	2	2	2	1
Total	17	10	13	2	1	4	23	15	25	54	41	41

Fonte: EMATER PARÁ (pesquisa de campo)

**Quadro 9 – Veículos da EMATER no Baixo Amazonas
Anos 1996, 2000 e 2006**

MUNICÍPIOS	EQUIPE DE TRABALHO NOS ESCRITÓRIOS DA EMATER								
	LANCHAS			CARROS			MOTOS		
	1996	2000	2006	1996	2000	2006	1996	2000	2006
Alenquer	01	01	01	01	02	03	01	02	02
Almerim	01	01	01	01	01	01	01	01	01
Belterra	-	-	-	-	01	03	-	01	01
Curuá	-	-	-	01	01	01	-	01	01
Faro	-	01	01	01	02	02	-	01	01
Juruti	-	-	-	01	01	01	-	-	01
Monte Alegre	-	-	-	01	01	01	-	01	01
Óbidos	-	-	01	01	01	01	-	-	01
Oriximiná	-	01	01	-	01	01	-	01	01
Placas	-	01	01	01	01	01	01	01	01
Porto de Moz	-	01	02	01	-	01	-	01	02
Prainha	-	01	01	01	02	02	01	01	02
Santarém	05	05	06	06	06	08	03	05	05
Terra Santa	-	-	-	01	01	01	-	-	01
Total									

Fonte: EMATER – PARÁ (pesquisa de campo).

Observa-se, no período estudado, “[...] que a empresa estava sucateada, quase fechando” (EMÍLIO). Santarém teve entre 09 e 02 agrônomos, nenhum engenheiro de pesca e nenhum veterinário; em torno de 05 técnicos e 20 funcionários (secretária, motorista, piloto, auxiliar de escritório). É fácil constatar que uma equipe dessa dimensão pouco pode realizar. Ainda, se forem considerados os meios de transporte disponíveis, como se pode observar nos quadros 8 e 9 em que consta que Santarém teve, no período de 1996 a 2006, cinco lanchas, carros, motos suficientes para atender à região, chega-se à conclusão de que o trabalho da EMATER foi limitado, em Santarém e no Baixo Amazonas, pela falta de recursos humanos e técnicos. Ou seja, a análise não pode e nem precisa discorrer sobre outras questões, tais como: concepção de desenvolvimento rural, agroecologia, parcerias, conteúdo da qualificação e capacitação e assistência técnica, uma vez que uma empresa pública de tamanha importância para a produção agrícola se permite chegar a tal estado de abandono. Diante de tamanho descaso, é necessário expor, de alguma forma, a indignação com o desrespeito que atitudes como essa dos gestores públicos despertam.

Conforme informação colhida na própria EMATER, a partir de 2006, essa realidade vem se transformando com a contratação de novos funcionários, melhorias salariais e aquisição de equipamentos⁶.

Os quadros a seguir (nº 10) oferecem uma visão geral dos cursos ministrados pela EMATER em Santarém, no que diz respeito aos PLANFOR, sendo que, a partir de 2002, não constam mais cursos de qualificação ministrados pela EMATER⁷.

O trabalho da empresa foi tão pontual que o número de cursos e o conteúdo destes apenas indicam caminhos percorridos pela empresa, mas não são suficientes para se chegar a alguma conclusão sobre a qualificação e capacitação dos agricultores familiares realizadas por essa instituição.

Destaca-se nos quadros nº 10, a seguir: a ênfase que foi dada pela qualificação à gestão e que os cursos estão voltados para os agricultores assentados.

⁶ Ao se ouvir as observações do diretor sobre as melhorias da EMATER, sendo apontada a nova frota formada por Ford KA, foi questionado se esses carros serviam para a região, e a resposta dada foi sim, porque, apesar de não chegarem a todas as comunidades, tinham manutenção barata, diferente de um carro traçado que as peças são caras.

⁷ A qualificação dos agricultores familiares continuou existindo, mas realizadas por outras organizações, tais como: SEBRAE, SENAT, CEPLAC, dentre outras.

Quadro 10 – Cursos Realizados pela EMATER por meio do PLANFOR, no período de 1996 – 2001.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE PROTEÇÃO SOCIAL
SECRETARIA EXECUTIVA DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL
UNIVERSIDADE DO TRABALHO

MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO PLANFOR/PA

Ano	Município	Executor	Projeto	Curso	Turmas	Treinandos
1996	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E AUTOGESTÃO	1	25
1996	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E AUTOGESTÃO	1	25
1996	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E AUTOGESTÃO	1	25
1996	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E AUTOGESTÃO	1	25
1996	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E AUTOGESTÃO	1	25
1996	SANTARÉM	EMATER	PESCA	BENEFICIAMENTO DO PESCADO	1	20
1996	SANTARÉM	EMATER	PESCA	BENEFICIAMENTO DO PESCADO	1	20
1996	SANTARÉM	EMATER	PESCA	CONSERVAÇÃO DO PESCADO NAS EMBARCAÇÕES	1	25
1996	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	HORTICULTURA	1	30

1996	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	HORTICULTURA	1	30
1996	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	MANEJO DE REBANHOS E PASTAGENS	1	20
1996	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	MANEJO DE REBANHOS E PASTAGENS	1	20
1996	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	PROCESSAMENTO DE CEREAIS E TUBÉRCULOS	1	20
1996	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	PROCESSAMENTO DE FIBRA VEGETAL	1	20
1996	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	PROCESSAMENTO DE FIBRA VEGETAL	1	20
1996	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	PROCESSAMENTO DE FIBRA VEGETAL	1	20
1996	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	PROCESSAMENTO DE FIBRA VEGETAL	1	20
1996	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	PROCESSAMENTO DE FIBRA VEGETAL	1	20
1996	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	PROCESSAMENTO DE FIBRA VEGETAL	1	20
1996	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	PROCESSAMENTO DE FIBRA VEGETAL	1	20
1996	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	PROCESSAMENTO DE FIBRA VEGETAL	1	20
<i>TOTAL GERAL – ANO 1996</i>					<i>20</i>	<i>450</i>

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE PROTEÇÃO SOCIAL
SECRETARIA EXECUTIVA DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL
UNIVERSIDADE DO TRABALHO

MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO PLANFOR/PA

Ano	Município	Executor	Projeto	Curso	Turmas	Treinandos
1997	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E AUTOGESTÃO	1	20
1997	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E AUTOGESTÃO	1	20
1997	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E AUTOGESTÃO	1	20
1997	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E AUTOGESTÃO	1	20
1997	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E AUTOGESTÃO	1	20
1997	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E AUTOGESTÃO	1	20
1997	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	HORTICULTURA	1	20
1997	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	PROCESSAMENTO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL	1	20
<u>TOTAL GERAL - ANO 1997</u>					<u>8</u>	<u>160</u>

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE PROTEÇÃO SOCIAL
SECRETARIA EXECUTIVA DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL
UNIVERSIDADE DO TRABALHO

MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO PLANFOR/PA

Ano	Município	Executor	Projeto	Curso	Turmas	Treinandos
1998	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E AUTOGESTÃO	1	20
1998	SANTARÉM	EMATER	COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS	HORTICULTURA	1	20
<u>TOTAL GERAL - ANO 1998</u>					<u>2</u>	<u>80</u>

1999	SANTARÉM	EMATER		PROGRAMA DE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR	1	20
1999	SANTARÉM	EMATER		SISTEMAS AGROFLORESTAIS	1	20
1999	SANTARÉM	EMATER		SISTEMAS AGROFLORESTAIS	1	20
1999	SANTARÉM	EMATER		SISTEMAS AGROFLORESTAIS	1	20
1999	SANTARÉM	EMATER		SISTEMAS AGROFLORESTAIS	1	20
<u>TOTAL GERAL - ANO 1999</u>					<u>14</u>	<u>280</u>

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE PROTEÇÃO SOCIAL
SECRETARIA EXECUTIVA DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL
UNIVERSIDADE DO TRABALHO

MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO PLANFOR/PA

Ano	Município	Executor	Projeto	Curso	Turmas	Treinandos
2000	SANTARÉM	EMATER - QUAL.		APLICAÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS	1	20
2000	SANTARÉM	EMATER - QUAL.		COMERCIALIZAÇÃO E MARKETING / CONSULTORIA	1	1
2000	SANTARÉM	EMATER - QUAL.		ELABORAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS / CONSULTORIA	1	1
2000	SANTARÉM	EMATER - QUAL.		MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	1	20
2000	SANTARÉM	EMATER - QUAL.		PPOAV / CAFÉ	1	20
<u>TOTAL GERAL - ANO 2000</u>					<u>5</u>	<u>62</u>

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE PROTEÇÃO SOCIAL
SECRETARIA EXECUTIVA DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL
UNIVERSIDADE DO TRABALHO

MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO PLANFOR/PA

Ano	Município	Executor	Projeto	Curso	Turmas	Treinandos
2001	SANTARÉM	EMATER	ASSENTADOS	ALIMENTAÇÃO ALTERNATIVA	1	20
2001	SANTARÉM	EMATER	PLANO MUNICIPAL DE QUALIFICAÇÃO	APLICAÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS	1	20
2001	SANTARÉM	EMATER	PLANO MUNICIPAL DE QUALIFICAÇÃO	APLICAÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS	1	20
2001	SANTARÉM	EMATER	PLANO MUNICIPAL DE QUALIFICAÇÃO	ARMAZENAGEM DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	1	20
2001	SANTARÉM	EMATER	PLANO MUNICIPAL DE QUALIFICAÇÃO	CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1	20
2001	SANTARÉM	EMATER	PLANO MUNICIPAL DE QUALIFICAÇÃO	CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1	20
2001	SANTARÉM	EMATER	PLANO MUNICIPAL DE QUALIFICAÇÃO	COMPOSTAGEM ORGÂNICA	1	20
2001	SANTARÉM	EMATER	PLANO MUNICIPAL DE QUALIFICAÇÃO	HORTICULTURA DE FLORICULTURA E JARDINAGEM	1	20
2001	SANTARÉM	EMATER	ASSENTADOS	HORTICULTURA DE PLANTAS MEDICINAIS	1	20
2001	SANTARÉM	EMATER	PLANO MUNICIPAL DE QUALIFICAÇÃO	IRRIGAÇÃO ALTERNATIVA	1	20
2001	SANTARÉM	EMATER	PLANO MUNICIPAL DE QUALIFICAÇÃO	NOÇÕES DE IMPLANTAÇÃO DE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR - PROGRAMA DE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR	1	20
2001	SANTARÉM	EMATER	PLANO MUNICIPAL DE QUALIFICAÇÃO	PISCICULTURA	1	20
<u>TOTAL GERAL - ANO 2000</u>					<u>12</u>	<u>240</u>

Fonte: Secretaria de Trabalho do Estado do Pará (SETEP).

Retomando a discussão sobre a qualificação, existe consenso, entre os entrevistados, de que a qualificação e a assistência técnica oferecidas pela EMATER foram insuficientes:

[...] Nós temos uma dificuldade com qualificação e assistência técnica, que a gente tem buscado muito. Numa reunião, um técnico informou que quando os técnicos não iam lá, eles mandavam uma carta, mas quem vai ler essa carta? Meu pai era analfabeto, como ele ia ler? [...] e, mesmo que isso fosse possível, a linguagem seria muito técnica. Nós temos o nosso conhecimento de cultivo, faltava potencializar mais com a assistência técnica. Houve muita dificuldade. Pro PRONAF funcionar, primeiro tinha que diminuir, um pouco, a questão burocrática. Depois de muita luta, agora que conseguiram que o INCRA fizesse um convênio com a EMATER. O órgão que dá o licenciamento oficial não é o IBAMA, é a SEMA, e há dificuldade para o agricultor se deslocar até aqui pra tirar licenciamento, pra fazer desmatamento, e alguns se revoltam porque não tem licenciamento, e alguns estão sendo feitos pela EMATER através de um convênio com o INCRA, com a SEMA, tudo muito recente. (SÔNIA).

Ao se questionar sobre a capacitação e a assistência técnica oferecida pela EMATER, obteve-se esse depoimento:

“Isso ocorre bem pouco aqui [...]. Chegava na reunião era aquela desculpa: o técnico jogava a culpa no agricultor, porque este era preguiçoso, o agricultor dizia que não tinha acompanhamento técnico, e ficava um jogo de empurra [...]”, relatou Celina, assessora do CEFT-BAM, que já foi representante da FETAGRI no Baixo Amazonas.

De acordo com os relatórios da EMATER, como já demonstrado no capítulo III, foram realizados cursos de capacitação em parceria com o PLANFOR, nos anos de 1996 a 2001, no município de Santarém, sendo que nos anos seguintes (2003 a 2006), primeiro governo Lula, não constam nos arquivos da Secretaria Estadual de Trabalho e Renda, cursos de qualificação no município de Santarém, realizados pela EMATER.

Nos quadros nº 11, a seguir, são apresentados cinco Planos de Cursos realizados entre a Plano de Educação Profissional e a EMATER, únicos disponíveis nos relatórios da EMATER regional de Santarém para a EMATER Pará, do ano de 1999 e 2000. A partir de então, nos relatórios anuais da EMATER de 2001 a 2003, constam apenas de dados muitos genéricos que não explicitam como as atividades foram realizadas, como pode ser observado a seguir:

a) Relatório de Atividades da EMATER–Pará, 2000 – Implantação do Projeto CAFÉ em Santarém, comunidade Jacamim, para instalação de uma Agroindústria, com a verticalização da cultura do Café;

b) Relatório de Atividades da EMATER–Pará, 2001 – Colheita de 30 hectares de açaí, produção de 24.000 latas;

c) Relatório de Atividades da EMATER-Pará, 2002 – Região do Oeste do Pará – investimento no valor de R\$ 1.335.798,00;

d) Relatório de Atividades da EMATER-Pará, 2003 – aplicação de R\$ 32.279.058, - investimento no Baixo Amazonas no valor de R\$ 7.247.616, 25.

Do ponto de vista dos cursos de qualificação realizados pela EMATER *versus* PEP, podem-se verificar, ainda, os conteúdos ministrados no Baixo Amazonas e, particularmente, em Santarém, no ano de 1999. Cumpre informar que foram vinte turmas, com 25 alunos cada uma, com um total de 500 agricultores qualificados e capacitados.

Quadro 11 – Cursos com recursos do PLANFOR – Ano 1999
11.1 Curso: ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E AUTOGESTÃO
BAIXO AMAZONAS/ Placas, Prainha, Santarém

Objetivos Específicos do Curso	Carga Horária	Conteúdo Programático	Resultado Esperado
		P/ Habilidade HB, HE, HG	
<p>Promover discussão e reflexão em torno das tendências da economia e seus efeitos sobre a agricultura familiar;</p> <p>Transferir conceitos básicos fundamentais ao entendimento da realidade, bem como a descoberta de alternativas ao desenvolvimento da agricultura familiar;</p> <p>Estimular a utilização do inventário patrimonial como ferramenta básica ao processo de administração de propriedade;</p> <p>Dotar os agricultores de informações e técnicas, que permitam, além de uma análise crítica, um redirecionamento de ações em torno do processo produtivo, planejamento da propriedade, comercialização da produção, de forma que os mesmos possam auferir maiores ganhos, via otimização de recursos e aumento da produtividade;</p> <p>Analisar conjuntamente os pressupostos de organização rural vivenciados pelos participantes e sua influência no contexto socioeconômico.</p>	HB 10h	<p>HABILIDADES BÁSICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Tendências da economia mundial e globalização; ❖ Efeitos da economia mundial na agricultura familiar; ❖ Unidade de produção familiar; ❖ A importância do associativismo e cooperativismo para a agricultura familiar; ❖ História do associativismo e cooperativismo no Pará; ❖ O cooperativismo em tempo de globalização, seu papel no desenvolvimento rural sustentável; ❖ A globalização cooperada e o autodesenvolvimento para a transformação social. 	<p>Ao final do curso os participantes terão ampliados seu poder de percepção crítica da realidade; terão condições de melhor administrar suas propriedades, através de técnicas adequadas de planejamento rural apropriados às Unidades de Produção Familiar; deverão ser capazes também de minimamente ter condições de influenciarem na elaboração de projetos de interesse das comunidades.</p>

	HG 30h	<p>HABILIDADES BÁSICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Finalidades; ❖ Questões que a administração rural responde; ❖ Administração e planejamento rural; ❖ Noções sobre o levantamento patrimonial (T&P); ❖ Resultados do levantamento patrimonial e importância na administração (T&P); ❖ Análise de processo produtivo: elaboração dos custos de produção; ❖ Elaboração de orçamentos parciais e globais; ❖ Fases do Planejamento (T&P); ❖ A comercialização no planejamento da empresa agrícola; ❖ Análise e avaliação da propriedade; ❖ Importância da administração e planejamento na UPF; ❖ Importância da autogestão; ❖ Processos e mecanismos de gestão; ❖ Como criar uma associação ou cooperativa; ❖ Direitos e deveres do associado; ❖ Função estratégica do cooperativismo para comercialização e transformação de produtos; ❖ Créditos existentes: PRORURAL (FNO ESPECIAL), PRONAF, PROGER, PROAGRIN. Normas operacionais, enquadramento e acesso; ❖ Noções básicas de elaboração de projetos; ❖ Exercícios de elaboração de projetos. 	
--	---------------	---	--

**Quadro 11.2 – PLANTAS MEDICINAIS
BAIXO AMAZONAS/ Monte Alegre, Santarém**

Objetivos Específicos do Curso	Carga Horária	Conteúdo Programático	Resultado Esperado
		P/ Habilidade HB, HE, HG	
<p>HABILIDADES BÁSICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Discutir o conteúdo programático do curso em relação à realidade local; ❖ Identificar as partes que compõem os vegetais; ❖ Noções de higiene no trabalho. <p>HABILIDADES ESPECÍFICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Identificar plantas que curam de modo seguro; ❖ Conhecer os diferentes nomes pelos quais são conhecidas as espécies; ❖ Aprender técnicas de coleta e secagem; ❖ Identificar com segurança as partes das plantas que contêm o princípio ativo para maior eficácia do tratamento; ❖ Conhecer as formas de utilização das plantas que curam; ❖ Conhecer e saber que existem plantas que causam 	<p>HB 04h</p> <p>HE 32h</p>	<p>HABILIDADES BÁSICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Apresentação do programa de curso e adequação do mesmo à realidade local; ❖ Aspectos botânicos; ❖ Formas de manipulação e limpeza dos produtos. <p>HABILIDADES ESPECÍFICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Reconhecer as plantas que curam; ❖ Quando coletar, como secar; ❖ Partes utilizáveis; ❖ Formas de utilização; ❖ Beneficiamento inicial de plantas para obtenção de matéria- prima às farmácias de manutenção; ❖ Transformar plantas em balas, bombons, infusões, xaropes e pós para comercialização local; 	<p>Ao final do curso, os participantes deverão ser capazes de proceder a identificação e o processamento inicial de espécies vegetais de comprovada utilidade farmacêutica, fabricando produtos de simplificada transformação, além de comercializar com farmácias de manipulação, produtos semibeneficiados.</p>

<p>efeitos colaterais;</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Conhecer as quantidades exatas na preparação e utilização do fitoterápico; ❖ Conhecer técnicas de armazenamento a fim de garantir boa qualidade do produto. <p>HABILIDADES DE GESTÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Dar noções sobre o funcionamento do mercado dos medicamentos naturais de uso farmacêutico; ❖ Abordar as atividades das farmácias de manipulação; ❖ Discutir o acondicionamento apropriado a cada produto; ❖ Conhecer as diversas formas de organizações e seu funcionamento. 	<p>HG 04h</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Contraindicações; ❖ Quantidade a tomar e utilizar; ❖ Armazenamento; ❖ Medidas caseiras; ❖ Plantas usadas na região, nome vulgar, científico, indicações, etc. <p>HABILIDADES DE GESTÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Processo de comercialização de fitoterápicos; ❖ Mercado dos produtos naturais de uso farmacêutico; ❖ Importância e tipos de embalagens para comercialização de fitoterápicos; ❖ Legislação para comercialização de fitoterápicos; ❖ Formas organizativas. 	
--	----------------------	--	--

**Quadro 11.3 – PROCESSAMENTO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL
BAIXO AMAZONAS/ Curuá, Santarém**

Objetivos Específicos do Curso	C H	Conteúdo Programático	Resultado Esperado
		P/ Habilidade HB, HE, HG	
<p>HABILIDADES BÁSICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Refletir sobre o processo de integração homem/natureza; ❖ Compreender o homem como ser natural inserido no processo produtivo; ❖ Compreender como ocorre o processo mútuo de transformação do mundo e relação de trabalho; ❖ Refletir criticamente sobre fatores socioeconômicos, culturais e políticos e seus efeitos na relação homem/mundo/trabalho. <p>HABILIDADES ESPECÍFICAS: DERIVADOS DO LEITE</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Histórico; ❖ Valor nutricional; ❖ Composição; ❖ Cuidados na ordenha; ❖ Transporte e conservação; ❖ Pasteurização e acidez; ❖ Coagulação; ❖ Utensílios e equipamentos básicos; ❖ Higiene e cuidado pessoal; ❖ Métodos de conservação dos produtos; ❖ Tecnologia de fabricação do: queijo de minas- 	HB 06h	<p>HABILIDADES BÁSICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Visão de mundo, interferências de fatores socioeconômicos, políticos e culturais; ❖ A questão da cidadania: Consciência e resgate; ❖ A problemática da desigualdade social e sua superação; ❖ Buscar condições para sobrevivência relações interpessoais; homem/natureza e o processo de transformação; bases de relação social; força de trabalho e o processo produtivo; meios de produção; produção e tecnologia. 	<p>Ao final do curso, os participantes deverão ter capacidade de melhor compreender a realidade na qual estão inseridos, com vistas à adequação dos modelos de exploração de cultivos ora praticados, tendo a possibilidade de auferir maior renda, através do processamento dos produtos, reduzindo a agressão ao meio ambiente.</p>
	HE 24h	<p>HABILIDADES ESPECÍFICAS: DERIVADOS DO LEITE</p> <p>História e origem dos queijos; Vitaminas, minerais, proteínas e importância nutricional para o homem; Gordura, caseína, carboidratos, entre outros componentes do leite;</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Trato do animal; ❖ Local, utensílios, forma de ordenha; ❖ Cuidados com o calor; 	

<p>frescal; queijo de minas- padrão; queijo Quark; queijo <i>petit suisse</i>; queijo mussarela; queijo provolone; queijo cacci cavalo; queijo requeijão de corte; queijo requeijão cremoso; queijo ricota; queijo parmesão; queijo condimentado; queijo fundido; iogurte; doce de leite cremoso; manteiga; leite condensado; bebida láctea.</p> <p>EMBUTIDOS E DEFUMADOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Repassar aos agricultores experiência teórico/práticas de embutidos e defumados, possibilitando atender à fatia do mercado que encontra-se em fase de expansão; ❖ Definir meios de inserir a agricultura familiar, organizada de forma adequada, no disputado mercado dos embutidos e defumados. <p>CASA DE FARINHA</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Dotar os treinandos de técnicas capazes de viabilizar a produção de derivados de mandioca, de modo a atender às exigências atuais e futuras do mercado consumidor; ❖ Discutir formas de melhor aproveitamento da mão-de-obra familiar, com vistas a reduzir os desperdícios de tempo e consequente desgaste físico. <p>PROCESSAMENTO DE FRUTAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Transferir conhecimentos relativos a processamento de frutas tropicais, com vistas a permitir que o agricultor familiar possa ter acesso ao mercado, com produtos de qualidade, dentro dos padrões técnicos específicos ao setor; ❖ Discutir espaços no mercado das frutas industrializadas em nível local, nacional e internacional. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Tambores adequados para transporte; ❖ Tempo de resistência do leite <i>in-natura</i>; ❖ Pasteurização e esterilização; ❖ Ação das bactérias como causas; ❖ Teste de acidez (grau Domic); ❖ Utilização de fermento láctico; ❖ Aplicação de coalho industrializado; ❖ Utensílios e equipamentos; ❖ Limpeza do local; ❖ Assepsia das mãos e utensílios; ❖ Controle de pragas no local de produção; ❖ Maus hábitos pessoais; ❖ Embalagens; ❖ Técnicas e procedimentos de industrialização e conservação de queijos diversos. <p>EMBUTIDOS E DEFUMADOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ O mercado dos embutidos e defumados; ❖ Preparo das instalações; ❖ Aquisição de ingredientes e condimentos; ❖ Preparo dos treinandos; ❖ Espostejamento ou desmanche; ❖ Processamento; ❖ Defumação; ❖ Armazenagem; ❖ Controle de qualidade. <p>CASA DE FARINHA</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ O mercado de derivados de cereais e tubérculos; ❖ Tecnologia de cultivo da mandioca; ❖ Unidade de beneficiamento da mandioca; ❖ Utilização e conservação dos equipamentos; 	
--	---	--

<p>HABILIDADE DE GESTÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Transferir conhecimentos em administração básica, para gerenciamento adequado à propriedade; ❖ Estimular o processo de exploração/comercialização conjuntivas, como forma de fortalecimento da categoria e o alcance de maiores rendas; ❖ Melhorar a apresentação do produto. 	<p>HG 10h</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Técnicas de extração do amido e fabricação da farinha de tapioca; ❖ Fabricação de farinha; ❖ A ergonomia no processamento da mandioca. <p>PROCESSAMENTO DE FRUTAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Agroindústria e o processamento de verticalização da produção; ❖ Valor nutritivo das frutas; ❖ Técnicas de esterilização dos envasados; ❖ Preparo de infusão, xarope e mistura; ❖ Preparo de frutas tropicais e utilização em: calda, manjar, bolo, balas, aluá, doces, etc; ❖ Métodos de acondicionamento; ❖ Métodos de conservação; ❖ Tipos de embalagens. <p>HABILIDADES DE GESTÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Administração do empreendimento: contabilidade básica; cuidados relevantes; relação custo/benefício/trabalho; ❖ Potencial do mercado; ❖ Embalagem/acondicionamento; ❖ Qualidade do produto; ❖ Formas de organização de agricultores. 	
--	----------------------	---	--

<p>HABILIDADE DE GESTÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Discutir as práticas associativas e estratégicas de autogestão, suas possibilidades e seus limites num contexto global. 	<p>HG 10h</p>	<p>HABILIDADES DE GESTÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Agregação de valor aos produtos oriundos da floresta e ou sistemas autossustentável; ❖ Gestão da propriedade num sistema integrado da produção familiar; ❖ Enfoque sobre a administração da produção; ❖ Racionalização da força de trabalho familiar; ❖ Gerenciamento adequado ao tipo de sistema praticado; ❖ Trabalho coletivo; ❖ Relação com mercado; ❖ Valorização dos produtos naturais-selo verde; ❖ Perspectivas e estratégias de acesso ao mercado; ❖ Formação dos preços dos produtos; ❖ Participação organizacional; ❖ Cooperativismo alternativo. 	
--	----------------------	--	--

Fonte: Plano de Educação Profissional – EMATER – PARÁ - 1999

**Quadro 11.5 – Plano de Educação Profissional
 PROG AGROINDUSTRIA FAMILIAR
 Município de Santarém
 EMATER – PARÁ
 2000**

Objetivos Específicos do Curso	Carga Horária	Conteúdo Programático	Resultado Esperado
		P/ Habilidade HB, HE, HG	
Elaborar um projeto técnico para implantação de uma agroindústria de processamento de café.	60 h	HABILIDADE DE GESTÃO	Obter o projeto devidamente elaborado para posterior envio às fontes financiadoras.
Prestar consultoria na área de comercialização, marketing e licenciamento.	80 h	HABILIDADE DE GESTÃO	

Fonte: EMATER – PARÁ.

Considerando o ano de 1999 como referência, visto que os relatórios seguintes não dispunham de plano de curso, chama atenção:

1. A divisão do curso em habilidades: a) Habilidades Básicas; b) Habilidades Específicas e C) Habilidades de Gestão;
2. A Carga Horária;
3. A quantidade e a qualidade dos conteúdos;
4. O número de turmas de participantes.

Infelizmente não se dispõe de um dado importante: a relação dos participantes do curso; quanto aos instrutores, é sabido que foram os técnicos da EMATER.

4.4. Qualificação e capacitação pelos movimentos sociais no Baixo Amazonas

Historicamente, os movimentos sociais atuam na defesa de direitos, de justiça e de cidadania e, mesmo sem promoverem transformações estruturais na sociedade, interferem na relação de poder e contribuem para a formação da identidade dos seus membros. Eles se constituem em canais de disputa de poder, de barganha e de afirmação de identidades.

Muitos dos movimentos sociais atuais, dentre esses os do Baixo Amazonas, nas últimas décadas, atuam em torno de questões decorrentes do desenvolvimento capitalista, contra as consequências da pobreza, no sentido de criar formas alternativas de geração de trabalho e renda, de defesa do meio ambiente e do biopoder (FRANK E FLUENTES, 1980, GOHN, 2008).

Muitos movimentos sociais atualmente atuam nas agendas das políticas públicas e sociais, na condição de parceiros, de articuladores e executores dessas políticas, o que significa que mudaram as formas de mobilização, de luta, bem como os atores sociais. Em diversos movimentos sociais, as mobilizações se dão de cima pra baixo, as orientações e as agendas emanam dos gabinetes dos governos.

Mobilizados em torno de questões sociais e do Desenvolvimento Sustentável, a atuação de algumas organizações e entidades, especificamente no Baixo Amazonas, tem se caracterizado pelo atendimento à pobreza, no intuito da geração de renda e da preservação do meio ambiente, no sentido da constituição de um modelo alternativo de desenvolvimento que supere o descaso e o abandono do Estado.

A história dos movimentos sociais na região mantém estrita relação com a Igreja Católica, pois, se por um lado “[...] as igrejas buscam adequar os sujeitos às normas sociais, por outro, muitos movimentos sociais de cunho religiosos militam na luta pela terra e pelo

direito ao trabalho humano com dignidade [...]” (MENEZES, 2007, p. 331). Foi possível observar, embora não seja esta uma questão nesta tese, que inúmeras lideranças comunitárias com as quais se teve contato possuem uma base de formação oriunda da Igreja Católica.

No que se refere aos STTR's, a história pode ser assim contada:

Isso é uma história da região ou do Estado contada dessa natureza, porque os Sindicatos surgiram na mão dos grandes, que não queriam abrir mão de uma entidade que não pertencia a eles, e quando o trabalhador ia procurar seu direito, eles, do sindicato, negavam, quer dizer, os verdadeiros trabalhadores rurais não encontravam apoio e achavam que o Sindicato não valia nada e nós descobrimos que o Sindicato é uma ferramenta dos trabalhadores e não podíamos deixar na mão de quem estava dominando eles. Em 1990, nós conseguimos o Sindicato [...] e **começou nossa luta na questão da demarcação de terras, de titulação, educação de melhor qualidade [...] Nossa luta começou dentro da Igreja Católica, começando com trabalhos de base [...]** (Celina) **Grifo nosso**.

Realmente, a história da região e do Estado pode ser contada pela organização e luta dos movimentos sociais, pela organização dos agricultores: na luta pela titulação de terra, por educação, por saúde, transporte, vicinais, dentre outras.

Quando, por exemplo, o entrevistado afirma as bandeiras de luta do STTR: “a demarcação de terras”, a “titulação” e a “educação de qualidade”, ele apresenta questões que se inscrevem na luta por cidadania e aponta para a dimensão de organização e luta (que transcendem o local), de caráter nacional, que fazem parte de uma ampla rede de mobilização no sentido de amenizar os conflitos decorrentes dessas questões.

O movimento social não ficou restrito ao sindicalismo no BAM, outras formas de organização foram surgindo na lacuna deixada pelo Estado quanto ao atendimento à pobreza na região, de forma que, como se poderá averiguar no quadro abaixo, a formação, a qualificação, a titulação das terras, a capacitação e a geração de renda são as características preponderantes no que se refere à atuação das entidades. O quadro a seguir tem por objetivo evidenciar as organizações existentes na região e sua caracterização, bem como os parceiros e os principais projetos.

**Quadro 12 - MOVIMENTOS SOCIAIS NO BAIXO AMAZONAS
ESTADO DO PARÁ
Ano 2009**

CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES				ATUAÇÃO 1996 - 2006			
Denominação	Fundação Ano	Área de atuação	Associadas		Projetos	Parcerias	Abrangência
			Entidades	P. físicas			
AOMT-BAM	1986	- Capacitação e formação; - Organização de mulheres; - Geração de renda.	39		- Direitos das mulheres “Lei Maria da Penha”; - Seminários; - Cadeia produtiva da mandioca.	MAIS.	Baixo Amazonas
AZ-20	1995	- Capacitação; -Crédito.		8.000	- Capacitação.	SAGRI-PA; SAGRI –SANTAREM; MDA; EMATER.	
CEAPAC	1985	- Assessoria a organizações comunitárias; - acompanhamento técnico à agricultura familiar; - Elaboração e produção de materiais pedagógicos, etc..	56		- Comercialização verde; - Promanejo 025; Uirapuru – AID 7199/MAIS/BRA; Implantação de SAF’s - PDA 767; Projeto Jovem no Campo – PADEQ; Curauá – fibra do desenvolvimento;	Banco Mundial; Cooperazione Italiana -GTZ – PDA IBAMA/MMA – PPG7. Promanejo.	Santarém Oriximiná; Monte Alegre; Aveiro; Alenquer; Óbidos.

					PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.		
CEFT-BAM	1996	- Formação técnica e políticas de trabalhadores e trabalhadoras; - Fomento ao trabalho aumento da renda familiar; - Articulação e mobilização de trabalhadores (as).	76		Transição para Implementação da Agricultura Familiar no Baixo Amazonas; UIRAPURU; UPBAM; Todas as Letras; Enxame I, II; Produções Agroecológicas; Curupira; PROFOR BR 163; GESTAR.	ISCOS; MAIS; UFPA; UFRA; CUT; FUNDO DEMA; PETROBRÁS; GTA; MMA; DED; EMATER; BANCO MUNDIAL.	Aveiro; Alenquer; Almeirim; Belterra; Curuá; Faro; Itatuba; Juruti; M. Alegre; Óbidos; Oriximiná; T. Santa; Trairão .
FUNDAC	1998	- Reforma urbana; - Formação.	60				
GTA	1998	- Divulgação – mídia; - Informação.	62		PROFOR BR 163	FETAGRI; IPAM; STTR.	Baixo Amazonas.
IPAM		- Gerar informações Científicas; - Formar recursos humanos;			Programas: - Floresta Comunidade; - Mudança Climática;		

	1991	- Contribuir com as políticas públicas que sirvam de base para um futuro ambientalmente mais saudável e socialmente mais justo para a região Amazônica.			- Planejamento Regional; - Manejo de Várzea; - Cenários para a Amazônia; - Biodiversidade Amazônica.		
PSA	1982	Desenvolvimento comunitário integrado e sustentável.	150		- Organização e - Gestão Saúde Comunitária; - Economia da Floresta; - Educação, Cultura e Comunicação.	Konrad. BNDES; NÚCLEO OIKOS; Regione Lazio Terre dès Hommes PETROBRÁS; FORD FOUNDATION; WIR HELFEN.	Santarém.
STTR	1982	Formação, orientação, titulação de terra, luta por direitos		40.000		MDA M TE SAGRI EMATER	Santarém
FOQS	1996	- Formação e capacitação de lideranças; - Direitos e deveres.	10			STTR; CEFT-BAM; FAMCOS; Ordem Franciscana e Diocesana.	Santarém.

Fonte: Pesquisa de Campo

Trata-se de entidades sem fins lucrativos, de base regional, com exceção da Z-20, FANCOS e STTR, que têm atuação municipal (Santarém), mas todas com sede nesse município. Essas entidades perseguem os seguintes objetivos em comum: (a) a formação dos trabalhadores; (b) a geração de renda e (c) a preservação do ecossistema.

Os recursos para as organizações atuarem são captados por meio de projetos, obedecendo à concorrência divulgada em editais, da seguinte forma: (1) junto a empresas, pela estratégia da responsabilidade social dessas, a exemplo do Projeto Enxame, financiado pela Petróleo Brasileiro S.A (PETROBRÁS); a empresa que tem como missão o “[...] crescimento e gestão integrada com responsabilidade e respeito à força de trabalho” (PETROBRÁS, 2009); (2) junto a organizações sociais de caráter religioso, a exemplo do Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais (CERIS), organização que tem como missão divulgar a presença da Igreja Católica, promover melhorias das condições de vida dos pobres e excluídos e estimular práticas transformadoras (Cf. CNBB⁸, 2009), que atua junto às organizações de caráter ambientalista; (3) junto ao Governo Federal, por meio de políticas públicas focalizadas, a exemplo do Programa Amazônia sem Fogo e o Projeto Curupira (MMA) e (4) junto a entidades internacionais que atuam em países do Terceiro Mundo, a exemplo do Projeto Uirapuru – projeto implementado pelo CEFT-BAM, CEAPAC com a coparticipação do Movimento pelo Autodesenvolvimento, Intercâmbio e Solidariedade (MAIS) de procedência italiana.

Como é feita a escolha das comunidades que fazem parte de um determinado projeto?
Como é identificada a demanda das comunidades?

Quem define e como se define quem participa dos projetos?

Esses procedimentos têm início com as organizações do movimento social, que, ao tomarem conhecimento dos editais, procuram as entidades filiadas, tais como os sindicatos, associações de mulheres e de agricultores. Essas entidades fazem a indicação da comunidade e definem o público alvo⁹ do projeto.

Ao definir o projeto, define-se também o conteúdo da qualificação e capacitação, o qual deve ser de acordo com a ação a que se propõe. Em seguida, são definidas as famílias a serem beneficiadas, ou seja, o público alvo da qualificação. As turmas têm número limitado, geralmente de 25 a 30 pessoas. Quando alguém que não faz parte do projeto reivindica

⁸ Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

⁹ Nem todos os membros da organização ou de uma comunidade são atingidos pelo projeto, também, nem sempre, o projeto é focalizado em uma só comunidade. Em qualquer situação, quem encaminha as reuniões nas quais serão discutidas as pessoas que farão parte do projeto são as organizações locais filiadas à rede.

participar do curso, a solicitação é submetida à aprovação do grupo e analisada com base em número de vagas e recursos disponíveis no projeto, tais como alimentação, etc.

Ressalta-se que esses projetos, geralmente, têm contrapartida do poder público, com transporte e alimentação. Outra contrapartida vem dos beneficiários, que costumam contribuir com gêneros alimentícios, girando em torno de 50% do valor estipulado no projeto, sendo esses valores repassados em gêneros como peixe, carne, farinha e frutos, durante cursos e encontros realizados.

Importante observar que não há inscrição para participar do projeto, também não são os agricultores que escolhem se fazem ou não a capacitação. Essa escolha ocorre em reunião comunitária, de acordo com o número de vagas existentes, visto que um projeto pode ser desenvolvido para agricultores de uma ou mais comunidades. Nesse caso, o número de vagas a ser preenchido, as comunidades contempladas e o local de realização do(s) curso(s) sempre são encaminhamentos resultantes de reuniões comunitárias, coordenadas pela entidade responsável pela articulação do projeto no município, podendo inclusive ser mais de uma entidade, de acordo com cada realidade local.

De modo geral, esse critério vale também para as qualificações realizadas pelos ATER's (público ou privado). No PLANFOR e no PNQ (PlanTeQ-Pará), a escolha do participante parece obedecer ao critério da indicação que pode estar relacionada às primeiras damas dos municípios, a vereadores ou outras lideranças locais.

Em relação aos resultados dessas capacitações, observa-se que, muitas vezes, aquelas pessoas não têm recursos para desenvolver o que aprenderam (sejam recursos financeiros, técnicos e de comercialização); segundo, elas têm uma tradição cultural de produzir de determinada forma, “[...] a tradição, não raras vezes, sufoca as iniciativas inovadoras [...]”, afirma Ciane, professora (facilitador). Se, por um lado, alterar práticas culturais é algo muito difícil, por outro lado, os assessores (técnicos, professores, monitores) são pagos com os recursos dos projetos e, ao final dos mesmos, finda também todo tipo de assessoria.

Evidencia-se que os projetos são para qualificar as atividades que os agricultores já desenvolvem por tradição cultural, por exemplo, melhorar as técnicas de cultivo e produção de farinha de mandioca, melhorar tecnicamente a produção de artesanatos, entre outros.

Ainda sobre os conteúdos dos cursos do CEFT-BAM, em geral, os entrevistados relatam que os cursos não possuem apenas o conteúdo técnico, que eles também abordam questões histórico/políticas da região. Ocorre que, ao se pesquisar os projetos desenvolvidos pela entidade, não se encontrou dados que indicassem essa dimensão dos projetos. Ao contrário, as Matrizes de Planejamentos apresentam apenas a parte técnica dos cursos.

Vale ressaltar, contudo, que foi possível observar cursos nos quais o professor (facilitador) desenvolve aspectos da consciência crítica do participante, no que diz respeito aos resultados do desenvolvimento da região e também da forma como se relaciona com a natureza.

Outro fato que merece destaque é quando o discurso não coincide com a experiência. Tomando por exemplo o Grupo Conquista de Ervas Medicinais (GCEM¹⁰), no município de Santarém, uma organização que produz plantas medicinais e pequenos sabonetes, as mulheres envolvidas na produção se declaram satisfeitas, esperançosas, mas a realidade parece indicar algo diverso; sua produção é muito baixa e, mesmo assim, não vendem tudo o que produzem, sobra espaço na área para o cultivo. Como o projeto não oferece o suficiente para manter as suas necessidades, elas precisam trabalhar em outra atividade para complementar a renda.

Que outros sentidos, significados podem ter essas formas de organização/produção para os sujeitos que dela fazem parte, além da renda?

Avaliações realizadas pelas organizações e depoimentos das lideranças locais indicam que existem muitos resultados significativos. Algumas observações, em campo, corroboram com tais avaliações: consórcio de culturas por meio de sistemas agroflorestais; melhoria da qualidade da farinha da região (higienização na produção, comercialização); aproveitamento dos derivados da mandioca (cadeia produtiva); produção de mudas com sementes selecionadas pelos próprios agricultores; preocupação com as queimadas; proteção das margens dos igarapés e rios, e alguma alteração na dieta com a produção de hortas.

Nota-se que, embora se esteja falando de algo embrionário, de uma minoria do público envolvido em projetos dessa natureza, muitos outros parecem que não põem em prática o que aprenderam. Também não se sabe, ao certo, se os ganhos apontados acima são em decorrência da formação oferecida pelo movimento social. O que se pode afirmar é que muitas dessas organizações, nas quais se incluem o CEFT-BAM e o CEAPAC, dentre outras, possuem um visível engajamento nas lutas sociais e na formação dos trabalhadores.

Os cursos oferecidos pelo SEBRAE para os feirantes do Mercado Municipal de Santarém, Mercado 2000, foram dirigidos ao empreendedorismo, à higiene da produção, comercialização e contabilidade básica. Essas informações foram obtidas por meio de entrevista com o presidente do STTR e, em seguida, por meio de diálogo com alguns feirantes, na fase de decisão do público a ser entrevistado.

¹⁰ O GCEM é um projeto que faz parte da área de atuação do Projeto Uirapuru, desenvolvido pelo CEFT-BAM e CEAPAC em Santarém.

Nas questões concernentes à formação, chamam atenção : (1) o significado da vinculação entre as formas de trabalho daqueles agricultores e a geração de trabalho de renda relacionada a projetos de desenvolvimento; (2) as formas alternativas de geração de renda que, embora se apropriando de princípios capitalistas, podem não ser propriamente uma produção capitalista; (3) o significado da qualificação e capacitação dos agricultores familiares, no que diz respeito à diversificação da produção (cadeia produtiva da mandioca, artesanato, extrativistas), atribuindo-lhe dimensão de mercado.

4.4.1. O Plano Alternativo de Desenvolvimento para o Baixo Amazonas

Os trabalhadores e suas organizações procuram pôr em prática um modelo de desenvolvimento alternativo ao capitalismo, o que significa admitir, de acordo com Santos (2003, p. 25), que o capitalismo não reduz as possibilidades de alternativas, mas, sim, desperta um leque de possibilidades que são identificadas como “globalização alternativa”, “desenvolvimento alternativo” ou “economia alternativa”. Em suas palavras, o capitalismo

[...] inclui formas de conceber e organizar a vida econômica que implicam reformas radicais dentro do capitalismo, baseadas em princípios não capitalistas ou que apontam, inclusive, para a transformação gradual da economia para formas de produção, intercâmbio e consumo não capitalistas (SANTOS, 2002, p.26).

A economia alternativa, ainda em conformidade com Santos (2002), viabiliza-se por meio de práticas não capitalistas, cujo desafio consiste em sobreviver em meio à economia capitalista. Diante desse desafio, o autor reconhece que as alternativas econômicas decorrentes do atual estágio de desenvolvimento do capital podem ser subsumidas pelo mesmo. Ao reconhecer a fragilidade e a incipiência dessas alternativas, ele declara que sua análise se faz na perspectiva da “[...] hermenêutica da emergência” (SANTOS, 2002, p.26).

A emergência da teoria do desenvolvimento alternativo é uma resposta crítica ao modelo do desenvolvimento caracterizado pelo lucro, que consistia em questionar os limites do desenvolvimento, no sentido de proteger o meio ambiente e combater a pobreza. A crítica, então, volta-se à abordagem tradicional do desenvolvimento, sendo que a ideia de desenvolvimento alternativo teve repercussão a partir dos anos 1970 com a Fundação Internacional de Alternativa de Desenvolvimento, na qual estavam presentes as proposições e as críticas que foram se acumulando em conferência, acordos e debates (SANTOS, 2002).

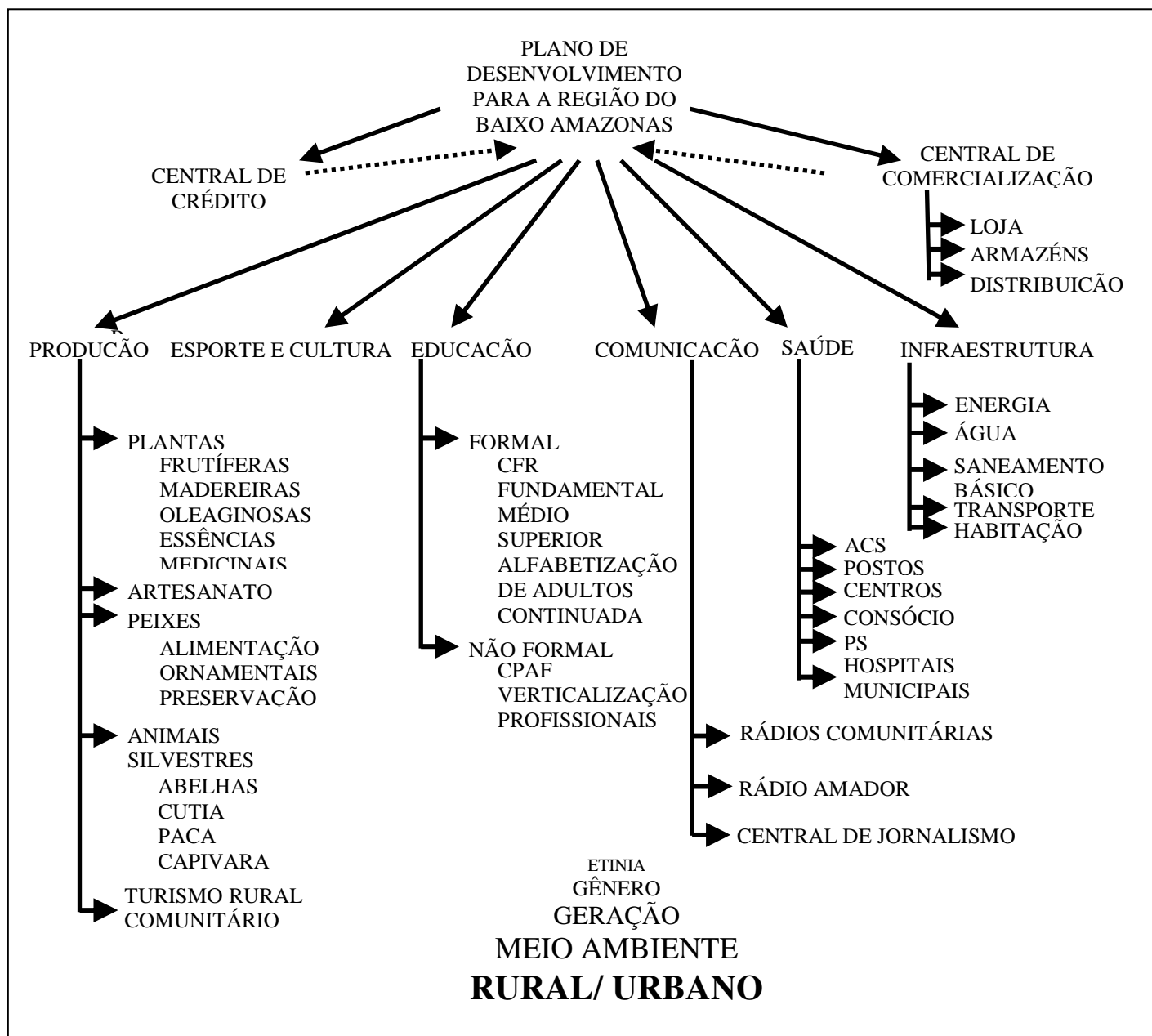
Ao trazer para o debate a emergência de formas alternativas de geração de trabalho e renda, como resposta/reação às consequências do desenvolvimento capitalista, as quais Santos

(2002) identifica como formas não capitalistas, pretende-se chamar atenção de que, mesmo nos lugares mais distantes da Amazônia brasileira, encontram-se esforços no sentido de pôr em prática um projeto alternativo de desenvolvimento que congregue os interesses e aspirações dos agricultores e suas organizações, que não busque unicamente a geração de renda, mas atenda às necessidades mais prementes da região.

No âmbito do debate e da ação dos movimentos sociais, foi construído, em 1996, em Santarém, o entendimento da necessidade de um plano alternativo de desenvolvimento para a região do Baixo Amazonas, a partir da perspectiva das organizações sociais, que congregasse as ações daquelas entidades, tanto as que estavam sendo desenvolvidas, como as que seriam realizadas nos próximos 15 anos.

O plano deveria ser apresentado aos governantes e as propostas deveriam ser incorporadas às políticas públicas. Foram parceiros do plano: CEFT-BAM (75 entidades), CEAPAC (17 associações), AOMT-BAM (38 associações), Casa Familiar Rural do Baixo Amazonas (CFR-BAM) e Movimento de Pescadores do Baixo Amazonas (MOPEBAM – Colônias de Pescadores) e apresentava os seguintes eixos de atuação: organização, formação, crédito e produção.

Quadro 13 – PROJETO TUCUMÃ¹¹.



Fonte: arquivos do CEFT-BAM

¹¹ O Plano recebeu a denominação de Projeto Tucumã em alusão a uma planta nativa (Tucumã), utilizada na dieta alimentar dos povos da região e dos animais silvestres, sendo a semente usada em adereços artesanais, o que, segundo explicam, simboliza compromisso com as questões sociais e com natureza de modo geral.

A discussão de um Plano de Desenvolvimento para o Baixo Amazonas teve início em 1996, na presidência de Pedro Aquino Santana, sendo uma iniciativa do CEFT-BAM, que contou com a participação da AOMT-BAM, FETAGRI-BAM, CFR, Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas (MOPE-BAM), CEAPAC, STTR e GDA. Para elaboração desse plano, foram realizadas diversas reuniões e três seminários, com a presença de representantes de todo o movimento social do Baixo Amazonas, nas quais uma das questões relevantes era a utilização da expressão agricultura familiar ou produção familiar (consideravam que a agricultura faz parte da produção familiar), sendo escolhida a expressão produção familiar. Fazia parte da equipe de sistematização: Pedro Aquino de Santana, Eunice Maria Sena, Frei Leão Brune e José da Rocha Amazonas. Historicamente, esse projeto também foi impulsionado por um fato isolado, o CEFT-BAM, ao discutir com o BNDES uma proposta de financiamento de casas familiares rurais, a partir da experiência que estava sendo realizada em Altamira, foi orientado por essa organização a formular um plano de desenvolvimento, no qual estivesse incorporada aquela proposta.

Estruturar e articular um modelo de Desenvolvimento para a Região do Baixo Amazonas, com base na produção familiar, centrado em recursos naturais amazônicos, em harmonia ambiental, equidade de gênero e etnia, contemplando o rural e o urbano e faixa etária da população.

[...] Promover, no espaço de 15 anos, o Desenvolvimento Econômico, Político e Social da População do Baixo Amazonas, levando em conta as suas especificidades locais e regionais, com base na produção familiar, com autogestão e controle social das entidades governamentais, no aproveitamento dos recursos naturais, conservação ambiental, na geração de renda, contribuindo para diminuir as desigualdades sociais e econômicas da população do Baixo Amazonas e da Amazônia como um todo (PROJETO TUCUMÃ,2002).

As propostas do movimento social procuraram articular o plano às ações dos governos na região, o que não foi possível, uma vez que os governantes dos municípios não aceitavam as propostas advindas das entidades da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais. Ainda assim, algumas entidades incorporaram a ideia do Projeto Tucumã em suas linhas de atuação, tal como afirma Sônia.

É importante observar que o Projeto Tucumã não chegou a ser concluído sistematicamente por falta de recursos financeiros, pois as entidades idealizadoras não dispunham economicamente de dinheiro para dar continuidade às atividades de articulação em favor da construção do plano, que tinha por base a participação democrática de inúmeras entidades do Baixo Amazonas, segundo depoimentos de diretores entrevistados.

De acordo com o organograma acima, o Projeto Tucumã engloba aspectos econômico, social, político, educacional e cultural da região.

A principal estratégia para pôr o plano em prática foi atuar em conjunto com os poderes municipal e estadual. Contudo, os entrevistados são unânimes em indicar as dificuldades da relação com esses governos.

Em Santarém, na administração Lira Maia, as relações com os movimentos sociais eram de conflitos. As organizações viviam fazendo manifestação em frente à prefeitura e às secretarias. Essa realidade, entretanto, segundo Celina, varia conforme o governo adotado no município, pois em Oriximiná havia um bom diálogo com o prefeito Luiz Gonzaga (do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)).

A entrevistada revela que o movimento social se articula por meio da “ação de massa”, como se pode ler a seguir:

Nós fazemos uma pauta de reivindicações pra serem estudadas e convida a população, os associados todos, no caso nós tivemos oitocentas e poucas pessoas. Então, a prefeitura, os governantes não estão nem aí. E é justamente na ação de massa que nós vamos discutir a qualidade da educação dos nossos filhos no interior. A questão do transporte escolar que não é adequada, então, é em cima dessa pauta que se chama o responsável por isso pra conversar e ver, de que forma, nós podemos mudar essa história, e eles não vão. Os recursos que vêm pra educação não vêm dizendo que têm de ser aplicado só na cidade. Se for x para educação, então vamos discutir isso pra ver como é que vai chegar lá, para os nossos comunitários. A questão da saúde é a mesma coisa. Têm pessoas que acham que na nossa comunidade nós não temos direito de ter uma área de lazer. Quem disse que nós não temos direito? O recurso que vem para o município é contado com cada pessoa do município e por que é que as políticas públicas não chegam pra nós, lá? São coisas sérias que a gente vem trabalhando, colocando nossa cabeça a prêmio, porque não é fácil estar à frente de determinadas coisas, já que as pessoas que estão no poder não te olham com bom senso e você corre risco de todo jeito. Se você vai reivindicar pra demarcação de terra, a quantidade de fazendeiros ameaçam, inclusive nós temos companheiros de lideranças que andam acompanhados de polícia [...]. Em Santarém, ex-presidente do Sindicato só anda acompanhada de polícia, ela foi ameaçada por madeireiro, por sojeiro. Um companheiro índio, que eu não lembro o nome, foi amarrado e jogado no meio do mato, depois de uma entrevista que ele fez nos meios de comunicação (CELINA).

Esse depoimento chama atenção para as dificuldades enfrentadas na implementação do Projeto Tucumã, ou seja, a aceitação, por parte do poder municipal, das propostas do movimento social, visto que esses são espaços onde se concretizam as disputas pelo poder local. Para os interesses presentes no poder municipal, incorporar as propostas dos movimentos sociais por meio de um Plano de Desenvolvimento (Projeto Tucumã) articulado nas bases, com a Igreja Católica, com as associações comunitárias, com os movimentos sociais, era, sem dúvidas, ceder espaço político para um grupo que pleiteava o poder e que pertencia a um partido político opositor, o PT. Esse grupo, em 2004, tomou o poder municipal de Santarém, com a eleição de Maria do Carmo Martins Lima. Outras lideranças oriundas do movimento social também assumiram cargos de chefia, a exemplo da

Superintendência do INCRA, em Santarém, que passou a ser ocupada por um ex-presidente do CEFT-BAM, Pedro Aquino de Santana, como já comentado no capítulo III, e Geraldo Pastana, Prefeito de Belterra. Conforme representantes do movimento social, nos últimos anos, o Projeto Tucumã foi perdendo gradativamente o entusiasmo, embora as orientações continuassem presentes nos projetos de algumas organizações. Apenas em 2004, com as discussões do Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário, as propostas do Projeto Tucumã voltaram a ser discutidas e incluídas nas propostas do Conselho de Desenvolvimento Territorial (CODETER)¹² da seguinte forma:

Fortalecimento da Feira da Produção Familiar – FEPAM – Feira Regional do Oeste do Pará;
 Capacitação para técnicos e agricultores familiares;
 Discussão dos ATES (Programa de Assistência Técnica Social e Ambiental);
 Apoio as atividades de piscicultura;
 Criação de fábrica de ração orgânica para peixe (entrevista DD).

4.4.2. O CEFT-BAM

O CEFT-BAM é uma entidade criada para promover a formação dos trabalhadores, que atua em 18 municípios do Oeste do Pará: Faro, Terra Santa, Oriximiná, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre, Prainha, Almeirim, Belterra, Santarém, Juruti, Itaituba, Trairão, Ruropóles, Novo Progresso e Jacareacanga¹³.

Constituído de 76 entidades associadas, o CEFT-BAM participa das seguintes redes sociais: Fórum da Produção Familiar do Oeste do Pará; Feira da Produção Familiar do Oeste do Pará (FEPAM); Consórcio pelo Desenvolvimento Socioambiental da BR 163 (CONDESSA); GTA; Fórum da Amazônia Oriental (FAOR); Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI); Articulação de Mulheres Empreendedoras da Amazônia; Associação das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR-PA); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e Mesa Mel.

Tem, como objetivo geral, a promoção da

[...] formação técnica, política, ideológica de trabalhadores (as) da zona rural e urbana, de entidades filiadas, levando em conta a equidade de gênero, etnia e

¹² A inclusão das propostas do Projeto Tucumã no PDTRSS ocorreu porque as entidades participaram da Comissão Intersetorial de Ação Territorial (CIAT), que foi transformada em CODETER.

¹³ O endereço do CEFT-BAM é Rua Raimundo Fona, nº 608, Bairro da Liberdade, Santarém-Pará. Os telefones para contato são: (093) 352355 e (093) 352352. O e-mail da instituição é ceft-bam@yahoo.com.br

geração, fortalecendo a produção familiar no Baixo Amazonas, em harmonia com a natureza (CEFT-BAM, 1990, p. 1). (Ref. Estatuto Social – CEFT-BAM)

É uma organização de muita expressão na região e sua atuação não se resume aos projetos. A dimensão política que a organização dispensa às questões ambientais e à pobreza fez com que articulasse (e articule) juntamente com outras organizações de protestos e denúncias que têm sido importantes e necessárias para a contenção do desmatamento e para a preservação do ecossistema.

A qualificação dos agricultores familiares ocorre por meio de parcerias e por projetos. Constata-se que a EMATER tem sido uma parceira muito importante: “[...] tinha o Pepe (Pedro Aparício) que acreditou no projeto” (CELIO), referindo-se ao projeto agroflorestral. Afirma, ainda, que a qualificação não se restringe apenas à dimensão técnica e, reconhecendo a importância dessa dimensão, conclui que é preciso abordar os direitos sociais, a organização e a produção. Em sua perspectiva, é necessário saber organizar, produzir, vender.

Ao ser questionado sobre como é ensinado (trabalhado) o Desenvolvimento Sustentável na região, o mesmo entrevistado informa que isso ainda não é muito abordado, mas se refere ao projeto Roça Sem Fogo, realizado em parceria com o MMA (Célio). Os entrevistados informaram também que só a partir de 2007 tiveram início algumas formações sobre a Economia Solidária.

4.4.3 A qualificação

Muitas foram as ações e os projetos de qualificação desenvolvidos pelos CEFT-BAM, como se pode perceber no quadro nº 14, abaixo:

**Quadro 14 – PROJETOS DESENVOLVIDOS PELO CEFT-BAM
PERÍODO 1996 – 2008**

PROJETOS (período/duração)	ABRANGÊNCIA	LINHAS DE ATUAÇÃO	PÚBLICO ALVO	PARCERIAS	ÓRGÃOS FINANCIADORES
Fortalecimento Institucional 1996 a 2003.	Alenquer, Aveiro, Almeirim, Juruti, Monte Alegre, Prainha, Alenquer Oriximiná, Santarém, Faro e Terra Santa.	* Fortalecimento das organizações de base; * Capacitar trabalhadores e trabalhadoras para atuar junto às políticas públicas; * Fortalecer a agricultura familiar; * Formar agricultores familiares em conhecimentos de técnicas agrícolas; * Criar unidades demonstrativas de SAF's.	* Lideranças comunitárias; * Diretoria de Sind. de Trab. Rurais; * Associações de Agricultores; * Associações de Mulheres; * Associações de Bairro; * Agricultores (as) familiares; * 588 agricultores (as) familiares.	EMATER's regional e local; Prelazia de Óbidos; Sindicatos de Trabalhadores (as) Rurais; Associações de Produtores e Agricultores.	OXFAM (Ambassadeurs van het zelfdoen).
Projeto de Formação (Curso Técnico em Direito) 1994 a 2001.	Alenquer, Aveiro, Faro, Terra Santa, Juruti, Oriximiná, Óbidos, Monte Alegre, Prainha, Almeirim e Santarém.	* Formação básica em Direito Previdenciário, Trabalhista, Penal e Legislativo para lideranças de Movimentos Sociais.	* 65 lideranças comunitárias capacitadas. Foram 3 turmas, no período de 1994 a 2001.	Prelazia de Óbidos; STTR's.	MISEREOR; Katholische Zentralstelle für Entwicklungshilfe. e. V.
PROTEGER I e II 2001 a 2006.	Alenquer, Aveiro, Almeirim, Juruti, Monte Alegre, Prainha, Alenquer, Oriximiná, Santarém, Faro e Terra Santa.	* Mobilização e organização social; * Comunicação; * Fortalecimento organizacional; * Educação ambiental.	* 2800 participantes, mulheres e homens de diferentes faixas etárias, da zona rural.	STTR; EMATER; PROARCO /IBAMA; CORPO DE BOMBEIROS; FETAGRI; PREFEITURAS; CEPLAC.	Banco Mundial; USAID; PPG7.
Projeto de Transição à Implementação da Agricultura Familiar 2005 a 2006.	Aveiro, Almeirim, Alenquer, Belterra, Juruti, Monte Alegre, Oriximiná, Óbidos, Prainha, Terra Santa e Santarém.	* Fortalecimento do agroextrativismo (criação de peixes em gaiola, ervas medicinais, artesanato de fibra e em madeira, mel de abelha).	* 85 agricultores/produtores familiares.	MAIS; CEAPAC; EMATER.	ISCOS (Istituto Sindacale per La Cooperazione allo Sviluppo).

UIRAPURU (Implementação da Agricultura Familiar no Baixo Amazonas) 2005 a 2008.	Alenquer, Aveiro, Almeirim, Juruti, Monte Alegre, Prainha, Alenquer Oriximiná, Aveiro Santarém, Faro e Terra Santa.	* Fortalecimento da agricultura familiar: produção de ervas medicinais, apicultura, meliponicultura, avicultura, psicultura; artesanato de palha e cipó, reflorestamento, derivados de mandioca, fruticultura, gestão administrativa, e organização comunitária.	* 420 agricultores (as) e produtores (as) familiares (famílias).	Sindicatos de Trabalhadores (as) Rurais. Associações de Produtores e Agricultores. EMTER's regional e local. Prefeituras. SAGRI regional.	MAIS (Movimento per l'autosviluppo l'Interscambio e La Solidarietà); Ministério de Relações Exteriores da Itália.
ENXAME I e II 2005 a 2009.	Alenquer, Juruti, Oriximiná, Prainha e Terra Santa.	* Fortalecimento da apicultura e meliponicultura; * Associativismo e cooperativismo; * Fortalecimento institucional.	* 155 produtores familiares.	Sindicatos de Trabalhadores (as) Rurais Associações de Produtores e Agricultores MMA, EMATER, Prefeituras, DFA SAGRI	PETROBRÁS (Petróleo Brasileiro S. A)
TODAS AS LETRAS 2005 a 2006.	Aveiro, Almeirim, Belterra, Faro, Juruti, Monte Alegre, Oriximiná, Óbidos, Prainha e Santarém.	Diminuição e erradicação do analfabetismo entre jovens e adultos.	* 600 jovens e adultos na faixa etária de 16 a 75 anos das zonas rurais e urbanas.	CUT (Central Única dos Trabalhadores); Secretarias municipais de educação; Sindicatos de Trabalhadores (as) Rurais; Associações de Mulheres; Colônias de Pescadores; INCRA.	GOVERNO FEDERAL (Programa Brasil Alfabetizado).
CURUPIRA 2005 a 2009.	Alenquer.	* Fortalecer a agricultura familiar no município: atividade apícola e melípona, implantação de SAF's, recuperação de área degradada e preservação de matas ciliares.	* 32 famílias.	Sindicatos de Trabalhadores (as) Rurais; Associações de Mulheres; ASPROEXPA; EMATER local; DFA (Delegacia Federal da Agricultura).	MMA/PDA/PADEC.
PRODUÇÕES AGROECOLÓGICAS 2007 a 2008.	Almeirim; Juruti; Monte Alegre.	* Fortalecimento da agricultura e produção familiar; * Fomento à produção agrícola em regime de consórcio * Economia familiar com base em princípios da agroecologia; * Produção agrícola diversificada com base em tecnologias melhoradas de	* 75 produtores/agricultores familiares.	Sindicatos de Trabalhadores (as) Rurais. Associações de Mulheres; Secretarias: Agricultura, Meio Ambiente, Transporte, Secretarias de Obras, Ação de Social, INCRA, EMATER e	FUNDO DEMA/FASE PARÁ.

		<p>manejo do solo; * Produção em sistemas agroflorestais – SAF's; * Disseminação de experiências de roça sem fogo e fogo controlado e; * Criar unidades demonstrativas familiares de produção.</p>		STTR's.	
UPBAM 2003 a 2007.	Alenquer, Aveiro, Almeirim, Juruti, Monte Alegre, Prainha, Alenquer Oriximiná, Aveiro Santarém, Faro e Terra Santa.	* Formar lideranças comunitárias a título de especialização em Ciências Sociais, a fim de qualificar a sua atuação no movimento social e na sociedade em geral.	* 37 concluintes.	Prefeituras municipais através de suas secretarias de ação social; UFPA (Campus de Santarém); UFRA (Campus de Santarém); CERIS (Sede Rio de Janeiro); CESI; EMATER; CEAPAC; Ministério Público Federal e outros.	Recursos próprios.
PROGRAMA AMAZÔNIA SEM FOGO 2008.	Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Oriximiná, Óbidos, Prainha, Terra Santa e Santarém.	* Formar técnicos (as) qualificados para promover a substituição das queimas na agricultura e na pecuária praticadas por produtores (as) familiares mediante a adoção de alternativas ao uso do fogo e a promoção de acordos de colaboração com as instituições locais; * Implementação de Centro de Formação e de Implementação de Centro de Formação e de unidades demonstrativas de produção.	* 43 (técnicos e produtores familiares) Concluindo a 2ª fase de 12 protocolos assinados entre os mov. Prefeituras e outros órgãos do governo.	Prefeituras municipais; EMATER's regional e local; Algumas universidades públicas e privadas; STTR's; SAGRI; CODETER (Colegiado de Desenvolvimento Territorial) e FETAGRI regional; IBAMA.	Ministério Italiano (Comunidade Europeia); Ministério do Meio Ambiente – MMA.
PROFOR BR 163 2007 a 2008.	Aveiro, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Santarém, Alenquer Monte Alegre, Terra Santa, Almerim.	* Fortalecimento do movimento social do entorno da BR 163. * Articulação e mobilização em encontros, plenárias, seminários e oficinas para reivindicações de políticas públicas para o entorno da BR 163.	* 200 lideranças.	GTA; MMA; Fundação Banco do Brasil; EMATER; IPAM; FETAGRI – BAM.	Banco Mundial/USAID.
GESTAR 2006 a 2008.	Aveiro, Belterra, Juruti e Santarém.	* Agricultura familiar: meliponicultura, apicultura, plantas ornamentais.	* 640 participantes.	Prefeituras; EMATER; STTR's.	Governo Federal /MMA.

Dentre as estratégias de formação para o agricultor, uma das ações do CEFT-BAM foi mobilizar as lideranças dos municípios para a implantação das Casas Familiares Rurais no Baixo Amazonas, contudo, transcorrido mais de dez anos, apenas três casas encontram-se em funcionamento.

4.4.4. O curso agroflorestal

No período de 1996 a 2003, o CEFT-BAM desenvolveu o projeto de Fortalecimento Institucional, como se pode observar na tabela nº 12. Dentre as ações, encontram-se os cursos agroflorestais, sendo oferecida formação aos agricultores e criadas unidades demonstrativas de Sistema Agroflorestais nas propriedades dos alunos (as) do curso.

Nesses cursos, questionava-se o plantio da mandioca e a forma tradicional de fabricação da farinha, por ser uma história de sofrimento no trabalho. Tendo o trabalho para produzir e beneficiar, iria precisar transportar; ao transportar, precisaria vender e, para vender, necessitaria divulgar (CEFT-BAM, 2001, p. 10).

A mudança deveria ser coletiva para garantir o lucro aos produtores. O agricultor precisaria planejar as atividades antes e na hora de produzir. “O produtor/agricultor não é obrigado a fazer o que não está dando certo somente porque sempre foi assim” (CEFT-BAM, 2001, p. 10).

Como parte do conteúdo ideológico do curso, destacam-se cinco orientações básicas:

1. Escolher bem o terreno onde vai plantar, ver o tipo de solo, a topografia do terreno, se tem água, etc.;
2. Lembrar que a terra é muito prejudicada por nós mesmos; a terra se vinga de quem a maltrata;
3. Primeiro: trate bem a terra, depois a planta, pois você depende da terra;
4. A terra é cheia de vida, ela é o começo, o meio e o fim de todas as culturas. É o mais valioso patrimônio comunitário;
5. A terra dá vida à floresta, que por sua vez oferece de graça ao homem frutas, plantas medicinais, caça, madeira, fibras, cipós, etc. (CEFT-BAM, 2001, p. 11).

O que geralmente acontece é que a maioria dos produtores planta sempre as mesmas culturas, pois têm medo de mudar, de ousar. Por que não plantar outra cultura? O treinamento, o aprendizado vai mostrar ao agricultor que ele pode viver melhor, que pode trabalhar diferente, que pode melhorar de vida. Para se desenvolver um trabalho agrícola na Amazônia, é preciso de dinheiro, de assistência técnica, de terra, de saúde, de sementes, de adubo, de estrada, de pesquisas, de mudarem as máquinas. Por isso, o agricultor deve criar

condições para realizar projetos coletivos através de suas organizações comunitárias (Cf. CEFT-BAM, 2001, p. 9).

Quanto à comercialização, os cursos visam orientar o agricultor acerca da cadeia produtiva dos produtos por ele cultivados. Desse modo, busca-se revelar que a mercadoria que o agricultor compra em Santarém foi comprada em Belém, que compra de São Paulo; já o produto que o trabalhador vende, que é entregue ao atravessador na própria comunidade, é vendido em Santarém, depois em Belém, e segue para São Paulo. O produtor vende para o primeiro elo da cadeia de comercialização. O agricultor compra pelo maior preço e vende pelo menor preço. (CEFT-BAM, 2001, p. 9 e 10). Com isso, os cursos objetivavam evidenciar que o agricultor precisa organizar e beneficiar sua produção.

O curso, em seguida, toma uma dimensão mais técnica, abordando questões como: Nutrientes para o solo, adubação, Sistema agroflorestal, poda, manejo, etc.

Em proporções diferentes, em menor quantidade, todas as outras organizações tiveram ação de qualificação e capacitação dos agricultores familiares. É sobre a percepção dos atores envolvidos nesses cursos que trata o próximo capítulo desta tese.

5. QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM SANTARÉM: A FALA DOS ATORES

(...) *Vamos andando, Leonardo.*
Tu vais de estrela na mão,
Tu vais levando o pendão
Tu vais plantando ternura
Na madrugada do chão
 Toada de Ternura, Tiago de Melo

Parte-se das palavras de Tiago de Melo, na epígrafe deste capítulo, porque, como escreve Bosi (2003), “quando se trata de história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstituir comportamentos, sensibilidades de uma época!”. (*Idem*, p. 17). Ainda de acordo com essa autora, “os registros não refletem a micro sociologia do poder” (*Idem*), não captam a atmosfera do grupo, os sorrisos, os olhares, a forma como as palavras são colocadas.

Contudo, não se procurou, neste trabalho, fazer história oral, mas chamar a atenção para algumas peculiaridades de um trabalho de pesquisa que retrata a história do tempo presente, pois a análise das falas dos atores sociais não pode ignorar as sutilezas do dizer, quando os sujeitos que falam estão em interlocução com aqueles sobre os quais falam, sejam subordinados numa hierarquia de trabalho, sejam negociando estratégias para a ação política.

Nesse sentido, o riso do entrevistado contém um dizer, um significado, que nem sempre vem expresso verbalmente. O fato de o entrevistado precisar da autorização do chefe para dar entrevista já indica mais do que muitas vezes o conteúdo de sua fala. Ao iniciá-la afirmando os propósitos oficiais do órgão ao qual está subordinado e, após o decorrer da entrevista, particularmente no fim dela, quando o gravador é desligado, o entrevistado se permite apresentar elementos contrários ou que se contrapõem às suas afirmações iniciais, bem como a emoção e o choro são reveladores de que tudo tem um significado, tem um dizer que precisa ser levado em consideração.

Este capítulo traz as falas dos atores da qualificação e capacitação no Baixo Amazonas, em Santarém, sob três perspectivas diferentes: da entrevista dos professores (facilitadores); dos alunos (agricultores) que participaram da formação oferecida pela EMATER e pelo CEFT-BAM e dos sindicalistas como representantes da categoria.

Mostram-se aqui a realidade, as dificuldades, virtudes e fragilidades da qualificação e capacitação e, para isso, dialoga-se com os atores sociais estabelecendo paralelos entre as falas destes e as proposições de políticas públicas, buscando registrar, mesmo que de forma panorâmica, os fatos que caracterizam a referida política.

Entretanto, é conveniente chamar atenção para o fato de que, embora se verifique ocorrências nos últimos anos de mudanças qualitativas do ponto de vista do trabalho, no sentido de melhorias na produção e na renda, como já assinalado anteriormente, isso não pode ser atribuído à articulação das ações da formação e de crédito e nem mesmo generalizá-las ao conjunto dos agricultores alvo do PRONAF.

Observou-se, ao longo desta pesquisa, que, em certa medida, há divórcio entre formação do agricultor e uso do crédito recebido.

A análise aqui apresentada é a da qualificação e capacitação de dois agricultores familiares que efetivamente obtiveram crédito do PRONAF e também participaram dos cursos oferecidos pela EMATER e pelo CEFT-BAM. A dificuldade em encontrar esses entrevistados foi ampliada pela confusão que os sujeitos fazem sobre a origem do crédito: PRONAF, FNO, PROCERA, PRODEC, etc.

É necessário explicitar também que a formação oferecida para aos agricultores familiares não atendeu ao propósito de qualificar e capacitar de acordo com a finalidade do crédito pleiteado e/ou efetivamente obtido pelos trabalhadores e as respectivas culturas a serem desenvolvidas. Em outras palavras, os agricultores fazem cursos oferecidos pela EMATER e CEFT-BAM ou por outras organizações simplesmente por estarem envolvidos em um determinado projeto social. Não há qualquer preocupação em compatibilizar essas ações, sendo que o crédito não é um critério para obtenção da formação e vice-versa.

Neste capítulo, as entrevistas com professores (facilitadores), alunos (agricultores) e sindicalistas são apresentadas divididas em três itens. No primeiro, retoma-se a contextualização do lugar de onde emanam as falas dos entrevistados e os elementos da identidade desses atores. No segundo item, aborda-se a qualificação e capacitação, destacando-se elementos como o conteúdo dos cursos, carga horária e metodologia e, no terceiro item, trata-se da avaliação, por meio de questões como aplicação dos conhecimentos adquiridos nos cursos, na atividade produtiva.

5.1 Qualificação e capacitação: o lugar dos atores

As propostas e orientações que emergem de um contexto em que prevalece a orientação para a qualificação e capacitação dos trabalhadores são por eles re-elaboradas no seu dia-a-dia de forma individual e coletiva. Dessa forma, ao se estudar uma política pública a partir da formação do agricultor familiar, é importante reconhecer como, na prática, essas estratégias são recriadas por professores (facilitadores) e por alunos (agricultores familiares),

em uma conjuntura que, ao mesmo tempo que lhes traz promessas de futuro, impele-os para relações capitalistas mais competitivas.

Os resultados aqui apresentados referem-se à pesquisa desenvolvida no município de Santarém¹, no Estado do Pará. Trata-se de uma cidade do interior do Pará, localizada à margem do Rio Amazonas e Tapajós. O acesso, a partir de Belém, pode ser de barco, em uma viagem que dura em média três dias e por avião, em uma hora de vôo. Nessa cidade, fica a sede regional do INCRA, EMATER, IBAMA, Centrais Elétricas (CELPA), além de hospitais, faculdades e um conjunto de serviços públicos e privados.

A pavimentação da estrada Cuiabá-Santarém (BR. 163) proporcionou a expansão da fronteira agrícola que, juntamente com a exploração de minérios, acontecimento mais recente, contribuíram para acelerar as transformações da região, inclusive para o crescimento/agravamento dos problemas sociais em geral: grilagem de terra, êxodo rural, desmatamento, poluição dos rios, circulação e rota de drogas, dentre outros.

As particularidades geográficas do Baixo Amazonas e do seu ecossistema, a exploração capitalista das riquezas naturais e as condições de abandono por parte do Estado das populações locais fazem com que muitos interesses se voltem para a região, dentre esses, os das ONG's. Santarém é a sede de muitas organizações sociais (ONG's) de caráter regional e local, voltadas para a questão ambiental na Amazônia e para a formação dos agricultores familiares, como se demonstrou no capítulo IV desta tese.

Os entrevistados interagem nessa realidade. Para a compreensão das suas falas, retoma-se aqui a apresentação já realizada na introdução desta tese referente aos procedimentos metodológicos, com o propósito de tornar mais compreensível para o leitor as suas declarações.

Quadro 14: Os entrevistados

Natureza	EMATER	NOME	CEFT-BAM	NOME	STTR	NOME	CONSE LHEIRO	NOME	TOTAL
Aluno	01	Emergildo*	01	Cecília*	-				02
Facilitador	01	Emiliano*	01	Ciane*	-				02
Diretor	01	Emílio*	01	Célio*	01	Sebastião*			03
Téc/assessor	01	Emanuel*	01	Celina*	01	Sônia*			03
Conselheiro							1	Constâncio	01
Total	04		04		02				11

Fonte: pesquisa de campo (*os nomes são fictícios, estratégia utilizada para manter o anonimato dos entrevistados).

¹ Santarém é o centro das discussões em torno da criação do Estado do Tapajós.

Na EMATER, foram realizadas as seguintes entrevistas: um Engenheiro Agrônomo, identificado no quadro acima como Técnico/assessor, já aposentado, mas que continua atuando na empresa por meio de contrato de prestação de serviço, denominado de Emanuel, para efeito deste estudo; um Engenheiro Florestal, classificado como diretor no quadro acima, com seis anos de trabalho na empresa e que nos últimos anos ocupa o cargo de diretor regional, identificado neste trabalho como Emílio; um professor/facilitador, que desempenha a função de Técnico Agrícola na empresa. Esse profissional possui educação superior completa e é aqui denominado de Emiliano; um aluno/agricultor, presidente da Associação de Produtores Rurais de Santarém (APRUSAN), possui o ensino fundamental incompleto, sendo identificado nesta tese como Emergildo.

Do CEFT-BAM, entrevistou-se o atual presidente (como diretor). Trata-se de um agricultor familiar, estudante de Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará, *Campus* de Santarém², que atua há mais de 20 anos no movimento social, no Baixo Amazonas. Iniciou sua militância junto à Igreja Católica e está no CEFT-BAM desde a sua fundação em 1996. Neste trabalho, ele é identificado como Célio. Outra entrevistada foi uma diretora de relações sociais do CEFT-BAM (na condição de técnica/assessora). Ela possui o ensino fundamental, atua há 30 anos no movimento social, é ex-representante da FETAGRI-Pará, membro da diretoria da Associação de Quilombolas de Santarém, e ex-diretora da AOMMT-BAM, denominada, nesta tese, de Celina. Entrevistou-se também uma professora/facilitadora. Ex-diretora de formação do CEFT-BAM, sócia fundadora da entidade, está atualmente desligada da mesma por questões políticas. Possui formação superior em Pedagogia, participou da elaboração e da coordenação dos projetos da entidade de 1996 a 2005, quando se desligou da mesma. Coordenou os Cursos Agroflorestais e atuou como professora/facilitadora na formação política. É identificada, neste trabalho, como Cecília. Mais uma agricultora foi entrevistada: ela fez alguns cursos de qualificação e capacitação junto ao CEFT-BAM, inclusive o de agroflorestal, trabalha com o seu pai que obteve o crédito do PRONAF. Concluiu o ensino médio, voltou para a comunidade de Jabuti, aproximadamente 100km de Santarém, onde mora com a família. Não encontrou emprego em Santarém, trabalha com os pais na agricultura. Ela é denominada, nesta tese, de Ceane.

Do STTR, foram entrevistados: o presidente, na categoria de diretor, que é agricultor, faz parte do CMDRS e do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER). Aqui denominado como Sebastião. Como assessora, foi entrevistada a ex-presidente do STTR, que

² Encontra-se em trâmite, no Congresso Federal, o processo de criação da Universidade Federal do Baixo Amazonas, que congregará os cursos já existentes e abrirá novos cursos.

atualmente assume a Secretaria de Agricultura Familiar em Santarém, denominada, para efeito desta tese, de Sônia.

Parte-se da premissa de que não basta apenas reconhecer as formas de organização e lutas históricas dos agricultores, mas buscar perceber como essas lutas se articularam e se desenvolveram. Como os agricultores e suas organizações, no seu cotidiano, recriam as orientações que emanam das políticas públicas de geração de trabalho e renda e, mais especificamente, de desenvolvimento rural.

Nesse sentido, cabe demonstrar, dando voz aos atores sociais, a dinâmica da qualificação e capacitação dos agricultores familiares, o que lhes foi ensinado e o que mudou nas suas vidas, mediante a atuação de uma política pública de fortalecimento da agricultura familiar - o PRONAF.

5.2. Qualificação e capacitação: o que dizem os atores

A qualificação é aqui compreendida como uma construção social, diz respeito à dinâmica estabelecida no processo de trabalho e ao conjunto de habilidades e conhecimentos necessários ao trabalhador para o exercício da sua atividade.

Sendo assim, ela está constantemente em movimento, pelo acúmulo de experiências de novos conhecimentos e pelo desenvolvimento tecnológico. Os fatores-chaves que condicionam e caracterizam a qualificação de uma pessoa estão na sua inserção social e rede de relações. Portanto, são processos em que variáveis intervenientes como escolaridade, etnia, sexo, idade, localização geográfica têm peso importante, mas que também podem ser neutralizados pela *força dos trabalhadores*. (CRIVELLAR, 2000) A qualificação profissional combina o conjunto de fatores constituintes das relações sociais dos profissionais em atividade. A incorporação de inovações tecnológicas ao processo de trabalho relativiza a qualificação em relação a determinados referenciais e torna essa discussão mais complexa. (ARANHA, MACHADO, 2000)

Por sua vez, a capacitação, que para Marçal (2000) difere de treinamento, é o ato ou efeito de habilitar, tornar uma pessoa capaz, possuidora de faculdades, potencial e habilidades para estar apta a compreender e desenvolver uma determinada atividade. Para essa autora:

A capacitação profissional consiste numa formação suplementar à educação básica, proporcionada ao trabalhador para que este melhore seu desempenho no posto de trabalho, amplie sua versatilidade e mobilidade ocupacional. Em algumas situações, a capacitação profissional tem o objetivo de fornecer competências adicionais para que o trabalhador possa exercer outra ocupação afim ou complementar às que já exerce ou está em condições de exercer. (*Idem*, p.45)

Os referenciais acima estão sintonizados com a concepção e objetivos do PRONAF. A expectativa criada quanto aos resultados desse programa por cada um dos atores analisados varia em função do seu papel, tipo de participação e envolvimento. A proporção e alcance das ações programadas são também elementos definidores dessa expectativa. Assim, agricultor, técnico ou sindicalista apresentam diagnósticos diferentes, conforme os interesses explicitados ou não, a respeito da experiência que os unem.

5.2.1 – O PRONAF em Santarém

Dentre as questões sobre o PRONAF em Santarém, destacam-se dois aspectos básicos: o primeiro é relativo ao acesso dos recursos, suas dificuldades e barreiras, e, o segundo, relativo às características da qualificação através de cursos de formação.

Emílio, atual dirigente da EMATER, ao estabelecer uma análise do programa que precedeu a apresentação do seu plano de gestão, afirmou que um dos principais problemas do PRONAF foi que, na *gestão anterior*, nos “projetos do PRONAF, as capacitações eram mais para cumprir metas”. Enfatiza a importância do PRONAF ao afirmar que “todos os produtores necessitam de financiamento”, mas ressalta que o crédito deve ser aplicado com “responsabilidade”.

Conforme declaração desse entrevistado, nos últimos três anos, está sendo realizado, em Santarém, um consórcio, em que a capacitação ocorre antes de o agricultor ter acesso ao PRONAF, porque

É necessário que ele tenha visibilidade de quanto ele pode produzir, por quanto ele vai vender, quanto vai ser o valor que ele vai pagar pro banco e quanto vai sobrar pra ele. Ele tem que ter essa noção pra não ocorrer o que acontecia antes. “(...) produtor possa entender que aquele PRONAF é um recurso que mais tarde ele vai ter que pagar; e se ele não tiver preparado pra acessar aquilo, hoje ele já tá pior, se ele não conseguir pagar, com o nome sujo vai ficar pior ainda. Hoje a preocupação do governo é essa (EMÍLIO).

O cuidado da EMATER com o PRONAF é que “o produtor não se torne mais inadimplente”, declara. Explica que esse trabalho é desenvolvido junto aos não assentados, em Mojuí dos Campos, Santarém-Jabuti, Santarém-Curuaúna, onde já existem 15 pólos de produção implantados. “Nos assentamentos, a EMATER só trabalha em convênio com o INCRA”. No que concerne à qualificação, ele afirma que

qualificação e capacitação dos agricultores (...) é em cima da demanda apresentada pelos produtores em cima do arranjo produtivo que nós estamos trabalhando. A ideia

é priorizar aquele arranjo produtivo. Isso não quer dizer que a gente não trabalha as outras culturas, porque a ideia é trabalhar a diversidade da produção, mas a prioridade, a capacitação, vai ser em cima daquele produto que a gente chama como carro chefe, aonde se vai produzir pra tentar comercializar lá fora (EMÍLIO).

Com relação à comercialização da produção, ele enfatiza que os técnicos da EMATER estão fazendo um estudo “de mercado consumidor”, e informa que a “Secretaria Municipal de Educação do Município consome 10 toneladas de farinha por mês e essa farinha tá vindo tudo de fora”. A expectativa desses atores é que a Secretaria de Agricultura Familiar possa garantir que os produtos da merenda escolar sejam originários da agricultura familiar.

Quanto ao Desenvolvimento Sustentável, Emílio assim se manifesta:

(...) Todo mundo fala, mas poucas pessoas entendem o que é um desenvolvimento sustentável. A gente entende aqui que só a gente não consegue fazer um desenvolvimento sustentável. Eu acho que a partir do momento que a gente consegue sentar, todos esses órgãos, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Colônia de Pescadores, EMATER, SAGRI, EMBRAPA, os Bancos, a Prefeitura Municipal. Esse ponto é o ponto inicial pra que a gente chegue realmente à sustentabilidade, porque eu não acredito, não vejo como você discutir produção, se você não tiver pelo menos os três elementos: água, estrada e energia. Com a integração desses órgãos, eu acho que tem tudo pra gente chegar realmente à sustentabilidade no meio rural. A EMATER, ela trabalha com metodologias de ATER. Numa conversa com uns coordenadores regionais nossos, eu digo: “Olha, nós temos mais uma metodologia para acrescentar à metodologia da EMATER”; “Qual é?”; “PD”; “Mas o que é PD?”. Propriedade Demonstrativa, porque na propriedade, além das Unidades Demonstrativas (UD’s), Trabalhos Agroecológicos (TA), a roça sem queima e a fossa (EMÍLIO).

No que diz respeito à economia solidária, ele afirma que a EMATER está “há mais ou menos dois anos trabalhando esse tipo de trabalho de organização da produção”, mas que precisa ainda alavancar muito. Insiste ainda que é necessário.

Então, essa capacitação, esse trabalho de associativismo, cooperativismo, melhoria da produção, melhoria do beneficiamento, isso tudo tá sendo trabalhado pra que mais tarde esses produtores possam se tornar, pelo menos, pequenos empreendedores. Eu vejo assim, que daqui a um tempo esses resultados vão aparecer. (Idem).

Relata que a equipe da entidade cresceu no último ano, passando a ser composta por 50 funcionários.

As análises de Emanuel convergem com as de Emílio: para ele, o problema enfrentado pelos agricultores familiares não se restringe à qualificação e sim à formação de uma base agrícola. Ele demonstrou que o problema é que a agricultura, na região (referindo-se ao Baixo Amazonas), é desarticulada, que ela não se organiza em torno de arranjos produtivos que envolvam todos os atores; o que ocorre são ações pontuais, que se perdem no todo, não

conduzindo ao resultado final desejado. Por exemplo, demonstra Emanuel, os *treinamentos* da agricultura são feitos por metas: “esse ano, nós temos que dar tantos treinamentos”, não há monitoramento. Portanto, pode-se inferir que não há condições de fazer correções, reverem metas, etc. Contudo, ele vislumbra que a capacitação e qualificação poderiam ter “um reflexo muito positivo com relação a toda cadeia produtiva em que essa agricultura familiar está inserida”, se houvesse planejamento, articulação entre as ações e se a qualificação e capacitação ocorressem em torno de arranjos produtivos.

Ele afirma que, na qualificação e capacitação, as ações não deveriam ser focalizadas, no cumprimento de metas, mas que deveriam fazer parte de uma ação governamental de formação de uma base agrícola em que as parcerias funcionassem. As demandas apontadas para melhor adequação dessa política por esse entrevistado são: pesquisa, base agrícola e base produtiva. Conclui, criticando os assentamentos, que “o que existe, no Baixo Amazonas, é uma distribuição de lotes para o homem morar, é mais em plano habitacional que em plano de assentamento”. Mas, para ele, os agricultores não assentados “(...) estão piores porque não têm aquela graninha, eles recebem alguns incentivos (...)” do PRONAF, em termos de aplicação de dinheiro que é bem representativo para a região, “agora, os resultados da aplicação desse dinheiro é que não se vê, você não forma uma base agrícola”, afirma.

Para ele, o que prende o homem no campo é a renda, condições de viver dignamente. As parcerias não ocorrem, não há um plano de desenvolvimento rural para a região. As ONG's têm ações pontuais:

eles (os cursos) se acabaram com eles mesmos, quando eles terminam (...). O modelo que eu acho mais interessante é o da Casa Familiar Rural, onde eles são capacitados de uma forma diferente do PRONAF, mas também precisa de dinheiro pra pagar o professor (EMANUEL)

Para Sebastião, a qualificação dos agricultores familiares tem sido um problema desde o FNO, isso porque, de acordo com a sua compreensão, a agricultura nunca foi prioridade nos governos anteriores. Existem programas para essa modalidade de agricultura, o difícil é pôr em prática, pois se depara com a ausência de assistência técnica que “hoje é em torno de cem famílias para um técnico”, ele afirma referindo-se à EMATER.

Para Emanuel, o Desenvolvimento Rural Sustentável deve ser uma ação conjunta de várias instituições, senão fracassa. Quando se fala em desenvolvimento do campo, deve se falar em:

“pesquisa na Amazônia, em assistência técnica, crédito que vem do PRONAF” (...) de políticas públicas de incentivo (aí entra uma isenção de impostos para tal setor) que atraíam investimentos e, outra coisa, garantia de preço mínimo”.

Para ele, FNO e PRONAF são “a mesma coisa, só muda de sigla, de nome, porque o conceito continua o mesmo, nós queremos fazer o desenvolvimento através somente do dinheiro”. Ele mostra que a EMBRAPA está em Santarém, mas não está fazendo as pesquisas que o “campo requer, não tem braço, não tem perna, não tem recurso para fazer isso”. O que se pode observa, que vai ao encontro das afirmações do Emanuel, é que cada ano cai a produtividade da mandioca, do abacaxi e de outras culturas porque o solo vai ficando pobre, contudo não se pode averiguar como estão as pesquisas na região concernente a essas cultura, sabe-se entretanto, que a EMBRAPA, tem muitas pesquisas sobre a cultura da mandioca. Talvez o problema esteja no acesso e aplicação dessas pesquisa. Contudo, esse assunto não foi investigado nesta tese.

O entrevistado, também demonstra que:

Quando se fala de território, temos que falar em arranjos. Nós temos fibra de curauá (...) tem uma indústria em Santarém que está absorvendo. Há uma demanda reprimida por fibras naturais, o que é uma exigência do mundo em substituir os sintéticos pelos naturais e nós não conseguimos formar, ainda, dentro do território, uma ação para que essa demanda fosse atendida (EMANUEL).

O entrevistado demonstra que a agricultura familiar produz farinha, milho, feijão, abacaxi, mas que é necessário entender que devem ser produzidas coisas da Amazônia, que existem certos nichos de mercado que estão disponíveis, mas que não existe uma ação concatenada:

(...) a copaíba, a andiroba, o cumaru, o cupuaçu, pau-rosa, curauá. Para isso, também falta pesquisa. O que é que nós sabemos sobre Copaíba, Andiroba, Cumaru? (...) isso só nós produzimos; arroz, soja, todo mundo produz, mas Andiroba, Copaíba, essas coisas só existem aqui e nós negligenciamos. Você não percebe uma ação de qualificação desses trabalhadores, desses agricultores familiares, porque eles são pontuais. Os cursos não estão engajados num contexto de um arranjo produtivo local, eles se acabaram neles mesmos, quando o terminam. Têm várias capacitações. O modelo que eu acho mais interessante é o da Casa Familiar Rural, onde eles são capacitados de uma forma diferente do PRONAF, mas também precisa de dinheiro pra pagar o professor (Idem).

Esse mesmo entrevistado declara que existem, na região, reflexos da ação do PRONAF: a produção do abacaxi é uma delas, mas eles vêm num processo de perda de qualidade do próprio produto, muito atacados de doenças, precisa de uma renovação de mudas. A farinha de mandioca é de boa qualidade, mas com baixa de produtividade de mandioca, 10 a 15 toneladas por hectare, enquanto tem região que produz 60, 70 toneladas por hectare.

Chamou atenção que os professores/facilitadores parecem não ter claro o que é o PRONAF, Emiliano, por exemplo, o confunde com o FNO, PROCERA³ e PRODEC⁴. É importante refletir sobre as implicações do fato de os sujeitos que atuam diretamente junto os agricultores não saberem ao certo o que é o PRONAF. Essa constatação se fez mais clara, quando se buscou conhecer as pessoas que receberam o crédito e fizeram os cursos pela EMATER e pelo CEFT-BAM. Os membros do CMDRS não sabiam informar quem eram essas pessoas; indicaram alguns nomes, mas ao serem procurados, constatou-se que os créditos aos quais elas tiveram acesso eram do FNO especial; o mesmo ocorreu com a EMATER e com o CEFT-BAM. Com o Banco do Brasil S/A e com o Banco da Amazônia (BASA), a resposta foi que “o sistema não gerava essa informação”, ou que os dados “foram remetidos para o MDA e a gente não fica com eles em nossos arquivos”.

A falta de dados para subsidiar as análises foi, sem dúvida, uma questão que se sobressaiu neste trabalho. Como se pode fazer política pública sem dados, sem diagnóstico, sem análise? Com base em que as equipes planejam nos estados e municípios?

No decorrer desta pesquisa, deparou-se com uma total falta de informação e articulação, com dados fisicamente danificados, perdidos, informações supostamente centralizadas em uma única pessoa, ausência de plano de curso. Os relatórios anuais da EMATER do Baixo Amazonas, documentos onde se esperava encontrar os nomes de agricultores que fizeram cursos; a relação de cursos ofertados e realizados, os projetos elaborados para o PRONAF; a relação de agricultores familiares que efetivamente pleitearam ações do PRONAF e as relações dos agricultores familiares que obtiveram de fato o crédito não foram encontrados e muitos provavelmente não existem. A informação que se obteve, na regional de Santarém, é de que tais documentos foram enviados para Belém e que os originais encontravam-se no computador de uma agrônoma que estava de licença-prêmio por três meses. Somente teve-se acesso aos relatórios de 2007 e 2008, período que esta pesquisa não abrange.

Na EMATER estadual, foram encontrados alguns relatórios, guardados em caixas, em uma sala com goteiras e, conseqüentemente, os documentos estavam danificados de modo a impossibilitar a consulta. A orientação foi então de procurar o SAF e SDT, em Brasília. Por contato telefônico, obteve-se a informação de que existia um banco de dados que deveria ser

³ Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985, visando ao aumento da produção dos assentamentos da reforma agrária.

⁴ Programa de Apoio do Desenvolvimento Comunitário (PRODEC), ligado ao Ministério da Cultura, visa promover a qualidade de vida, organização e desenvolvimento comunitário, a inserção social e a qualificação profissional.

alimentado pelas EMATER, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Fundação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE) dos Estados. No Pará, o acesso ficou inviabilizado, uma vez que os bancos de dados estavam em reforma.

A mesma perda de dados registrou-se na Secretaria de Promoção Social de Santarém, no que se refere aos cursos do PLANFOR e PNQ/PlanTeQ.

A mudança de governo e de partidos tem sido a responsável pela perda desses dados. Eles podem ter sido destruídos pela equipe que saiu do poder ou pela equipe que chegou, mas são inferências que não interessam nesta pesquisa.

Na SAGRI-Pará, a atual direção afirmou que não havia um plano agrícola para o Estado, porém os próprios documentos encontrados (PPA, atas de CEDRS) afirmavam o contrário.

Essa é, portanto, uma questão que merece grande atenção. Por que as equipes de governo, gestoras das políticas públicas e sociais, implementam sempre um novo começo nas suas ações? A sociedade perde com isso, mas, certamente, as pessoas a quem essas políticas se destinam são as mais prejudicadas, porque elas podem perder concretamente a oportunidade de melhorias nas suas condições reais de existência.

Ainda segundo Emiliano⁵, ao afirmar a política de qualificação e a relação entre crédito e qualificação:

Não teve. Cursos chegam pelas primeiras-damas, os cursos chegam pelo vereador, o curso chega pelo cabo eleitoral. Aí, meu amigo, não tem política pública que dê conta. Se botasse um bilhão, um bilhão se torrava sem saber aonde tava.

Perguntado sobre o que pensava da EMATER, respondeu:

Eu defendo a EMATER, mas na hora que eu tenho que falar como tá acontecendo eu... (incompreensível). Uma estrutura pública (...) eu fui chefe do escritório local de Santarém, o nosso orçamento anual girou em torno de R\$ 40.000,00 (...) durante uns três anos. 40, 38, 35 mil. Qualquer ONG, naquele período, recebia, no mínimo, R\$ 150.000,00, ou seja, quase quatro vezes mais do que nós recebemos durante o ano, e com um detalhe, quando eu terminei os três anos, eu fiz um relatório, o dinheiro que eu recebi, eu mandei. Ou seja, nós produzimos em Santarém. O dinheiro que veio foi produzido pelo escritório local (...) Quando você faz o crédito, você tem um percentual de até 3% (...) o problema maior é justamente que não fica aqui. O crédito é depositado direto uma conta do escritório central em Belém, no Banco da Amazônia, agência da Pedreira (...) eu gerei o recurso aqui e o dinheiro foi pra lá. Não quer dizer que, à medida que eu fui gerando, ele foi retornando. Eu recebi, e quando eu fui fazer meu relatório no final, eu percebi que eu tinha gerado esse dinheiro no escritório, de crédito, justamente esse percentual que, quando a gente elabora um crédito, ele varia de 1,5 a 3%. Hoje a EMATER tá com um orçamento bem melhor (EMILIANO).

⁵ Emiliano, Técnico da EMATER, a

Ele informou ainda que, para ter acesso ao PRONAF, o agricultor deve cumprir a exigência de um projeto. Geralmente o agricultor procura a EMATER⁶ ou outra empresa para a elaboração do projeto, tal serviço custa em torno de 3% do recurso financiado. De posse do projeto, ele é encaminhado aos Bancos, ou Banco do Brasil S/A ou da Amazônia. O CEFT-BAM apenas orienta os agricultores sobre a existência desse tipo de crédito. O STTR orienta os trabalhadores, organiza-os em associações e tenta negociar junto aos bancos os interesses dos agricultores, sem muito êxito.

Para a professora/facilitadora do CEFT-BAM, o PRONAF não ocorre de forma satisfatória porque, primeiramente, ficou preso só ao crédito que

(...) na prática, não se viabilizava. Você ia nos encontros, ia nos seminários, escutava os depoimentos e ouvia essa lamentação dos agricultores porque, quando chegava na hora de fechar a coisa, ele esbarrava numa questão burocrática e aí por isso ficava. Só alguns tiveram acesso ao PRONAF e ao FNO. A maioria se endividou e continua endividada até hoje. (CIANE⁷).

Ela conclui que os projetos realizados pelas ONG's vêm ao encontro da necessidade dos agricultores, pois só o Estado com as políticas públicas e sociais não dá conta. Ela se refere aos projetos que essas organizações realizam em parceria com outras instituições.

5.2.2 – A qualificação e capacitação

A entrevista com Emiliano deixa transparecer as contradições e dilemas presentes na qualificação e capacitação dos agricultores familiares de Santarém. Primeiramente ele afirma que

todos os produtores, eles recebem uma capacitação naquela atividade onde ele está sendo financiado. Por exemplo, se tava sendo financiado na cultura do açaí, ele vai receber na cultura do açaí, além da administração da propriedade também, que é ver os recursos naturais que ele tem e que ele pode aproveitar naquele projeto (EMILIANO).

O mesmo entrevistado demonstra as dificuldades: “há também os percalços: a falta de recursos do Estado, a falta de recursos da EMATER (...)”.

Na verdade, as opiniões convergem no que diz respeito à análise da qualificação dos agricultores, pois mesmo Emiliano demonstra, no início da entrevista, que a EMATER realiza

⁶ Os projetos também podem ser elaborados pela CEPLAC e, durante algum tempo, antes da denúncia dos “assentamentos de papel”, foram elaborados pela FUNDAC. Também, a partir de 2008, tem outra empresa fazendo projetos para os assentamentos, informa Emergildo.

⁷ Ciane foi professora (facilitadora) do CEFT-BAM, atuando nos cursos agroflorestais.

a qualificação dos agricultores familiares, em seguida ele afirma a existência dos percalços, demonstra a falta de recurso da EMATER e a dificuldade de aprendizados dos agricultores.

Esse entrevistado mostra que a qualificação e capacitação têm duas dimensões: a técnica e a administrativa. A dimensão técnica “é basicamente em cima da atividade que ele tá recebendo.”

Se ele tá financiando em gado, então ele vai receber capacitação sobre a bovinocultura. Dentro disso, também é verificado a situação familiar dele como um todo – o PRONAF já diz: agricultura familiar -, então é visto tudo, tanto que a EMATER ela tem os técnicos em agropecuária e tem as assistentes sociais, as técnicas sociais, que dão também o suporte pra essas atividades. O produtor é olhado como um todo, agora, há os percalços: a falta de recursos do Estado, há a falta de recursos da EMATER e assim por diante (EMILIANO).

De acordo com Emiliano, se o agricultor for cultivar o açaí, ele recebe treinamento desde o preparo de área até a colheita e comercialização. “O conteúdo programático, ele vai por cima disso aí. Não tá escrito no papel, mas a gente já sabe, já trabalha uns 15 anos nessas comunidades”.

Na administração da propriedade, são ensinadas noções sobre meio ambiente e comercialização.

Nós tamos na Amazônia, hoje o produtor só pode usar 20% da área dele. Nós estamos numa área que a área populacional é tradicional, então, o trabalho da EMATER consiste em olhar a propriedade como um todo, mas a prioridade é o meio ambiente. Quer dizer, é trabalhado o desenvolvimento sustentável, se tem um igarapé, como ele conservar esse igarapé, se ele tem uma área de mata, pra que ele preserve aquela mata e assim por diante (EMILIANO).

Com relação à comercialização, Emiliano demonstra que essa parte é muito difícil de ser trabalhada, já que aparecem pessoas que não entendem de nada, “ele nunca participou daquilo, que nele tá no zero”. Isso porque o agricultor precisa ter iniciativa própria, uma vez que o “técnico da EMATER não tem como tá diariamente sempre do lado dele” e “ele só vem na EMATER se ele precisar, mesmo”, conclui Emiliano.

Conforme esse entrevistado, a EMATER presta assistência técnica durante todo período de liberação dos recursos, sendo que o problema para o agricultor, no seu entendimento, é que os financiamentos são *por moda*.

Tá na moda de plantar açaí, aí todo mundo planta açaí. Na hora da comercialização, quando chega na hora de comercializar, aí aquele produto tá em baixa; o preço cai e o produtor abandona aquela atividade; o mesmo acontece com o gado e o preço da carne. Sempre tem acontecido isso. Eu to há 15 anos trabalhando aqui em Santarém e sempre tem acontecido isso. Teve um Projeto Café, aqui no Jacami; se a senhora for lá, a senhora vai verificar essa situação. Foi o melhor projeto implantado em Santarém, só que não deu certo, porque quando foi na hora de comercializar, a indústria achava melhor ir comprar aqui em Uruará ou trazer do Espírito Santo, que

ela trazia carga fechada e saía mais barato do que comprar em Santarém (EMILIANO).

Nas suas conclusões sobre o PRONAF, ele declara que “o lado bom do Projeto (...) é colocar recurso na mão do produtor, agora, não se tem condições de capacitar todos os produtores também. Aí é outro ponto negativo, assim como o modismo”.

Emergildo se refere ao conteúdo do curso chamando atenção para o desenvolvimento sustentável, afirma que, em todos os cursos, falam desse assunto. E conclui:

Eu acredito que o desenvolvimento sustentável aqui pra nossa região, principalmente pro nosso município, ele é uma das coisas que só existem no papel.

Ainda fazendo a relação entre DS e qualidade de vida, esse agricultor, que cursou até a terceira série do ensino fundamental, declara que “muitas coisas que são tratadas nos cursos deveriam sair do papel, precisa ser posta em prática pra gente ver crescer esse desenvolvimento. Nós temos comunidades que não têm nenhum tipo de assistência: não têm conhecimento de assistência técnica (...) Trabalham, mesmo, na força da vontade e do braço porque precisam sobreviver (...)”.

Eu pude aprender nesses cursos a vê mais as coisas (...) Eu vejo, hoje, principalmente pra agricultura familiar, que nós precisamos de estrada, nós precisamos de assistência técnica, de melhoramentos na qualidade de semente e isso nós não temos. Nós precisamos de incentivos, como adubo pra algumas comunidades que já foram trabalhadas desde muitos anos e hoje a terra só vai produzir se tiver um adubo pra ajudar no crescimento das plantas e isso não existe. Então, hoje eu acredito que o nosso município tá, em parte, quase isolado da nossa cidade. Eu estive esses dias agora, dia 17, eu fui aqui numa região de Santarém Mirim que é quase 100 quilômetros e pra lá tá praticamente intrafegável e não se pode dizer que tem desenvolvimento numa região dessa, quando se tem uma estrada numa situação dessa, que os produtores não podem escoar sua produção (CECÍLIA⁸).

Ciana, ao se referir ao conteúdo dos cursos do CEFT-BAM, destacou também a ênfase dada ao DS.

Para Emergildo, a qualificação e capacitação mereceu relevância, seja pela entonação da voz, pelo interesse em mostrar os certificados, ou pela forma como ele guarda a memória dos cursos. Ele mostra que, juntamente com a associação que preside,⁹ fez vários cursos: plantio de milho, alimentação alternativa, plantio de mandioca, gerenciamento.

Viam a forma de como a gente deveria estar dentro da feira pra atender os clientes, por exemplo, a **gente não deveria ir totalmente bem relaxado**. Tinha de ir, mais ou menos na hora de comercializar o produto, a **gente tinha que se trajar melhor; saber atender o freguês**, que era uma das coisas principais pra que a gente pudesse

⁸ Cecília, é uma jovem de 29 anos, tem o Ensino Médio completo, sonha fazer faculdade e se inquieta com a falta de infraestrutura da região.

⁹ Trata-se da Associação dos Produtores Rurais de Santarém (APRUSAN). Essa associação é formada por produtores de verdura que trazem a sua produção pra vender nas feiras de bairro de Santarém e no Mercado 2000. A associação recebeu muitos cursos não só da EMATER, mas de outras ONG's e da Secretaria da Agricultura de Santarém.

contar com ele outra vez comprando nossos produtos, e também a questão de higiene no local onde a gente trabalhava dentro da feira.

Das suas falas sobre o curso, é possível perceber: primeiro, que a formação, quando direcionada para um alvo, pode trazer resultados satisfatórios. Na produção do Sr. Emergildo, pôde-se perceber alguns cuidados tais como a limpeza do pomar, no uso das sobras de poda e da capina na adubação, além do bom nível de informação sobre as questões do seu cotidiano. Na visita à feira, durante o dia e duas vezes à noite, quando chegavam as frutas e verduras, também se percebia cuidados como manter os tabuleiros limpos, colocar as sobras em sacos ou no paneiro, a higiene pessoal dos vendedores. Coisas simples, mas que poderiam não ser observadas se alguém não lhes chamasse atenção para esses valores, como afirma Emergildo: “a gente não deveria ir totalmente bem relaxado”, ele diz isso se referindo à higiene corporal. “A gente percebe que mesmo as roupas simples, bastante usadas, não trazem o suor do corpo no sol da Amazônia.”.

Ele citou como fonte para a formação os cursos oferecidos pela EMATER, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), CEAPAC e Instituto Gestor de Pesquisa na Amazônia (IGPA). Sobre as dificuldades com o crédito, Sr. Emergildo afirma que o crédito se constitui a principal barreira para pôr em prática os conhecimentos que as pessoas adquiriram nos cursos.

Indagado se punha em prática o que aprendeu nos cursos, ele riu e fez com as mãos um gesto de interrogação, e respondeu: “em parte eu acredito que sim, porque a gente, realmente, tenta pôr em prática aquilo que a gente aprende”. Novamente indagado: porque você está rindo? Porque em parte?

Porque nem tudo a gente pode pôr em prática, aquilo que a gente aprende, principalmente com relação a nossa situação financeira. Pra mim trabalhar e pôr em prática tudo, eu precisava de ter condições financeiras pra mim aplicar o conhecimento técnico que eu aprendi em cima daquilo que eu preciso (...) eu continuo sendo um pequeno produtor, mesmo trabalhando com sacrifício, e a gente vive aqui há muito tempo e nossa vida como agricultor tem sido assim, sacrificada.

Chamou atenção a motivação dos cursos: para Cecília, a motivação estava relacionada à necessidade de gerar renda, obter um emprego, como se pode observar abaixo:

(...) foi a necessidade de obter conhecimento que me ajudasse a ter um emprego, ter uma renda. Aprender algo que me ajudasse a ter melhoria na qualidade de vida (...) que fosse possível colocar em prática (...) que melhorasse a qualidade do que já se produz e que reduzisse a mão-de-obra gasta no trabalho (CECÍLIA).

Entretanto, para Emergildo foi diferente, ele declarou:

Eu acho que é muito bom a gente ter conhecimento. Eu sempre fui uma pessoa, assim, curioso pra buscar conhecimento. Hoje, a gente reúne muito nas comunidades

e a gente vê que vários problemas que acontecem hoje, principalmente, dentro na nossa feira, são por falta de informação, por falta de conhecimento. Então, a gente motiva os nossos associados, os nossos representantes a levar essas informações pros associados pra que eles estejam atualizados com o que está acontecendo. (EMERGILDO).

Com relação à divulgação dos cursos, pôde-se perceber que a EMATER avisa pela rádio ou envia recados à comunidade sobre qual o curso a ser oferecido. Por exemplo, a cultura do açaí ou outra cultura. O Sindicato também divulga os cursos em suas reuniões. Quanto às ONGs, elas escolhem a comunidade em função de um projeto, de acordo com o edital que elas estão concorrendo; isso significa dizer que são os editais que vão indicar o que será realizado, ou seja, qual problema social será contemplado. É em função disso que as ONG's organizam e divulgam suas atividades. Mas, em última instância, as palavras de Emergildo parecem indicar os meios mais eficazes de divulgação:

Geralmente a gente vai mesmo por vontade própria, porque quando traz esses cursos, assim, antes, vêm as informações que vai haver um treinamento, e a gente se interessa e participa (...) quando eu sei de cursos, eu aviso para os meus companheiros. (EMERGILDO).

Quanto à carga horária e duração, Emiliano afirma que os cursos da EMATER, normalmente, são de uma semana, cinco dias, 40 horas. Ele reconhece que isso traz problema para os agricultores, uma vez que eles têm que se afastar uma semana do trabalho. A solução apontada por esse entrevistado seria os cursos terem uma carga horária maior, mas ofertados por módulos, ou três vezes por semana. Os outros entrevistados não se manifestaram sobre o assunto. Para o CEFT-BAM, os cursos obedecem a um planejamento prévio.

No que diz respeito à metodologia, os cursos de qualificação e capacitação são realizados por meio de aulas expositivas e práticas: “isso depende do curso”, conclui Emiliano.

A gente usa a visita, a orientação técnica, através da conversa. **Deixa-se, às vezes, apostilas com eles e orienta pra que ele pegue o filho (a) ou alguém pra ler com ele e tirar as dúvidas que nós não conseguimos tirar, procurar o seu vizinho.** Demonstração de métodos, que é chegar lá e mostrar pra ele: olha, essa adubação tem que ser feita assim; reuniões, treinamentos, cursos. Mas o mais utilizado pela assistência técnica é a demonstração de métodos, que é mostrar na prática, pra eles como acontece aquela coisa que estamos mostrando (EMILIANO). (Grifo nosso).

Os cursos de Agroflorestal ministrados pelo CEFT-BAM também foram realizados em módulos e possuíram uma parte prática e outra parte teórica, com as áreas de demonstração. Pelas informações dos entrevistados do CEFT-BAM, os egressos que colocaram em prática os conhecimentos adquiridos no curso valorizaram a sua propriedade e melhoraram os rendimentos da família. Contudo, não se pôde visitar uma propriedade próxima a Santarém

por falta de transporte adequado para chegar até a comunidade. O CEFT-BAM também ofereceu muitos outros cursos de qualificação focados em projetos e trabalhou simultaneamente com a formação de multiplicadores.

5.2.3 A percepção dos atores

O quadro a seguir apresenta, de modo sucinto, a percepção que os entrevistados têm sobre a educação.

Quadro 15 – Opinião dos entrevistados sobre qualificação e capacitação

EMATER	<p>Emílio: antes a política era diferente (...) a capacitação era pra cumprir metas (...) o que nós tamos trabalhando? A capacitação desses agricultores.</p> <p>Emanuel: (...) quando chega o treinamento (...) algumas instituições que ministram para cumprir metas; (...) falta pesquisa; (...) as ONG's (...) os cursos se acabam com eles mesmos, quando termina; (...) tem a casa familiar rural.</p> <p>Emiliano: (...) todos os produtores recebem qualificação (...) agora têm os percalços: faltam recursos do Estado, faltam recursos da EMATER (...).</p> <p>Emergildo: (...) tem muito treinamento, (...) com relação ao milho; (...) curso baseado em alimentação alternativa; (...) plantio de mandioca; (...) comercialização; (...) nós passamos um ano e seis mês (...) uma aula por mês durante o dia (...) pra que a gente também pudesse aprender a produzir a produção orgânica; (...) todo eles são benéficos a quem participa.</p>
CEFT-BAM	<p>Célio: o objetivo central era capacitar os agricultores para gerenciar melhor a sua propriedade (...) o CEFT-BAM trabalha o conteúdo do que eu vou chamar de formação crítica do trabalhador.</p> <p>Celina: nossa região é muito difícil, para cada 100 agricultor é um técnico (...) o técnico joga a culpa no agricultor que este era preguiçoso, o agricultor dizia que não tinha acompanhamento técnico e ficava um jogo de empurra, empurra (...).</p> <p>Cecília: (...) faltava curso na EMATER, e os técnicos trabalhavam a visão da revolução verde, era a utilização de agrotóxicos (...) diferencial era produzir sem agrotóxico (...).</p>
STTR	<p>Sebastiana: (...) tem dificuldade de assistência técnica, as políticas não trabalham juntas e o agricultor que sai perdendo.</p> <p>Sebastião: (...) todo mundo qualifica, mas onde estão os qualificados (...) a associação dos produtores rurais (APRUSAN) recebeu muitas qualificações (...) e os outros? (...) agora tudo muda, já botaram mais uma letra, era DTRS e botaram mais um S (risos).</p>

Fonte: pesquisa de campo

Analisando o quadro acima com atenção, certamente se pode inferir que o problema da qualificação e capacitação dos agricultores familiares no município de Santarém apresenta questões significativas, uma delas diz respeito à gestão e ao controle social das políticas públicas, nesse sentido escreve Pedrini (2007):

O controle social se caracteriza no processo de mobilização social de acordo com a capacidade da sociedade civil organizada de interferir na gestão pública. Isso se viabiliza de forma coletiva, através da apropriação de processos, participação na deliberação, fiscalização das ações estatais, avaliação crítica, (re)orientação às ações e prioridades do Estado. (*Idem*, p. 226).

Procurar entender como ocorrem a gestão e o controle social dessas políticas no momento em que muitas das organizações sociais do Estado do Pará e do município de Santarém tiveram ou têm algum tipo de relação com o partido que detém o poder, o PT, é de suma importância. Contudo, essa questão, embora importante, não é objeto desta tese.

Essa questão envolve ainda a análise da relação entre atores sociais no que se refere à agricultura, que tem se traduzido na formação de Arranjos Produtivos Locais (APL's), por meio de implantação de pólos de produção. Essa parece ser uma alternativa interessante, contudo permanecem as mesmas inquietações em relação à gestão do bem público. Como funcionou o CDMRS de Santarém? Como se realizou (se isso ocorreu) a relação entre as políticas? A que interesses os cursos oferecidos serviram? Resumidamente, o agricultor familiar encontrou dificuldades em sua atuação:

(...) a gente tem essa cadeira no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável desde 2001, 2002, a gente tem essa cadeira garantida lá e, no governo anterior, a gente não teve nenhum desenvolvimento em relação a isso. No governo passado, agora continua, ele foi reativado, o conselho, pela discussão que a gente tinha nas reuniões a gente pensava que ia ser uma coisa maravilhosa, mas não saiu do papel (...). (EMERGILDO).

A entrevista com o representante do Conselho estadual reafirma as dificuldades apontadas por Emergildo com relação ao funcionamento do Conselho:

Eu me lembro que nós fizemos trabalho junto com o Ministério da Saúde, Ministério da Educação, pra tentar pegar essas políticas todas, mas tinha briga interna no Ministério da Agricultura, nos níveis federal, estadual e municipal. (...) vamos dizer assim, a saúde e a educação não queriam ficar em segundo plano de jeito nenhum. A saúde queria seu lado, a educação queria seu lado e a agricultura (...) e nós que puxamos isso de fazer Conselho Unificado, nunca eles deixaram. A nossa proposta era fazer um Conselho, um Conselhão e, lá dentro do Conselho, tiraria um grupo de trabalho da educação, grupo de trabalho de saúde, grupo de trabalho da agricultura, só que isso nunca foi pra frente. Porque o Sindicato dos Trabalhadores Rurais saía de uma reunião daqui, ia pra outra reunião ali, o cara participava de cinco, seis Conselhos dentro do município, acabava só participando de Conselho, em vez de estar trabalhando pra ativar aquilo era só reunião por reunir. Então, vamos propor um Conselho grande e, dentro do Conselho pra todos os órgãos, a gente coloca funcionários pra trabalhar cada questão, dos idosos, das crianças, da educação, da saúde e infelizmente não deu certo (CONSTANTINO¹⁰).

¹⁰ Constantino é engenheiro agrônomo e foi presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), durante 10 anos.

É importante ficar atento ao funcionamento dos conselhos e do papel que eles exercem no âmbito das políticas públicas e sociais. Celina reafirma o que foi exposto acima. Ela mostra que sempre houve muitas dificuldades para o conselho funcionar, que havia divergência de ideias: “quando se trata de agricultura familiar, começa a haver conflito de interesses contrários e com isso as reunião não dão quórum e há desestímulo” (CELINA).

De acordo com Pedrini (2007), a instrumentalização dos conselhos gestores de políticas pelo Estado deve-se aos seguintes fatores: a multiplicação/ampliação dos espaços públicos, embora tenha contribuído para a “partilha do poder”, muitas vezes, parece ter resultado em fragmentação institucionalizada/legalizada do poder. Os conselhos gestores de políticas, em muitos casos utilizados pelos governos (sobretudo locais) para legitimar as suas políticas (PEDRINI, 2007, p. 228).

Para que haja planejamento é necessária a existência de uma base de dados e recursos disponíveis, e o conhecimento da realidade. A EMATER não dispõe de dados sobre os cursos que realizou. As organizações parceiras (STTR, FETAGRI, SAGRI, EMATER, CEFT-BAM, CEAPAC, AOMMT-BAM, etc.) não sabem quantos agricultores familiares pleitearam o PRONAF e quantos conseguiram o crédito; desconhecem o montante dos recursos disponíveis para realizá-los, isso porque “planejar é pensar sobre aquilo que existe, sobre o que se quer alcançar, com que meios se pretende agir.” (Oliveira, 2007. p.21).

5.3 Avaliação

A avaliação da capacitação será apresentada a partir de duas perspectivas: a dos alunos/agricultores e dos professores/facilitadores. A avaliação feita pelos alunos é positiva, eles declaram que tiveram um bom aproveitamento do curso e que foram bem ministrados.

O Sr. Emergildo, que realizou cursos ministrados pela EMATER, reconhece a importância do conteúdo, enfatiza o papel das ONGs, e declara que põe em prática dentro do possível o que aprendeu. Mas aponta como ponto negativo o crédito:

O ponto mais negativo que eu vejo é porque como nós vamos falar de crédito, o ponto mais negativo é a gente se preparar pra o desenvolvimento na agricultura e, quando é na hora, a gente tem dificuldade na hora de ter um financiamento pra gente poder trabalhar (...). Existe uma dificuldade muito grande que além dos créditos serem pequenos, eu falaria até pouco, a gente esbarra numa burocracia que, às vezes, impede de a gente conseguir esse crédito (...). É uma minoria que consegue (...). Não fica bem claro porque, de vez em quando, tem uma mudança e a gente se adaptar em mudança e, nessas mudanças, é que a gente vai perdendo tempo e não consegue o crédito. (EMERGILDO).

Foi possível verificar os prejuízos que esse entrevistado teve em decorrência da *política* interna do Banco do Brasil. Ele obteve um empréstimo de R\$ 1.000,00 e foi informado quando saiu o recurso que quem pagasse direitinho ia dobrando o valor: “eu paguei, ainda tava no prazo e logo depois eu tive a necessidade de outro empréstimo e não consegui mais”. Utilizou os recursos

(...) pra criações de galinha caipira. Eu precisava fazer uma estrutura, tanto que essa cerca que tem aqui é dinheiro do PRONAF. Eu cerquei uma tarefa e meia de terra, que era pra poder criar as galinhas dentro do cercado; fiz um galinheirinho, comprei bebedouro, comprei comedouro, fiz uma estrutura, mas aí depois eu não tinha dinheiro pra comprar pinto, comprar ração, essas coisa; e eu peguei o dinheiro logo que dava pra mim pagar essa parcela pensando em pegar a outra parcela maior pra poder comprar pinto, comprar ração e dar continuidade. Aí, quando eu procurei, o Banco disse que não tinha dinheiro na época pra mais financiamento no PRONAF, o governo tinha suspenso (Idem).

O PRONAF B corresponde a uma linha de crédito para agricultores que têm uma renda mensal de até R\$2.000,00. Ocorre que, em muitos Estados, como no Ceará, esse crédito foi suspenso devido ao elevado índice de inadimplência na Amazônia, mas, segundo fontes pesquisadas (Banco do Brasil e BASA), o crédito não chegou a ser suspenso. É como afirmou Sebastião ao ser entrevistado: “Os Bancos criam a maior dificuldade para liberar o crédito. Quando o sindicato convida para reunião vem o gerente; então acertam, planejam, depois a relação junto ao banco se dá com o técnico, o gerente não é encontrado, e tudo que foi acertado fica por isso mesmo.”. (SEBASTIÃO).

Cecília, que fez cursos apenas no CEFT-BAM, também mostra que

Com relação ao conhecimento adquirido, foi muito positiva, mas infelizmente nem sempre é possível colocar em prática; por falta não só de condições financeiras como também de infraestrutura, estrada com condições de tráfego, transportes adequados, energia elétrica e ter como comercializar a produção.

Ela afirma ter aprendido sobre compostagem, produção de mudas, consórcio de plantas, controle biológico de pragas, etc. Admite que, de certa forma, o curso mudou a sua vida. As terras são dos pais dela, eles que têm o crédito, ela faz viveiros e produz mudas que vende a partir de seis meses, “mas isso é muito pouco diante do resultado que eu poderia ter se tivesse água encanada e energia elétrica e como escoar a produção sem machucá-los e perder parte da qualidade”. É catequista e faz outros trabalhos sociais junto à Igreja Católica. Ela não está feliz nesse trabalho:

De certa forma, melhora a minha vida, mas não é o suficiente para eu viver com dignidade. Como você sabe, uma pessoa tem muitas necessidades, sou jovem, quero estudar, pretendo me formar, quero viver melhor; acredito que isso é direito de toda pessoa. A gente assiste uma televisão, vê as pessoas cursando faculdade, usando roupa da moda, ou até mesmo um corte de cabelo bonito, uma unha bem feita, a gente também quer essas coisas, a gente quer ter uma vida melhor, a gente quer ser

visto, ser admirado. Aqui a gente não tem nada disso. Não que seja ruim viver aqui, mas a gente não tem o suficiente para viver com dignidade. Falam que é o agricultor que tem que ficar no campo, tem que produzir, mas quem fala isso não ficou na roça, foi pra cidade, falta tudo pro jovem, pra todo mundo. (...) O governo do Estado lançou o Pró-Jovem, foi uma para a juventude, o programa oferece aulas dinâmicas, é uma bolsa de estudo no valor de R\$100,00 reais para o jovem de 18 a 29 anos que não concluiu o ensino fundamental. Mas o programa só atende o jovem urbano, o jovem rural vive sem expectativa de vida, por isso os jovens estão sumindo do campo e vindo para as periferias das cidades em busca de uma vida melhor, que nem sempre isso acontece, o resultado é prostituição e marginalidade (CECÍLIA).

A entrevistada considerou os professores/facilitadores muito bons, com capacidade de prender o interesse dos alunos e demonstrou domínio do conteúdo. Avalia que o acesso ao PRONAF é altamente burocrático e que o crédito não contribuiu para a melhoria da qualidade de vida:

meu pai ficou inadimplente, fez um financiamento para um produto que não existia comércio, e não teve como pagar. O que resta é um motor que praticamente não utiliza, pois não tem condição de manter o funcionamento com óleo *diesel*. A falta de conhecimento, na maioria das vezes, faz as pessoas se iludirem e fazer coisas que irão se arrepender amargamente.

A avaliação feita pelo professor/facilitador da EMATER, Emiliano, enfatiza a deficiência da assistência técnica, diz que nos últimos 10 anos a empresa teve, em média, 17 técnicos e que hoje tem 50, mas que não é suficiente; que falta infraestrutura no município, ramais, exemplificou e que a frota de veículos é insuficiente e incompatível com as estradas da região.

Também cita como ponto negativo a inadimplência que, em sua opinião, decorre dos modismos, de se buscar financiamento para plantar o que está em moda. Mostra que os agricultores têm dificuldade de colocar em prática o conhecimento supostamente apreendido e conclui afirmando que o agricultor “faz da forma que ele acha melhor”.

Afirma, ainda, que a baixa escolarização dificulta o aprendizado e que, ao final do curso, utilizam uma técnica de avaliação em que os agricultores avaliam marcando as carinhas. “Todos marcam a carinha sorrindo, mas eu penso que eles marcam assim porque o instrutor tá ali, quem levou o treinamento pra lá, tá lá. Eles fazem, mas não põem em prática”.

A avaliação que eu faço sempre são isso aí: as deficiências. Eu sempre digo que o Município e o Estado deveriam colocar mais verba na agricultura e não deveriam haver os desvios que têm(...). Os próprios comunitários não tão... as coisas de cobrar da assistência técnica; eles não cobram. Eles não cobram do poder público, eles tão sem estrada, sem ramal lá. Tem isso, também. Não existe cobrança (...) se eles pudessem ter emprego, eles largariam tudo e vinham se empregar (...) hoje quem tem dois aposentados em casa deixou de trabalhar. Na zona rural acontece isso hoje. Ah, O vovô e a vovó estão aposentados. Pronto. São dois salários, quase mil reais (EMILIANO).

Questionado sobre o que essa experiência de tantos anos trabalhando no campo acrescenta na sua prática profissional e na sua vida pessoal, ele respondeu:

Na prática profissional, conhecimento, experiência de coisas que no início você até fazia pensando que era o certo e não era e que você deixa de fazer. Por exemplo, há dez anos atrás, eu comprei a minha casa com dinheiro de cursos e hoje eu não dou mais curso quando me é pago porque eu não deixo nada lá naquele curso. Não deixo nada. O produtor passa cinco dias na sala de aula e tudo, as anotações que ele fez e se você for perceber no final, ele não vai aplicar, como eu to lhe dizendo. Ele não vai ter futuro, algum pouco conhecimento, alguma coisa mínima que ficou e o técnico da EMATER saiu dali com seus R\$ 2.000,00, R\$ 3.000,00 no bolso e no final não ficou nada naquele treinamento. Eu sempre cito uma coisa: rua deve ser asfaltada onde a população quer, porque as ruas são asfaltadas e no outro dia você vê cheio de mato porque ninguém tá zelando por aquilo dali, então, treinamento deve ser dado onde a população quer. O que *ela* quer. (Idem).

As palavras desanimadoras do instrutor entrevistado, em certa medida, refletem a pouca efetividade que as políticas de qualificação e capacitação, em especial o PRONAF, parecem ter na realidade observada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações que ocorreram no mundo do trabalho nas últimas décadas mobilizaram o movimento social, o Estado e os trabalhadores para forjarem alternativas que respondessem ao desemprego e à pobreza.

Muitas dessas alternativas voltadas para a geração de trabalho e renda decorrem de políticas públicas e sociais. A orientação, de modo geral, nessas políticas, consiste em juntar crédito, qualificação e capacitação dos trabalhadores para que eles sejam capazes de gestar os seus próprios negócios.

Nesse contexto, a educação é evocada pelas políticas públicas como necessária à transformação das condições de pobreza e miséria, como canal de acesso a informações e à justiça. Não se trata unicamente da educação escolar, da defesa da educação básica e da educação do campo, mas também da qualificação técnica e social, ou seja, processos educativos que se referem à capacitação e qualificação para o emprego, empreendedorismo e atuação social.

Trata-se, antes de tudo, da educação que ultrapassa os muros das formalidades e institucionalidades e que está presente na produção associativa e na organização e luta dos trabalhadores, ainda que, em muitos casos, apresentem uma lógica contraditória.

Os processos educativos não ocorrem apenas na escola formal e nas instituições de ensino, mas nos conselhos, sindicatos, associações, cooperativas e outras organizações.

A qualificação e a capacitação são instrumentos do PRONAF, já que esse programa atua por meio de três linhas de ação: crédito, capacitação e infraestrutura e tem como objetivo promover a melhoria das condições de vida e a inclusão social dos agricultores familiares, desenvolver as tecnologias por eles utilizadas e dar-lhes acesso a novas tecnologias e promover o desenvolvimento sustentável.

Frente aos objetivos do PRONAF, o ponto de partida desta tese foi a busca da compreensão de algumas categorias presentes nos textos dos documentos que informam sobre esse programa tais como inclusão social; desenvolvimento sustentável; empreendedorismo e empoderamento; e conhecer o que foi transmitido nos cursos de qualificação aos agricultores.

Observou-se tratar de categorias imprecisas, polissêmicas e que são utilizadas com diferentes concepções, para justificar interesses às vezes antagônicos e conflituosos. São termos presentes nos documentos de políticas públicas formuladas tanto para os agricultores

familiares como para os representantes do agronegócio. A polissemia tem implicações no planejamento da definição da ação política.

Pode-se verificar, tanto na EMATER regional do Baixo Amazonas como de Santarém e no CEFT-BAM, a falta de cuidado, de zelo com os registros das ações das políticas e programas executados pelos mesmos.

A impressão que restou foi que a cada nova gestão tem-se novo início que ignora o que já foi realizado. Considerou-se que isso pode fragilizar a capacidade dos agentes dessas políticas de negociarem com os bancos, rever conteúdos e métodos da qualificação e capacitação e propor reajustes nesses programas.

Considerando que a questão central desta tese foi a análise dos processos de qualificação e capacitação dos agricultores familiares do Baixo Amazonas, no âmbito do PRONAF, que une crédito e capacitação e qualificação no sentido de conhecer o que lhes foi transmitido e o que os mesmos consideram que mudou em suas vidas, foi possível constatar: a) que não há consistente vinculação entre as ações de crédito e qualificação, sendo que se observa agricultores beneficiados pelo crédito que não participaram dos cursos oferecidos, assim como agricultores egressos dos cursos que nunca obtiveram o crédito; b) que as ações desenvolvidas pelas instituições executoras do PRONAF (EMATER e CEFT-BAM) são orientadas muito mais para o incentivo ao associativismo e cooperativismo que para transformar o saber-fazer dos agricultores alvo do programa.

Observou-se ainda a ausência de monitoramento, os cursos são estanques e visam ao cumprimento de uma carga horária e de um programa que, na maioria das vezes, só está escrito na proposta que foi para o MTE/SEFORMDA/SAF/SDT, no mais, está na *cabeça do técnico*, o qual reconhece que de tanto ministrar esses cursos já não se faz necessário planejá-los.

Com relação à EMATER, constatou-se que os conteúdos dos cursos consistem em técnicas de plantação e produção, que na maioria das vezes se sobrepõem às experiências tradicionais dos agricultores e que nem sempre não são postas em prática, como cuidados na produção, em que é enfatizada a questão da higiene, do armazenamento e comercialização.

No que se refere ao CEFT-BAM, os cursos, em geral, fazem parte de um projeto que culmina na qualificação e produção. Nesse sentido, a qualificação é focalizada na produção, na organização dos agricultores e na gestão. Ocorre que os projetos são limitados, quando terminam, os agricultores são abandonados à própria sorte, sem acompanhamento para consolidar o aprendizado. Não há pesquisa, monitoramento e acompanhamento das ações.

Geralmente os parceiros não sabem dizer o que aconteceu com os agricultores ao final daquele projeto.

Do ponto de vista da política pública, muitas vezes há um descompasso entre a atividade produtiva do agricultor e o curso que realizou. Muitas pessoas fazem os cursos porque gostam de aprender coisas novas, ou na esperança de que aquele conhecimento lhe possa ser útil, ajudando-o na melhoria da renda.

A qualificação e capacitação definida para aos agricultores familiares não assentados se deu de forma fragmentada e pontual, além de não estar relacionada ao crédito. Os agricultores participaram dos cursos não porque fizesse parte das estratégias de plantação/produção de uma determinada cultura para qual receberam financiamento, mas porque a EMATER, o CEFT-BAM, o SINDICATO, SAGRI levaram o curso para a comunidade.

Existem iniciativas que unem produção e qualificação a exemplo daquelas desenvolvidas pela APRUSAN, mas a reclamação recorrente é de que os projetos não recebem financiamento dos bancos. O que se pode inferir, por meio dos depoimentos, é que os bancos exercem um rigoroso controle sobre a liberação dos créditos cujos critérios não são explícitos aos agricultores e suas organizações.

Também se pode perceber, pelos depoimentos e pelas observações no campo, que muitos agricultores estão desencantados e desiludidos com tantas promessas, que já não guardam esperanças quanto à melhoria das condições de vida e trabalho frente à falta de infraestrutura, saúde, escola, crédito, assistência técnica e lazer na região. Por tal razão, muito frequentemente, esses agricultores declaram que não desejam que seus filhos permaneçam na agricultura.

Os agricultores parecem ter pouca experiência em lidar com dinheiro; muitos, quando recebem o crédito, não sabem a melhor maneira de empregá-lo.

A relação qualificação e capacitação e ressignificação do trabalho ocorre na medida em se percebe que a formação do agricultor não se faz apenas pelos cursos ou pela assistência técnica, mas por outras relações que são impulsionados a desenvolver. Nesse sentido, as mudanças, mesmo que sutis, ocorrem e são percebidas, quando se observa, por exemplo: a preocupação *com a água de beber*¹, com as fossas, com a diversificação da produção, com a formação de pomares nos quintais da casa, com os aceiros antes das queimadas, em não recolher todos os ovos dos quelônios da natureza, em perceber a importância das madeiras de

¹ Expressão usada para designar a água que é trazida dos rios (o Amazonas ou afluentes), coada e depositada em um pote para ser consumida.

lei e essências florestais, a formação de cadeias produtivas, o aproveitamento dos derivados da mandioca, a melhoria do trato com a farinha, a preservação das cabeceiras dos igarapés, dentre outros.

A despeito desses processos de qualificação estarem, muitas vezes, imbuídos de uma lógica mercantil que busca ressignificar o trabalho desses agricultores com vista a adequar às exigências de consumidores exigentes de “qualidade” sob o argumento da necessária modernização da agricultura.

Pelos depoimentos de alguns entrevistados, pôde-se observar que coisas novas e boas também têm surgido no município de Santarém e que apontam a melhoria da produção, a exemplo do Pólo do Abacaxi, da feira de verdura da APUSAM, da cadeia produtiva da mandioca e da Feira da Produção Familiar.

Dessa forma, pode-se supor que as transformações averiguadas na produção e na organização dos agricultores guardam alguma relação com os cursos que realizaram, as lutas sindicais, mas também com a luta pela titulação da terra, dentre outras formas de organização e experiência.

Embora se perceba que o crédito e a qualificação são necessários para promover melhorias às populações ribeirinhas e de terra firme do Baixo Amazonas, e que houve um significativo investimento de recursos por parte das políticas públicas na região, não é possível afirmar que o PRONAF tenha contribuído para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, possibilitando a conclamada inclusão social e o desenvolvimento sustentável, tão reafirmados em seus documentos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, 1992
- ABRANCHES, Sergio Henrique; SANTOS, Wanderley Guilherme dos; COIMBRA, Marcos. **Política social e combate a pobreza**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1987. 126p. ABRANCHES, 1987.
- ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. Controle social e políticas públicas no espaço rural brasileiro. In: Dalila Maria Pedrin; Telmo Adams; Vini Rabassa da Silva. (Org.). Controle social de políticas públicas: caminhos, descobertas e desafios. São Paulo: Paulus, 2007, 237 p., p. 151-177.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo, 1995.
- ARAGÓN, Luis E (org.). **População da Pan Amazônia**. Belém: [s.d.], 2005.
- ARANHA, Antonia, MACHADO, Lucília. Qualificação Profissional. In: FIDALGO, Fernando, MACHADO, Lucília. Editores. **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte. Núcleo de Estudo sobre Trabalho e Educação, 2000. P.274.
- ARRAIS, Enéias Neto. Desqualificação global do trabalho: as excentricidades de uma visão unitária da classe-que-vive-do-trabalho. In: Trabalho e Crítica: Anuário do GT de Trabalho e Educação ANPED. **Anais...** Florianópolis: NUP, 2002.
- ARROYO, Miguel. Por um tratamento público da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castanho e JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004.
- BANERJEE, Subhabrata Bobby. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, Marcionila e GUERRA, Lemuel (org.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. 2 ed. Belém: UNAMAZ/UFPA/NAEA, 2006.
- BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BAUMAN, Zigmund. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BANCO DO BRASIL. Sistema de Informações Agropecuárias e do Abastecimento (SIAGRO). Disponível em: www.cna.org.br/siagro/cna_navegacao.htm
- Acesso em 30 de jun. de 2008

BECK, Ulrich. A reinvenção da Política: rumo a uma teoria de modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich, LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BECKER, Berta. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

BECKER, Berta. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982: 27 – 28.

BOSI, Eclea. **Tempos vivos da memória**. Atelier Editorial, 2003

BOTO, Carlota. **A escola do homem novo: entre o iluminismo e a Revolução Francesa**. – São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1996.

BRANDÃO, Carlos. **Territórios e desenvolvimento: as múltiplas escolas entre o local e global**: São Paulo: Unicamp, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Belo Horizonte: [s.n.], 1996.

BRASIL. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Presidência da República. Governo Fernando Henrique Cardoso, Brasília, 1995. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDIA.HTM>. Acesso em Julho de 2008. Acesso em 12/06/2009.

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil 1988**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

BRASIL. Decreto n. 1.946, de 28 de junho de 1996. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/DEC%201.946%20PRONAF.doc>. Acesso em 17 set. 2008.

BRASIL. **Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentável (PLANFOR)**. Brasília. DF: MTb. SEFOR, abr. 1995. (Série Avança Brasil)

BRASIL. FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável: Projeto UTF/BRA/036**. Versão resumida. [Brasília]: INCRA, 1994.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Brasília: [s.n.], 2006. Disponível em: www.planalto.gov.br/...2006/2006/Lei/L11326.htm- Acesso em 21/05/2008.

BRASIL. **Lei nº 4.669**, de 9 de novembro de 1976. Brasília: [s.n.], 2006.

BRASIL. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA). **Plano Plurianual 1996-1999**. [Brasília]: [s.n.], 2002.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Portal do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <www.mda.gov.br/credito/anofiscal> Acesso em 23 de jun. 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Portal do Desenvolvimento Agrário** Disponível em: <www.mda.gov.br/credito/anofiscal.asp> Acesso em: 27 jun. 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Portal do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <www.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=476> Acesso em: 25 jun. 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Portal do Desenvolvimento Agrário** Disponível em: <www.mda.gov.br/std.php?sccid/476>. Acesso em: 25 jul. 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Portal do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <www.mda.gov.br/std.php?sccid=477> . Acesso em: 28 jul. 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Home page**. Disponível em: <www.defesa.gov.br/nivel13/index.asp?id=246&cod=NRIQU>. Acesso em: 14 mai. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). “**Política nacional de assistência técnica e extensão rural: Versão final: 25/05/2004**”. Disponível em: <www.mda.gov.br/saf/arquivos/0878513433.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria do Desenvolvimento Territorial. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**, Brasília, DF: [s.n.], 2005.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico. **Plano Plurianual 2004-2007**: projeto de lei/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico. [Brasília]: [s.n.], 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Políticas Públicas de Emprego e Renda: Ações do Governo**. Brasília: [s.n.], 2000.

BRASIL. **Mitos e lendas**: sejam bem-vindo(a). Disponível em: <www.rosanevolpatto.trd.br>. Acesso em: 1 ago. 2007.

BRASIL. **Plano Nacional de Qualificação – PNQ 2003 – 2007**. Disponível em www.oci.es/etp/planonacionalqualificacao. Acesso em 23/07/2008.

BRASIL. **Portal Territórios da Cidadania**. Disponível em: <www.territoriosdacidadania.gov.br>. Acesso em: 13 nov. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA/SAF/Dater. 2004

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. [Brasília] : MDA, 2005. (Série Documentos SDT; n.1)

BRIAN, Newton Antônio Paciulli. Desenvolvimento e desenvolvimento sustentável: metamorfoses do conceito e as suas relações com a política educacional. **Revista de Educação PUC**. Campinas, n. 20, p. 33-42, jun., 2006.

BUCLET, Benjamin. **Le Marché International de la Solidarité: lês Organisations non Gouvernementales em Amazonie Brésilienne**. École des Houtes Études en Sciences Sociales, 2004.

CALDART, Roseli S. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli S., MOLINA, Mônica Castagna (orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CARVALHO, David Ferreira. Desenvolvimento sustentável e seus limites teórico-metodológicos. In: FERNANDES, Marcionila, GUERRA, Lemuel (org.). **Contra-Discurso do desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006. 245p.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Vânia e TURA, Letícia. **A expansão do monocultivo da soja em Santarém e Belterra: injustiça ambiental e ameaça à segurança alimentar**. (FASE-Amazonia. [S.l.]: [s.n.], 2009.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lúcia e YAZBEK, Maria Carmelita (orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000.

CASTELLS, Manuel; MAJER, Roneide Venancio; Gerhardt. Klaus Brandini. **A sociedade em rede**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A era da Informação: economia, sociedade e cultura ; v.1)

_____ **O poder das identidades**. 4. ed. São Paulo. Paz e Terra, vol.2, 2006. (A era da Informação: economia, sociedade e cultura ; v.1)

CASTRO, Edna. **Estado e políticas públicas na Amazônia em face da globalização e internacionalização de mercados**. [S.l.]: [s.n.], [200-].

CASTRO, Edna, HURTIENNE, Thomas (org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia: Gestão e Desenvolvimento Regional**. Belém: Editora CEJUP, 2001. (Série Estado e Gestão Pública)

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COELHO, Maria Célia Nunes, MATHIS, Armin (org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local na Amazônia: uma agenda de debate**. Belém: UFPa/NAEA, 2005.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governo Lula: da esperança à realidade**. São Paulo: Xamã, 2004.

CORRAGIO, José Luís. **Desenvolvimento humano e educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

CORREA, Vanessa P., SILVA, Fernanda F. Análise das Liberações Recentes de Recurso do PRONAF: Uma Mudança na Lógica de Distribuição? **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 38, nº.1, jan./mar., 2007.

CRIVELLAR, Helena. Qualificação coletiva e qualificação individual. In: FIDALGO, Fernando & MACHADO, Lucília. Editores. **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte. Núcleo de Estudo sobre Trabalho e Educação, 2000. P.271.

DAGNINO, Renato, FONSECA, Rodrigo Economia Solidária: incubadoras universitárias, cooperativas e tecnologia: uma definição de papéis. **PROPOSTA, Revista Trimestral de Debate da Fase**. [s.l.], v..31, n.. 112, abr./jun. 2007.

DEJOUR, Cristophe. **A banalização da injustiça social**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global: Assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação**. São Paulo: UNESP, 2005.

DUPAS, Gilberto. **O Mito do progresso**. São Paulo: UNESP, 2006.

DURKHEIM, Emile. **Da divisão do trabalho social; As regras do método sociológico ; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 245p. (Os Pensadores)

EMATER. **Sustentabilidade e Cidadania na Floresta** : projeto Edital FMNA nº001/2006, chamada II. Brasília: EMATER, 2006. P. 18.

EMATER. **Referência para uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Brasília: MDA, março de 2005.

EMBRAPA. Agricultura. **Home page**. Disponível em :< www.embrapa.br> Acesso em: 23 jun. 2007.

ENCICLOPÉDIA Eletrônica **Wikipédia**. Disponível em: <www.wikipedia.org>. Acesso em: 11 dez. 2008.

FAPEPI. **Home page**. Disponível em: <www.fapepi.pi.gov.br>. Acesso em: 23 mai. 2007.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. do agrário ao territorial. São Paulo: [s.n.], [19--].

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2006.

FERNANDES, Marcionila. Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito. In: FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel (org.). **Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. Belém: UNAMAZ/UFPA/NAEA, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed., rev. e aum. Rio de Janeiro: 1986. 1838p

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A educação profissional no planejamento plurianual do governo FHC**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais.

FIDALGO, F.; MACHADO, L. **Dicionário da educação profissional**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

FIORI, Jose Luis. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 239p. (Zero a esquerda)

FIORI, José Luis da Costa . Utopias e contradições do capital nos tempos de globalização. In: KRAYCHETE, G. et. al. (Orgs.). **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, v. 1, 247p, p. 39-65.

FISCHER-KOWALSKI e M. HABER, 1993 apud FENZL, Norbert. “Estudos de Parâmetros capazes de Dimensionar a Sustentabilidade de um Processo de Desenvolvimento” In: XIMENEZ, TEREZA; UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA. **Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia** 21. Belém: Universidade Federal do Pará, 1997. 657p.

FOA/INCRA. Diretrizes de Política Agrária e desenvolvimento sustentável: versão resumida do Relatório Final do Projeto –UTF/BRA, 1994.24p.

FOGAÇA, Azuele. A educação e a reestruturação produtiva no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco A. (org.). **Reforma do estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1998.

FRANK, André Gunder, FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. Lua Nova. **Revista de Cultura e Política: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea**, São Paulo, n. 17, jun. 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 230p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática 1995. In: GENTILI, Pablo, SILVA, Tomás. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes 1995.

FUNDAÇÃO GÉTULIO VARGAS. EAESP. **Home Page**. Disponível em: <www.eaesp.fgvsp.br>. Acesso em: 30 jun. 2007.

GARCIA, Afrânio e GRZYNSZPAN, Mário. Veredas da Questão Agrária e Enigmas do Grande Sertão. In: MICELI (org.). **O que ler nas ciências sociais brasileira**. SP. ANPOCS, Editora Sumaré; Brasília, 2002, p. 311-348.

GÉNÉREUX, Jacques. **O Horror político**: o horror não é econômico. Rio de Janeiro: Bertand, Brasil, 1998.

GENTILI, Pablo. O conceito de “empregabilidade”. In: LODI, Lúcia Helena (org.). **Avaliação do PLANFOR**: uma política pública de educação profissional em debate. São Paulo: Unitrabalho, 1999 (Caderno e Trabalho; v. 2).

GENTILI, Pablo A. A. **A falsificação do consenso. simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

GENTILI, Pablo A. A. et al. **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 303p. (Estudos culturais em educação)

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOHN, M. G. M. Educação não formal no Brasil nos anos 90. **Cidadania/Textos**, CAMPINAS, v. 8, n. 10, p. 1-15, 1997.

GOHN, M. G. M. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 20-31, 2005.

GOHN, M. G. M. **Movimentos sociais e educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009. V. 1. 120 p.

GOHN, M. G. M. Movimentos Sociais na atualidade. In: Maria da Glória Gohn. (Org.). **Movimentos Sociais no Início do Século XXI**: antigos e novos atores sociais. 3a ed. Petrópolis: Vozes, 2007, v. 1, p. 13-88.

GOHN, M. G. M. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008. 150 p.

GONH, M.G. (2004). Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, v. 13, n. 2, p. 20-31 apud HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. In: II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 25 a 27 de abril, 2007. **Anais...** Florianópolis: Brasil. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS, 2007.

GOHN, M. G. M. **Teorias dos movimentos sociais**: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. v. 1.

GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do séc. XXI**: antigos e novos atores sociais. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **A Abordagem marxista nos estudos sobre os movimentos sociais**. Disponível em <<http://www.unicamp.br/cemarx/mariagloria.htm>>. Acesso em Junho de 2009.

GREENPEACE. *Home page*. Disponível em: <www.greenpeace.org>. Acesso em: 18 jun. 2008.

GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v.5, n. 2, Abr./Jun. 2007.

GUHA E MARTINEZ-ALIER 1997 apud BANERJEE, Subhabrata Bobby. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel (org.). **Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. Belém: UNAMAZ/UFGA/NAEA, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p.189, v.2.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n. 7, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2006. 400p.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 5.ed.. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi, MEIRELES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. In: II SEMINÁRIO Nacional Movimentos Sociais Participação e Democracia, 25 a 27 de abril, 2007. **Anais...** Florianópolis: Brasil Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS, 2007.

HORTON, John. Anomia e alienação: um problema na ideologia da sociologia, In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, Jose de Sousa (org.) **Sociologia e Sociedade: leitura de Introdução à sociologia**: Rio de Janeiro Livros Técnicos e Científicos, 1978. p.91-106.

HURTIENNE, Tomas P. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável na Amazônia. In: COELHO, Maria Célia et al. (orgs.). **Estado e Políticas Públicas na Amazônia**: Gestão do Desenvolvimento Regional. Belém: CEJUP: UFGA-NAEA, 2001.

IBGE. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro IBGE, 2002. (IBGE, Censo 2000.)

ICAZA, Ana Mercedes, TIRIBA, Lia. Economia popular. In: CATTANI, Antônio D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Vozes, 2003.

INCRA. **Projeto Nacional de Reforma Agrária**. Mesorregião do Baixo Amazonas. 2009. 23p.

JESUS, Paulo de. Desenvolvimento local. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

JORNAL O Liberal. [Pará], [s.d.], 2007. Cad. Região Oeste do Pará, p. 12.

JORNAL O Liberal. [Pará], 31 de jul. de 2005. Cad. Região Oeste do Pará, p. 9.

KAKO, Michio. **Visões do futuro**: como a Ciência Revolucionou o século XXI. Rio de Janeiro: ROCCO, 2001.

LANDIM, Leila. Múltiplas identidades das ONGs. In: HADDAD, Sérgio (org.). **ONGs e universidades**: desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Abong; Peirópolis, 2002.

LEITE, Márcia de P. Qualificação, desemprego e empregabilidade. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v.11, n. 1, 1997.

_____. Razão técnica em crise: debate. In: ARAÚJO, Ângela M. (org.). **Trabalho, cultura e cidadania**. São Paulo: Serita, 1999.

LEITE, Sérgio. Políticas Públicas e Agricultura no Brasil: comentários sobre o cenário recente. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). **O desmonte da nação**: Balanço do Governo FHC: Petrópolis: Vozes, 1999.

LENHARDT, Gero; OFFE, Claus. Tentativas de explicação político-sociológicas para as funções e os processos inovadores da política social. In: Teoria do Estado e Política Social. [S.l.]: [s.n.], [19--]

LESBAUPIN, Ivo (org.). **O desmonte da nação**: balanço do Governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: estado, homem, natureza**. Belém: CEJUP, 1992 (Coleção Amazônia, n.2)

MACHADO, Lucília. **Competência e aprendizagem**. [S.l.]: [s.n.], 2000. Mimeo.

MACHADO, Lucília R. S. Qualificação do trabalho e relações sociais. In: FIDALGO, Fernando Selmar (org.). **Gestão do trabalho e formação do trabalhador**. – Belo Horizonte, MG: Movimento da Cultura Marxista, 1996.

MACHADO, Lucília. A educação e os desafios das novas tecnologias. In: FERRETI, Celso João (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MARCO Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Disponível em : <http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?scid=482>
Acesso em 19/04/2008.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar: 1973.

MARSHALL, George. **Discurso**. Disponível em: www.unificado.com.br/calendário/10/planommarshall.htm. Acesso em: 17 jun. 2008.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MDA/SAF. INCRA – Novo Retrato da Agricultura Familiar – Brasil redescoberto. <http://200.252.80.30/SADE>

MENEZES, Antonio Julio Neto. A Igreja católica e os movimentos sociais do campo: a teologia da libertação e o movimento social dos trabalhadores rurais sem terra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 50, p. 331-341, maio/ago. 2007.

MEREGE, Luis Carlos. **O papel do terceiro setor na construção de uma nova sociedade**: Centro de Estudo Terceiro Setor da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, Roberto José (org.). **Identidades sociais**: ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, v. 1, p. 15-40.

MORIN, Edgar. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 1990. 367p

NOGUEIRA, Maria Alice (org.). **Bourdieu e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NUGENT, Stephen. Utopias e Distopias na paisagem social, _____. In: ADAMS, Cristina; MURIETA, Rui; NEVES, Walter (orgs.). **Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. 364p

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Coleção Biblioteca Tempo Universitário, 79 – série Estudos Alemães, 1984.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. BR-163 Cuiabá-Santarém. In: TORRES, Maurício. **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005. P. 68.

OLIVEIRA, Bernadete Castro. **Todo dia é dia de Índio**: terra Indígena e sustentabilidade. In: Torres, Maurício. **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005. 495 p.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A Gestão Democrática da Educação no Contexto da Reforma do Estado. In: FERREIRA, Naura Syria C., AGUIAR, Márcia A. da S. (org.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. [Rio de Janeiro]: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Educação básica**: Gestão do trabalho e da Pobreza. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Dalila, DUARTE, Adriana. Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza. **Perspectiva**, Florianópolis, v.23, n. 2, jul./dez. 2005.

OLIVEIRA, Francisco. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Geraldo Benedito Batista de, COUTO, João Paulo da Silva. Política Pública de Desenvolvimento Rural Sustentável: O caso do nordeste mineiro. In: PEDRINE, Dalila Maria, ADAMS, Telmo, SILVA, Vini Rabassa (org) **Controle Social de Políticas Públicas**: caminhos, descobertas e desafios. São Paulo: Paulus, 2007.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. **Panorama e perspectivas do Sistema Público de Emprego no Brasil**. Disponível em <http://www.oas.org/ddse/english/documentos/cancun/01augusto_simoes-brasil.ppt>. Acesso em Junho de 2008.

ORTIZ, Renato. Mundialização, cultura e política. In: DOWOR, Ladislau; IANNI, Octávio e RESENDE, Paulo-Edgar (org.). **Desafios da globalização**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PARÁ. Plano Plurianual 2004-2007. Governo Simão Jatene. Belém: SAGRI, [s.d.]. P.2

PEDRINI, Dalila Maria, ADAMS, Telmo e SILVA, Vini Rabassa. Controle Social e fortalecimento da democracia participativa: dilemas e perspectivas. In: PEDRINE, Dalila Maria; ADAMS, Telmo; SILVA, Vini Rabassa (org) **Controle Social de Políticas Públicas**: caminhos, descobertas e desafios. São Paulo: Paulus, 2007.

PEREIRA, Bresser. Plano Diretor de Reforma do Estado. 1995, p. 3. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDIA.HTM>. Acesso em julho de 2007.

PEREIRA, Luciano R. de Magalhães. O marco jurídico da economia solidária no Brasil: entre a geração de trabalho e renda e a desoneração do capital. Tese de Mestrado. Belo Horizonte, agosto de 2008. UFMG.

POCHMANN, Márcio. **Atlas da exclusão social no Brasil** : Agenda não liberal da inclusão social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005. V.4.

POCHMANN, Márcio. Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e o Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de (org.). **Economia e Trabalho**: textos básicos. Campinas, SP: UNICAMP, IE, 1998.

POLÍTICAS públicas: Proteção e emancipação. Disponível em: www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp07.htm. Acesso em: 22 jul. 2007.

PRIMAZ. CPRM. **Gestão Territorial de Santarém-Pa**. [Santarém]: PRIMAZ/CPRM, 1997. mimeo.

REFERÊNCIA para uma estratégia de desenvolvimento sustentável no Brasil: texto para discussão do NEAD/MDA. [Brasília]: CONDRAF, 2003. N.4.

RICCI, R. **A trajetória dos movimentos sociais no campo: história, teoria social e práticas de governos.** Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/054/54ricci.htm>. Acesso em Junho de 2009.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global do trabalho.** São Paulo: Makron Books, 1995.

SALAMA, Pierre. **Riqueza y pobreza en América Latina: La fragilidad de las nuevas políticas econômicas.** México: Universidad de Guadalajara. Fondo de Cultura Econômica, 1999.

SALAMA, Pierre e VALIER, Jacques. **Pobreza e desigualdades no terceiro mundo.** São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2002. 514p. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; v.2)

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira.** 2a ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Campus, 1987. 89p. (Serie Campus)

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Razões da desordem.** 3. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 148 p.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Regresso: máscaras institucionais do liberalismo oligárquico.** Rio de Janeiro: Opera Nostra, 1994. 86p.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A trágica condição da política social. In: ABRANCHES, S.H.; SANTOS, W.G. e COIMBRA, M. **Política social e combate à pobreza.** 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Abrindo os marcos teóricos para o entendimento das ações coletivas rurais.** Disponível em: www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php. Acesso em: 26.01.2009.

_____. **Conflitos, protestos e movimentos sociais. Sociedade e Estado, Brasília, v.p.13-16, 2006.**

_____. **Redes e sociedade civil global.** In: Sérgio Haddad. (Org.). **ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina.** São Paulo: Abong; Peirópolis, 2002. P. 63-92.

_____. **Sujeitos e movimentos conectando-se através de redes. Política e Trabalho, João Pessoa/PB, n. 19, p. 29-38, 2003.**

_____. (Org.); KRISCHKE, P. J. (Org.). **Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América Latina.** SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1987. 297 p.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SILVA, Maria Emília Pereira da. “Qualidade Funcional: Gênese de uma “nova” qualidade em educação” In: **TRABALHO & Crítica** : Anuário do GT Trabalho e Educação. ANPED. Florianópolis: UFSC/NUP/CED, 2002. Cad.3.

SILVA, Maria Vieira da. “O Ethos Empresarial na Educação Escolar: novos dispositivos, novas subjetividades” In: **TRABALHO & Crítica** : Anuário do GT Trabalho e Educação. ANPED. Florianópolis: UFSC/NUP/CED, 2002. Cad.3.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modelo de produção e distribuição. In: _____, SOUZA, André R. (Org). **Economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Economia solidária. In: CATTANI, Antônio D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Vozes, 2003. P. 9-14.

SINGER, Paul. Uma outra economia é possível. In: SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcante e DAKUSAKU, Regina Yoneko (org.). **Economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

SISTEMA Público de Emprego (SPE)

http://sp.naalc.org/spanish/pdf/emp_ser/Augusto_Simões-Brasil/pfd - Acesso em Junho de 2008 Acesso em Junho de 2009.

SOBRAL, H.R. Globalização e meio-ambiente. In: IANNI, Octávio e DOWBOR, Ladislau. (org.). **Desafios da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SOCIAIS, B. C.; SCHERER-WARREN, Ilse. O Caráter dos Novos Movimentos Sociais. **Boletim de Ciências Sociais**, n. 35, p. 1-20, 1984.

SOUZA, Donald Bello de. ; SANTANA, Marco Aurélio e DELUIS, Neise. **Trabalho e educação**: Centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

SOUZA, Paulo Renato. **Os desafios da educação no limiar do novo século**: um modelo para a educação no século XXI. São Paulo: José Olímpio, 1999.

SOUZA, Donald Bello de; SANTANA, Marco Aurélio e DELUIS, Neise. Trabalho e educação: Centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil. Rio de Janeiro: Quartet, 1999. v. 1. 196 p.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão de análise. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. A assistência social e a trivialização dos padrões de reprodução social. In: SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Maria do Carmo e TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais**: afinal de que se trata? Belo Horizonte. Editora UFMG. 1999, p. 80.

TELLES, Vera da Silva. **Movimentos Sociais**: reflexões sobre a experiência dos anos 70. [S.l.] : [s.n.], [200-].

TOMAS, Antonio, LAUDARES, João Bosco. “O Técnico de Escolaridade Média no Setor Produtivo: seu novo lugar e suas competências. In: **TRABALHO e Crítica**: Anuário do GT Trabalho e Educação. Florianópolis: ANPED, 2002, p.265.

TORRES, Maurício. **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005. 495 p.

UNESCO. **Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**. [S.l.]: UNESCO, 2006.

VISVANATHAN, 1991 *apud* BANERJEE, Subhabrata Bobby. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, Marcionila e GUERRA, Lemuel (org.). **Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. rev. - Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.245p.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. ONGs e Universidades: desafios atuais. In: HADDAD, Sérgio (org.). **ONGs e Universidades**: desafio para a cooperação na América Latina. São Paulo: Abong: Peirópolis, 2002.

WEBER, Marx. **Ensaio Sociológico**. São Paulo: [s.n.], 1974. P.174 – 175.

WEBER, Max. **Ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. P. 213-217. (Os Pensadores, v. 3)

WEBER, Max. **Sobre a teoria das ciências sociais**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

WITKOSKI, Antônio Carlos. Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007. (Série: Amazônia: a terra e o homem). 486p.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente**: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: REVAN: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

ANEXOS

1. Roteiro da entrevista com representante da EMATER – CEFT-BAM - STTR

1. Identificação

Nome:

Idade:

Comunidade:

Tempo de moradia na comunidade:

Escolaridade:

Naturalidade:

Data (ano) da última série cursada:

Estado Civil:

Nº de filhos:

Idade dos filhos:

Número de familiares que trabalham juntos:

Nível de parentesco:

2. Atuação (trabalho) do CEFT-BAM

2.1 Como é a atuação do CEFT-BAM?

2.2 Quem são os parceiros do CEFT-BAM?

3. As políticas públicas – qualificar e capacitar

3.1 Como é o PRONAF na região?

3.2 Em que consiste a relação do CEFT-BAM com as políticas públicas de qualificação na região?

3.3 Como são feitas a qualificação e capacitação dos agricultores familiares?

3.4 Quais os conteúdos são priorizados nos curso de capacitação e qualificação?

3.5 Como são realizados em termos de Desenvolvimento Sustentável?

3.6 Existem trabalhos que tenham a base Economia Solidária?

Roteiro de entrevistas – tese – MC

1. Roteiro da entrevista com agricultor familiar

1. Identificação

Nome:

Idade:

Comunidade;

Tempo de moradia na comunidade;

Escolaridade;

Naturalidade;

Data (ano) da última série cursada;

Estado Civil;

Nº de filhos:

Idade dos filhos:

Número de familiares que trabalham juntos:

Nível de parentesco:

2. Situação da propriedade onde trabalha:

proprietário parceiro meeiro

2.1 Em caso de proprietário, possui título de terra?

sim não

3. Você já participou de algum curso ou treinamento de qualificação para o trabalho na agricultura?

sim não

3.1 Em caso de resposta positiva, perguntar:

a) Número de cursos _____ Data _____

b) Número de treinamentos (capacitação) _____ Data _____

c) Duração dos cursos:

e) Quem promoveu o curso?

3.2 Como tomou conhecimento dos cursos de qualificação e capacitação para agricultores familiares?

através de amigos

pelo rádio

pelo sindicato

EMATER

outros

3.3 Quais as razões que levaram você a fazer o curso de qualificação e capacitação?

3.4 O que você esperava do curso? (expectativa, aspirações)

3.5 Qual a sua avaliação sobre o curso (resultados)?

3.6 O que você aprendeu no curso?

3.7 Você utiliza, no seu trabalho, o que aprendeu no curso?

3.8 O curso trouxe alguma mudança em sua vida e no seu trabalho/ocupação?

Quais?

3.9 Como o curso tratou do Desenvolvimento Sustentável?

3.10 Que práticas do DS você aplica?

3.11 Descreva detalhadamente (conte em miúdos) o que você aprendeu.

3.12 De que maneira o que você aprendeu (comentado anteriormente) trouxe mudanças nos seguintes aspectos da sua vida e trabalho:

a) qualidade da produção?

- b) relacionamento com compradores, etc. (mercado)?
- c) relação com o meio ambiente?
- d) no manejo da cadeia produtiva (aproveitamento dos derivados da produção)?
- e) na sua participação na educação dos filhos? E no interesse pelo aprendizado escolar dos filhos?
- você vai às reuniões na escola? formas de atuação/parceria com a escola?
- f) sua relação com o sindicato, com as associações, cooperativas, etc.?
- g) com os familiares?

4. Qual a sua opinião sobre os professores/educadores?

- (a) relacionamento com a turma:
- (b) domínio (conhecimento) do assunto:
- (c) capacidade de motivar (interessar) os alunos:

5. Como foi dado o curso (metodologia)?

6. Como você avalia as exigências (critérios) para conseguir o crédito do PRONAF?

7. Houve real melhoria da renda familiar e da sua qualidade de vida?

8. Você é vinculado a quais instituições?

- Sindicato
- Igreja
- Cooperativa
- ONG
- outros

9. Descreva os tipos de vínculos e atividades desenvolvidas junto a tais instituições.

2. Roteiro da entrevista com professores/educadores (facilitador)

I - Identificação

Nome:

Endereço:

Idade:

Naturalidade:

Escolaridade:

Nacionalidade:

Estado Civil:

Nº de filhos:

Atividade profissional:

II – SOBRE O PRONAF

2.1 Qual a sua função nos cursos/capacitação para agricultores do PRONAF?

2.2 – Indique os aspectos positivos e negativos do PRONAF.

III SOBRE A QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO

3.1 – Quais os critérios para participar como instrutor/professor nos cursos de qualificação e capacitação do PRONAF?

3.2 – Como se deu a organização e divulgação do curso?

3.3 Qual o conteúdo dos cursos de qualificação e capacitação para os agricultores?

3.3 Qual a duração dos cursos?

3.4 Como se deu a parte prática do curso?

3.5 Indique as técnicas (metodologia) utilizadas.

3.6 Como o curso tratou do Desenvolvimento Sustentável?

IV – AVALIAÇÃO DOS CURSOS

4.1 – Qual o tamanho das turmas (número de alunos)?

4.2 – Como era a participação dos agricultores?

4.3 Você acha que eles colocaram em prática os conhecimentos obtidos no curso?

Como? Por quê?

4.4 O que a sua experiência de professor/educador trouxe para a sua prática profissional e a sua vida pessoal?

4.5 . Você é vinculado a quais instituições?

() Sindicato

() Igreja

() Cooperativa

() ONG

() outros

4.6 Descreva os tipos de vínculos e atividades desenvolvidas junto a tais instituições.

3. Roteiro da entrevista com Conselheiro

I - Identificação

Nome:

Endereço:

Idade:

Naturalidade:

Escolaridade:

Nacionalidade:

Estado Civil:

Qual a sua função:

Órgão/entidade que representa:

II – SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

2.1 Qual o papel do Conselho?

2.2 Como são escolhidos os conselheiros?

2.3 Como é a composição do Conselho?

III SOBRE A ATUAÇÃO DO CONSELHO

3.1 – Qual a proposta do Conselho?

3.2 – Como o conselho formula a demanda do PRONAF?

3.3 - Como é a relação com as agências financiadoras (Banco do Brasil e BASA)?

3.7 – O que você conhece do PRONAF Capacitação?

3.7 – Como é realizada a qualificação (como, quem, quanto, onde)?

3.8 – Como deveria ser a qualificação/formação dos agricultores familiares?

3.9 – Você acha que o PRONAF mudou alguma coisa no Baixo Amazonas? E em Santarém?

3.10 – Você percebe a relação entre as políticas públicas (política de desenvolvimento, política de qualificação)?